UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**A cidade dos trabalhadores:
insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá
(1944-1964)**

[versão corrigida]

Sidney da Silva Lobato

Orientadora: Prof. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias

São Paulo, 2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A cidade dos trabalhadores:
insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá
(1944-1964)

[versão corrigida]

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

De acordo

Orientadora: Prof. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias

São Paulo, 2013

*Para Maria Idaisa da Silva Lobato, minha mãe.
Para Silvane do Socorro da Silva Lobato, minha
irmã.
E para a pequena Juliana Oliveira da Silva (in
memoriam).*

Agradecimentos

Muitas lembranças ficarão do longo processo de preparação desta tese. Particularmente especiais foram as várias conversas que tive com minha mãe, durante almoços em minha casa. Nestas ocasiões, Maria Idaisa da Silva Lobato, pacientemente, descrevia para mim: os objetos da cultura material, os usos, os processos de trabalho e tantos outros aspectos da Macapá de décadas atrás. Vinha, então, a constatação dos elos que me ligavam à história que eu estava estudando. Devo iniciar agradecendo a minha mãe por tais lições e pelos silenciosos aprendizados gerados na convivência de mais de 30 anos: a sinceridade, a honestidade e a generosidade.

Agradeço a meu pai, Antonio Gama Lobato, pelos esforços que fez para que eu e minhas irmãs tivéssemos uma educação de boa qualidade. Sou grato a Silvane Lobato, Silma Lobato, Silvana Lobato, Silmara Lobato e a Cristiane Nunes pela convivência familiar respeitosa e afetuosa. Meu coração se abre para agradecer também a meus sobrinhos e sobrinhas, que sempre me trataram com muito carinho. Sem cerimônia, eles interrompiam meus estudos e me energizavam com abraços e beijos.

Devo dizer obrigado aos amigos que me apoiaram e compreenderam minhas necessárias retiradas para os estudos. Minha especial gratidão ao amigo Afonso José Diger de Oliveira, pelo incentivo e apoio nos momentos de adversidade. Valiosa também foi a companhia da amiga Mitsuko Shitara, em Sampa. *Miti* foi quem descortinou para mim uma cidade de São Paulo que aprendi a amar.

Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias honrou-me com sua solícita orientação. Sempre atenta, sempre generosa, sempre acolhedora, minha orientadora fez do meu doutoramento um processo de formação intelectual (e humana) imensamente fecundo. Agradeço ao Dr. Sean Purdy pelas inspiradoras leituras e reflexões, realizadas quando a disciplina *Trabalho, Estado e Conflitos Sociais nas Américas no século XX* foi ministrada por ele na USP. Sou também grato às sugestões feitas pelo Dr. Elias Tomé Saliba, pela Dra. Márcia Cabreira, pela Dra. Elizabeth Cancelli e pela Dra. Simone Garcia. Sugestões que ajudaram a aprimorar esta tese.

Agradeço ao companheirismo dos amigos e colegas da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), os professores Paulo Marcelo Cambraia da Costa, Adalberto Júnior Ferreira Paz e Daniel Santiago Chaves. Obrigado pelo permanente e frutífero diálogo. Devo igualmente fazer um agradecimento ao apoio dos membros da diretoria da Seção

Amapá da Associação Nacional de História (ANPUH-AP), entidade que, atualmente, eu presido.

Meu “muito obrigado” a todos os depoentes que, gentilmente, me cederam o direito de usar seus relatos neste estudo. Agradeço, por fim, a todos aqueles que não foram mencionados e cuja presença anônima neste agradecimento não diminui a força da influência que sobre mim exercem.

Resumo

Em 1944, Macapá foi transformada na capital do recém-criado Território Federal do Amapá. Nos vinte anos seguintes, as obras realizadas nesta cidade, a fim de modernizá-la, ensejaram que aí ocorresse um *boom* populacional. Milhares de migrantes paraenses e nordestinos formaram rapidamente grandes bairros. Estes novos assentamentos não eram assistidos pelos serviços públicos. Moradias e empregos eram insuficientes. Insuficiente era também o fornecimento de gêneros alimentícios. A carestia tornava a sobrevivência um enorme desafio para os mais pobres. O súbito crescimento demográfico, os obstáculos criados pela Segunda Guerra Mundial e a defesa governamental das margens de lucro das classes proprietárias fizeram tal problema ganhar proporções muito dramáticas. Dentro deste quadro de insegurança estrutural, os trabalhadores criaram uma série de táticas para sobreviver. Nosso estudo consiste, fundamentalmente, num inventário de tais táticas e num esforço para compreendê-las como combinações de elementos oriundos da tradição e da improvisação. Estas táticas tinham como base uma sociabilidade caracterizada principalmente pela solidariedade horizontal.

Abstract

On 1944, Macapá was transformed in Federal Territory Amapá's capital. On the next twenty years, buildings realized to get modern this city induced a demographic boom. Thousands migrators composed new quarters, where they didn't have public services. Homes and employments were insufficient. Alimentary provision was insufficient too. High prices challenged the poor survival. Sudden demographic boom, obstacles created by Word War II and government defense of the proprietary gain aggravated this problem. To face this structural insecurity context, workers created many survival tactics. Doing a wide inventory of this tactics is our aim. This tactics combine tradition and improvised actions and they were based on horizontal solidarity.

Sumário

Introdução	09
Capítulo I: As promessas da cidade: migração, urbanização e insegurança alimentar na foz do Amazonas	28
Capítulo II: Os construtores da cidade: a Macapá dos trabalhadores	76
Capítulo III: Senhoras das casas e das ruas: o cotidiano das trabalhadoras	107
Capítulo IV: A festa e a fé: sonhos dos trabalhadores e pesadelos dos ordenadores	138
Capítulo V: Movimentos sociais contra inseguranças cotidianas	174
Considerações finais	206
Lista de imagens	210
Fontes	212
Bibliografia	228

Cinquenta anos pescou, nadou, caçou e cortou seringa em ilhas molhadas e verdes do Pará. Viu festas ricas e tomou fome brava, viu briga de bala e trampescos; viu muita morte, afogamento, mordida de cobra, pauladas, bebedeira demais. E muita gente chorando. Conheceu valentes e fracos, comeu muita jabá, arraia fresca e branca, peixe em quantidade, tambaqui gorduroso nágua e sal com feijão verde. Bebeu muita água do rio com farinha sem doce, chibé gostoso. Casou uma vez — casou? Nada, ajuntou-se uma vez para sempre — teve filhos, envelheceu nas ilhas do Norte, sem sonhar, sem esperar [...].

Quando viu a cidade espantou-se. Temeroso monstro de máquinas feias, correndo depressa, sem ninguém empurrar, espanto glorioso... Lembrava da fôrça no remo jacumã que fazia p'ra vencer a maré contra. Na cidade ninguém via remando, a maré era boa, era a máquina levando p'ra frente, bondosa. Na cidade se perdia. Não sabia voltar. “Compadre me ajude”, “compadre me leve nesse carro bonito”. “Cuidado, compadre, não vá tão ligeiro”.

Aqui sim, céus abertos, compadre, pensava, dizia, sincero, simplista. Não pensava, tapúio, assim fôssel Sapato, compadre, é bonito, mas dói. Quero ter os pés livres, coçando à vontade, sapato não deixa. Comer sem talher, sem colher, sem medidas, compadre me fita sorrindo, comadre me põe mais comida. Não posso, não posso.

Do conto “Um homem sem glória, uma cidade sem graça”, de Candido Marinho Rocha

Introdução

O século XX foi profundamente marcante para a história do Brasil. Nele, os processos de industrialização e urbanização alteraram o modo de vida da maioria dos brasileiros. Depois da Segunda Guerra Mundial, estes processos ganharam um ritmo muito mais acelerado do que tinham na *belle époque*. Esta aceleração gerou em muitos a sensação de que nosso país estava por um triz de se tornar uma nação plenamente moderna. Tal entusiasmo foi alentado pela pregação nacionalista do governo federal e pela cascata de bens de consumo que se insinuavam através do rádio, do cinema, das revistas, dos jornais impressos, das prateleiras e vitrines das lojas. Com o realinhamento das forças internacionais no início da Guerra Fria, a França — e, sobretudo, Paris — deixara de representar o mais elevado grau de civilização, para ceder lugar ao *American way of life*.¹

As cada vez mais dramáticas tensões em torno da concentração fundiária no Nordeste e alhures favoreceram a formação de um grande movimento migratório rumo aos centros urbanos, onde novas oportunidades de trabalho surgiam. Numericamente, a população urbana deu um salto. A taxa anual de crescimento das cidades brasileiras chegou a 6,31% na década de 1950, caindo nas décadas seguintes. Cresciam também os contrastes da vida urbana. E o principal contraste é aquele entre moradores pobres e ricos. As comodidades da vida urbana, em grande medida, eram privilégios destes últimos. No pós-guerra, surgiram na cidade de São Paulo loteamentos periféricos desprovidos da mínima infraestrutura urbana. Aí também se formaram as primeiras favelas em terrenos públicos localizados próximo ao centro.² Na capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, entre o final da década de 1930 e o início da seguinte, a industrialização, a ampliação do emprego público e dos benefícios sociais do Estado ensejaram o início do período de crescimento mais acelerado de sua história contemporânea.³ Os contrastes sociais desta cidade não eram menos alarmantes do que os de São Paulo: dos 94 mil prédios construídos na capital da

¹ João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais afirmam que “entre 1945 e 1964, vivemos os momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimento de grande porte; as migrações internas e a urbanização ganham um ritmo acelerado” (MELLO, João Manuel Cardoso de e NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 560-561). Ver também: TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

² ROLIM, Rivail Carvalho. Culpabilização da pobreza no pensamento jurídico-penal brasileiro em meados do século XX. In: KOERNER, Andrei (org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: IBCCRIM, 2006, p. 182.

³ FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 432-433.

República entre 1940 e 1949, 24 mil eram barracos. Percorrendo as ruas desta cidade, dois jornalistas da revista *Manchete* registraram que “a trinta metros da Praça Mauá nos sentimos tão distantes da Cidade Maravilhosa como se nos encontrássemos nas lonjuras do Amazonas”.⁴

Em meado do século passado, a Amazônia despontava no imaginário e no discurso autorizado de intelectuais e políticos dos centros hegemônicos do Brasil como um lugar distante não só no espaço. Segundo esta percepção, este naco do território nacional e sua população estavam muito aquém na escala que historicamente media o grau de civilização dos povos. Talvez o primeiro impacto que este estudo cause no seu leitor seja o de demonstrar que, na foz do rio Amazonas, entre 1944 e 1964, viviam-se dramas relativos à urbanização parecidos, em muitos aspectos, com aqueles experimentados no Sudeste. A “*sociedade em movimento*” de meado do século XX — as volumosas ondas migratórias que saíram principalmente Nordeste — não dirigiu seu fluxo apenas para as áreas onde a industrialização era mais pulsante. E devemos lembrar que, nos últimos duzentos anos, o comércio e a indústria não foram os únicos indutores de processos de urbanização. Nas franjas do mundo modernizado, em diferentes momentos históricos, o Estado tem aparecido como o principal indutor destes processos — o que dizer de Brasília, por exemplo?

A planificação das ações ligadas ao incremento populacional e à valorização econômica dos sertões estava inserida num processo mais amplo de modernização do Estado brasileiro. Uma crescente racionalização do Estado teve início em 1930. Nas palavras dos representantes do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP): “*impunha-se, em última análise, racionalizar os serviços públicos, mas racionalizá-los no mais amplo sentido, desde a aplicação de normas e métodos científicos, na sua organização, até o amparo social aos servidores*”.⁵ A criação de secretarias, departamentos e autarquias governamentais prefiguravam a expansão da ação estatal sobre diversos setores da sociedade brasileira. A montagem da tecnoestrutura burocrática para intervir nestes setores indicava o abandono do modelo liberal de Estado. Este modelo parecia representar a errônea opção por “*paliativos de efeitos protelatórios*”. A atuação das agências estatais implicava na planificação dos passos a serem dados. E o planejamento econômico pareceu ainda mais necessário devido os impactos da grande crise de 1929.⁶

⁴ ROLIM, Rivail Carvalho. *Op. Cit.* P. 183.

⁵ SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: UNB, s/d, p. 46-47.

⁶ Nas palavras de Maria Celina D’Araújo: “na prática, no Brasil e no mundo ocidental em geral, a necessidade do planejamento econômico impôs-se de forma drástica como contrapeso para as distorções do *laissez-faire*, particularmente a partir de 1929” (D’ARAÚJO, Maria Celina. *Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 19, jun. de 1992, p. 43).

Utilizando recursos obtidos através dos Acordos de Washington para a chamada Batalha da Borracha, o governo federal promoveu uma grande onda migratória de nordestinos para a planície amazônica.⁷ Através deste tipo de controle do fluxo populacional, os planejadores do Estado objetivavam mudar o histórico perfil de ocupação do território brasileiro.⁸ O direcionamento das correntes migratórias pelo governo corrigiria os problemas que o povoamento espontâneo havia criado. Problemas como a grande concentração populacional na faixa litorânea, que contrastava com a população rarefeita dos imensos sertões. Áreas de fronteira contestadas durante longo tempo preocupavam ainda mais o governo federal. Era o caso do Território Federal do Amapá, cujas terras foram disputadas (diplomática e militarmente) por franceses e brasileiros no curso de décadas e décadas. Para o governo, a definitiva incorporação nacional de áreas como o Amapá seria resultado do trabalho de fazer coincidir a fronteira econômica com a fronteira política.⁹

A criação do Território Federal do Amapá (em 13 de setembro de 1943) e a instalação nele do governo territorial (em 25 de janeiro de 1944) eram apresentadas como marcos inaugurais de um novo e auspicioso tempo na história dos habitantes da Guiana Brasileira.¹⁰ O primeiro governador do Amapá Janary Gentil Nunes tentou a todo custo difundir entre os amapaenses uma narrativa histórica na qual a sua posse simbolizava o fim

⁷ LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986, p. 60-61.

⁸ CABREIRA, Márcia Maria. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia brasileira — um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, defendida na USP, 1996.

⁹ No ensaio *Introdução ao estudo da Amazônia brasileira*, Osório Nunes afirmou: “germe de uma unidade política e econômica de alto teor, o Amapá oferecia, entretanto, uma série de problemas, oriundos da necessidade de sanear, educar, povoar. Tudo estava dependente de hábil política de colonização, de que a criação dos Territórios Federais era uma tentativa, e tendo em conta que a população existente mal passa da casa dos vinte mil” (NUNES, Osório. *Introdução ao Estudo da Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1950, p. 29).

¹⁰ Após longo processo de debates políticos, o governo federal decidiu criar os territórios federais de Rio Branco, Guaporé, Ponta-Porã, Iguaçu e do Amapá. Publicada em 13 de setembro de 1943, esta decisão se apoiava na constituição de 1937, que definia os territórios como áreas diretamente administradas pelo governo federal (Art. 4 e 6). Mas, antes mesmo de 1937, várias propostas de redivisão territorial do Brasil já haviam sido feitas. Logo após a Independência do Brasil iniciaram as discussões sobre este tema. Nos primeiros anos do Período Republicano, a possibilidade do aparecimento de um poder central forte sucumbiu diante do fortalecimento da autonomia administrativa dos estados e do arranjo político que garantiu a concentração de poder nas elites de Minas Gerais e São Paulo. Este quadro intimidava qualquer iniciativa de subtrair das unidades federadas parte de suas terras. A velha divisão — que tinha suas origens nas capitânias hereditárias e nas bandeiras — passou a ser muito criticada nas décadas de 1930 e 1940 do século XX. Propostas então surgiram para fortalecer a ideia de que a boa gestão dos recursos e do território dependia do aparecimento de novas unidades político-administrativas. O alvo principal das críticas eram os estados considerados demasiadamente grandes e quase despovoados: Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiás. Para Océlio de Medeiros, a desproporção de tamanho territorial entre os estados e a total autonomia destes para administrar espaços às vezes muito vastos prejudicava o equilíbrio da nação. Remediar este desequilíbrio seria tarefa legítima da União (MEDEIROS, Océlio. *Territórios Federais*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1944). O influente pesquisador Everardo Backheuser defendia uma “*equipotência dos Estados*” — algo como um tamanho equivalente de território, população e riquezas (ver: FREITAS, A. Teixeira de. A redivisão política do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 3, nº 3, de junho a setembro de 1941, p. 533-554; e VIANA, João Segadas. Divisão territorial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 2, nº 3, de julho de 1940, p. 372-406).

de um período de pessimismo, abandono, caos, atraso, doenças, analfabetismo, superstição, pobreza e invisibilidade. Iniciava agora um luminoso momento de otimismo, patriotismo, progresso em todos os aspectos socioeconômicos.¹¹ Fotografias de obras e serviços povoam os relatórios de governo e as páginas do jornal (governamental) *Amapá*, fazendo ecoar a mensagem de que havia algo a ser reconhecido pelos autóctones. Em abril de 1945, quando esteve na capital federal, o governador do Amapá apresentou ao presidente Vargas e ao então Ministro da Guerra, General Dutra, um álbum de fotos nas quais figurava “o estado de abandono em que encontrou aquela região ao assumir o cargo” e as realizações do seu governo.¹²

Em janeiro de 1944, Janary podia perceber, sem grandes dificuldades, os inúmeros obstáculos que teria que enfrentar para efetivar suas intenções. Logo que chegou, procurou tomar conhecimento das condições de vida dos amapaenses. Pouco depois, ele relataria: “foram meses de pesquisa e de consulta, em que um reduzido número de auxiliares labutou comigo da manhã à noite”.¹³ Esta equipe de auxiliares era assim composta: Raul Montero Valdez (Secretário Geral¹⁴); Pedro Borges (Diretor da Divisão de Saúde); Arthur Miranda Bastos (Diretor da Divisão de Produção); Hildegardo Nunes (Diretor da Divisão de Obras); Otávio Mendonça (Diretor da Divisão de Educação e Cultura); e Humberto Pinheiro de Vasconcelos (Diretor da Divisão de Segurança e Guarda). Compunham também esta equipe os chefes de serviços diversos¹⁵ e os prefeitos dos municípios do Território. Na escolha de seus assessores e demais funcionários, era comum Janary privilegiar a familiaridade, a orientação política e a competência técnica. O governador convidara para trabalhar no Amapá, entre outros, aqueles que ele conhecera no Exército ou que faziam parte de seu círculo de relações pessoais. Janary procurou atrair e manter assessores e funcionários através de bons salários e outras vantagens. Para os altos e médios funcionários, o governador mandou construir casas, pois percebera que era rara a “a residência no Território [que] poderia ser escolhida para habitação de famílias acostumadas a relativo conforto”.

¹¹ Como exemplo, destacamos um trecho do Editorial do número especial do jornal *Amapá*, de 25 de janeiro de 1952: “se o Amapá caminhou mais célere do que outros recantos do país, projetando-se em evidência no cenário econômico e social da Pátria, deve-se ao entrosamento produtivo entre o seu Governo e o seu povo, que sempre marcharam unidos na árdua e gloriosa missão de soerguimento do Território. Foi graças a essa coesão de ideais que nasceu e cresceu, florindo e frutificando, a mística do Amapá, tornando esta terra de heróis e de sofrimentos, numa das mais promissoras esperanças do Brasil atual” (Oito anos de batalha territorial [Editorial]. *Amapá*. N. 358 (1ª secção), de 25/01/52, p. 1). Grifo do original.

¹² O Governador Janary Nunes e sua permanência no Rio de Janeiro (do correspondente no Rio de Janeiro). *Amapá*. Nº 04, 14/04/1945, p. 01.

¹³ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 5.

¹⁴ Era uma espécie de vice-governadoria.

¹⁵ Eram os seguintes serviços: Administração Geral, Informações, Industriais e Comissão de Abastecimento.

Macapá, no início de 1944, ganhou o *status* de capital (em detrimento da escolha inicial, que recaía sobre o município de Amapá). Neste momento, no entanto, Macapá era uma vila de algumas centenas de habitantes, abalada pela crise da borracha amazônica do início do século XX.¹⁶ As construções realizadas pelo governo territorial trouxeram novo fôlego para a combalida economia macapaense. Arthur Miranda Bastos, que, como já ressaltamos, fora Diretor da Divisão de Produção, no livro *Uma excursão ao Amapá*, de 1947, afirmou que o governo do Amapá tentou, logo que instalado, remover os sinais de decadência de Macapá, “*construindo prédios novos para abrigar os funcionários da nova administração, limpando o mato das ruas e praças, comprando toneladas e mais toneladas de cimento, tijolos, telhas, madeiras, ferramentas, máquinas e tudo mais que seria preciso para transformar numa capital apresentável uma velha e atrasada cidade*”.¹⁷ A construção desta “*Macapá Moderna*” era apresentada como símbolo máximo da vitória do homem sobre a natureza aparentemente indomável. Segundo as prédicas do governo territorial, a ordem humana teria sobrepujado a natural e o homem, até então submisso aos humores da floresta, teria finalmente imposto a sua marca nestas paragens.

Em números arredondados, Speridião Faissol nos fornece uma síntese do vertiginoso crescimento populacional macapaense neste contexto: “*a população de Macapá, que em 1940 era de 2 mil habitantes, foi crescendo para 10 mil em 1950, 25 mil em 1960 e para os seus atuais [1964] 40 mil*”. Faissol afirma que este “*exagerado crescimento*” derivou da criação do Território Federal do Amapá e das ações do governo federal na região. As novas condições de assistência e de vida existente em Macapá foram o principal foco de atração das populações das ilhas paraenses vizinhas.¹⁸ Paraenses e nordestinos compuseram a maior parte da onda migratória que gerou este *boom* populacional. Não obstante, os estudos sobre

¹⁶ LOMBAERDE, Padre Júlio Maria. *Macapá: sua história desde a fundação até hoje*. (Mimeo), Macapá, 1987, p. 8.

¹⁷ BASTOS, A. de Miranda. *Uma excursão ao Amapá*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, 6-7. Numa carta de agosto de 1946, Miranda Bastos apresentava a Janary Nunes um esboço deste livro com as seguintes palavras: “*reuni aí os conhecimentos mais gerais a respeito da região que lhe coube organizar como unidade independente da comunhão brasileira e na qual você vem realizando um esforço muitas vezes maior que o melhor que se tem dito, e muito satisfeito ficarei se esta minha contribuição puder ser aproveitada pela Divisão de Educação para transmitir aos outros e em especial aos escolares amapaenses as informações coletadas durante o tempo em que tive a honra de participar de seu secretariado*” (Um livro útil para a Divisão de Educação. *Amapá*. N. 88, de 23/08/1946, p. 1).

¹⁸ FAISSOL, Speridião. *Atlas do Amapá*. Rio de Janeiro: Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá e Conselho Nacional de Geografia (IBGE), 1966, p. 26. Na verdade, Faissol sistematizou uma série de dados levantados por equipes de técnicos do Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA), do IBGE e do governo territorial do Amapá. Conforme um articulista da revista *ICOMI notícias*: “*o ‘Atlas do Amapá’, trabalho realizado pelo IRDA (entidade criada e mantida pela ICOMI) em colaboração com o IBGE e técnicos do Território, foi resultado de um desses esforços de sistematização do conhecimento disperso que geralmente se tem sobre áreas e regiões brasileiras, com prejuízo para as atividades da Administração Pública e redução do interesse privado pela implantação de iniciativas de ordem econômica [...]*” (Atlas: Amapá de corpo inteiro. *ICOMI notícias*. Nº 34, março e abril, 1967, p. 6).

a formação de cidades na Amazônia do século XX pouca atenção deram ao fenômeno que rapidamente esboçamos nestas linhas.

Na Amazônia belepoqueana, Belém e Manaus despontavam como as maiores e mais urbanizadas cidades. Maria de Nazaré Sarges destaca que o governo paraense, utilizando a riqueza criada pela exploração do látex e recolhida na forma de impostos, promoveu a reorganização do espaço urbano belenense.¹⁹ Este governo buscava a higienização e o embelezamento da *urbe*. O modelo seguido era o parisiense. No final do século XIX, migrantes cearenses ingressavam nas camadas mais pobres de Belém e passavam a trabalhar nos setores de serviços e construções.²⁰ O novo surto populacional aumentou a preocupação do governo com epidemias como a varíola. A elite paraense passou a adotar novas formas de investimento: além de ações e seguros, os ricos passaram a investir em áreas suburbanas, tendo em vista os ganhos com aluguéis e especulação imobiliária. Surgiram novos bairros: Nazaré, Jurunas, Umarizal, Batista Campos e Marco.²¹

Estudos sobre os processos de urbanização ocorridos na região amazônica durante o século XX afirmam que o êxodo dos seringais provocou um notável crescimento populacional em Belém e Manaus. Estas cidades concentravam mais do que 50% dos habitantes dos Estados do Pará e do Amazonas, em 1960. A *débâcle* da economia da borracha trouxe grandes alterações demográficas para a planície amazônica. Lobato Correa afirma que, nos anos que seguiram esta crise, ocorreu uma diminuição absoluta da população das pequenas cidades e “*mesmo mais tarde, no período de 1940-1950, pequenas cidades criadas [...] apresentavam um crescimento demográfico inferior ao vegetativo de sua população*”.²² Sem esquecer a experiência de Fordlândia²³, vários pesquisadores apontam que foi a partir da

¹⁹ SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. 2 ed. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 135-174. Sobre este momento da história de Belém e Manaus destacamos também: DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989; WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993; SAMPAIO, Patrícia Melo. *Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais em Manaus, século XIX*. Manaus: EDUA, 1997; QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do próspero mundo novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. Tese de doutorado em História Social, defendida na USP, 2005; DIAS, Edineia Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus — 1890-1920*. 2 ed. Manaus: Valer, 2007; SILVEIRA, Rose. *Histórias invisíveis do Teatro da Paz: da construção à primeira reforma. Belém do Grão-Pará (1869-1890)*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

²⁰ LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese de doutorado em História Social, defendida na USP, 2006.

²¹ CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha. Belém (1870-1920)*. Tese de doutorado em História Social defendida na USP, 2006, p. 78-136.

²² CORREA, R. L. Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Ano 49, nº 3, 1987, p. 54. Ver também: VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: UFPR, 2004, p. 149-150.

²³ A respeito desta experiência, destacamos os seguintes estudos: GRANDIN, Greg. *Fordlandia: the rise and fall of Henry Ford's forgotten jungle city*. New York: Metropolitan Books, 2009; e LOURENÇO, Elaine. *Americanos e caboclos: encontros e desencontros em Fordlândia e Belterra-PA*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana defendida na USP, 1999.

década de 1960 que se intensificou a instalação de *company towns* na Amazônia.²⁴ Foi quando se adquiriu um maior conhecimento sobre os recursos economicamente exploráveis desta região e foi também quando — segundo Bertha Becker — ela ganhou uma feição original, de fronteira (da expansão capitalista) contemporânea que “já nasce urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que o resto do Brasil”.²⁵

Contudo, a longa depressão do “*pós-borracha*” não deve ser aplicada absolutamente a toda a Amazônia. Isto porque alguns lugares experimentaram notáveis expansões urbanas neste período: Marabá tornou-se o segundo município do Pará graças à rentável exploração da castanha; e as cidades elevadas à condição de capitais dos territórios federais cresceram rapidamente, devido a suas novas funções político-administrativas.²⁶ Tal constatação revela que a urbanização na Amazônia não pode ser explicada por somente uma força motora (como o fator econômico). Esta região está repleta de espaços “*superurbanizados*”, “*uma condição em que a taxa de crescimento urbano excede o nível local de desenvolvimento econômico-industrial e [a] mudança tecnológica suficiente para torna-lo viável*”, afirmam John Browder e Brian Godfrey. Estes autores ressaltam que, em grande medida, a urbanização da fronteira amazônica está desarticulada do seu próprio desenvolvimento econômico regional e resulta da intervenção geopolítica de um Estado centralizador e modernizador.²⁷

A modernização draconiana (com seus novos padrões de gestão do espaço, do tempo e das relações sociais em geral) era apresentada pelas agentes do Estado como vitoriosa — como se sua força compressora tivesse verdadeiramente esmagado os modos de vida assentados no comunitarismo e na produção em pequena escala. Mas, insurgências, resistências e permanências marcaram sempre as experiências modernizadoras. Lembramos isto porque é recorrente a tese de que as sociedades que vivem à margem da racionalidade técnica são carentes de toda ordem de recursos necessários ao bem estar individual e coletivo. Em meados do século XX, fortaleceu-se no Brasil uma retórica que afirmava não poder existir dúvida sobre o futuro promissor reservado ao “*caboclo*”.²⁸ Para os políticos e

²⁴ TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair e ROCHA, Gilberto de Miranda (orgs.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

²⁵ BECKER, Bertha. *Amazônia*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 44.

²⁶ AMARAL, Márcio Douglas Brito. *Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental — Marabá e Macapá*. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 2010, p. 98-99.

²⁷ BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira*. Manaus: UFAM, 2006, p. 32. Ver também: CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: Idem (org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 13-39.

²⁸ A utilização do termo “*caboclo*” é muito frequente na documentação governamental. Nos dias atuais, seu uso é também corrente tanto coloquialmente, quanto nos debates acadêmicos. Como categoria de classificação social, o termo “*caboclo*” expressa sempre uma visão estereotipada da população rural amazônica, pois induz a uma percepção baseada em dois pressupostos deformadores: homogeneidade e inferioridade sociocultural

intelectuais que eram influenciados pelo chamado pensamento nacionalista autoritário, o homem da Amazônia era portador de todas as potencialidades necessárias à assunção do papel de protagonista do desenvolvimento econômico e social desta região. Ao “caboclo” o futuro poderia reservar as glórias de um campeão. Em 1933, na cerimônia de abertura da nova Assembleia Nacional Constituinte, Getúlio Vargas proferiu as seguintes palavras: “no Brasil, o homem rude do sertão, sempre pronto a atender aos reclamos da Pátria nos momentos de perigo, é matéria prima excelente, e, se vegeta, decaído e atrasado, culpemos a nossa incúria e imprevidência [...]. Dai a êsse espectro farta alimentação e trabalho compensador; criai-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo”.²⁹

Todavia, a observação das precárias condições de vida das populações amazônicas ensejava inferências lastimáveis sobre o presente: a miséria, a desnutrição e a doença o afastavam de quaisquer promessas auspiciosas. Neste sentido, no dia 31 de dezembro de 1952, ao microfone da Radio Difusora de Macapá, o governador do então Território Federal do Amapá, Janary Nunes, asseverou que “o baixo padrão de vida do caboclo é uma consequência direta de falta de técnica no aproveitamento da terra. O caboclo tem batalhado sem os meios necessários para vencer a natureza áspera”.³⁰ Segundo Janary, a razão da degenerescência do “caboclo” não eram suas características inatas, mas a falta dos meios de produção (conhecimentos, técnicas e ferramentas) necessários ao *start* do progresso regional. Caberia ao governo dotar o amazônida destes meios e, assim, promover a superação do atraso socioeconômico do Norte. Apesar de condenarem as sentenças negativistas dos defensores do determinismo racial e mesológico, os propugnadores do otimismo nacionalista eram detratores do modo de vida de roceiros e extrativistas: a “cultura cabocla” deveria ser logo superada, pois consistia num estágio primitivo de uma escala evolutiva. A vida seminômade e o trabalho para prover a subsistência deveriam, então, dar lugar ao sedentarismo e à produção de excedentes comercializáveis.

O ensaísta Henrique Gastão Alcarde, no livro *O caboclo “indolente” e as riquezas da Amazônia* (publicado em 1962), afirma que “o grande defeito do caboclo é, de maneira geral, não ter ambição”; mas, ressalta que este “defeito” é “quasi sempre corrigido quando [o caboclo] é levado a conhecer um melhor nível de vida”.³¹ Eis aqui outra suposta característica imanente ao homem da Amazônia em particular e ao das fímbrias do mundo moderno em geral: a tendência a um

(LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo — sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*. Vol 2, nº 2, dezembro de 1999, p. 5-32).

²⁹ VARGAS, Getúlio. Educação. *Revista Brasileira de Estatística*. Ano 2, nº 3, ou.-dez., 1941, p. 824.

³⁰ NUNES, Janary Gentil. *Cultura de Seringais no Amapá*. Macapá: SIP, 1953, p. 3.

³¹ ALCARDE, Henrique Gastão. *O caboclo “indolente” e as riquezas da Amazônia*. Belém: H. Barra, 1962, p. 15.

mimetismo especialmente sensível aos modelos comportamentais dos “*povos superiores*”. Segundo João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais esta característica compunha o *ethos* da sociedade brasileira, pois “*foi essa preocupação ou temor do brasileiro diante do inglês ou do francês, de quem se acha inferior diante de quem se afirma superior, que desencadeou, já no início do século XIX, a cópia febril dos estilos de consumo e de vida próprios ao capitalismo desenvolvido*”. E ainda: “*já do final do século XIX em diante, e acentuadamente a partir dos anos 50, o grande fascínio, o modelo a ser copiado passa a ser cada vez mais o American way of life. Fascínio, primeiro, do empresariado e da classe média alta, que, depois, foi se espraiando para baixo, por força do cinema e da exibição, nas cidades, aos olhos dos ‘inferiores’, do consumo moderno dos ‘superiores’, dos ricos e privilegiados*”.³² Esta versão da história — em que os de baixo seguem os modelos oriundos de cima, movidos pelos apelos de sua propensão imitativa — sugere que as ondas modernizadoras exógenas, ao se espraiarem por sobre territórios novos, não encontraram outra coisa senão um grande espírito de hospitalidade, tipicamente provinciano.

Nesta versão, não existe espaço para conflitos e resistências. Muito menos para se pensar nas ressignificações. Roger Chartier critica a ideia de uma “*total eficácia das mensagens ideológicas depositadas sutilmente nos textos*”, e afirma que o limite desta eficácia é dado pelas condições históricas nas quais tais mensagens são manipuladas.³³ Chartier argumenta que a questão do “*mundo como representação*” remete à ponderação de como a apreensão das representações é feita pelos leitores. Neste sentido, este historiador pondera que “*ler, olhar ou escutar são, efetivamente, uma série de atitudes intelectuais que [...] permitem, na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança, a resistência*”.³⁴ É a partir dos sentidos, valores e práticas endógenos que os objetos culturais vindos de fora são apropriados. Ainda que pensemos nos ardis da indústria cultural ou em o quanto os agentes da dominação cultural investem para restringir as possibilidades de desvio interpretativo, não temos como negar que os sujeitos jamais podem ser abrupta e absolutamente arrancados da teia hermenêutica a partir da qual eles leem o mundo.³⁵ Antes de desembainharmos a espada foucaultiana, é fundamental questionar se os aparelhos de dominação tem realmente todo o poder que arrogantemente afirmam ter.

³² MELLO, João Manuel Cardoso de e NOVAIS, Fernando A. *Op. Cit.* P. 604-605.

³³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 249.

³⁴ *Ibidem*, p. 59-60. Ginzburg a este respeito faz-nos a seguinte pergunta: “*até que ponto os eventuais elementos da cultura hegemônica, encontráveis na cultura popular, são frutos de uma aculturação mais ou menos deliberada ou de uma convergência mais ou menos espontânea e não, ao contrário, de uma inconsciente deformação da fonte, obviamente tendendo a conduzir o desconhecido ao conhecido, ao familiar?*” (GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 23).

³⁵ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

Se neste estudo valorizamos a experiência histórica dos subalternizados, é porque entendemos que eles efetivamente alteraram (e continuam alterando) o precário equilíbrio de forças do qual a manutenção de uma dada hegemonia depende. Não fosse isso, a história dos trabalhadores e trabalhadoras que aqui apresentamos seria algo meramente acessório. Entretanto, a cidade moderna é um espaço no qual várias forças aglutinadoras e direcionadoras dos sujeitos se enfrentam e, reciprocamente, se remodelam (ainda que sejam forças desiguais em potência). Um conflito fundamental e que impregna quase todas as dimensões da vida urbana é a *luta de classes*. Uma grande parcela das relações sociais urbanas é mediada pelo dinheiro. Isto significa que a maior ou menor acessibilidade de muitos dos bens e serviços existentes na cidade ajuda a compor certa *posição de classe*. Por outro lado, a segmentação do espaço urbano direcionada pela distinção entre categorias sociais mais ou menos aquinhoadas faz deste mesmo espaço um dos principais meios de elucidação das desigualdades sociais. Além do que, a solidariedade horizontal cultivada dentro das comunidades de vizinhança pode ajudar na formação de uma *consciência de classe*.

O conflito entre a classe patronal e a classe trabalhadora é fundamental, mas não é o único. Analisamos neste trabalho algumas das clivagens de cada classe social, para dar visibilidade aos seus conflitos internos. Os poderes ordenadores da cidade são vários. A cidade conjuga e sincretiza um conjunto amplo de ordens: a econômica, a política, a moral, a religiosa, etc.³⁶ Nos processos de modernização autoritária — como o que estamos analisando — a ordem política é proeminente. Isto não significa que ela não tenha que fazer concessões ou se combinar com outras ordens; mas, que seu grau de autonomia nestes casos é maior. Todavia, mesmo dentro da classe dirigente existem fissuras que geram tensões e instabilidades, conforme apontaremos ao longo dos capítulos. Estas questões não são, contudo, as que mais nos interessam. Desejamos perscrutar como trabalhadoras e trabalhadores de Macapá constituíram um espaço próprio a partir do qual procuraram se reapossar da cidadania urbana, a princípio negada. Nosso enfoque volta-se para as *táticas*³⁷ utilizadas pelos subalternos a fim de assegurar o direito a uma cidade socialmente menos excludente e culturalmente mais pluralista, pois a vida urbana não é a mera materialização

³⁶ LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 68.

³⁷ Certeau define *tática* como o não lugar, o tempo, a oportunidade: “*chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem um lugar senão o do outro e por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância em uma posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia Büllow*”. *Tática* — enquanto capacidade de aproveitar a ocasião propícia num campo dominado pelo outro — é uma noção que nos permite, para além das práticas normatizadas, perscrutar a existência de práticas improvisadas, que se afastam da norma e que fazem — ainda que só por um momento — o jogo de forças pender para o lado do mais fraco (CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 100).

dos sonhos e planos de políticos e arquitetos. Neste atinente, Henri Lefebvre nos faz a seguinte advertência:

a análise crítica dissipa o privilégio da vivência na sociedade urbana. Isso é apenas um “plano”, um nível. No entanto, o analista não faz esse plano desaparecer. Ele existe: como um livro. Quem lê esse livro aberto? Quem percorre essa escrita? Não é um “sujeito” bem definido, e no entanto uma sucessão de atos e de encontros constitui sobre esse mesmo plano a vida urbana, ou “o urbano”. Esta vida urbana tenta voltar as mensagens contra elas mesmas, as ordens, as coações vindas do alto. Tenta apropriar-se do tempo e do espaço frustrando as dominações, desviando-se de seus objetivos, usando de astúcia. Ela intervém também, mais ou menos, ao nível da cidade e do modo de habitar. O urbano é assim, mais ou menos, a obra dos cidadãos em lugar de se impor a eles como um sistema: como um livro já acabado.³⁸

Perscrutando aquilo que a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias chama de *papéis improvisados* (informais e não normatizados) podemos perceber como trabalhadoras e trabalhadores criaram os múltiplos sentidos coexistentes na vida cotidiana.³⁹ Segundo esta historiadora, a *hermenêutica do cotidiano*, ao documentar a inserção dos sujeitos históricos no conjunto das relações de poder, “*contribui para historicizar estereótipos e desmistifica-los, pois através do esmiuçar das mediações sociais, pode trabalhar a inserção dos sujeitos históricos concretos, homens ou mulheres, no contexto mais amplo da sociedade em que viveram*”.⁴⁰ No entanto, esta “*inserção dos sujeitos históricos concretos*” fica, amiúde, soterrada sob as memórias construídas pelos grupos hegemônicos.⁴¹ É possível analisar o que os subalternos pensavam acerca de suas próprias experiências? Como fazer isto, uma vez que os dominados de outrora eram, em geral, analfabetos (não deixaram escritas suas impressões e ideias)?⁴² A crescente atenção dada pelos historiadores às experiências dos chamados *excluídos da história* provocou a busca de registros pouco valorizados anteriormente. Ao longo do século XX, a adoção de abordagens interdisciplinares ajudou a ampliar e diversificar a curiosidade dos historiadores. A aproximação entre história e antropologia na década de 1970 foi muito fértil para o campo da história social.⁴³ Inspirados na densa obra de Edward Palmer Thompson sobre a

³⁸ LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* P. 71-72.

³⁹ Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, o processo propriamente histórico das mulheres trabalhadoras da São Paulo do século XIX “*revela papéis informais, a mudança, o vir a ser, e se opõe ao domínio dos mitos e das normas culturais*” (DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 50).

⁴⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. Projeto História*. Nº 17, de novembro de 1998, p. 232.

⁴¹ No livro *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, Maria Odila Leite da Silva Dias também afirma: “*pouco ficou da faina do cotidiano nos documentos escritos, que são por sua própria natureza avessos à lógica do dia-a-dia de mulheres analfabetas*” (DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. *Op. Cit.* P. 22).

⁴² Encontramos algumas reflexões teóricas sobre tais problemas em: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

⁴³ CASTRO, Hebe. *História Social*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

formação da classe operária inglesa, vários historiadores se concentraram no estudo da experiência das camadas populares. Logo surgiu a defesa de uma *história vista de baixo*.⁴⁴

Um dos grandes desafios da história que adota a perspectiva *de baixo* é o da identificação e uso de fontes que possibilitem a construção da narrativa sobre a experiência das classes dominadas ou subalternas. Dentre os tipos de fontes mais utilizados pelos historiadores que lidam com este dilema, merecem destaque os processos criminais, pois, nas palavras do historiador Carlos Bacellar: “a convocação de testemunhas, sobretudo nos casos dos crimes de morte, de agressões e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado”.⁴⁵ No contexto da redemocratização brasileira, a influência das leituras das pesquisas sobre os *excluídos da história* ajudou a fortalecer o interesse dos historiadores em relação aos arquivos dos sistemas de repressão e controle social (inquisitoriais, policiais, judiciais, etc.). Neste atinente — citando Sidney Chalhoub — Keila Grinberg afirma: “no âmbito dos debates teóricos e metodológicos da História Social e das discussões políticas brasileiras havidas na década de 1980 [...], o interesse em ler e analisar processos criminais veio justamente na expectativa de que flagrassem homens e mulheres, principalmente trabalhadores, ‘agindo e descrevendo relações cotidianas fora do espaço do movimento operário, do lugar da fala política articulada’”.⁴⁶

Na década de 1980, não havia um consenso acerca das potencialidades dos processos criminais para a pesquisa em ciências sociais. Pelo contrário, um acirrado debate trazia à tona diversas divergências. A principal delas era se tais processos verdadeiramente possibilitavam o acesso ao conhecimento dos fatos, das experiências e dos conflitos sociais.⁴⁷ Podemos encontrar um primeiro contraponto ao pessimismo de alguns em relação à potencialidade dos processos criminais no clássico *Quotidiano e poder*. Seu texto foi escrito em 1981, e foi defendido como tese de livre docência em 1982. Nele, a preocupação

⁴⁴ THOMPSON, E. P. “A história vista de baixo”. In: *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas-SP: UNICAMP, 2001, p. 185-201. Bem como: SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 39-62.

⁴⁵ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 37.

⁴⁶ GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 126.

⁴⁷ A antropóloga Mariza Corrêa — no estudo intitulado *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais* — analisa processos de homicídio (e de tentativa de homicídio) entre casais, produzidos no período de 1952 até 1972, em Campinas (Estado de São Paulo). Logo nas primeiras páginas, ela adverte que seu objeto não são os atos, e sim os autos. Para Corrêa, não se trata de uma escolha, mas da única coisa que se poderia extrair deste tipo de fonte: o que pensavam os *manipuladores técnicos*. Ao justificar a adoção do conceito operatório de *fábula* (seguindo as proposições de Vladimir Propp) Corrêa afirma: “a escolha da palavra *fábula* para designar essa ordenação enfatiza a idéia de que os fatos estão suspensos, de que não há mais a possibilidade de, através do processo, revivê-los, fazer a caminhada inversa e chegar aos fatos reais, às relações concretas existentes por detrás de cada crime”. Nas mãos dos manipuladores técnicos, os fatos e seus significados podiam ser esticados ou comprimidos (ganhar maior ou menor importância), conforme suas conveniências no “teatro” jurídico (CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 25-26, 52 e 193).

de Maria Odila Leite da Silva Dias foi olhar não para o institucional; mas, a partir das condições de sobrevivência, perceber os papéis informais de mulheres livres, escravas e forras. Foi no meio de um conjunto diversificado de documentos — peneirados pela consciência hegemônica da sociedade paulista do século XIX — que Silva Dias foi recuperar os papéis clandestinos das mulheres pobres e os fragmentários “*ecos surdos das suas tensões e confrontos com o sistema de dominação*”. Documentos como os numerosos “*processos e registros de ocorrências motivados por impropérios contra autoridades, gente de sobrado, contra o nome do imperador*” e “*vários processos de difamação moral e prisões de mulheres acusadas de serem turbulentas e arruaceiras*”. *Quotidiano e poder* é, portanto, um trabalho seminal sobre as lutas diárias de trabalhadoras urbanas e uma afirmação pioneira das potencialidades dos processos criminais como fonte histórica.⁴⁸

Os pesquisadores da história social, nos últimos 30 anos, conseguiram exorcizar o ceticismo e os receios acerca da utilidade dos processos criminais para a pesquisa histórica.⁴⁹ Apesar de darmos ênfase aos estudos sobre o cotidiano dos trabalhadores livres

⁴⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. Op. Cit. P. 20-21. No artigo “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”, Silva Dias ressalta: “*a fim de que o historiador possa olhar para práticas sociais fora dos parâmetros da ideologia dominante ou documentar necessidades sociais de sujeitos oprimidos ausentes do curso da história narrada pelas elites é mister recorrer à interpretação de vestígios e indícios nas entrelinhas de documentos muitas vezes escritos por autoridades moldadas pelo pensamento metafísico racional. Na leitura de processos criminais ademais da formação dos processos e dos conceitos jurídicos, frequentemente, é o pormenor imperceptível e secundário que interessa ao historiador: a identificação de uma testemunha, por vezes analfabeta, ou uma menção de passagem no depoimento a um ponto de sociabilidade na vizinhança...*” (DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. Op. Cit. P. 251).

⁴⁹ Sobre os debates em torno das potencialidades e limitações dos processos-crimes ocorridos nos anos 80, Sidney Chalhoub relembra: “*havia um contingente de pesquisadores céticos quanto à possibilidade de utilizar processos penais para estudar temas outros que não a própria criminalidade ou as representações jurídicas sobre determinados assuntos*”. Segundo a visão dos céticos, como tais fontes “*mentem*” e foram produzidas a partir de uma série de manipulações, elas não teriam utilidade para os historiadores. *Trabalho, lar e botequim* é o resultado de uma tentativa bem sucedida de provar que é possível, por entre as malhas de representações e estereótipos dos processos penais, chegar à experiência cotidiana dos sujeitos, com seus dramas, suas estratégias de sobrevivência, seus valores e conflitos — enfim, aquilo que Chalhoub chama de *política do cotidiano*. (CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas-SP: UNICAMP, 2001, p. VII-VIII, 255-256). Em *Meninas perdidas*, Martha de Abreu Esteves combina as proposições metodológicas de Mariza Corrêa e de Sidney Chalhoub. A primeira parte do livro (originalmente uma dissertação de mestrado defendida na UFF, em 1987) analisa como as representações jurídicas acerca do corpo e da honra femininos serviram de mote para uma série de medidas disciplinarizadoras da vivência das mulheres pobres do Rio de Janeiro durante a *belle époque*. Na segunda parte — a partir da análise de 99 processos de defloração, estupro e atentados ao pudor — Esteves descreve como, a revelia destas medidas, as mulheres da classe trabalhadora se conduziam segundo valores e tradições populares. Quanto às potencialidades dos processos, esta historiadora afirma que as histórias de amor registradas nos autos judiciais permitem conhecer valores morais, comportamentos sexuais, atividades de lazer e relações de vizinhança dos membros das classes populares (ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 32, 203). Por seu lado, Sueann Caufield retoma as divergências (já apontadas por Esteves) entre representações jurídicas e práticas populares (relativas à honra feminina). Porém, a autora de *Em defesa da honra*, analisando 400 processos criminais, destaca também as divergências existentes no interior da cultura erudita (as discordâncias em torno dos critérios definidores da honra feminina) e da cultura popular (focos, estigmatização e punições enérgicas operadas por parentes e vizinhos contra a mulher solteira desvirginada). Caufield destoa dos trabalhos de Esteves e Chalhoub no tocante à ênfase por eles dada à autonomia das

no contexto da industrialização e da urbanização, do final século XIX às primeiras décadas do século XX⁵⁰, não podemos esquecer a participação dos estudos sobre as experiências dos negros escravizados no processo de afirmação do valor dos autos criminais como fonte. Conforme ressaltaram Silvia Lara e Joseli Mendonça, os historiadores, a partir dos anos 80, procuraram sondar a visão escrava da escravidão e “*nestas buscas, os processos criminais (em especial os de morte e ferimentos) e cíveis (como as ações de liberdade) tornaram-se fontes importantes, capazes de permitir o acesso ao interior das fazendas e ao cotidiano das relações entre senhores e escravos*”.⁵¹ Em fins de 1994, em entrevista ao *Jornal da USP*, a historiadora Maria Helena Toledo Machado exclamou: “*esses processos são riquíssimos, ilustram muitos aspectos da relação conturbada entre senhor, feitor e escravo*”.⁵²

A historiografia tem voltado seu foco para os conflitos entre dirigentes e subalternos no período que vai da Abolição aos primeiros anos do século XX. Mas, foi a partir de 1937 que as investidas moralizadoras do Estado brasileiro (assentadas na ética do trabalho e num rígido ideal de família) ganharam máxima potência. Sueann Caulfield afirma que “*depois de instaurar o Estado Novo, Vargas iniciou um esforço sem precedentes com o suposto objetivo de zelar pela moral pública e pelos valores da família, vinculando-o explicitamente à honra nacional*”.⁵³ Durante a gestão de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho (1930-1932) iniciara a construção de um grande edifício jurídico cujos objetivos eram amortecer os choques entre patrões e trabalhadores, através da mediação do Estado, e afastar os trabalhadores de organizações sindicais politicamente autônomas.⁵⁴ Foi, porém, a partir da ditadura de 1937 que se instituiu um conjunto variado e amplo de formas de vigilância social, o que implicou

culturas popular e erudita, pois “*o conceito de culturas autônomas e coesas tem pouco valor para a explicação dos processos de mudança*” (CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas-SP: UNICAMP, 2000, p. 40, 159-193 e 226-234).

⁵⁰ Damos maior visibilidade às pesquisas que mais se aproximam do o nosso tema: os desafios cotidianos enfrentados por trabalhadoras e trabalhadores livres no interior de um processo de urbanização.

⁵¹ LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Apresentação. In: *Idem* (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas-SP: UNICAMP, 2006, p. 10.

⁵² Uma outra história para o fim da escravidão. *Jornal da USP*. 5 a 11/12/1994, p. 14. São exemplos de estudos sobre o cotidiano escravo baseados em inquéritos policiais e processos criminais: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo Machado. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987; LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; e SILVA, Cesar Mucio. *Processo-crime, escravidão e violência em Botucatu*. São Paulo: Alameda, 2004.

⁵³ CAUFIELD, Sueann. *Op. Cit.* P. 27.

⁵⁴ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. A construção da lei de sindicalização de 1931 e os parâmetros de uma tradição militante. In: NEDER, Gislene (org.). *História e direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 211-226.

no fortalecimento das instituições policiais.⁵⁵ Neste contexto, foram vivificadas concepções atávicas, como a de “*classes perigosas*”.

Nos anos 40 e 50 do século XX, no bojo dos processos de urbanização ocorridos em várias partes do Brasil, a preocupação com as “*classes perigosas*” beirava a paranoia. Na década de 1940, a leitura de textos produzidos pelos intelectuais da Escola de Chicago começou a se tornar corrente no Brasil. No final desta década, foi traduzido para o português e publicado no Brasil *O homem marginal*, de Everett Stonequist, que trata das dificuldades adaptativas dos imigrados estrangeiros nos crescentes centros urbanos estadunidenses. Disseminou-se o entendimento que no Brasil também havia um homem marginal, ou seja, aquele que migrara das áreas rurais e se instalara nas áreas suburbanas.⁵⁶ A Escola de Chicago, nas primeiras décadas do século XX, desenvolveu a tese de que a violência urbana era um subproduto de “*áreas criminais*”, onde a degradação e a exclusão alimentavam práticas violentas. Neste sentido, a organização urbana exerceria um papel fundamental na definição das áreas onde a criminalidade poderia emergir.⁵⁷ As políticas de controle social deveriam então se voltar para as “*zonas criminógenas*”. Como se formariam tais zonas? Elas seriam o resultado da competição intrínseca à *ecologia humana* da cidade, segundo a qual os mais fortes acabam sempre ocupando os melhores lugares.⁵⁸

Concentrando massas isoladas nas periferias das cidades em condições de extrema pobreza e desorganização social, os rápidos processos de urbanização provocariam um rápido incremento nas taxas de criminalidade. Segundo esta teoria sociológica, as novas variáveis estruturais produziriam os atores centrais deste problema: as “*classes perigosas*”. Estas seriam formadas por grupos urbanos que experimentam intensamente a dissociação entre aspirações socialmente prescritas e seus meios de realização. Difundida nos anos que serão por nós analisados, estas concepções funcionaram como princípios operatórios da atividade policial e judicial.⁵⁹ Ironicamente, em boa medida, foi a vigilância policial sobre o cotidiano dos pobres das cidades que nos possibilitou conhecer vários detalhes de suas

⁵⁵ FRENCH, John D. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas-SP: UNICAMP, 2006, p. 397.

⁵⁶ ROLIM, Rivail Carvalho. *Op. Cit.* P. 184-185.

⁵⁷ TANGERINO, Davi de Paiva Costa. *Crime e cidade: violência urbana e a Escola de Chicago*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 1-111.

⁵⁸ PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. *Introduction to the science of sociology*. Chicago: University of Chicago, 1921, p. 508-574.

⁵⁹ Antonio Luiz Paixão adverte que: “a ação dos membros da ação policial se orienta por teorias de senso comum, estereótipos e ideologias organizacionalmente formuladas que, se tornam mais ‘econômica’ a ação policial (na medida em que esta é orientada para a vigilância e controle de populações previamente definidas como ‘potencialmente criminosas’), contribuem para que essa associação entre marginalidade e criminalidade assuma contornos de uma ‘profecia auto cumprida’” (PAIXÃO, Antonio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 20-21).

experiências. O poder penal constituiu um enorme volume de registros que retroalimentaram seus pressupostos autoritários (plutocráticos) e serviram como instrumento de controle social.⁶⁰

Neste estudo, tentamos perceber e problematizar a polifonia presente nos processos judiciais. Analisamos 300 processos (de lesões corporais, furto, sedução, estupro, etc.), que foram coletados no Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá (doravante AFCM). Dividimos a análise destes documentos em dois momentos: 1º) a análise longitudinal, na qual procuramos perceber os princípios organizadores, a sequência dos atos e as contradições existentes no interior de cada um dos autos; 2º) e a análise transversal, na qual reunimos fragmentos de diversos autos a partir de determinada temática. Deste segundo momento avançamos para uma confrontação dos fragmentos separados dos autos com as informações contidas em outras fontes. Como muitos dos sujeitos que constituíram a história da urbanização de Macapá estão vivos, realizamos uma série de entrevistas e constituímos narrativas onde a história de vida de cada depoente se entrelaça com a história desta cidade.⁶¹ Tais narrativas foram comparadas com os processos-crimes. Outra fonte também abundantemente utilizada neste estudo e confrontada com depoimentos e autos policiais e judiciais foram os artigos de periódicos

⁶⁰ Nas palavras de Foucault: “*temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados*” (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987, p. 27). Mas, não foram somente os aparelhos estatais de controle que procuraram os pobres como, insistentemente, nos tem lembrado muitos historiadores. Os pobres também procuraram a polícia e o poder judiciário para, através deles, resolver seus conflitos e para, por meio deles, gerar um novo equilíbrio de forças dentro de uma situação de crise. Ir à delegacia, como demonstraremos ao longo deste trabalho, fazia parte do conjunto de *táticas* utilizadas pela classe trabalhadora para afirmar ou recuperar a sua cidadania urbana. Quando o Estado apregoa que a lei deve ser o princípio regulador das relações sociais, além de tentar legitimar um instrumento de controle social, ele está criando um mecanismo que restringe o próprio exercício da dominação (inviabilizando uma total intromissão dos poderes dominantes na vida dos dominados). Assim, mesmo a Polícia pode se tornar objeto de denúncia e ter que cortar “*a própria carne*”. Dirigentes e subalternos pagam um preço por viverem sob o *domínio da lei*. Ainda que não reste dúvida de que o preço pago por estes últimos seja muito mais alto. Neste sentido, E. P. Thompson, no seu eruditíssimo *Senhores e caçadores*, referindo-se à Inglaterra do século XVIII, argumenta: “*não só os dominantes (na verdade, a classe dominante como um todo) estavam restringidos por suas próprias regras jurídicas contra o exercício da força direta e sem mediações [...], como também acreditavam o bastante nestas regras, e na retórica ideológica que as acompanhava, para permitir, em certas áreas limitadas, que a própria lei fosse um foro autêntico onde se tratavam certos tipos de conflitos de classe*” (THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 356).

⁶¹ Dividimos o trabalho de produção de depoimentos em três momentos: preparação das entrevistas; sua realização; e tratamento do material produzido. A preparação da entrevista implica: o estudo prévio do seu tema; a seleção de pessoas a serem entrevistadas; a montagem de um roteiro de questões; e a verificação do ambiente e equipamento de gravação. Na realização da entrevista, o entrevistador deve adequar-se ao ritmo do entrevistado e deve ser sensível aos fatores que interferem no andamento da entrevista, para considerá-los durante a análise. Na interpretação e análise da entrevista é preciso estar atento às intenções do entrevistado (e do próprio entrevistador). É preciso também analisar a entrevista como um todo, no qual as partes (conceitos, formas de se referir a fatos, lembranças cristalizadas, cacoetes de linguagem, etc.) se articulam, constituindo significados (ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da História. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202).

(jornais e revistas).⁶² Deste modo, realizamos a crítica documental, pois, nas palavras de Marc Bloch: “*só se estabelece, de fato, uma data, só se controla e, em suma, só se interpreta um documento por sua inserção em uma série cronológica ou um conjunto sincrônico [...]. Na base de quase toda a crítica inscreve-se um trabalho de comparação*”.⁶³

Percorrendo este complexo emaranhado de discursos, pudemos perceber que aquilo que a princípio era apresentado como legalmente garantido frequentemente ficava fora de alcance dos subalternizados. As promessas propagandeadas no bojo da expansão da fronteira da modernização não se tornavam realidade para a maioria daqueles que foram ao encontro delas. No primeiro capítulo deste estudo, apresentamos algumas das dificuldades mais agudas que os moradores empobrecidos de Macapá enfrentaram entre 1944 e 1964. Sem nunca ter pisado em Macapá, muitos migrantes sonhavam com este lugar, imaginando encontrar muitas oportunidades para melhorar a sua vida. Esses migrantes formaram rapidamente grandes bairros. A insuficiência do fornecimento de gêneros alimentícios na Amazônia era um fenômeno de longa duração. Mas, em Macapá, o súbito crescimento demográfico e os obstáculos criados pela Segunda Guerra Mundial fizeram tal problema ganhar proporções muito mais dramáticas do que ele antes tinha. Ao lado disto, a carestia tornava a sobrevivência um enorme desafio para os mais pobres. Os trabalhadores então criaram uma série de táticas para enfrentar a fome. Nesse capítulo, demonstramos que estas táticas resultavam de combinações de elementos oriundos da tradição e da improvisação.

A vulnerabilidade social e a inferioridade civil criavam nos trabalhadores uma sensação de insegurança em relação à continuidade da sobrevivência. Seringueiros, roceiros, castanheiros, garimpeiros, marítimos, carpinteiros, braçais, e outros que vieram para Macapá foram viver nas fímbrias da cidade, à margem de vários serviços. Aí, como evidenciamos no segundo capítulo, a solidariedade popular era um dos principais meios de garantir a sobrevivência e de fortalecer os laços horizontais de classe. A solidariedade comunitária suburbana era também a base das apropriações das oportunidades de trabalho. Tais oportunidades surgiram na cidade principalmente por causa do processo de *obreirização* — a abertura de várias construções de prédios e casas, que foi promovida: pelo governo, pelos empresários, pela Igreja e pelos novos moradores.

⁶² Um importante pressuposto que utilizamos na análise dos periódicos foi o seguinte: se, conforme afirma Jean-François Sirinelli, um jornal ou uma revista “*é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade*”, torna-se imprescindível identificar os grupos que estabelecem as linhas editoriais e as percepções que eles têm das demais frações da sociedade (LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 140).

⁶³ BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou, o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 109.

A luta cotidiana das mulheres pela sobrevivência é o tema que analisamos no quarto capítulo. A família era o núcleo fundamental desta luta. No interior das unidades domésticas eram elaboradas as principais táticas para o enfrentamento da insegurança estrutural. Aí as mulheres desempenhavam papéis vitais e, não raro, elas eram as únicas garantidoras da manutenção familiar. Não obstante isto, a Igreja e o governo estandardizavam um modelo familiar que relegava e enclausurava a mulher no espaço doméstico. Apesar de vários vetos ao corpo feminino terem o aval das mais amplas categorias sociais, era incomum as trabalhadoras seguirem estreitamente os parâmetros sociais hegemônicos. Com uma moral familiar muito mais elástica, elas frequentemente inventavam seu cotidiano de modo a se distanciar do estereótipo de ser dependente e submisso em relação ao marido ou amásio.

No quarto capítulo, o foco deste estudo recai sobre a solidariedade constituída nos momentos de divertimento e de religiosidade. Especialmente as festas são analisadas como efêmeras experiências de emancipação das interdições impostas pelos precários meios de sobrevivência dos trabalhadores e pelas investidas moralizadoras do Estado e da Igreja. Esta última também ampliou rapidamente sua envergadura institucional, com a formação de diversas paróquias, onde se fixavam padres. Missionários italianos procuraram depurar as práticas religiosas dos leigos, seguindo os princípios da ortodoxia eclesiástica. No catolicismo popular, os santos ocupavam um lugar central e eram frequentemente invocados para ajudarem os devotos na luta cotidiana pela sobrevivência. Identificamos a forte resistência destes devotos. Conforme veremos, diante de tal relutância, muitas vezes os clérigos recuaram.

No quinto e último capítulo, analisamos uma inovação fundamental nas táticas populares. Entre 1958 e 1964, ocorreu a formação de um amplo arco de forças: a organização de várias associações e diversos sindicatos de trabalhadores e o fortalecimento da oposição ao janarismo. Primeiramente, enfocamos a trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Amapá. Este partido realizou o principal e mais longo movimento de oposição aos apoiadores de Janary Nunes. A partir de 1958, o PTB formou uma firme aliança com alguns dos nascentes sindicatos amapaenses. Esta aliança teve como fundamento uma agenda comum de reivindicações, na qual o combate à insegurança estrutural tinha um lugar de destaque. Por outro lado, os janaristas permanentemente procuravam transformar os sindicatos em parte da base legitimadora de seu poder político. Ademais, trabalhadores (sindicalizados ou não) apropriaram-se da imprensa oposicionista para dar maior visibilidade a suas demandas.

Nestes cinco capítulos procuramos identificar as principais dificuldades que a urbanização macapaense impôs a trabalhadoras e trabalhadores. Ultrapassando a visão triunfalista de uma modernização alavancada, sobretudo, pelos poderes estatais, procuramos ir ao encontro dos dilemas cotidianos encarados pelos grupos subalternizados da capital do Território Federal do Amapá. Não foi nossa intenção esculpir uma imagem heroica de tais grupos. Tentamos, com afã, compreender as possibilidades que realmente estavam ao alcance deles e recuperar os critérios de suas escolhas, para, por fim, revelar a face mais humana — e, portanto, histórica — de seu modo de vida. Em poucas palavras, podemos afirmar que este trabalho é um inventário das táticas de sobrevivência dos trabalhadores da Macapá de outrora. Tendo vivido do pouco, este é o grande legado deles para a posteridade.

Capítulo I

As promessas da cidade: migração, urbanização e insegurança alimentar na foz do Amazonas

A cidade de Macapá passou por profundas metamorfoses em meado do século XX. Estava-se próximo do bicentenário de sua elevação a povoado (1758) e do centenário de seu título de cidade (1856)⁶⁴, quando jornalistas e poetas esmeraram-se em cunhar uma representação glorificadora para a “*estância das bacabas*”.⁶⁵ Uma imagem poética recorrentemente utilizada foi a da mulher vaidosa, que de forma desinibida expõe seus dotes aos admiradores. Para o articulista do jornal *Amapá* de 13 de setembro de 1953, Macapá, “*como as mulheres bonitas, também mostra sua vaidade frente do toucador onde realça sua fisionomia simpática e a sua mocidade atraente*”.⁶⁶ Neste mesmo ano, o poeta Waldomiro Gomes, em um singelo anagrama, rimava: “*Macapá — grácil morena, airosa, bela, serena*”.⁶⁷ Mas, foi uma mulher, a poetisa Aracy de Mont’Alverne, quem elaborou a representação literária mais famosa desta cidade. De seu poema *Macapá Cinderela* extraímos os seguintes versos:

Macapá já foi outrora
uma menina do mato...
tão pequena, tão franzina,
doentia, retraída,
e que vivia esquecida...
muito pálida e quieta,
era quase analfabeta...
[...].
Hoje a menina está moça
e ainda está crescendo,
já é por todos notada,
está se desenvolvendo.⁶⁸

Esta menina que estava virando moça (memorável ritual de passagem) era uma pequena vila rural que estava ganhando o aspecto de cidade moderna, com seus dramas e contradições. Esta transformação não foi tranquila e nem consensual. Pelo contrário, ela

⁶⁴ Macapá — cidade centenária [Editorial]. *Amapá*. Nº 768, de 06 de setembro de 1956, p. 1.

⁶⁵ Estudioso das línguas tupis, Teodoro Rodrigues argumentou que a palavra “Macapá” vem do tupi *macapaba*, ou seja, “*estância das macabas*” — e *mbac-caba* deu origem a palavra bacaba, que designa uma fruta polpuda parecida com o açaí (BUARQUE, A. A verdadeira origem da palavra “Macapá”. *Amapá*. Nº 747, de 24 de junho de 1956, p. 3).

⁶⁶ Macapá moderna. *Amapá*. Nº 468, de 13 de setembro de 1953, p. 8 [do 1º caderno].

⁶⁷ GOMES, Waldomiro. Macapá. *Amapá*. Nº 495, de 20 de dezembro de 1953, p. 2.

⁶⁸ MONT’ALVERNE, Aracy. Macapá Cinderela. *Amapá*. Nº 849, de 07 de julho de 1957, p. 2.

foi repleta de insurgências e resistências, de antagonismos e desilusões. As mudanças começaram a ser experimentadas a partir da criação do Território Federal do Amapá (pelo Decreto-Lei n. 5.8120, de 13 de setembro de 1943) e, mais concretamente, a partir da instalação do primeiro governo territorial, em 25 de janeiro de 1944. A criação dos territórios federais era o desdobramento de uma série de cogitações acerca da redivisão do Brasil e de uma preocupação com as zonas que — na visão de vários intelectuais, militares e governantes — permaneciam “*escassamente povoadas*”. Os principais objetivos da federalização destas zonas eram: promover o povoamento e alavancar a produção de excedentes comercializáveis.⁶⁹

Uma das questões discutidas logo após a criação do Território Federal do Amapá foi a confirmação ou não da cidade de Amapá como capital territorial.⁷⁰ Getúlio Vargas recebeu vários telegramas no final do ano de 1943, sugerindo que o *status* de capital fosse transferido para Macapá. No parecer que encaminhou ao presidente, o governador Janary Gentil Nunes listou uma série de razões que, a seu ver, faziam de Macapá uma melhor escolha: a) esta era “*a principal cidade do Território*”; b) estava mais bem situada em relação às demais regiões do Amapá (podendo, sem grandes dificuldades, estabelecer contatos com o norte e o sul do Território); c) seus portos eram acessíveis a grandes navios em qualquer época do ano; d) possuía terras excepcionalmente próprias para a agricultura e a pecuária; e) tinha a possibilidade de se desenvolver sem a necessidade de grandes investimentos em aterros e drenagens; f) estava mais bem saneada; g) a existência da Fortaleza de São José de Macapá e a paisagem do rio Amazonas davam-lhe grande potencial turístico; h) apresentava maiores facilidades de navegação até Belém (de onde vinham “*todos os suprimentos*”), seja pela costa oceânica, seja pelas vias fluviais; i) estava já destinada a ser o futuro ponto de partida da rodovia Macapá-Clevelândia; j) e era “*a cidade mais tradicional no passado do Território*”, pois nela ocorreram lutas de brasileiros e portugueses para a expulsão de ingleses, holandeses e franceses.⁷¹

⁶⁹ Os Territórios Federais: a finalidade de sua criação. *Amapá*. Nº 6, de 05 de maio de 1945, p. 4.

⁷⁰ A cidade de Amapá foi definida como capital do Território Federal do Amapá pelo Decreto nº 5.839, de 21 de setembro de 1943.

⁷¹ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. Cit. P. 134.

Imagem 1: Mapa do Território Federal do Amapá (1954).

Neste arrazoado, Janary Nunes também apontou os motivos que, segundo sua perspectiva, tornavam a manutenção de Amapá como capital territorial uma escolha pouco promissora: a) seus portos só permitiam o franco acesso a pequenas embarcações; b) estava sujeita ao fenômeno da pororoca, que podia destruir embarcações (impossibilitando a navegação durante alguns dias do ano); c) foi construída numa estreita linha de terra, entre águas que não permitiam a sua expansão; d) seria mais difícil exercer sua ação sobre as regiões de Mazagão e do Jari.⁷² Segundo o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, após uma série de viagens ocorrida nos primeiros meses de 1944, aquele governador ficou impressionado com o estado de abandono e de decadência em que se encontravam os núcleos urbanos amapaenses, inclusive o de Amapá. Se a vila de Amapá havia sido famosa nos dias de “*Cabralzinho*”, neste novo contexto “*suas condições, principalmente sua situação geográfica, eram forças negativas mostrando a impossibilidade da capital do Território sediar ali*”.⁷³ Em 31 de maio de 1944, Macapá foi proclamada capital, pelo Decreto 6.550.

Tendo em mente um ambicioso projeto de modernizar a sociedade e a economia amapaenses, Janary e seus assessores capitanearam a realização de um conjunto amplo de obras e a criação de diversos novos serviços. Os membros da classe dirigente territorial nutriam uma forte confiança de que a racionalidade técnica poderia alterar radicalmente o *modus vivendi* predominante no vale amazônico e viam com desdém a rotina de roceiros e extrativistas, faiscadores e pescadores, regatões e indígenas. Estes eram percebidos como pobres (ou miseráveis), primitivos, doentes, ignorantes e, sobretudo, incapazes de gerar o próprio desenvolvimento socioeconômico. Esta caracterização do homem amazônico era um elemento fundamental na legitimação da autoproclamação do governo janarista como “*a mão redentora*” que retiraria o Amapá do histórico atraso na sua caminhada rumo ao estado pleno de civilização. Como argumentamos em outro estudo, a educação era uma estratégia importantíssima desta modernização autoritária.⁷⁴ Nesta tese, porém, enfocaremos as contradições da pedagogia da cidade, isto é, da projeção de Macapá como símbolo máximo da vitória do homem sobre a natureza e da superação do propalado atraso regional. Iremos também demonstrar (neste e nos demais capítulos) que a vida na capital do Território Federal do Amapá, mais do que resultado de projetos draconianos, era fruto das práticas de trabalhadoras e trabalhadores, que inventavam cotidianamente os sentidos dos lugares da nova *urbe*.

⁷² *Ibidem*, p. 134.

⁷³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949, 125.

⁷⁴ LOBATO, Sidney da Silva. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

Eulice de Souza Smith (que nasceu em 1912) resumiu com a seguinte frase a lembrança que tinha da Macapá do final da década de 1940: *“aqui, quando chegamos, tive a impressão de que estava, vamos dizer, num lugar do interior que estão limpando pra fazer uma vila”*. Para lembrar a expressão de Aracy Mont’Alverne, Macapá estava perdendo aquele aspecto de *“menina do mato”* — novas ruas e avenidas eram abertas, praças, escolas, hospital e casas de alvenaria eram construídas... Era possível enxergar, em diversos pontos, trabalhadores erigindo paredes, assentando janelas e coberturas. A procura por mão-de-obra para a realização de tais construções atraiu muitos imigrantes das regiões circunvizinhas. Eulice de Souza Smith também recordou que *“já tinha muita gente”* e que *“para um Território não era muita gente; mas, pra uma vila tinha muita gente”*.⁷⁵ O vertiginoso crescimento populacional na nova capital gerou impactantes consequências para a vida urbana que aí se esboçava. Nos próximos parágrafos, demonstraremos os principais desdobramentos deste *boom* populacional no cotidiano macapaense. Começaremos, porém, abordando os limites e contradições do projeto janarista de criar uma ordem social moderna, através de um conjunto de obras e serviços urbanos.

Os apologistas do pensamento nacionalista autoritário afirmavam que o atraso da Amazônia derivava: primeiro, da presença rarefeita do homem nesta imensa região; e, segundo, da secular submissão deste homem em relação à natureza. O extrativismo, o nomadismo e o endêmico impaludismo eram apresentados como estigmas daqueles que, além de embrenhados nas florestas, estavam rendidos pelo gigantismo das forças naturais.⁷⁶ Essa visão desoladora (que nos é apresentada por numerosas e diversas fontes) simplifica e detrata a experiência extremamente complexa e, em muitos aspectos, vitoriosa de homens e mulheres que descobriram, num longo contato com o meio natural, como, a partir dele, produzir o necessário para a vida. Se para o ribeirinho agroextrativista a natureza era (e é) uma aliada vital, para os arautos da modernidade ela era uma inimiga a ser derrotada e domesticada. E esta derrota poderia advir somente do emprego do trabalho tecnicamente

⁷⁵ Eulice de Souza Smith (nascida em 1912) foi entrevistada no dia 30 de abril de 2008. Nos anos 50, ela foi secretária escolar na Escola Industrial de Macapá e na Escola Normal de Macapá.

⁷⁶ A proposição da ruralização da sociedade brasileira — e especialmente dos chamados *sertões* — remontava às ideias reformistas formuladas por Alberto Torres, no início do século XX. Influenciado por Torres, Oliveira Vianna via no ruralismo uma propícia estratégia de desproletarização das classes trabalhadoras. Vianna postulava a formação de uma grande classe de pequenos proprietários rurais, como meio de prevenir o êxodo rural, as tensões urbanas e o desenvolvimento dos movimentos de cunho socialista. Nos anos 40 e 50 do século XX, inspirados neste ideal ruralista, os agentes do planejamento governamental tentaram antecipar-se a qualquer movimento espontâneo e modernizar o Norte do Brasil. Discutimos como a Amazônia foi percebida e caracterizada por autores vinculados ao pensamento nacionalista autoritário em: LOBATO, Sidney da Silva. Estado, nação e região na obra de Arthur Cezar Ferreira Reis. *Diálogos*. Maringá: UEM/ DHI, vol. 13, nº 3, 2009, p. 625-642.

orientado. A modernidade — na Amazônia como alhures — deveria ter como base a ética do trabalho disciplinado, gerador de um novo homem (aquele divorciado da natureza).

Nesta perspectiva, urgia ocupar e valorizar economicamente o vale amazônico para que ele, definitivamente, se integrasse ao restante do país, sobretudo aos centros de maior poder econômico e político. Entre 1944 e 1964, o Amapá fora apresentado como um espaço onde, enfim, se provou ser possível o “*caboclo*” agigantar-se e sair vitorioso na sua luta *contra* a natureza. Isto teria sido resultado das operosas ações governamentais. Tanto nacionalistas antiliberais quanto deterministas tinham em comum a percepção negativa das formas tradicionais de subsistência e ambos (fascinados pela modernidade dos países industrializados) pregavam a necessidade urgente de superá-las como a um estágio atrasado de civilização. Este objetivo era abraçado pelos militares como uma missão de salvação nacional. Isto derivava, em grande parte, de uma herança positivista do Exército, que forjou a figura do *soldado-cidadão* (para quem estava sempre aberta a possibilidade da atuação política, no sentido de colaborar para o progresso do Brasil). Desde a Proclamação da República, a ideia do *soldado-cidadão* passou a compor a justificação das intervenções militares no campo político.⁷⁷

Janary Gentil Nunes estudou na Escola Militar do Realengo que, junto com a Escola da Praia Vermelha, era o principal centro militar de difusão dos postulados positivistas, desde fins do século XIX. Acreditamos que Escola Militar foi o lugar onde a ideia de que a política era um eficaz meio de modernização social se cristalizou na personalidade de Janary. Ele governou o Amapá de 1944 até 1956⁷⁸, e se manteve a frente do governo territorial neste longo período graças a uma constante articulação com membros dos grupos hegemônicos no cenário político nacional e a uma permanente peleja pela máxima adesão dos amapaenses aos ideais do seu governo. Mesmo depois de 1956, Janary continuou exercendo decisiva influência na política amapaense, inclusive na escolha dos governadores. Porém, a partir de 1964, a nova cúpula militar procurou expurgar o maior número possível daqueles que receberam qualquer tipo de apoio do presidente deposto (João Goulart). Janary passou então a sofrer uma série de adversidades a nível local.

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 25. Alfredo Bosi afirma que, ao contrário do que se convencionou pensar, os militares comtianos não desapareceram totalmente do cenário político brasileiro após o fim do governo de Floriano Peixoto. No Exército e nos estratos dirigentes gaúchos o positivismo continuou a racionalizar interesses e vontades (BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. Sobre um enxerto de ideias de longa duração. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 280).

⁷⁸ Era uma prerrogativa do presidente da República a escolha dos governadores dos territórios federais.

Em 1962, com o objetivo de alcançar o maior número possível de adesões para a sua candidatura de deputado federal, Janary lançou o livro *Confiança no Amapá*, que reúne relatos de políticos e intelectuais sobre as impressões que tiveram ao visitar o Território (ou viver nele). Esta coletânea foi concebida como um inventário de descrições do primeiro governo territorial, de caráter testemunhal e idôneo. Neste livro temos, por exemplo, o relato de Inácio Moita (de 1950), que, em 1931, havia sido juiz de Macapá. Segundo Moita, “no Território do Amapá, o homem recupera-se a si próprio e lenta mais [sic.] obstinadamente já vai sendo senhor do seu próprio destino, e como o rio, o seu lendário rio, é um rei construindo o seu reino”. Em tal perspectiva, as obras que se realizavam no Amapá constituíam uma ruptura com aquele tempo em que a selva punia implacavelmente aqueles que ousavam tentar abrir os seus arcanos.⁷⁹ Este tempo era visto como um estágio primitivo do evolucionismo histórico. E, por isso, o chefe do Departamento de Migrações do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), Alcino Teixeira de Mello, em publicação de 1956, referindo-se ao nordestino que fora para Amazônia na primeira metade do século XX, afirmou: “*pertencendo embora a fase superior da civilização, teve que contrariar seus próprios instintos e desprezar as influências sócio-econômicas de sua herança, para adaptar-se a um estado selvagem e inferior, e praticar a primitiva economia florestal*”.⁸⁰

Gentil Nunes propalava sempre que podia que o “caboclo” não estava fadado a ficar neste estado selvagem *ad aeternum*, pois possuía um vigor que, se disciplinado, lhe possibilitaria erguer a civilização nos sertões. Desta convicção é que se originava sua confiança no Amapá.⁸¹ A urbanização do espaço macapaense foi apresentada como prova da capacidade criadora do caboclo bem dirigido. Dez anos depois de instalado o primeiro governo territorial, exclamara o então deputado Menotti del Picchia: “*e surgiu Macapá moderna, modelo setentrional da capacidade brasileira de organização*”.⁸² O tema da “organização” da sociedade tinha um lugar especial na retórica dos agrupamentos políticos de meado do século passado. Décadas antes, quando o modelo autoritário de Estado não era hegemônico, autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres afirmavam que era necessário fazer a sociedade brasileira passar da composição amorfa e ameboide para uma estrutura

⁷⁹ MOITA, Inácio. “Um rei construindo seu reino”. In: NUNES, Janary Gentil (org.). *Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1962, p. 43.

⁸⁰ MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956, p. 23.

⁸¹ No relatório de sua visita ao Amapá, ocorrida no ano de 1947, o técnico do Conselho Nacional de Geografia Jorge Pereira de La Roque afirmou que: Janary Nunes “*considera o caboclo a melhor fortuna territorial e que diz que tratá-lo, educá-lo, elevá-lo, enriquecê-lo, deverá ser a diretriz de toda a atividade do governo, porque constitui, em essência, a garantia da penetração e da exploração da gleba e o fator mais precioso de segurança de nossas fronteiras*” (LA ROQUE, Jorge Pereira de. *Viagem ao Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE e CNG, 1950, p. 321).

⁸² DEL PICCHIA, Menotti. Obra de quem? Dêsse tenaz fazedor de milagres: governador Janary Nunes. *O Estado de São Paulo*. Número do dia 25 de janeiro de 1954.

baseada na diferenciação funcional.⁸³ A apologética do Estado forte, interventor e subjugador de uma nação imatura e/ou defeituosa ganhou força nas décadas de 1930 e 1940. A nação brasileira, neste caso, desprovida de uma autoconsciência, não tinha condições de engendrar o próprio desenvolvimento, ou a sua emancipação em relação ao imperialismo econômico estrangeiro. Ela precisaria, portanto, do direcionamento firme dos iluminados: governo e intelectualidade.⁸⁴

Para Del Picchia, como ladrilhador, o primeiro governador do Amapá implantava a simetria urbana (reflexo de uma organização social perfeita), pois “*num rincão árido, rico, porém, de passado e de história [...], surgiu o esquema de uma capital moderna, já riscada na medida da grandeza que a espera de futuro*”.⁸⁵ Na verdade, quando fundara a Vila de São José de Macapá (em meado do século XVIII), o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado dividira o espaço habitado dela em quadras simetricamente dispostas.⁸⁶ A novidade, portanto, não estava no traçado do arruamento macapaense, mas no fortalecimento da ação governamental, que procurava, por meio da urbanização, criar uma inédita diversificação ocupacional e uma mais rígida hierarquização social. Dar acabamento à *solidariedade orgânica* existente em Macapá já antes de 1944 era um dos sentidos do projeto janarista. Este ano representava, nos discursos oficiosos, o momento de uma inflexão radical na história desta cidade. Comentando sobre a Macapá de 1931, Moita afirmou: “*a cidade não era mais do um burgo pôdre, abandonado de Deus e dos homens,*

⁸³ Ver: CANCELLI, Elizabeth. *Estratégias para o flagelo*. Dissertação de mestrado em História do Brasil defendida na UNICAMP, 1984, p. 13-16; e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, Helena Carvalho de; e COSTA, Wilma Peres (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 124.

⁸⁴ Torres preconizava que os intelectuais possuíam uma missão de salvação nacional, que implicava na sua participação direta na política do Estado, junto às classes dirigentes. É neste sentido que assevera: “*tenho procurado, em meus estudos, chamar a atenção de meus patrícios e, particularmente, dos que nos governam, para este fato, comum às nacionalidades modernas de origem colonial, mas, no Brasil, excepcionalmente notável: a ausência do espírito nacional ‘prático’, da solidariedade patriótica fundada na consciência dos interesses comuns a todos agrupamentos políticos, religiosos, econômicos, geográficos, comerciais e industriais. Esta solidariedade, quase instintiva nas velhas nações, onde é obra secular de relações, de trocas e de apoio mútuo, só pode surgir, em novas e extensas nacionalidades, com a forma de um móvel consciente e como conhecimento objetivo das necessidades permanentes do país, superiores às divergências e divisões do presente e à sucessão das gerações. No Brasil, com mais forte razão, o estudo da síntese nacional, e o trabalho de educação da opinião e de arregimentação dos espíritos em torno de um programa e de um ideal, é, por força da nossa conformação geográfica, mais difícil e mais necessário*”. Alberto Torres atribui à elite política — da qual fariam parte os intelectuais — a missão de consolidar a “*solidariedade patriótica*” ou, em outras palavras, de levar a nação ao estado de maturidade. (TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*: introdução a um programa de organização nacional. 3 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1978, p.85).

⁸⁵ Sequência do texto anteriormente citado.

⁸⁶ Para Renata Malcher de Araújo e Rafael Moreira, Macapá foi um dos mais eloquentes exemplos do *estilo pombalino*, que substituiu aquele traçado tendencialmente regular (manuelino e renascentista) por um modelo absolutamente regular e equilibrado — “*uma disciplina de régua-e-esquadro imposta ao caos medieval*” (ARAÚJO, Renata Malcher de; e MOREIRA, Rafael. A engenharia militar do século XVIII e a ocupação da Amazônia. In: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses. Portugal. *Amazônia Felsinea*: António José Landi: itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 180).

com uma população mal passando de mil habitantes, duas dezenas talvez de velhos prédios, resto de uma época já longínqua, de fartura e opulência; no mais, tugúrios, marasmo e miséria, onde tudo atestava tristeza, desânimo e apatia".⁸⁷

"Moderna" era o adjetivo utilizado pelos membros da classe dirigente territorial para representar o novo momento histórico da Macapá do pós-1944. Através da realização de obras e serviços, os janaristas procuraram alterar o perfil predominantemente rural deste lugar.⁸⁸ Concomitantemente, a imagem da capital do Amapá era utilizada como símbolo da vitória do homem sobre as adversidades impostas pela natureza amazônica e da nova organização social baseada na ética do trabalho, na família higienizada, na obediência às leis e às instituições públicas. Os próceres do governo territorial viam na urbanização macapaense um claro indicativo de que o Amapá estava acordando para o progresso.⁸⁹ As mudanças na paisagem desta cidade eram divulgadas nas páginas do jornal *Amapá*, através de fotografias com a legenda "*Macapá moderna*".⁹⁰ Exposições fotográficas e exhibições de filmes foram realizadas em diversos estados brasileiros para difundir as inovações realizadas nesta capital.⁹¹ Um grande esforço foi feito pela administração territorial para transformar Macapá num ícone da modernidade amazônica.⁹² Tal iconização era uma estratégia para atrair (para o Território) trabalhadores tecnicamente qualificados e para ampliar o número de apoiadores de Janary Nunes no cenário político nacional.⁹³

⁸⁷ MOITA, Inácio. *Op. Cit.* P. 39.

⁸⁸ Giorgio Mortara (consultor técnico do IBGE), se referindo a população do Amapá no ano de 1940, afirmou: "*no sentido demográfico, toda a população do Território pode ser considerada rural, não existindo nenhuma verdadeira aglomeração urbana*" (MORTARA, Giorgio. *A população de fato do Território Federal do Amapá nas suas novas fronteiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 1944, p. 2 [mimeografado]).

⁸⁹ O Amapá acordou para o progresso. *Amapá*. Nº 202, de 25 de janeiro de 1949, p. 5. Em 1951, Aderbal Melo, então Diretor do jornal *Amapá*, ressaltava que "*a alma do povo, como que acordada de um profundo sono doentio, erguen-se e sacudiu de si a poeira sertaneja que a tornava triste e apática. E começou a fortalecer-se de civismo, de brasilidade realizadora, de alegria de vitória*" (MELO, Aderbal. O Amapá social [seção: Bazar]. *Amapá*. Nº 349, de 24 de novembro de 1951, p. 2).

⁹⁰ Em um artigo ilustrado com três grandes fotografias (do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, da Praça Barão do Rio Branco e da construção do Fórum de Macapá) e intitulado "Macapá constrói e cresce", o articulista do jornal *Amapá* afirma: "*as ilustrações desta página, as últimas colhidas pelo fotógrafo, dão bem uma ideia ao leitor distante, da civilização que se alastra na cidade riscada pela linha do Equador, atestando a capacidade do homem da Amazônia, que se vem esforçando para concretizar os fins que ditaram a criação deste Território*" (Macapá constrói e cresce. *Amapá*. Nº 358, de 25 de janeiro de 1952, p. 7). Ver também: Macapá moderna. *Amapá*. Nº 306, de 25 de janeiro de 1951, 3ª seção, p. 5.

⁹¹ A título de exemplificação, destacamos: Filmes sobre o Território exibidos no Rio de Janeiro. *Amapá*. Nº 344, de 20 de outubro de 1951, página suplementar; Exposição fotográfica sobre o Amapá. *Amapá*. Nº 371, de 26 de abril de 1952, p. 6; Filmes do Amapá rodados em Minas Gerais. *Amapá*. Nº 413, de 12 de fevereiro de 1953, p. 1.

⁹² Em um artigo intitulado "*Ritmo de Macapá*", o advogado e escritor Aderbal Melo destacou: "*Macapá, nome que se projetou nos quatro cantos da Pátria e transpôs as barras internas para tornar-se conhecido no estrangeiro [...]. E para a sua audaciosa construção tudo foi mobilizado [...], esforços homérico [sic.] de todos os minutos, sem colapso, que lograram afastar-las estreitezas de uma vida nostálgicamente primitiva*" (MELO, Aderbal. Ritmo de Macapá. *Revista do Amapá*. Macapá: Serviço de Informações do Território Federal do Amapá, ano 2, nº 7, 1948, p. 6).

⁹³ Sobre o processo de iconização: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A fotografia como documento — Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo*. Rio de Janeiro,

No início de 1944, poucas construções destacavam-se na topografia macapaense. Arthur de Miranda Bastos assim descreveu a visão que teve do alto, quando chegava de avião a este núcleo populacional: “*Macapá pareceu-me muito pitoresca*”, e continuou, “*grupos de coqueiros aqui e ali, uma igreja de paredes branquinhas, as construções do aeroporto, pintadas de novo, as muralhas escuras, manchadas de musgo, da velha e imponente fortaleza, e, mais visível ainda, a comprida ponte de madeira, avançando da praia barrenta sobre o Amazonas [...]*”.⁹⁴ A partir de seus primeiros contatos, Janary descreveu assim a situação que encontrou na sede do Território: “*falta de habitações, dificuldade de desembarque, comércio pobre e sem estoque de mercadorias [...], exigência de pessoal vindo de fora, enfim, um amontoado de necessidades, cada qual mais imperiosa e urgente*”. Para complicar a realização de qualquer plano que ele quisesse traçar, o orçamento era incerto e estava permanentemente sujeito a reduções.⁹⁵ Uma das primeiras preocupações deste governador foi a limpeza da frente de Macapá — com a retirada do amontoado de troncos de árvores atirados pela maré nas margens do rio Amazonas e do grande matagal que cercava a Fortaleza de São José.

No mês de maio de 1944, foi realizado um levantamento para a localização de áreas com materiais que pudessem ser utilizados nas construções públicas: pedras, areia, madeira e barro (para a fabricação de tijolos e telhas). O resultado deste levantamento foi considerado satisfatório pelo governo.⁹⁶ Eloi Nunes, um dos assessores de Janary, procurou os carpinteiros locais que conheciam as áreas onde as madeiras aproveitáveis poderiam ser encontradas. A estes se juntaram os carpinteiros e pedreiros vindos do Pará e do Nordeste. O ritmo de trabalho era intenso e, no começo, quase todo o material vinha de Belém... No final de 1946, o governo tentou estimular a população local com o seguinte aviso: “*precisa-se de pedra lavrada, retirada da margem do igarapé*”. E em seguida: “*pode-se fazer contrato para a compra de um só fornecedor, ao preço de 50 centavos por lata*”.⁹⁷ Uma pequena olaria foi logo construída; mas, sua capacidade inicial de produção era modesta (o que obrigava o governo a importar da capital paraense tanto tijolos quanto telhas).

Até meado de 1944, o planejamento e a realização das obras ficaram sob a responsabilidade do arquiteto José Vitor Contreiras (diretor da Divisão de Obras), que então foi substituído pelo engenheiro Hildegardo da Silva Nunes. As edificações, em geral,

vol. 7, nº 14, de janeiro de 2003, p. 131-151; e LIMA, Solange Ferraz de; e CARVALHO, Vânia Carneiro. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKI, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 29-61.

⁹⁴ BASTOS, A. de Miranda. *Op. Cit.* P. 6.

⁹⁵ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944. Op. Cit.* P. 6-7.

⁹⁶ Segundo o governador Gentil Nunes: “*esse estudo preliminar apresentou excelentes resultados e firmou a convicção de que a capital do Território dispõe dos fatores indispensáveis à formação de uma bela e moderna cidade*” (*ibidem*, p. 98).

⁹⁷ Pedra para construções. *Amapá*. Nº 60, de 11 de maio de 1946, p. 4.

procuravam criar ambientes adequados ao clima, com aproveitamento da luz e da ventilação, além de avarandados para amenizar a insolação equatorial. As construções de alvenaria seguiam o estilo colonial e foram agrupadas na área próxima ao centro histórico de Macapá, no entorno da antiga Catedral de São José. A Praça Capitão Assis de Vasconcelos (atualmente denominada Veiga Cabral) e a Praça Barão do Rio Branco eram quase contíguas (separadas apenas por uma quadra). Juntas, congregavam o arco dos poderes que tentavam estabelecer as diretrizes para a vida na nova capital: o governo (sede administrativa, casa do governador e residências para os diretores das divisões), a Igreja (a velha catedral e, posteriormente, a casa episcopal) e os grandes proprietários (as lojas e as oficinas dos mais endinheirados). No início dos anos 50, foram inaugurados os prédios da Agência Postal e Telegráfica, do Fórum de Macapá e a Escola Industrial de Macapá. O primeiro ficava (e fica) na Praça Barão do Rio Branco, enquanto o segundo e o terceiro se localizavam em áreas adjacentes. Esta concentração de construções mais pesadas no quadrilátero formado pelas referidas praças fortalecia a imagem da superioridade dos poderes aí dispostos.

Imagem 2: Fotografia da “Macapá moderna”, no início da década de 1950.

Uma obra imponente deste centro político-social edificado era o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, cuja inauguração ocorreu em dezembro de 1944. Com capacidade de receber 480 alunos, este Grupo Escolar foi construído com tijolos de concreto e telhas tipo “*Marselha*”. Ele estava localizado em um ponto de

destaque do novo centro urbano macapaense para, juntamente com os demais prédios, ser um monumento das mudanças pretendidas pela administração territorial.⁹⁸ Ele também

⁹⁸ O modelo denominado de grupo escolar (que reunia diversas salas, cada uma com um nível ou série diferente de ensino) foi implantado pela primeira vez no Brasil em 1893, no Estado de São Paulo — onde aparecia como símbolo da educação inovadora que se queria implantar junto com a República. Marcus Levy Bencostta, comentando os significados políticos dos grupos escolares no início da fase republicana brasileira, afirma que “*a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornassem visíveis, enquanto signos de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime*”. Junto com a nova experiência dos grupos escolares surgiu a figura do diretor escolar, bem como a maior

fazia parte de um complexo chamado pelo governo janarista de Centro Educativo de Macapá, que contava com: o Cine-Teatro Territorial (anexo deste Grupo), o Campo Agrícola, a Cooperativa Escolar, a Estação Radiodifusora, o Posto de Puericultura e a própria Praça Barão do Rio Branco (com suas quadras esportivas e *playground*). Com o Hotel Macapá (levantado na orla da cidade) e a residência do governador, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco compunha o grupo das três edificações mais vultosas iniciadas em 1944.⁹⁹

A adoção do estilo colonial em quase todas as construções de alvenaria do governo estabelecia uma espécie de linguagem arquitetônica oficial, demarcadora da presença do poder governamental. Porém, na medida em que o caminhante se afastava deste centro político-social, estes sinais que davam visibilidade ao poder estatal tornavam-se mais e mais rarefeitos. As vilas residenciais já não eram de alvenaria, e sim de madeira, e a infraestrutura urbana aos poucos desaparecia... Antes de 1944, o problema do abastecimento de água em Macapá era resolvido recorrendo-se ao caudaloso rio Amazonas, aos igarapés e aos poços cavados pela população. Cada poço tinha um nome próprio, como o São José, o Sete de Outubro e, o mais conhecido, o Poço do Mato. Como medida temporária e paliativa, novos poços foram cavados — por exemplo, para abastecer a vila “Presidente Vargas”, onde residiam os técnicos do governo — e os antigos receberam novos abrigos e anéis de tijolos.¹⁰⁰ Esses tradicionais locais de abastecimento eram espaços de encontros diários dos moradores de Macapá, e principalmente das mulheres que cuidavam dos serviços de casa, que eram empregadas domésticas ou lavadeiras.¹⁰¹

preocupação com os recursos de aprendizagem e com a sistematização dos conteúdos através da seriação e da “*lição das coisas*” — o que motivou o uso do livro didático (BENCOSTTA, Marcus Levy. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 70).

⁹⁹ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. Cit. P. 99. Em 1955, existiam em Macapá alguns espaços edificados que superavam em tamanho estas três obras. O principal deles era o prédio da Unidade Sanitária Mista, depois denominada de Hospital Geral (Governo do Território Federal do Amapá: relação de construções efetuadas pelo Govêrno do Território até 31 de agosto de 1955. *Amapá*. Nº 667, de 13 de setembro de 1955, p. 4).

¹⁰⁰ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. Cit. P. 100.

¹⁰¹ Retornaremos a este tema no Capítulo 3.

Imagem 3: Planta da cidade de Macapá (1977).

Os poços, contudo, eram apontados como parte intrínseca da Macapá atrasada, que deveria ficar no passado. Na perspectiva do projeto de construção de uma Macapá higiênica e moderna, os poços empiricamente construídos representavam uma ameaça à saúde pública. Em 1944, Hildegardo Nunes ressaltava: “as fossas absorventes existentes nos quintais das casas, quase sempre próximas dos poços, a montante destes, em geral em terrenos porosos, não raro originam a contaminação das águas”.¹⁰² Além disso, os poços eram apontados como lugares propícios à reprodução dos anofelinos (transmissores da malária).¹⁰³ Em novembro de 1945, os técnicos do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), utilizando recursos oriundos de um convênio com o governo territorial, iniciaram os trabalhos para o fornecimento de água tratada e encanada. Um profundo e largo poço foi escavado nas mediações do Campo Agrícola. A água era daí bombeada e fluía por canos de ferro galvanizado para vários pontos da área urbana da capital.¹⁰⁴ A previsão dos técnicos em 1946 era de que 90% das casas da cidade teriam água, “com suficiente pressão e na quantidade necessária”, durante 24 horas por dia.¹⁰⁵ Neste mesmo ano, no dia 17 de agosto, tal serviço foi inaugurado com um alcance muito aquém do previsto. As torneiras com a água tratada se concentravam nas praças, onde tal líquido era colhido por uma pequena parcela da população macapaense, desde cedo da manhã.¹⁰⁶

No início dos anos 50, foram realizados estudos para a viabilização da ampliação do fornecimento de água em Macapá. Estes estudos previam o aproveitamento e tratamento do rio Amazonas.¹⁰⁷ Todavia, até 1964, isto não foi efetivado e o fornecimento de água tratada manteve seu alcance muito restrito. O censo de 1950 apontou que dos 7.117 domicílios existentes em todo o Território Federal do Amapá, apenas 308 possuíam água encanada — sendo que desses, somente 14 ficavam nas áreas suburbanas e 34 na zona rural.¹⁰⁸ A maior parte das residências assistidas por este serviço ficava em Macapá, que contava então com 3.926 domicílios. Em 1956, o número de prédios abastecidos com água da rede condutora em Macapá era de 752. Em 1967, a estimativa oficial era de que, até o

¹⁰² NUNES, Hildegardo *apud* NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. Cit. P. 109.

¹⁰³ O serviço de águas em Macapá. *Amapá*. Nº 72, de 03 de março de 1946, p. 1.

¹⁰⁴ Macapá vai ter água encanada. *Amapá*. Nº 45, de 26 de janeiro de 1946, p. 4. E também: Abastecimento de água potável em Macapá. *Amapá*. Nº 184, de 25 de setembro de 1948, p. 2.

¹⁰⁵ Abastecimento de água em Macapá. *Amapá*. Nº 58, de 27 de abril de 1946, p. 2.

¹⁰⁶ Para maior preocupação dos responsáveis pelo Serviço de Abastecimento de Água, não era raro deixarem tais torneiras ligadas, jorrando água à toa (Serviço de águas — apelo a população. *Amapá*. Nº 103, de 08 de março de 1947, p. 2).

¹⁰⁷ Ver: Estudos, em Macapá, para mais amplo abastecimento d'água. *Amapá*. Nº 330, de 07 de julho de 1951, p. 6; e O alargamento da rede de abastecimento d'água de Macapá. *Amapá*. Nº 423, de 22 de março de 1953.

¹⁰⁸ IBGE. Brasil. *Território Federal do Amapá: censos demográficos e econômicos*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1957, p. 77.

final deste ano, 908 prédios da capital estivessem ligados ao sistema público de abastecimento de água — a cidade já contava, porém, com mais de 8 mil domicílios.¹⁰⁹

A ampliação do fornecimento de água tratada era apresentada pelo governo como uma estratégia fundamental no combate às doenças intestinais e ao impaludismo. A Amazônia como um todo e o Amapá especificamente gozavam de uma péssima reputação no atinente à salubridade dos seus núcleos populacionais. Esta má fama foi fortalecida em 1925, quando os mais de 900 presos políticos (em geral anarquistas e comunistas) do Núcleo Colonial de Clevelândia (próximo de Oiapoque) sofreram um surto de doença que levou à morte um terço deles.¹¹⁰ Jornais como *O Combate* (ligado ao movimento tenentista) e *A Nação* (do Bloco Operário e Camponês, o BOC) faziam a denúncia dos padecimentos dos apenados de Clevelândia.¹¹¹ Janary apresentava sua política de saúde pública como uma obra que iria, enfim, transformar o *inferno verde* amapaense num lugar higienizado e promissor. Na palestra que proferiu para a abertura da VIII Exposição de Animais e Produtos Econômicos, este governador fez um balanço dos 11 anos de existência do Território Federal do Amapá e, dirigindo-se aos presentes, ressaltou: “*no saneamento foi quebrado o tabu que nos amesquinhava da fama de insalubridade*”.¹¹²

No relativo ao tratamento dos dejetos humanos, Alcino de Mello descreve aquilo que era uma prática habitual na maior parte da região amazônica habitada: “*à noite, homens, mulheres e crianças servem-se, para suas necessidades, do terreiro que circunda a barraca, sendo que, para micção, se limitam a exercê-la junto às próprias estacas da morada*”.¹¹³ Na avaliação do governo, o uso do pé descalço e a ausência de privadas anulavam a ação dos medicamentos no combate às verminoses. Como já afirmamos, nos quintais macapaenses com sentina, as fossas existentes eram absorventes (sem revestimento impermeável) e, por causa disto, eram objeto de reprovação.¹¹⁴ Os serviços iniciais de instalação de um sistema de esgoto na capital foram concluídos somente em julho de 1951.¹¹⁵ A inauguração deste sistema — fruto de um convênio realizado entre SESP e governo territorial — ocorreu em março de

¹⁰⁹ IBGE. Brasil. *Macapá: Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968 (Coleção Monografias, nº 412), p. 19.

¹¹⁰ BASTOS, A. de Miranda. *Op. Cit.* P. 59-60.

¹¹¹ BRITO, Edson Machado de. *Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e disputa política no debate da imprensa*. Dissertação de mestrado em História, defendida na PUC-SP, 2008; e SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.

¹¹² NUNES, Janary. Foi quebrado o tabu que nos amesquinhava da fama de insalubridade. *Amapá*. Nº 569, de 23 de setembro de 1954, p. 1.

¹¹³ MELLO, Alcino Teixeira de. *Op. Cit.* P. 55.

¹¹⁴ O censo de 1950 apontou a existência de 833 nas áreas urbanas do Território Federal do Amapá (IBGE. Brasil. *Território Federal do Amapá: censos demográficos e econômicos*. *Op. Cit.* P. 77).

¹¹⁵ Serviço de exgotos [sic.]. *Amapá*. Nº 344, de 20 de outubro de 1951, página suplementar.

1952.¹¹⁶ Para as dimensões da Macapá do início da segunda metade do século XX, o tamanho da rede de esgoto era ínfimo. Em 1967, apenas 371 prédios desta cidade estavam ligados a esta rede.¹¹⁷ Não por coincidência, estes prédios eram todos de alvenaria e ficavam localizados dentro ou próximo do centro político-social da capital.

Os problemas de saúde mais comuns em Macapá eram a verminose e a malária. Para baixar os índices de casos dessas doenças, os médicos tentavam propagar medidas preventivas, como usar mosquiteiro, andar calçado e fazer latrinas nas casas. Havia muitos casos de reincidência. No início de 1944, um médico da Divisão de Saúde do Território, apontando para um menino que estava dentro do posto de atendimento da capital, relatou a Miranda Bastos que tal paciente havia anteriormente aparecido ali “*com impaludismo e vermes*” e ressaltou: “*aplicamos-lhe quinino e vermífugos, ele sarou e foi embora*”; mas, “*agora volta com as mesmas coisas*”.¹¹⁸ Em 1966, Macapá contava com 20 médicos, 7 enfermeiros, 9 dentistas, 7 farmacêuticos e 433 outros auxiliares.¹¹⁹ O atendimento especializado de saúde do Amapá Território ficava concentrado na capital — no Hospital Geral e na Maternidade.¹²⁰ Tal concentração propiciou o deslocamento de várias pessoas para esta cidade.

Alguns ficavam em Macapá apenas durante os dias necessários à realização do tratamento. Em 06 de julho de 1951, Agripino Coimbra de Lima (maranhense, 33 anos, comerciante, casado, alfabetizado e residente no rio Pedreira) depôs na Segunda Delegacia de Polícia que, no dia 27 de março de 1951, viera com sua esposa para esta cidade, a fim de providenciar extrações de dentes e que deixou a casa comercial da qual era encarregado fechada, pois não tinha caixeiro.¹²¹ O relato de Agripino, colhido no interior de um inquérito policial, nos permite perceber a dificuldade que a população interiorana do Amapá tinha para ter acesso à saúde pública. Do lugar onde morava, ele deveria ir de montaria (canoa) até o povoado do Ambé — o que durava uma hora e meia. Neste povoado deveria tentar fretar um dos raros veículos automotivos que por ali passavam para, depois de pouco mais de duas horas, enfim chegar a Macapá. Outro caso deste tipo é o de João Silva Irmão (paraense, 38 anos, lavrador, casado, alfabetizado e residente na Colônia Agrícola de Mapati), que, no dia 23 de abril de 1951, resolveu levar sua esposa para

¹¹⁶ Inaugurado o sistema o sistema de esgotos de Macapá. *Amapá*. Nº 371, de 26 de abril de 1952, p. 1.

¹¹⁷ IBGE. Brasil. *Macapá: Território do Amapá*. *Op. Cit.* P. 19.

¹¹⁸ BASTOS, A. de Miranda. *Op. Cit.* P. 7-8.

¹¹⁹ IBGE. Brasil. *Macapá: Território do Amapá*. *Op. Cit.* P. 20.

¹²⁰ A ICOMI criou dois outros hospitais — um na vila de Serra do Navio (próximo à área das minas de manganês) e outro em Santana (na vila Amazonas, na área portuária).

¹²¹ No dia 29 deste mesmo mês, Agripino chegou neste estabelecimento e notou que uma das janelas estava aberta. Ao conferir o dinheiro que tinha ali guardado, deu pela falta de Cr\$ 2.400,00. A partir disto teve início uma investigação policial (Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá — doravante AFCM. Caixa 287, processo nº 522, de 26 de julho de 1951, fl. 5).

Macapá, pois ela estava grávida. Ele pretendia matriculá-la no Posto de Puericultura (onde era realizado o acompanhamento pré-natal). João viajou com a esposa e mais dois filhos menores (um de 6 meses) no caminhão do governo de nº 25 (utilizado no serviço de manutenção da rodovia Macapá-Clevelândia). Além deles, mais 15 passageiros acomodaram-se sobre grande quantidade de bagagem, na carroceria do veículo.¹²²

Nas áreas interioranas do Território Federal do Amapá — onde a população era esparsa e isolada e onde, quase sempre, o serviço público de saúde era inexistente — os enfermos recorriam à medicina popular, que alguns membros do sistema penal classificaram como “*curandeirismo*” (crime previsto no Código Penal de 1940).¹²³ No final de 1946, um lavrador de 36 anos, residente no rio Piaçacá (afluente do rio Vila Nova, no sul do Amapá) e conhecido pelo codinome de Deó, foi acusado de prescrever e aplicar, mediante remuneração, misturas de ervas, raízes e água. Em 07 de novembro de 1946, A. da Costa (lavrador viúvo de 55 anos) depôs na Delegacia de Mazagão que, tendo adoecido do fígado no mês anterior, sem recursos para procurar um médico, dirigiu-se a casa de Deó, “*por ser sabedor que este sabia fazer remédios [...]*”. Outras pessoas relataram que foram assistidas por Deó. Em 15 de dezembro de 1946, na Delegacia de Macapá, J. Nogueira (piauiense de 33 anos, lavrador, analfabeto e residente na localidade de São Pedro¹²⁴) depôs que trabalhava no rio Vila Nova desde 1940 e que havia tempo vinha sofrendo de inflamação no baço, como se fosse impaludismo. Nogueira afirmou que, em dezembro de 1945, Deó — conhecido no rio Piaçacá como “*curador*” — prometeu tratá-lo e curá-lo. Desde então, Nogueira passara a tomar vários remédios da farmácia e manipulados “*de ervas e raízes, postas em infusão e água, preparados pelo mencionado Deó*”. Este lhe impôs também “*rigorosa dieta, proibindo-lhe de comer arroz, feijão, certas qualidades de peixe e caça e algumas frutas*”. Nogueira relatou ainda que em decorrência de ter tomado duas garrafadas de aninga, mandadas pelo acusado, seu estado de saúde agravou-se seriamente, forçando-o a buscar assistência médica na capital.¹²⁵

¹²² AFCM. Caixa 304, processo nº 513, de 04 de julho de 1951, fl. 6.

¹²³ Código Penal de 1940 caracterizou o crime de curandeirismo da seguinte forma: “*Art. 284. Exerger curandeirismo: 1) prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância; 2) usando gestos, palavras ou qualquer outro meio; 3) fazendo diagnóstico*” (PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 486). Segundo a antropóloga Yvonne Maggie, foi a partir da República que o Estado criou mecanismos reguladores do combate aos feiticeiros, introduzindo no Código Penal artigos referentes à prática ilegal da medicina, à prática da magia e à proibição do curandeirismo. Assim, “*o aparato jurídico se institucionalizou e passou a ser usado com mais intensidade como instrumento de combate aos feiticeiros*” (MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 22-23).

¹²⁴ Na margem esquerda do rio Vila Nova.

¹²⁵ AFCM. Caixa 264, processo nº 149, de 04/08/47, fls. 5-18.

Em 15 de fevereiro de 1947, Deó foi interrogado na Delegacia de Mazagão e afirmou que Nogueira lhe pediu que fizesse alguns remédios, ao que ele teria respondido não saber preparar remédios e que Nogueira deveria procurar um médico. Mas, este teria lhe retrucado que já havia estado em posto médico (em Macapá) “e [que] *gastou bastante dinheiro sem melhoramento*”. Depois de insistência, Deó preparou uma garrafada com ingredientes que ele manipulava havia muito tempo, “*visto na região em que mora ser bastante longe de assistência médica*”. Segundo o interrogado, “*os ingredientes adicionados na garrafada, que preparou [...], foram os seguintes: flor de mamão, flor de sabogreiro, e carôço de urucu*”. Deó asseverou que nenhuma quantia cobrou pelo remédio e se Nogueira trabalhou dois dias no seu roçado, isto foi pago com dois alqueires de farinha. Em 21 de fevereiro de 1947, em seu *Relatório*, o subdelegado de Mazagão considerou procedente a acusação de curandeirismo. Mas, como o fato em julgamento ocorrera em Macapá e não em Mazagão, os autos foram remetidos para aquela comarca. Na audiência de instrução e julgamento, a advogada Jemima Nobre Ferro ressaltou que “*o acusado residia numa localidade onde não existe médico; e como de costume em lugares assim ha sempre pessoa esperiente [sic.] que procura atender em caso de doença*” e que “*o acusado não agiu de má fé, não teve animus delinqüente*”.¹²⁶

Em sua sentença, o juiz Uriel Sales de Araujo afirmou que a ausência de interesse pecuniário não descaracteriza o crime de curandeirismo. Mas, destacou que faltou um elemento intrínseco àquela caracterização: a habitualidade. E esclareceu: “*quem conhece a situação de penúria extrema dos largados habitantes do nosso hinterland, órfãos de assistência e viúvos de qualquer proteção, tanto mais necessária quanto humana, compreenderá a significação real dos atos praticados pelo acusado*”. Tratava-se, segundo o juiz, de um inofensivo curandeiro doméstico, do círculo familiar e próximo (amigos e vizinhos). E arrematou: “*negar tais fatos, que se ajustam perfeitamente ao doloroso drama vivido pelos nossos compatriotas sofredores do interior, é querer viver à margem da realidade brasileira*”. Portanto, julgou improcedentes as denúncias e absolveu o réu.¹²⁷ Este processo criminal nos possibilita verificar que, desassistidos pelo governo, os moradores mais distantes dos núcleos urbanos do Território Federal do Amapá recorriam constantemente à medicina popular para resolver os dramas relacionados às doenças.¹²⁸

Porém, diferentemente do que se pode desprender da leitura destes autos, a medicina popular não era encontrada apenas nas zonas ainda não atingidas pela medicina

¹²⁶ *Ibidem*, fls. 21-23, 32-34.

¹²⁷ *Ibidem*, fl. s/n.

¹²⁸ Um conhecimento dos elementos que compunham a floresta (folhas, raízes, cascas, seivas, óleos, frutos, carnes, banhas, etc.) e de técnicas de manipulação destes mesmos elementos era uma herança cultural secular, cotidianamente atualizada. Um conhecimento empírico dos sinais ou sintomas do corpo (uma semiologia que envolvia toques, massagens, conversas, etc.) era igualmente utilizado.

científica. Estas duas práticas sociais estavam presentes nos bairros suburbanos de Macapá, como alternativas disponíveis às camadas populares. No final do ano 1949, Raimunda Nazaré (doméstica, paraense de 33 anos, casada, analfabeta e residente no bairro do Trem, situado na área suburbana da capital) foi informada por uma vizinha que J. Gonçalves sabia preparar “*garrafadas*” e que talvez pudesse curar a filha dela de 13 anos, parálitica desde o primeiro ano de idade. Nazaré soube que, A. Correa, “*estando visivelmente desequilibrado*”, tomou uma garrafada preparada por J. Gonçalves e ficou curado. Em 25 de outubro de 1949, Judite (doméstica, paraense de 58 anos, casada, alfabetizada e residente no bairro do Trem) depôs numa delegacia de Macapá que, em 1947, seu filho A. Correa sofrera um mal de surdez e, como os remédios ministrados pelos médicos não surtiram efeito, ela, a conselho de terceiros, procurou J. Gonçalves, “*que lhe preparou nove ‘garrafadas’ de ervas, raízes e folhas, de infusão no vinho*”. Segundo Judite, seu filho ficou “*radicalmente curado da surdez*”. Quando ela perguntou quanto devia pagar pelo tratamento, Gonçalves afirmou que nada exigia e que ficava a critério dela avaliar o serviço — então ela pagou quatrocentos e tantos cruzeiros, em parcelas.¹²⁹

Em seu depoimento diante do juiz Uriel Araujo (ocorrido apenas em março de 1952, sendo que o primeiro mandado de intimação foi expedido em dezembro de 1950), J. Gonçalves disse que ensinou a Judite um remédio para tratar A. Correa, que, depois de medicado, ficou curado. O réu afirmou ainda que Nazaré apareceu na sua casa dias depois, e lhe pediu insistentemente que fizesse um remédio para sua filha, que tinha um “*jeito no corpo*”. Gonçalves ressaltou que não tinha o hábito de fazer remédios, nem de receber dinheiro pelos seus favores e que ao ser chamado pela polícia, atemorizado, devolvera os Cr\$ 80,00 recebidos de Nazaré. Em seu depoimento para aquele juiz, Nazaré afirmou que viera de Afuá¹³⁰ para Macapá “*com o fim de receber recursos de cura para sua filha menor Nelci, doente da cabeça, desde que se entender de gente*” e que “*já havia procurado o Doutor Moura, porém este declarou não atinar com a doença da criança*”. Os motivos da queixa de Nazaré eram: o fato de não ter sido bem recebida por J. Gonçalves quando fora a sua casa buscar a terceira garrafada e a constatação de que remédio não fizera efeito. O advogado Aderbal Melo, em suas alegações de defesa, destacou que houve um favor, e não curandeirismo movido por dolo. Uriel Araujo, em *Sentença* do dia 29 de dezembro de 1952, considerando frágeis as provas apresentadas pelo representante do Ministério Público, julgou improcedente a denúncia e absolveu o réu.¹³¹

¹²⁹ AFCM. Caixa 299, processo nº 364, de 16 de novembro de 1949, fls. 12-13.

¹³⁰ Município situado numa ilha paraense próxima de Macapá.

¹³¹ *Ibidem*, fls. 25-28, s/ n.

Percebemos que o recurso à medicina popular surgia nas áreas periféricas de Macapá dentro de uma teia de solidariedade popular (entre vizinhos). Não podemos esquecer a colaboração das vizinhas chamadas de *benzeadeiras* e *parteiras tradicionais*, várias vezes citadas nos processos. O que desejamos ressaltar neste momento é que a medicina popular e a científica não eram reciprocamente excludentes. Ambas eram percebidas como alternativas úteis no enfrentamento das doenças. Contudo, a retórica oficial apresentava esta última como símbolo da Macapá moderna, enquanto aquela primeira era rechaçada como componente de uma era de atraso e superstições.¹³² O governo apresentava a política de saúde a partir de uma lógica substitutiva (do tradicional pelo moderno), não condizente com as práticas efetivas dos sujeitos históricos. No lugar de um tempo linear, teleológico e realizador do “*progresso*” (a marcha inexorável rumo à condição de povo civilizado), vemos nestas práticas um tempo palimpsesto, heterogêneo e descontínuo.

Outro símbolo oficial do propalado progresso amapaense e da “*Macapá moderna*” era a eletrificação. Em 1944, havia mais de 6 anos que os motores que forneciam energia elétrica para a população macapaense estavam parados. Em março deste ano, foi instalado um serviço provisório. Em novembro, 3 motores *Cartepillar* (a óleo cru) foram instalados pelo governo territorial. Segundo Janary Nunes, estes motores podiam “*fornecer luz e energia para rádios, refrigeradores, ferros elétricos e máquinas em geral, além da iluminação de toda a cidade*”.¹³³ Porém, a potência destes motores ainda ficava muito aquém daquilo que era necessário e uma política de racionamento se impôs como algo imperativo. Em 06 de outubro de 1945, o governo transmitiu — através do jornal *Amapá* — o seguinte aviso para os consumidores de energia elétrica de Macapá: “*fica proibido o uso de energia para geladeiras, ferros e discos elétricos, entre as 18 e as 22 horas, a fim de que nesse espaço de tempo a corrente seja destinada exclusivamente à iluminação pública e particular e aos rádios*”. E, em seguida, advertia: “*o desrespeito à medida acima importará em ser cortada a ligação*”.¹³⁴ Todavia, a maioria da população não precisava preocupar-se com tal ameaça, simplesmente porque não tinha energia elétrica em casa.

¹³² O processo de urbanização também não provocou o desaparecimento da medicina popular em outros lugares da Amazônia. Aldrin Moura de Figueiredo destaca: “*se Belém e Manaus anunciaram ao país várias ‘modernidades’, especialmente nos serviços públicos e no propalado processo de reurbanização do centro, é certo também que esse ‘progresso’ ficou limitado a alguns poucos grupos sociais [...]. Apesar da grande preocupação da administração municipal com a higiene pública e com a saúde do porto, não houve qualquer iniciativa para dotar os hospitais e asilos com um corpo de médicos capazes de cuidar das doenças mais comuns. Eram os pajés e curandeiros que, afinal, tratavam das verminoses, febres palustres e sezões tão comuns nas populações mais pobres das capitais e do interior do Pará e do Amazonas*” (FIGUEIREDO, Aldrin. Moura. Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX. In: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; GALVÃO SOBRINHO, Carlos Roberto (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas-SP: UNICAMP, 2003, p. 275).

¹³³ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. Cit. P. 128.

¹³⁴ Aviso — Aos consumidores de energia elétrica. *Amapá*. N° 29, de 06 de outubro de 1945, p. 3.

Segundo o censo do IBGE de 1950, dos 7.117 domicílios amapaenses, somente 826 contavam com iluminação elétrica.¹³⁵ Em 1967, cerca da metade das casas macapaenses não possuía energia elétrica. Em 1956, foi criada a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), com a finalidade de gerenciar o fornecimento de energia no Território. Havia uma grande expectativa por parte dos membros do governo e dessa Companhia (de capital misto) acerca da construção da Hidrelétrica Coaracy Nunes, na Cachoeira do Paredão (rio Araguari). A expectativa era a de que esta Hidrelétrica resolvesse definitivamente o problema do déficit de eletrificação do Amapá Território.¹³⁶ A fim de disciplinar a ampliação do fornecimento de energia em Macapá, um plano de urbanização foi elaborado. Para tanto, a CEA contratou a consultoria da Grunbif do Brasil, em 1959. Esta empresa procurou, na elaboração do plano, determinar as diretrizes para o ordenamento urbano, além de dimensionar os condutores elétricos e das redes de água e esgoto, a fim de evitar desperdícios.¹³⁷ Com base em um prospecto de que, depois de mais 30 anos, Macapá chegaria a ter 100 mil habitantes, o plano da Grunbif previa o *“aproveitamento da topografia peninsular da cidade e sua beleza paisagística para criação de uma série de bairros novos, cada qual com sua vida própria”*. Mas, a execução efetiva deste plano foi mínima.¹³⁸

O que apresentamos até aqui permite inferir que a *“Macapá moderna”* não era uma realidade para a maioria dos moradores da capital do Território Federal do Amapá. Não obstante, o governo territorial difundia a imagem do espaço urbanizado desta cidade como sendo algo verdadeiramente representativo dela toda. Assim, aqueles que ficaram à margem dos serviços urbanos básicos eram eclipsados pelo discurso hegemônico, cuja finalidade era glorificar os janaristas como soldados triunfantes na luta pela modernização dos sertões brasileiros. Moderna, a Macapá desse discurso era perfeita em termos do que o pensamento nacionalista autoritário pretendia. Em maio de 1956, ao se despedir da população amapaense, quando partia para uma viagem política à Europa, o deputado federal Coaracy Nunes (irmão de Janary) exclamou: *“o Amapá não tem problema!”*.¹³⁹ Essa frase sintetiza o esforço de jogar para a invisibilidade as áreas onde a infraestrutura urbana elementar era

¹³⁵ IBGE. Brasil. *Território Federal do Amapá: censos demográficos e econômicos*. Op. Cit. P. 77.

¹³⁶ Reunião de assembleia geral para instalação da Companhia de Eletricidade do Amapá. *Amapá*. Nº 749, de 01 de julho de 1956, p. 1.

¹³⁷ Segundo um estudo da empresa de consultoria H. J. Cole Associados, *“a pedido das Centrais Elétricas do Amapá (preocupada com as projeções de crescimento da Cidade para poder definir seus próprios programas de expansão), a Grunbif elaborou um pequeno e notável plano para a cidade”*. E em seguida: *“o plano em si é uma série de proposições relativas a estrutura urbana de Macapá e Santana, compreendendo a distribuição do solo, de equipamentos, da ocupação e utilização de terrenos urbanos, sistema viário e serviços de infra-estrutura, estabelecendo prioridades e programas específicos”* (COLE, H. J. Associados S.A. *Consultoria de planejamento urbano, arquitetura e turismo*. Documento síntese, Rio de Janeiro, 1979, p. 26).

¹³⁸ TOSTES, José Alberto. *Planos diretores do Estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional*. Macapá: J. A. Tostes Editora, 2006, p. 66-67, 72, 90-93.

¹³⁹ Amapaenses. *Amapá*. Nº 735, de 13 de maio de 1956, p. 1.

negligenciada. Na contramão deste esforço e com base nos dados da Campanha de Erradicação da Malária para o ano de 1965, Speridião Faissol afirmou:

as casas de madeira, ou com paredes de madeira, não significam necessariamente baixo padrão. Em Macapá, porém, considerando que, em geral elas estão localizadas nas áreas periféricas pobres, na verdade são as mais deficientes. No que diz respeito aos serviços urbanos, principalmente os de luz elétrica, água e esgotos aquele crescimento desordenado também teve consequências. Na maior parte das casas a água é de poço; e as instalações sanitárias são constituídas por fossas. Segundo os dados do Serviço de Águas e Esgoto de Macapá, a água distribuída pela rede é de 2.400 m³ por dia, ou seja pouco mais de 60 litros por pessoa, por dia, o que representa uma média extremamente baixa. Das 8 mil casas [existentes em Macapá] o Serviço de Águas e Esgoto reporta apenas 365 prédios esgotados e 152 com caixa de inspeção.¹⁴⁰

Faissol ressalta que o rápido crescimento populacional contribuiu para a ampliação dos contrastes sociais acima descritos. Os adventícios se instalavam na parte suburbana de Macapá, engrossando a população desassistida pelos serviços públicos básicos. Para esquadriarmos as causas maiores deste ritmo de incremento demográfico, devemos ampliar nossa lente para atingirmos a escala regional, nacional e transnacional. Quando foi criado o Território Federal do Amapá, viviam-se as tensões geradas pela Segunda Guerra Mundial. No início deste conflito, o governo brasileiro assumiu uma postura de neutralidade, tendo em vista suas ligações comerciais com os EUA e com a Alemanha e, mais ainda, a possibilidade de barganhar acordos muito vantajosos para a montagem do parque industrial do país. A pressão estadunidense aumentou depois do bombardeio japonês à base de Pearl Harbor e, em agosto de 1942, o Brasil posicionou-se oficialmente contra o Eixo. Antes disto, navios brasileiros já tinham sido atacados por submarinos alemães.¹⁴¹ Então, foram assinados vários termos de cooperação entre Brasil e EUA, denominados de *Acordos de Washington*. A borracha, neste interim, tornou-se objeto de grande preocupação, pois França e Holanda — membros do cartel que controlava o mercado internacional deste material estratégico — foram invadidas por forças alemãs.¹⁴²

Por meio daqueles *Acordos*, o governo brasileiro conseguiria realizar o reequipamento de suas forças militares e os EUA garantiam o fornecimento de produtos estratégicos e a instalação de bases militares no Nordeste e no Norte do Brasil. Em Natal (capital Estado do Rio Grande do Norte), os estadunidenses construíram a maior base

¹⁴⁰ FAISSOL, Speridião. *Op. Cit.* P. 26.

¹⁴¹ Em 28 de janeiro de 1942, o Brasil rompeu as relações diplomáticas com os países do Eixo.

¹⁴² OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. *A economia da borracha na Amazônia sob o impacto dos acordos de Washington e da criação do Banco de Crédito da Borracha (1942-1950)*. Dissertação de mestrado em História Econômica, USP, 2001, p. 53-65. Baseamo-nos também em: GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*. Vol. 29, n° 57, junho de 2009, p. 35-46.

aérea de fora do seu país. No município de Amapá, foi construída outra base aérea (distante 12 km da sede municipal). Para a montagem da estrutura desta base foram arregimentados cerca de 6 mil homens — muitos deles eram imigrantes nordestinos. Novos bairros surgiram naquele lugar: Igarapé Carrapeta, Janga, Santo Antonio, Meruoca e outros. Quando terminou a Guerra e os estadunidenses voltaram para o seu país, os migrantes perceberam que não havia mais ali oportunidades de trabalho, e muitos deles rumaram para Macapá, onde esperavam conseguir emprego.¹⁴³

Foi em torno da questão do fornecimento da borracha para os EUA que se formou a maior onda migratória para a Amazônia, em meado do século XX. Entre 1941 e 1945, 55.339 nordestinos deslocaram-se para a Amazônia (36.280 “soldados da borracha” e 19.059 dependentes).¹⁴⁴ A presença de aviões e de caça-submarinos no porto da cidade de Fortaleza, não permitia aos cearenses esquecerem que estavam vivendo tempos de guerra. O próprio nome da empreitada de elevação da produção gomífera, *Batalha da Borracha*, indicava que o vale amazônico agora estava conectado aos dilemas das forças aliadas e ao movimento transnacional (de: pessoas, matérias-primas, aeronaves, navios, submarinos, alimentos...) gerado pela Guerra. Ao mesmo tempo, o governo varguista apresentava esta empreitada como uma estratégia para solucionar “*problemas nacionais*”: a ocupação e colonização de “*espaços vazios*” e a inversão do sentido do movimento dos sertões para o litoral (o êxodo rural).¹⁴⁵ Ao enfatizar a ideia de que cada um tinha o seu lugar, a propaganda mobilizadora ensinava a imaginação de diferentes campos de batalha e reforçava a retórica da importância, para o Estado Novo, tanto do trabalhador dos sertões quando do das cidades.¹⁴⁶

Cartazes com frases como “*Rumo à Amazônia*” sugeriam com suas imagens que o migrante deixaria a sequidão e a pobreza do Nordeste para se deleitar na uberdade e na fartura da Amazônia. Porém, não foram poucas as agruras que os nordestinos enfrentaram

¹⁴³ BARRETO, Cassilda. *Pássaros máquinas no céu do Amapá*. Brasília: Da autora, 2000, p. 38, 162.

¹⁴⁴ MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. Tese de doutorado em História Econômica, USP, 1985, p. 364.

¹⁴⁵ Ao lado do nacionalismo, a crescente influência dos militares na cúpula governamental federal fortalecia o projeto de consolidação nacional por meio da integração econômica e favorecia a aceleração da efetivação de medidas ligadas à segurança nacional, como a criação dos novos territórios federais (CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.* P. 102-117). Os temores gerados pela Segunda Guerra Mundial igualmente favoreceram a aceitação destas medidas. Comentando um discurso de saudação proferido por Getúlio Vargas aos novos aspirantes a oficial da Reserva do Exército, o professor da Escola Militar Idelfonso Escobar ressaltou que “*na hipótese de um bloqueio naval de nosso litoral, os Estados do extremo norte do país — Piau, Maranhão, Pará e Amazonas — encontrar-se-iam em precária situação estratégica, isolados e privados de receber recursos militares, pela supressão da única via de comunicações existente entre eles e os Estados do sul*” (ESCOBAR, Idelfonso. *A marcha para o Oeste*. Couto de Magalhães e Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: A Noite, 1941, p. 64-65).

¹⁴⁶ SECRETO, Maria Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 73-75.

no vale amazônico — começando pelo “*pânico da água*” (a aversão ao que muitos consideravam “*uma terra feia e encharcada*”).¹⁴⁷ Violentas críticas às condições de vida e de trabalho dos “*soldados da borracha*” começaram a aparecer na imprensa, após o fim da Guerra, do Estado Novo e, conseqüentemente, da censura. Era o momento em que o interesse estadunidense pela Amazônia sofria um refluxo e em que uma caravana de estudantes cearenses constatava *in loco* o desaparecimento de 23 mil nordestinos “*tragados pela ‘batalha da borracha’*”.¹⁴⁸ Alcino de Mello pôde afirmar de forma categórica: “*não é segredo para ninguém ter sido um fracasso a tentativa de incremento da colonização do Vale Amazônico, levada a efeito nos últimos anos da II Guerra Mundial, com o objetivo de acelerar a produção de borracha [...]*”. E, adiante, ele ressalta: “*se debaixo de cada dormente da Estrada de Ferro Madeira Mamoré há, como se afirma, um trabalhador enterrado, sem grande exagero poder-se-ia dizer que em cada quilômetro de estrada de seringueiras na Amazônia há uma cruz de nordestinos*”.¹⁴⁹ A estrada de ferro Madeira Mamoré¹⁵⁰ e a Batalha da Borracha são apenas duas contas do rosário de promessas não cumpridas do progresso capitalista para a região amazônica — e, neste último caso, para os nordestinos também.¹⁵¹

O fracasso da tentativa de alavancar a produção gomífera nesta região tem diversas causas. A pressão das oligarquias da Amazônia fez com que a maioria dos termos dos *Acordos de Washington* não fosse cumprida.¹⁵² Diversos migrantes foram absorvidos por atividades econômicas que os afastavam dos seringais. Atividades desenvolvidas em: usinas de açúcar, fazendas de gado, áreas de garimpo, seringais e cidades.¹⁵³ Em 1951, Arthur de Miranda Bastos, afirmou que não houve hecatombe nenhuma entre os homens que, na época da Guerra, vieram explorar os seringais amazônicos e que tais comentários eram

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 80. Alcino Teixeira de Mello, comentando o estado do *brabo* (imigrante nordestino recém-chegado na Amazônia), afirma: “*mal se instala no seringal, sofre grande desilusão. A barraca, insulada no meio da floresta, longe dezenas de quilômetros da margem dos rios principais, é um tormento para sua vida de sertanejo acostumado a cruzar campos e a galgar colinas [...]*” (MELLO, Alcino Teixeira de. *Op. Cit.* P. 13). Sobre a propaganda para mobilizar, no Nordeste, os “*soldados da borracha*” ver: NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. Vol. 21, nº 40, 2000, p. 120.

¹⁴⁸ MARTINELLO, Pedro. *Op. Cit.* P. 365.

¹⁴⁹ MELLO, Alcino Teixeira de. *Op. Cit.* P. 89, 94.

¹⁵⁰ Sobre os dramas humanos vividos em torno da construção desta estrada de ferro, ver: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005; e HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2 ed. [revista e ampliada], São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹⁵¹ Com o título “*História curta*”, o jornal *Amapá* apresentou, em 1948, uma crônica que iniciava assim: “*o nordestino, conversando com o amazonense, queixou-se da sorte, que lhe foi madrastra. Viera de seu sertão saudoso, cheio de esperanças, para ser soldado da borracha. Quando a guerra acabasse, teria o seu ‘pé de meia’.* Tudo saiu errado. Estava quase nu, com fome, e perdera o pouco que possuía no seu pedaço de no seu pedaço de mato sertanejo, pois vendera tudo [...]” (História curta. *Amapá*. Nº 152, de 07 de fevereiro de 1948, p. 2).

¹⁵² Por exemplo: o salário dos seringueiros não ficou em 60% da borracha coletada; as famílias dos imigrantes ficaram desamparadas no Nordeste; e o atendimento médico ficava restrito aos grandes centros urbanos (OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. *Op. Cit.* P. 94).

¹⁵³ LENHARO, Alcir. *Op. Cit.* P. 60-61.

obra de “*alguns jornalistas pouco informados*” — o que, pelo exposto acima, é improcedente. Miranda Bastos ressaltou que muitos migrantes chegavam empolgados com as exageradas grandezas apregoadas pelos propagandistas e, desiludidos, cedo abandonavam os seringais. Em seguida destacou: “*de 1944 a fins de 1945 era este repórter um dos secretários do Governo do Amapá, e nesse caráter teve no seu serviço e viu nos demais, centenas de ‘arigós’ que haviam descido no Pará como soldados da borracha, mas, que haviam entendido mais lucrativo ser carpinteiros ou pedreiros nas grandes obras que ali iniciava o governador Janary Gentil Nunes*”.¹⁵⁴ Assim, as construções urbanas ocorridas em Macapá ofereciam alternativas àqueles que fugiam das adversidades da vida nos seringais.

Entre 1940 e 1950, Macapá foi a capital brasileira que apresentou o maior índice de crescimento populacional. A população cresceu cerca de 9 vezes.¹⁵⁵ Este crescimento decorreu principalmente de migrações acontecidas a partir de 1944. Em 1949, a causa de 57,9% do aumento populacional macapaense foi a chegada de migrantes. A este respeito, o geógrafo Antônio Teixeira Guerra comentou: “*observamos que a cidade de Macapá é a que maior atração exerce sobre as populações rurais e mesmo sobre os outros centros urbanos que lhe estão próximos*”. E complementou: “*a cidade de Belém e outros centros nordestinos também têm sofrido os efeitos dessa atração realizada por Macapá*”.¹⁵⁶ Nas áreas amazônicas atingidas por esta atração — especialmente na zona rural da Amazônia Oriental — havia uma forte tradição de mobilidade populacional. Comumente, o ribeirinho exercia duas ou três atividades econômicas durante o ano — conforme a estação climática. Os lavradores, na época da entressafra, se dedicavam também à caça de animais silvestres, à pesca, à coleta de sementes oleaginosas e à extração de látex. No sul do Amapá, no período de intensas chuvas, os extrativistas moravam próximo dos castanhais (nos altos e médios cursos dos rios) e durante os meses do verão (de agosto até novembro) se instalavam próximo dos seringais, nos baixos cursos.¹⁵⁷

¹⁵⁴ BASTOS, A. de Miranda. As perdas exatas na ‘Batalha da Borracha’. *Amapá*. Nº 319, de 21 de abril de 1951, p. 3. Na década de 1940, tornou-se comum utilizar o termo pejorativo ‘arigó’ para designar os imigrantes nordestinos (principalmente cearenses) que iam para os seringais da Amazônia.

¹⁵⁵ Retrato do Brasil: Macapá. *Amapá*. Nº 305, de 13 de janeiro de 1951, p. 1.

¹⁵⁶ GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954, p. 182-183. Este estudo foi resultado de uma excursão que o autor realizou entre abril e maio de 1950, a convite do governador Janary Nunes, juntamente com os pesquisadores Lúcio de Castro Soares, Speridião Faissol, Claude P. Courbet, Alceo Magnanini e Fernando Flávio Marques de Almeida.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 194, 226-227. A comercialização da castanha aí coletada sofreu um forte impacto durante a Segunda Guerra Mundial, seja pela proibição de compra imposta pelos Estados Unidos, seja pela falta de transportes. As safras de 1943 e 1944 foram totalmente perdidas (NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. Cit. P. 146).

Os faiscadores constituíam uma “população flutuante”.¹⁵⁸ Uma vez descoberto um novo veio de ouro — ou de outro mineral valioso — grandes agrupamentos humanos rapidamente eram formados em torno dele. Por exemplo, no início de 1939, no rio Vila Nova (da foz do Camaipi para cima), havia apenas duas ou três famílias, que viviam de suas roças. Depois que Leon Paul (um dentre tantos experientes faiscadores guianenses) achou ouro neste rio, mais de mil pessoas para aí se dirigiram, a fim de fazer fortuna. Quando o ouro “enfraqueceu”, quase todos os garimpeiros foram embora, restando só os mais persistentes.¹⁵⁹ Após sua morte por afogamento no alto rio Vila Nova, Pedro Belarmino Costa teve seus bens arrolados pela delegacia de Macapá. Trabalhador desta região de garimpo, Belarmino transportava todos os seus pertences numa maleta: um saco “encauchado”, uma rede, um cobertor de lã, um mosquiteiro em mau estado, um par de sapatos desgastados, um terno de brim branco, uma toalha de rosto, uma camisa listrada, uma saboneteira de metal, uma carteira de identidade (fornecida pela polícia do Pará), uma carteira do Ministério do Trabalho, um caderno de notas, um tubo de pasta “Kolínos”, duas cordas de fios de algodão, três lápis, um boné de pano e dois cruzeiros.¹⁶⁰ Em geral, os faiscadores eram homens que traziam consigo poucos objetos e que não se faziam acompanhar por companheiras e filhos, quando os tinham.¹⁶¹ A faiscção era um sistema de trabalho individual e livre, que não necessitava de aparelhagem cara e pesada — o que dava ao trabalhador extrema mobilidade.¹⁶²

O regime de trabalho das populações rurais amazônicas ensejava um modo de vida provisório. Os deslocamentos sazonais para a extração de borracha, da castanha, das sementes oleaginosas e de outros produtos se combinavam com migrações menos frequentes, decorrentes da abertura de novos roçados. A relação interina com os recursos e

¹⁵⁸ SOUSA, Henrique Cáper Alves de. O ouro e a vida nalgumas regiões do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano II, nº 1, janeiro de 1940, p. 19.

¹⁵⁹ BASTOS, A. de Miranda. *Uma excursão ao Amapá*. *Op. Cit.* P. 39. É provável que muitos faiscadores deixassem os garimpos esgotados e rumassem para a cidade de Macapá. A revista *ICOMI notícias* nos oferece os seguintes detalhes sobre a vida de Henry Ovide Lucien: “nascido em Santa Lúcia, possessão inglesa nas Antilhas, emigrou para Guiana Holandesa em 1930, quando contava 20 anos de idade. Em 1937, atraído pelo garimpo na região do Brasil, veio para Macapá. Durante muitos anos a sua bateia funcionou nas águas do [rio] Amapari, até que um dia, já em 1946, desiludido pelas incertezas daquela vida aventureira, empregou-se na Mineração Apolo como zelador do depósito que aquela empresa mantinha em Macapá” (Em destaque. *ICOMI notícias*. Ano I, nº 4, de abril de 1964, p. 7).

¹⁶⁰ AFCM. Caixa 227, processo nº 1495SN, de 15 de abril de 1946.

¹⁶¹ Contrariando a ideia corrente na documentação de que as áreas de garimpo são intrinsecamente marcadas por uma completa anomia social, um articulista da *Revista Brasileira de Geografia* afirmou: “a vida nos garimpos é regulada por um código não escrito, mas conhecido e por todos respeitado” Garimpeiros [seção: Tipos e aspectos do Brasil]. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano IV, nº 4, outubro-dezembro de 1942, p. 873.

¹⁶² Comercialmente, os faiscadores eram assistidos por regatões e utilizavam como moeda as pepitas e as aluviões auríferas (GUERRA, Antônio Teixeira. *Op. Cit.* P. 191-192).

com os lugares diz respeito a um *modus vivendi* muito antigo.¹⁶³ Tornar moderna a vida nos sertões do Brasil assumia, nos anos 40 do século XX, o sentido de fazer do “*caboclo*” um sedentário e, ao tempo da natureza, sobrepor o tempo do relógio — o tempo da produção constante, enfim, o tempo transformado em valor, em dado absoluto e não relativo.¹⁶⁴ Na perspectiva governamental era imprescindível fixar o homem, ou seja, através do emprego de modernas técnicas, liberá-lo do influxo das cambiantes forças naturais e torná-lo sedentário. Por outro lado, a cidade era apresentada como forma definitiva de povoamento e como símbolo da total regulação do tempo e do espaço.

Oferecendo oportunidades aos nordestinos desiludidos com as mentirosas promessas de prosperidade nos seringais e exercendo seu magnetismo sobre uma população amazônica bastante móvel, Macapá experimentou na segunda metade da década de 1940 um abrupto crescimento demográfico. Na década de 1950, novos fatores iriam dar mais fôlego a este processo. A exploração pela Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI) — uma modesta firma constituída em Belo Horizonte, no ano de 1942 — das imensas jazidas de manganês do Amapá criou uma grande onda migratória para Macapá.¹⁶⁵ Minério aplicado na siderurgia, o manganês é utilizado principalmente na fabricação de diversos tipos de aço, funcionando como desoxidante e removedor de impurezas. Em meado do século XX, a indústria siderúrgica gradualmente aumentou a produção do aço, o que fez crescer rapidamente a procura pelo manganês.¹⁶⁶ No contexto da Guerra Fria, a Rússia (maior produtora mundial deste minério) tornou-se cada vez menos disposta a continuar vendendo boa parte de sua produção manganífera para importadores estadunidenses. Assim, as jazidas do Amapá (que, em 1957, fizeram do Brasil o 4º maior

¹⁶³ MARTINS, José de Souza. Vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.). *História da vida privada no Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 664.

¹⁶⁴ No relativo aos conflitos (gerados pelo advento do capitalismo) em torno de diferentes concepções de tempo, consideramos fundamental o seguinte estudo de E. P. Thompson: THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 267-304.

¹⁶⁵ Janary Nunes, desde o início do seu governo, demonstrou interesse em fazer dos minerais existentes em abundância no Amapá uma das bases do crescimento econômico deste Território. Em 1945, ele tomou uma série de providências para possibilitar o aproveitamento dos veios ferríferos descobertos no rio Vila Nova. Sob o ataque de críticos nacionalistas, a empresa estadunidense Hanna Exploration Company ganhou a concessão para realizar a extração e a comercialização deste minério. Para a frustração do otimismo governamental, esta empresa cedo desistiu de tal exploração, por considerar que ela não apresentava grandes perspectivas de lucro (PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)* Dissertação de mestrado em História, UNICAMP, 2011, p. 16).

¹⁶⁶ ICOMI. *O manganês do Amapá*. Rio de Janeiro: Indústria e Comércio de Minérios S. A. (mimeografado), 1971, p. 29-30.

exportador mundial de manganês) transformaram-se num elemento importante nas negociações comerciais (e políticas) com os EUA.¹⁶⁷

Em fins de 1946, a área destas jazidas foi transformada em reserva nacional. No ano seguinte, a ICOMI ganhou a concessão para fazer a prospecção. Quase quatro anos depois, esta, associada à empresa estadunidense Bethlehem Steel, apresentou o relatório final dos estudos preliminares.¹⁶⁸ Entre 1951 e 1953, a ICOMI realizou uma série de esforços no sentido de se capitalizar para dar início a sua grande empreitada no Amapá.¹⁶⁹ E para dirigir todo o trabalho de construção do parque industrial foi contratada, em janeiro de 1954 (na cidade de Nova York), a Foley Brothers.¹⁷⁰ A ICOMI precisava de uma ampla infraestrutura para tornar possível a exploração e escoamento da produção manganífera amapaense.¹⁷¹ Esta infraestrutura foi dividida em três seções: a) área de mineração (vila de Serra do Navio e área de extração); b) a ferrovia (que transportava o minério); c) e o Porto de Santana (distrito da capital, distante dela cerca de 20 km), onde terminava a ferrovia e de onde o minério saía, em navios, para o exterior.¹⁷² Abria-se, assim, no Amapá, uma ampla e diversificada frente de trabalho, justamente no momento em o governo territorial encontrava sérias dificuldades financeiras para manter o ritmo de suas construções.

Imagem 4: Fotografia dos construtores do Porto de Santana.

¹⁶⁷ Enquanto não há decisão sobre o Brasil a Rússia recusa o manganês aos EE.UU. *Amapá*. N° 205, de 12 de fevereiro de 1949, p. 4. Consultamos também: Cresce de importância o manganês do Amapá. *Amapá*. N° 204, de 05 de fevereiro de 1949, p. 5.

¹⁶⁸ ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*. Rio de Janeiro: Indústria e Comércio de Minérios S. A. (mimeografado), 1983, vol. 1, p. 23.

¹⁶⁹ Para construir suas instalações, a ICOMI emprestou US\$ 67, 5 milhões a juros de 4 a 1/2%. Deste total, a empresa gastou efetivamente 55 milhões.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 71.

¹⁷¹ Os afloramentos de manganês distavam mais de 200 quilômetros da cidade de Macapá, e o acesso somente era possível através do seguinte trajeto: pela estrada até Porto Grande, daí de canoa pelo rio Araguari até a embocadura do rio Amapari, em cujo leito se prosseguia até a área das minas.

¹⁷² DRUMMOND, José Augusto e PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico — 1943-200*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007, p. 148.

Café Filho (líder do PSP, que assumiu a presidência da República, após a morte de Vargas) instituiu uma política econômica com drásticos cortes, cujo objetivo era conter a pressão orçamentária sobre os cofres da União.¹⁷³ Isto foi um entrave para a continuidade dos investimentos do governo territorial nos diversos setores da administração pública. Foi neste quadro recessivo que o então assessor técnico do Gabinete do governo territorial, Amaury Farias, informou aos amapaenses das dificuldades financeiras que levaram Janary Nunes a dispensar vários trabalhadores, sobretudo da categoria “*braçais*” (que executavam diversos tipos de trabalhos manuais). No texto “Informações ao público”, publicado no jornal *Amapá* de 05 de março de 1955, Amaury Farias afirmava: “[...] a ICOMI S.A. em colaboração mútua e espontânea [sic.] com o Governo do Território, atendendo ao pedido do Excelentíssimo Senhor Governador, já empregou 83 braçais, 42 carpinteiros, 3 pintores, 3 motoristas e 1 encanador”.¹⁷⁴ Portanto, vários trabalhadores deixaram a cidade de Macapá e foram trabalhar nas obras da ICOMI.¹⁷⁵ Muitos trabalhadores dos interiores do Território também largaram outras atividades econômicas em busca de novas oportunidades nestas obras.

Enquanto a quase totalidade dos técnicos contratados pela ICOMI saíram dos EUA e do Sudeste brasileiro, os operários eram, maciçamente, oriundos do Nordeste, do Pará e dos interiores do Amapá.¹⁷⁶ Em seu relato sobre o Amapá do início dos anos 50, Antônio Teixeira Guerra destacou: “o recrutamento de mão-de-obra está ocasionando a existência de uma corrente de população que deixa o baixo curso da Região dos Lagos e do Araguari para subir em direção a Serra do Navio”. E adiante: “esse êxodo ocasiona o abandono da coleta das sementes oleaginosas, da extração do látex e também das fazendas de gado das áreas referidas”.¹⁷⁷ Aquela empresa precisava dos conhecimentos que os trabalhadores locais tinham acumulado ao longo dos anos. A este respeito, um exemplo: o do garimpeiro Josino Paixão Maciel, atuante no Araguari — rio que, portanto, conhecia muito bem. Josino foi contratado pela ICOMI em 1950 como proeiro de ubá.¹⁷⁸ Aliás, como lembrou o articulista da revista

¹⁷³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo* (1930-1964). 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 201-202.

¹⁷⁴ FARIAS, Amaury. Informações ao público. *Amapá*. N. 631, de 05 de maio 1955, p. 4.

¹⁷⁵ Um deles foi Jofre Antunes Ribeiro. Filho de lavradores da localidade de Matapi, Jofre, em 1952, foi para Macapá, para trabalhar nas obras do governo. No início de 1964, ele ingressou como braçal nas obras da ICOMI (Em destaque. *ICOMI notícias*. Ano I, nº 10, outubro de 1964, p. 7).

¹⁷⁶ ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*. Rio de Janeiro: Indústria e Comércio de Minérios S. A. (mimeografado), 1983, vol. 2, p. 141.

¹⁷⁷ GUERRA, Antônio Teixeira. *Op. Cit.* P. 297.

¹⁷⁸ Em destaque. *ICOMI notícias*. Ano I, nº 1, de janeiro de 1964, p. 7. Nos primeiros anos da ICOMI no Amapá, o acesso a região das jazidas de manganês ocorria através dos rios Araguari e Amapari. A revista *ICOMI notícias* destacou: “era a época do predomínio das ‘ubás’ e seus motores de popa” (O rio foi a estrada, e a vida se instalou em suas margens. *ICOMI notícias*. Ano I, nº 5, de maio de 1964, p. 1a). Os experientes marítimos também tiveram seus saberes e habilidades reconhecidos. Encarregado do Serviço de Transporte Fluvial de Serra do Navio, Barnabé Bahia (nascido do rio Jarupucu, no município de Breves, uma ilha do Pará) era “um homem dos rios”, um marítimo para quem, segundo a revista *ICOMI notícias*, os rios Araguari e Amapari não

ICOMI notícias em 1965, “construir uma ubá ou montaria é trabalho para muita perícia”, começando pela escolha da madeira (as mais duráveis, as que não desfibram facilmente e são mais suscetíveis às machadadas do carpinteiro naval). Ainda segundo este articulista: “é no aproveitamento de uma tradição que remonta aos primeiros dias da história da Amazônia que o homem do Amapá se apóia para fazer suas andanças na água”.¹⁷⁹

Apesar da exploração e escoamento de manganês ter aberto no Amapá um novo epicentro de geração de oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, de atração populacional, a cidade de Macapá manteve sua linha demográfica ascendente.¹⁸⁰ Isto ocorreu, entre outras coisas, porque muitos dos migrantes que tentavam (numerosas vezes sem sucesso) conseguir emprego na ICOMI se estabeleciam nesta capital, e não raramente nela ficavam em caráter definitivo. Se em 1950 a população urbana do Território Federal do Amapá era da ordem de 14 mil habitantes (de um total de 37 mil), em 1960 esta população somava algo perto de 35 mil (de um total de 68 mil). O Censo Escolar de 1964 indicou que de um total de 79 mil habitantes do Território, 44 mil eram urbanos. Como os demais núcleos urbanos tiveram pequeno aumento neste período, podemos inferir que a cidade de Macapá foi a principal responsável por tal crescimento. É importante ressaltar que a população das vilas da ICOMI era legalmente considerada rural — e assim era contabilizada nos recenseamentos.¹⁸¹

Na segunda metade da década de 1950, quando o principal empregador do Amapá Território (o governo) passou a enfrentar sérias dificuldades financeiras, a conquista de uma fonte de renda na capital tornou-se mais difícil. No ano de 1966, um relatório do Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (o IRDA, da ICOMI) argumentou que o contraste entre falta de dinamismo econômico e acelerado ritmo de crescimento demográfico tornou mais agudas as desigualdades sociais na cidade de Macapá. Nas palavras do articulista da revista *ICOMI notícias*:

os amapaenses, nascidos no chão do Território ou trazidos até êle pelas correntes migratórias, vêm crescendo aceleradamente, num ritmo que os técnicos consideram perigosamente superior à capacidade de absorção por parte da economia local. Daí estarem

tinham segredos: “mesmo à noite, quando não há lua e a navegação se torna perigosa, nas águas baixas, Barnabé Bahia conduz com segurança o seu barco” (Em destaque. *ICOMI notícias*. Ano I, nº 12, de dezembro de 1964, p. 7).

¹⁷⁹ Rio abaixo rio acima. *ICOMI notícias*. Ano II, nº 22, de outubro de 1965, p. 13-17.

¹⁸⁰ De acordo com a *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (IBGE): “[...] em 1950, pelo VI Recenseamento, viviam aí [na cidade de Macapá] 9.248 indivíduos que, em 1953, passavam a ser 13.929. A série continua, apontando em 1955, 17.830 habitantes que seriam 19.450 em 1956. Para o corrente ano de 1957 espera-se que a população de Macapá se situe na faixa dos 21.000 moradores” (IBGE. Brasil. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957, p. 30).

¹⁸¹ O que fazer para os nascem no Território. *ICOMI notícias*. Ano III, nº 32, de outubro-novembro de 1966, p. 8.

surgindo, com maior ênfase em torno da cidade de Macapá, as favelas onde o subemprego se mostra na sua forma mais dolorosa e desafiadora. A população cresce — e, o que é pior, cresce reunindo-se em torno da cidade de Macapá, fazendo com que se exerça uma pressão social passivamente violenta sobre a comunidade. O analista, lidando com papéis num gabinete, não encontra dificuldade em apontar remédios, os primeiros dos quais são o de **criar condições de vida e trabalho nos campos e o de orientar o crescimento demográfico no sentido da ocupação de áreas com baixo índice de aproveitamento econômico**. Tudo muito simples. Entretanto, o Amapá, apesar das suas potencialidades, não está preparado para uma ocupação demográfica racional, principalmente por suas deficiências quase totais de comunicação e transporte. Daí o registro contraditório de ser ele, a um só tempo, uma região de baixo índice demográfico (0,5 habitante por km²) e apresentar problemas de população excessiva em determinadas áreas.¹⁸²

Este fragmento nos permite perceber que no âmbito territorial reproduziram-se os problemas que a criação dos territórios federais deveria ajudar a resolver: o êxodo das populações rurais para os núcleos urbanos. Percebemos, também, que o fracasso da política de colonização ensaiada pelo governo territorial não precisou esperar os historiadores do início do século XXI para ser diagnosticado e standardizado. Faissol viu no desequilíbrio populacional do Amapá *“um grave problema que se agrava dia a dia”*. A atração exercida pelo eixo ferroviário da produção manganífera — que também contribuiu para o crescimento de áreas próximas, como a cidade Macapá — acentuou esta tendência.¹⁸³ Enquanto os demais municípios perdiam povoadores ou estabilizavam-se, o de Macapá (que, além da sede municipal, incluía o distrito de Ferreira Gomes, o arquipélago do Bailique e as vilas Serra do Navio e Amazonas) tinha a cada ano um acréscimo populacional de grandes proporções. Para tentar atenuar estes contrastes e aumentar a produção agrícola, o governo territorial, no final da década de 1940, iniciou uma política de colonização. Por meio de tal política, núcleos de povoamento com pequenos agricultores foram implantados em pontos regularmente distribuídos do Território.¹⁸⁴

Em 1955, membros subcomissão de Produção da SPVEA divulgaram dados relativos à colonização no Amapá. Conforme estes dados, aí já estavam instaladas (em fase de franca produção) as colônias de Matapi e de Mazagão; e as colônias de Oiapoque, Ferreira Gomes, Calçoene, Cassiporé, Santo Antonio da Pedreira, Jari e Macacoari estavam em vias de instalação (loteamentos, aberturas de estradas, construção de residências, de galpões e de dependências de uso comum). No entanto, após visita feita às terras amapaenses, no final daquele mesmo ano, os agrônomos do Instituto Nacional de

¹⁸² *Ibidem*, p. 8 (grifos do original).

¹⁸³ Além das duas *company towns* (Serra do Navio e Amazonas), em alguns pontos da Estrada de Ferro do Amapá formaram-se novas comunidades rurais, que passaram a usar o trem como transporte e meio de escoar e comercializar sua produção: Cupixi, Cachorrinho, Pedra Branca e, acima de Serra do Navio, Água Branca.

¹⁸⁴ FAISSOL, Speridião. *Op. Cit.* P. 22.

Imigração e Colonização (INIC) Alarico José da Cunha Júnior e Fernando Antônio Genschow desmentiram parte destas afirmações. Na colônia de Mazagão, segundo eles, havia só um colono! E se os primeiros passos eram dados em Oiapoque, Ferreira Gomes, Calçoene e Cassiporé, o mesmo não ocorria alhures. Baseados em “*informações idôneas colhidas em Macapá*” — da boca do administrador geral das colônias, Philippe Gillet — os técnicos do INIC afirmaram que as colônias de Santo Antonio da Pedreira, Jari e Macacoari não passavam, até então, de “*meros projetos*”.¹⁸⁵ Dentro deste quadro pouco empolgante, Matapi era a maior e mais populosa colônia agrícola do Amapá, na década de 1950.

A colônia de Matapi foi criada em 1949. Nos seus primeiro meses contava apenas com 5 colonos. Em 1950 já possuía 100 pessoas, e em 1955 atingia um total de 696. Destes quase setecentos colonos, 60% eram de origem nordestina e 40% eram japoneses¹⁸⁶ e alguns poucos nortistas. Os esforços dos colonos eram empregados no cultivo de seringueiras e de gêneros alimentícios (cana, batata doce, milho, arroz, feijão e, principalmente, mandioca).¹⁸⁷ O plantio da seringueira era visto pela administração territorial como um importante meio de soerguimento da economia amapaense. Nas palavras de um articulista do jornal *Amapá*: “*ativando seus braços neste largo plantio, o caboclo amapaense também se convenceu de que ‘Esse é o caminho da fortuna’ tal como dissera o governador [...]*”.¹⁸⁸ O cultivo da seringueira tinha como objetivo garantir o atendimento da crescente demanda nacional de borracha. Na década de 1950, a aceleração da industrialização no Brasil aumentou o déficit desta matéria prima.¹⁸⁹ Em 1952, o governo federal promulgou o Decreto nº 30.694, estabelecendo que as empresas produtoras de artefatos de borracha deveriam empregar 20% de seus lucros líquidos anuais no plantio de héveas.¹⁹⁰ Porém, a

¹⁸⁵ CUNHA JÚNIOR, Alarico José da; e GENSCHOW, Fernando A. *Amapá: um estudo para a colonização*. Rio de Janeiro: INIC, 1958, p. 25.

¹⁸⁶ Considerados bons agricultores, muitos imigrantes japoneses foram encaminhados para a Amazônia e formaram no Estado do Pará a segunda maior colônia nipônica do Brasil. A imigração japonesa para a Amazônia iniciou em meado da década de 1920, quando o Japão ingressava numa grande transformação estrutural que envolvia uma acelerada industrialização e uma dramática crise no campo — sentida principalmente pelos pequenos produtores rurais. Neste período, segundo Alfredo Homma, “*os produtores rurais foram ativamente encorajados, pelo governo japonês, a emigrar para as possessões de além-mar, a fim de aliviar a zona rural da superpopulação [...]*”. Outra alternativa era migrar para regiões como a Amazônia, considerada atraente por causa da abundância de terras. Apesar da querela política acerca da aceitação da entrada de grandes levas de japoneses no Brasil, as estatísticas demonstram que, exceto no período da Segunda Guerra Mundial, este fluxo manteve-se regular (HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Belém: EMBRAPA, 2007, p. 21, 41).

¹⁸⁷ NUNES, Janary Gentil. Todos os agricultores do Amapá deverão plantar a seringueira. *Amapá*. N. 407, 03 jan. 1953, p. 1 e 6.

¹⁸⁸ Comentário da Semana: o caminho da fortuna. *Amapá*. N. 453, 09 de julho de 1953, p. 4.

¹⁸⁹ Atentos ao problema, os governos do Amapá, de São Paulo e da Bahia criaram programas de incentivo à heveicultura (PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da Borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 113-114).

¹⁹⁰ Por outro lado, o Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA continha o chamado Projeto Borracha. Mas, os recursos da SPVEA possibilitavam apenas um “*programa modesto*”.

produção subsidiada por tais empresas nunca ocorreu em escala apreciável.¹⁹¹ No governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil aderiu à tendência internacional de investimento na produção e consumo da borracha sintética — o que significou a progressiva falência da heveicultura.

A terra que os colonos deveriam amar era, na verdade, o seu maior problema.¹⁹² A este respeito Teixeira Guerra foi categórico: *“não queremos desencorajar os animadores propósitos da colonização na zona das cabeceiras do [rio] Matapi, porém, acreditamos que ela está fadada ao malogro, em parte por causa dos métodos rotineiros e também tendo em vista a pouca riqueza do solo em bases trocáveis e o adiantado processo de laterização das terras aí existentes”*.¹⁹³ Para enfrentar tal adversidade, os colonos adotaram uma solução já secular: o cultivo itinerante do solo que,

¹⁹¹ O Decreto nº 35.371, de 12 de abril de 1954, definia empresas produtoras de artefatos de borracha aquelas que tivessem um consumo anual mínimo de 120 toneladas. Assim, a responsabilidade pelo abastecimento interno de borracha recaía sobre os grandes fabricantes de pneumáticos (multinacionais instaladas no Brasil). Em 1953, técnicos da Goodyear visitaram o Amapá — e incluíram em seu roteiro a colônia de Matapi — com o objetivo de estudar a possibilidade de investir na ampliação do cultivo de seringueiras neste Território (Visando o plantio de seringueiras na ilha Maracá: técnicos da Goodyear em estudos no Território. *Amapá*. N. 488, 26 nov. 1953, p. 1). A Goodyear acabou investindo no Estado do Pará, na Granja Marathon, adquirida em 1954. Para se ajustarem à legislação, as empresas de pneumáticos fizeram investimentos sistemáticos na heveicultura: Pirelli (no Pará); Dunlop (na Bahia); Pneus General (Bahia); Goodyear (Pará); e Firestone (Bahia).

¹⁹² No relativo às qualidades dos solos do Amapá havia grande polêmica entre os especialistas. O que dificultava qualquer tipo de planejamento tecnicamente seguro. Neste atinente, Alarico Júnior e Fernando Genschow destacaram que *“talvez em nenhuma área da região amazônica o problema ‘solos’ tenha levantado tanta celeuma, nos meios técnicos e até mesmo político-administrativos, quanto no Amapá”* (CUNHA JÚNIOR, Alarico José da; GENSCHOW, Fernando A. *Op. Cit.* P. 39). No livro *Os solos do Território Federal do Amapá*, lançado em 1955, Luis Carneiro Rainho da Silva identificou dois grandes tipos de solo no losango amapaense: o laterítico e o que evolui para este estado (SILVA, Luis Carneiro Rainho da. *Os solos do Território Federal do Amapá* (contribuição para o seu estudo). Belém: SPVEA, 1955, p. 105). Os solos lateríticos são ácidos e faltos dos nutrientes que os vegetais carecem. Por isto, Teixeira Guerra via as características pedológicas do Amapá com certo pessimismo. Alceo Magnanini afirmava que neste Território *“desnudar o solo e forçar o estabelecimento de culturas não florestadas é praticar um verdadeiro atentado pedológico”*. *“A única via racional”*, segundo Magnanini, era explorar economicamente todos os produtos do extrativismo florestal (MAGNANINI, Alceo. As regiões naturais do Amapá. *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 14, nº 3, 1952, 273-261). Diferentemente, Rainho da Silva considerou os solos do Amapá agricultáveis, desde que o calcário moído fosse neles aplicado como corretivo (SILVA, Luis Carneiro Rainho da. *Op. Cit.* P. 101). A posição de Cunha Júnior e Genschow era semelhante à deste pesquisador: *“não iremos, com infundado eufemismo e leviandade técnica, dizer que os solos das regiões do Amapá por nós percorridas, são férteis, pois não o são. Apenas são, de modo geral, aproveitáveis. A agricultura aí desenvolvida terá ou não vida efêmera, dependendo dos métodos de manejo da terra a serem empregados”* (CUNHA JÚNIOR, Alarico José da; GENSCHOW, Fernando A. *Op. Cit.* P. 49). Baseados em estudos mais recentes, José Drummond e Mariângela Pereira afirmaram recentemente: *“[...] cerca de 91% do estado [do Amapá] estão cobertos por solos que apresentam limitações que vão de moderadas a irreversíveis ao seu aproveitamento agrícola moderno”*. E adiante: *“assim, no Amapá, as perspectivas de sucesso para projetos tradicionais de colonização agrícola, intensivos de mão-de-obra, são bem limitadas em pelo menos 89% dos seus solos [...]”. Somente proprietários rurais capitalizados, capazes de adquirir e aplicar regularmente fertilizantes, corretivos de solos, pesticidas e toda a maquinaria e insumos correlatos, têm conseguido manter fazendas de uma forma durável nestes tipos de solos, e mesmo assim à custa da adoção de cultivos adequados e do abandono da monocultura”* (DRUMMOND, José Augusto e PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. *Op. Cit.* P. 54-55).

¹⁹³ GUERRA, Antonio Teixeira. *Op. Cit.* P. 218. Cunha Júnior e Genschow não esconderam seu desapontamento em relação às condições pedológicas das colônias do Amapá: *“tanto a Colônia Agrícola do Matapi como a de Ferreira Gomes e também a de Mazagão, apresentam características pedológicas ou topográficas que se não podem considerar aconselháveis a essa espécie de trabalho de colonização, sem correr o perigo de um rápido empobrecimento dos solos e do homem, a menos que outras fossem as limitações da região”* (CUNHA JÚNIOR, Alarico José da; GENSCHOW, Fernando A. *Op. Cit.* P. 56).

indo muito além de seus lotes originais, deixava atrás de si um rastro de “ghost landscapes”.¹⁹⁴ A incipiência do conhecimento científico sobre o Amapá fazia deste Território um espaço aberto a projeções arriscadas. A política de colonização — planejada com grande euforia e levada a cabo com a firme fé no poder da racionalidade técnica — descambou numa experiência cheia de precariedades, longe do controle e da previsibilidade. “O analista, lidando com papéis num gabinete, não encontra dificuldade em apontar remédios”, afirmou o articulista da *ICOMI notícias*... Colocadas em pontos distantes e de difícil comunicação, as colônias do norte do Amapá ficaram muito isoladas e cedo definharam. Em seu balanço geral sobre a política de colonização, Faissol apontou que do ponto de vista do povoamento e do estímulo à produção agrícola ela fracassou.¹⁹⁵

Alarico da Cunha Júnior e Fernando A. Genschow destacaram que várias famílias instaladas em Matapi abandonaram a colônia: “nesses últimos 4 anos, 121 famílias de colonos foram encaminhadas ou chegaram espontaneamente ao núcleo, sendo que 15 delas de lá se retiraram, pelo menos por quatro motivos apurados: falta de efetivo auxílio do governo (e nós diríamos orientação econômica); falta de crédito para operações; doenças várias; inadaptabilidade por motivos não explicados”.¹⁹⁶ Os autores ressaltam que estas famílias foram para o núcleo urbano de Macapá. O desequilíbrio demográfico continuou, assim, se acentuando nos anos 50 e no início dos anos 60 do século passado. Não obstante a desaceleração do ritmo de crescimento populacional, podemos afirmar, considerando as taxas nacionais, que, na década de 1960, o número de habitantes de Macapá crescia ainda rapidamente.¹⁹⁷ No ano de 1960, a população urbana dos demais municípios amapaenses teve um crescimento insignificante e a rural teve um pequeno decréscimo — entre 0,8 e 12,1%.¹⁹⁸ Para termos uma percepção geral do aumento deste desequilíbrio, apresentamos o quadro abaixo:

¹⁹⁴ No Amapá, e em toda a Amazônia, formou-se um saber local constituído por populações que estiveram durante séculos em íntimo contato com a natureza (povos indígenas e famílias ribeirinhas). A prática dos cultivos provisórios e itinerantes é, entre outras coisas, um modo que os roceiros amazônicos encontraram de compensar o rápido desgaste da fertilidade dos solos.

¹⁹⁵ FAISSOL, Speridião. *Op. Cit.* P. 22.

¹⁹⁶ CUNHA JÚNIOR, Alarico José da; GENSCHOW, Fernando A. *Op. Cit.* P. 76-77. O Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA previa uma ajuda (crédito) de Cr\$ 1.000,00 por família nos dez primeiros meses. Alarico da Cunha Júnior e Fernando A. Genschow, no entanto, afirmaram que este período de auxílio era muito curto se comparado com o tempo que o agricultor deveria esperar para realizar as primeiras colheitas. Estes técnicos sugeriram que o auxílio perdurasse por dois anos. Em 1955, 50 colonos tinham obtido créditos (48 pelo Banco do Brasil e 2 pelo Banco de Crédito da Amazônia). Sem qualquer assistência técnica relativa ao investimento do dinheiro recebido, muitos destes colonos não conseguiam saldar seus débitos (*ibidem*, p. 34, 115).

¹⁹⁷ Na década de 1950, enquanto a taxa anual de crescimento demográfico do Brasil foi de 2,3, a da cidade de Macapá foi de 9,6. Na década de 1960, as taxas foram, respectivamente, de 7,1 e 2,9.

¹⁹⁸ FAISSOL, Speridião. *Op. Cit.* P. 26.

Tabela I: Crescimentos populacionais absolutos e relativos dos municípios do Amapá (1950-1960 e 1950-1964)

Municípios	Total				Rural				Urbana			
	1950-60		1950-64		1950-60		1950-64		1950-60		1950-64	
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%
Amapá + Calçoene	1.566	17,8	1.874	21,3	195	2,8	140	2,0	1.368	77,5	1.734	98,2
Macapá	26.311	127,8	36.928	179,3	7.354	69,9	10.036	95,3	18.877	53,3	26.893	267,1
Mazagão	2.553	50,0	1.982	38,8	2.081	50,9	1.134	32,6	472	46,6	648	64,0
Oiapoque	985	33,0	1.127	37,8	112	5,8	96	5,0	873	82,8	1.031	97,8
Total	32.412	86,5	41.912	111,8	9.922	42,1	11.606	49,2	21.490	154,6	30.306	218,0

Fonte: FAISSOL, Speridião. *Atlas do Amapá*. Rio de Janeiro: Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá e Conselho Nacional de Geografia (IBGE), 1966, p. 24.

Uma das consequências mais desafiadoras deste *boom* populacional e do fracasso da política de colonização (uma tentativa de alavancar a produção agrícola) para o cotidiano das classes populares da capital do Amapá foi que os problemas relativos ao abastecimento tornaram-se mais agudos. Na Amazônia, a insuficiência e a intermitência do fornecimento de gêneros alimentícios era um fenômeno de longa duração.¹⁹⁹ No entanto, podemos afirmar que no período da Segunda Guerra Mundial chegamos ao paroxismo. Os comerciantes amapaenses abasteciam-se de produtos principalmente na cidade de Belém, que sofria, por seu lado, veemente crise. Em 1944, o governador do Pará, o Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, reconhecia: “a Guerra já fazia sentir os seus efeitos tentaculares quando assumi o governo”. E completava: “o bloqueio das nossas costas veio criar, para nós, na intermitência dos carregamentos e na insuficiência das toneladas disponíveis, uma situação de carência alimentar sem nenhum precedente na nossa história”. Dois terços dos gêneros alimentícios comercializados em Belém eram adquiridos no sul do Brasil. Os constantes ataques dos submarinos alemães aos navios brasileiros geraram uma situação de estrangulamento para o abastecimento do Norte.²⁰⁰

¹⁹⁹ Publicado em 1973, o Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá, elaborado pela Fundação João Pinheiro, destacava que “o crescimento demográfico da capital [do Amapá] se deu, em parte, devido à grande atração que passou a exercer sobre as populações das demais regiões. Atraídas pela maior oportunidade de emprego, de estudo e pelos confortos urbanos, a grande leva de imigrantes para Macapá provocou sérios problemas. Por um lado, a cidade recebia um número de pessoas superior à capacidade de criação de empregos, gerando um contingente de mão de obra não aproveitado, ou seja, em situação de desemprego. Por outro lado, o êxodo rural ocasionou uma queda na produção agrícola, segundo o diagnóstico econômico preliminar das áreas urbanas do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Brasil. Macapá: Plano de Desenvolvimento Urbano. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1973, p. 12 [mimeografado]).

²⁰⁰ BARATA, Joaquim de Magalhães Cardoso. Relatório apresentado ao presidente da República em 1944. *Revista de Veterinária*. Belém, 1944, p. 7-8.

Em nível regional e territorial foram criadas agências governamentais a fim de enfrentar esta crise. Em dezembro de 1942, foi criada a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). Em novembro de 1944, foi criada a Comissão de Abastecimento do Território Federal do Amapá (CATFA). Esta Comissão — depois transformada em Superintendência (SATFA) — deparou-se com sérios desafios. A agricultura praticada no Amapá era predominantemente de subsistência e as importações estavam parcial e temporariamente inviabilizadas. Num balanço feito em 1953, o articulista do jornal *Amapá* lembrava: “*não possuindo o Território campo de agricultura capaz de satisfazer as necessidades internas, com uma pecuária então incipiente, sem indústria de laticínio, estava o Amapá inteiramente a mercê da importação com suas dificuldades aumentadas em decorrência da crise provocada pelo conflito mundial*”. Segundo este mesmo articulista, esta crise “*além de exigir o máximo da produção do país para a subsistência das forças democráticas em luta, agravava-se pela falta de transporte*”.²⁰¹ A deficiência no abastecimento e a carestia atingiram de forma mais dramática a classe trabalhadora. Muitos seringueiros abandonaram suas atividades para se dedicarem à caça e à pesca. Outros rumavam para as cidades mais próximas, na esperança de encontrar nelas uma situação menos desoladora.²⁰²

A direção da ICOMI foi obrigada a tomar uma série de medidas para tentar minimizar o problema do abastecimento em suas frentes de trabalho. Na fase dos reconhecimentos geológicos preliminares, os gêneros alimentícios eram adquiridos por esta empresa no comércio macapaense. Estes produtos eram estocados e redistribuídos no escritório de Porto Platon. Posteriormente, uma ampla logística foi implantada para suprir as novas e maiores exigências. Foi montado um escritório em Belém para a aquisição de alimentos nesta praça. Por fim, foi montado um escritório no Rio de Janeiro com a finalidade de estabelecer, a partir daí, uma linha de abastecimento para os trabalhadores da produção e escoamento do manganês. Em aviões fretados, a ICOMI anualmente transportava toneladas de alimentos. Segundo os representantes desta empresa: “*tal esquema, cuja implantação iniciou-se em torno de 1952, levou em consideração, além de outros fatores, a impossibilidade de aquisição de gêneros em grande quantidade, quer em Macapá, quer em Belém, sob pena de se desequilibrar totalmente os níveis de oferta dos produtos destas duas cidades, com prejuízo para as respectivas populações*”.²⁰³

Algumas estratégias para a aquisição de produtos locais foram pensadas e executadas pelos diretores da ICOMI. Da ilha do Marajó vinha o gado para ser abatido no

²⁰¹ O abastecimento no Território do Amapá. *Amapá*. Nº 468, de 13 de setembro de 1953, p. 8 (2º Caderno).

²⁰² OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. *Op. Cit.* P. 97.

²⁰³ ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*. *Op. Cit.* Vol. 2, p. 161.

matadouro montado pela empresa. A partir de 1957, quando a exportação de manganês teve início, a empresa pôs em execução a “Operação Zona da Mata”: uma vez por semana, um “*trolley*” corria ao longo da linha ferroviária que partia de Serra do Navio para comprar: farinha, ovos, frutas, legumes, tubérculos e outros.²⁰⁴ Tais produtos eram encaminhados para o supermercado, o restaurante e o hospital desta vila. A “Operação Zona da Mata” favoreceu a formação de povoados ao longo da Estrada de Ferro do Amapá. Povoados voltados para a produção agrícola.²⁰⁵ Para a aquisição dos frutos da produção agrícola dos ribeirinhos do Amapari foi destacada uma ubá, que semanalmente percorria o rio — era a “Operação Rio Amapari”.²⁰⁶ Por fim, foi criada, em Porto Platon (povoado que ficou praticamente despovoado depois do início do funcionamento da Estrada de Ferro do Amapá), a Fazenda Campo Verde, onde eram cultivados legumes e verduras e onde eram criadas galinhas.²⁰⁷

Esta série de iniciativas icomianas baseava-se na constatação da sofrível situação do abastecimento local. Para tentar atenuar este problema, o governo adotou uma série de medidas que formaram um campo de tensão. Este campo envolvia diversos setores e classes da sociedade amapaense. A partir de 1944, o governo tentou redirecionar o fluxo de algumas mercadorias. Grande parte do gado criado no Amapá era exportada para a Guiana Francesa, enquanto o pescado retirado da costa amapaense era quase todo destinado à cidade de Belém. Os produtores e comerciantes procuravam as praças mais lucrativas na região. O Decreto nº 9, de 07 de março de 1944, regulou a matança de fêmeas bovinas e disciplinou a exportação de gado — desde então “*dependente de autorização escrita do Governador*”. E “*afim [sic.] de substituir a carne bovina, na época em que as boiadas estão em condições impróprias para serem abatidas, o Govêrno encaminhou para Macapá parte da produção do pescado salgado anteriormente exportada*”. Assim, implantou-se um intervencionismo econômico que criou uma tensão entre governo, produtores e comerciantes.²⁰⁸

O racionamento de alimentos foi também adotado. Foram distribuídos cartões numerados para disciplinar a entrada (em regime de revezamento) no Mercado Municipal, para a aquisição de carnes.²⁰⁹ Estes cartões eram dados aos “*chefes de famílias*” cadastrados no

²⁰⁴ O trem que ajuda a todos. *ICOMI notícias*. Ano I, nº 2, de fevereiro de 1964, p. 10.

²⁰⁵ Operação Zona da Mata. *ICOMI notícias*. Ano I, nº 4, de abril de 1964, p. 2.

²⁰⁶ Operação Rio Amapari. *ICOMI notícias*. Ano II, nº 21, de abril de 1965, p. 13-17.

²⁰⁷ O amanhã da terra e a criação na Fazenda Campo Verde. *ICOMI notícias*. Ano I, nº 5, de abril de 1964, p. 12-13.

²⁰⁸ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. Cit. P. 130. Ver também: Regulada a matança do gado. *Amapá*. Nº 160, de 03 de abril de 1948, p. 4. Porém, como demonstraremos adiante, o entrelaçamento de interesses e a fragilidade dos poderes fiscalizadores — sobretudo nos pontos mais distantes da capital — comprometeram a efetivação destas medidas.

²⁰⁹ A Comissão de Abastecimento... *Amapá*. Nº 60, de 11 de maio de 1946, p. 2.

Serviço de Estatística da SATFA.²¹⁰ Outra medida, foi o tabelamento de preços, que limitava o lucro dos comerciantes e freava a vigorosa tendência à alta inflacionária. Porém, o preço do quilo da carne verde passou de Cr\$ 2,80 para Cr\$ 3,00 em 1944. Este ligeiro aumento — juntamente com a facilitação do transporte²¹¹ — objetivava evitar o escoamento da carne bovina para mercados mais lucrativos. Por outro lado, fazendeiros, comerciantes e demais membros das classes proprietárias tinham vários representantes na Comissão de Preços de Macapá. Representantes que aí defendiam seus interesses e garantiam graduais aumentos dos preços dos gêneros alimentícios.²¹²

A insuficiência do fornecimento de carnes em Macapá foi objeto de grande preocupação da SATFA.²¹³ No primeiro ano da autonomia territorial do Amapá, calculou-se a quantidade de carnes oferecida pelo mercado da cidade de Macapá e inferiu-se que a cota *per capita* de consumo diário de proteínas animais não alcançava vinte gramas.²¹⁴ A criação de gado bovino no Território era feita de forma extensiva, com a utilização dos pastos naturais, sobretudo nos vales dos rios Pedreira e Araguari.²¹⁵ Para acelerar o crescimento do tamanho dos rebanhos, o governo favoreceu o acesso ao crédito para os criadores e procurou facilitar a aquisição de “bons” reprodutores, oriundos do sul do país.²¹⁶ Ademais, a partir de 1947, foram realizadas anualmente as Exposições dos Produtores Amapaenses, cujo objetivo era estimular a produção agropecuária territorial. Entretanto, vendo suas práticas contingenciadas pelo governo, os criadores passaram a mais e mais unidos lutar por sucessivos aumentos nos preços da carne de gado.

Em maio de 1948, Janary Nunes, considerando “os repetidos apêlos formulados pelos fazendeiros e criadores locais”, bem como “as razões apresentadas pela coletividade de pecuaristas amapaenses reunidos nesta capital a quando da Iª Exposição de Animais do Território” resolveu fixar

²¹⁰ A Superintendência de Abastecimento... *Amapá*. Nº 94, de 04 de janeiro de 1947, p. 2.

²¹¹ O gado era transportado dos demais municípios (principalmente de Amapá) para a capital nos barcos Itaguari e São Raimundo. Ambos pertenciam ao governo territorial (Faltou transporte para o abastecimento da cidade. *Amapá*. Nº 367, de 29 de março de 1952, p. 3).

²¹² Reorganizada a Comissão de Preços de Macapá. *Amapá*. Nº 107, de 17 de janeiro de 1948, p. 1.

²¹³ O superintendente do Abastecimento no Amapá José Ferreira Teixeira Júnior asseverou em 1944: “o abastecimento de carne e pescado fresco, que hoje constitui seríssimo problema a desafiar a argúcia dos governantes em quase todos os Estados do Brasil [...]” (citado em: NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. Cit. P. 131).

²¹⁴ *Ibidem*, p. 88.

²¹⁵ GUERRA, Antonio Teixeira. Op. Cit. P. 275.

²¹⁶ O superintendente José Ferreira Teixeira Júnior, em 1948, destacou: “os criadores que concorrem para o abastecimento de Macapá, por exemplo, têm recebido empréstimo até no valor máximo de 80 mil cruzeiros sem pagar um real sequer [sic.] de juros” (O papel dos criadores na recuperação econômica do Amapá. *Revista do Amapá*. Ano 2, nº 7, de setembro de 1948, p. 8).

o preço do quilo carne bovina comum em Cr\$ 5,00.²¹⁷ O deputado Enéas Barbosa, discursando à Assembleia Legislativa do Pará, inventariou a permanente pressão exercida pelos fazendeiros sobre o governo. Segundo Barbosa, *“quando da Primeira Exposição [de Animais] a carne verde era vendida ao preço de Cr\$ 4,00 o quilo na cidade de Macapá e no interior a Cr\$ 5,00 e já na data da Segunda estava a Cr\$ 5,00 e Cr\$ 6,00 e presentemente é de Cr\$ 6,00 e Cr\$ 7,00 no interior”*. E este deputado complementa com o seguinte: *“essa alteração de preços reclamada pelos fazendeiros com as alegações baseadas em dados precisos do custo de vida das despesas que tem com suas fazendas, não tem sido atendida com grandes facilidades, pois o capitão Janary Nunes como o dr. Raul Waldez, e na sua generalidade todos os governos, não permitem nunca aumento de preço da carne por acharem que é o gênero que deve ser vendido mais barato”*. Com mais ou menos dificuldade, os fazendeiros acabavam obtendo os aumentos pretendidos. Devemos destacar que se trata uma classe que tradicionalmente deteve, além do poder econômico, um grande peso político.²¹⁸

Em setembro de 1956, foi fundada a Associação Rural da Pecuária do Amapá, cujo objetivo era pugnar pelos interesses dos pecuaristas que abasteciam os mercados locais. Na cerimônia de fundação estavam presentes vários criadores do Marajó (que forneciam gado para estes mercados). Janary, na condição de pecuarista e de sócio benemérito desta Associação, enviou uma mensagem de saudação aos seus fundadores.²¹⁹ A reunião dos pecuaristas nesta entidade era mais um passo no sentido do amadurecimento de uma consciência de classe, pautada na luta por interesses comuns. A pressão em bloco exercida por este poderoso grupo e a sua aliança com os líderes janaristas garantiam o sucesso das suas *démarches*. Assim, a política intervencionista de contenção da inflação via tabelamento dos gêneros de primeira necessidade era curto-circuitada pela prioridade dada aos interesses dos fazendeiros, em detrimento da proteção do poder aquisitivos da classe menos aquinhoadas.

Os comerciantes também exerceram uma forte influência na política de controle dos preços em Macapá. O comércio atacadista local formou-se, sobretudo, a partir de pequenos estabelecimentos criados por seringalistas ou donos de seringais. Libaneses, turcos, judeus e portugueses tinham posição de destaque neste setor da economia.

²¹⁷ Nova tabela para a venda de carne e vísceras. *Amapá*. Nº 150, de 24 de janeiro de 1947, p. 2. Na tabela de 15 de julho de 1947, o preço do quilo da carne já era Cr\$ 4,00 (Comissão de Preços de Macapá. Tabelamento de gêneros de primeira necessidade. *Amapá*. Nº 122, de 12 de julho de 1947, p. 3).

²¹⁸ BARBOSA, Enéas. Ainda é o Amapá o lugar do Brasil em que a carne verde é vendida por menor preço. *Amapá*. Nº 240, de 15 de outubro de 1949, p. 5. A escalada do preço da carne segue movida pela pressão dos pecuaristas nos anos seguintes. Ver, por exemplo: Fixados pelo governo do Território os novos preços da carne bovina. *Amapá*. Nº 364, de 08 de março de 1952, p. 4; e Comissão de Abastecimento e Preços. *Amapá*. Nº 763, de 19 de agosto de 1956, p. 4.

²¹⁹ Fundada em Macapá a entidade dos pecuaristas. *Amapá*. Nº 775, de 07 de outubro de 1956, p. 4.

Vendiam: móveis, sapatos, tecidos, tintas e confecções — que eram trazidos de Belém, mas, na verdade, tinham sido produzidos em São Paulo. De Recife chegavam tecidos e serras para árvores. Do Rio de Janeiro eram trazidos sapatos, uns poucos tecidos, materiais de construção, artefatos de alumínio e outros.²²⁰ O comércio acompanhou o crescimento populacional de Macapá. De 1944 a 1945, houve um salto de 12 para 26 estabelecimentos de comércio. Em 1950, este número já era de 224.²²¹ Mas, as mudanças não foram apenas quantitativas. Inicialmente, os estabelecimentos reuniam e vendiam diferentes produtos (alimentos, tecidos, remédios, bebidas, etc.). Aos poucos, foi ocorrendo a especialização em ramos e apareceram: sapatarias, farmácias, lojas de ferragens, de materiais de construção, de eletrodomésticos, de tecidos, de alimentos...²²² Este comércio dependia, basicamente, das verbas que o governo federal entregava ao Território e, a partir de 1948, das demandas icomianas (da empresa e de seus trabalhadores).²²³

Boa parte das maiores lojas da capital se concentrava no núcleo político-social desta cidade — mais especificamente no entorno da Praça Capitão Assis de Vasconcelos. A expansão deste centro comercial ocorreu ao longo da Rua Cândido Mendes (atualmente, o principal corredor do comércio macapaense). Uma série de instituições garantia os encontros e entrelaçamentos de interesses. Comumente, a cúpula governamental e as classes proprietárias compunham a diretoria de festas religiosas, como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré e a festa do padroeiro de Macapá, São José.²²⁴ Muitos comerciantes e membros do *staff* governamental faziam parte da Loja Maçônica Duque de Caxias, fundada em novembro de 1949.²²⁵ Com fazendeiros e industriais, os comerciantes compunham a Associação Comercial Agrícola e Industrial do Território do Amapá, criada em julho de 1944, com a finalidade de promover a defesa dos interesses dessas classes e “*colaborar estreitamente com a administração pública na qualidade de órgão técnico e consultivo*”.²²⁶ No entanto, esta colaboração não ficou restrita às questões de ordem técnica.

²²⁰ FAISSOL, Speridião. *Op. Cit.* P. 38.

²²¹ O aumento do giro comercial (o valor total das vendas mercantis, calculado à base da arrecadação do imposto sobre vendas e consignações) nos dá uma noção (em milhares de cruzeiros) da expansão da atividade comercial: 9.280 em 1945; 12.720 em 1948; 27.320 em 1953. Ver: IBGE. Brasil. *Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955, p. 27 (nº 35 da Coleção Monografias).

²²² IBGE. Brasil. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. *Op. Cit.* P. 32.

²²³ *Ibidem*, p. 32.

²²⁴ Fervorosa e imponente manifestação de fé religiosa. *Amapá*. Nº 139, de 08 de novembro de 1947, p. 4.

²²⁵ A Loja Maçônica “Duque de Caxias” comemora o seu segundo aniversário. *Amapá*. Nº 297, de 18 de novembro de 1950, p. 6. Bem como: Empossado o novo corpo administrativo maçônico. *Amapá*. Nº 329, de 30 de junho de 1951, p. 2.

²²⁶ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. *Op. Cit.* P. 141.

Em setembro de 1950, ocorreu uma reunião das “*classes conservadoras*”²²⁷ para promover manifestações de apoio à candidatura de Cristiano Machado a presidente da República e de Coaracy Nunes a deputado federal. Nesta ocasião, o então presidente da Associação Comercial Agrícola e Industrial, Álvaro Vasques destacou: “*estamos certos da vitória do Partido Social Democrático no próximo dia 3 de outubro e, antes dessa certa vitória, ei-nos presentes para testemunho da admiração que V. Excia representa na nossa classe*”. Em seguida, falou o comerciante Isaac Zagury: “*quiseram meus colegas de classe, que eu como macapaense de nascimento, vos dirigisse a palavra descolorida, porém sincera afim de reafirmar nossa confiança e incondicional solidariedade ao governo de V. Excia.*”. Agradecendo tais palavras, Janary afirmou “*que recebia aquela manifestação de coração aberto porque estava certo que as classes conservadoras do Amapá acompanhavam os pontos de vista do Governo*”.²²⁸ Esta aliança entre comerciantes e governo ia além de circunstanciais palavras de apoio. Lendo a lista dos membros da seção amapaense do Partido Social Democrático (PSD), encontramos um apreciável número de comerciantes locais. E o PSD foi a cidadela política do janarismo em quase todo o período aqui estudado.

Com prejuízo para a frenagem do avanço da inflação, o governo recorrentemente elevava os preços dos gêneros considerados de primeira necessidade, a fim de salvaguardar as margens de lucro de pecuaristas e comerciantes. Portanto, ao problema do déficit no abastecimento, somava-se o da carestia. Os membros da Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), instituída no Amapá em 1952, admitiam que os preços praticados pelo comércio macapaense eram “*astronômicos*”.²²⁹ Porém, recorrentemente, eles cediam aos apelos dos produtores e comerciantes por novos aumentos.²³⁰ Por exemplo, em julho de 1956, o governador do Território Amílcar da Silva Pereira encaminhou para a COAP um memorial em que os pecuaristas solicitavam o aumento do preço do gado em pé. Menos de um mês depois, no dia 11 de agosto, foi expedida a Portaria nº 5, que concedia tal

²²⁷ Muitos comerciantes eram (ou se tornaram) pecuaristas. As relações e alianças entre estas duas classes ainda precisam ser mais bem estudadas. Um caminho é a análise dos quase 2.500 processos cíveis (que cobrem a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX) existentes no Depósito do Tribunal de Justiça do Amapá, no distrito macapaense de Fazendinha.

²²⁸ Solidariedade das classes conservadoras de Macapá ao governador do Território. Amapá. Nº 287, de 13 de setembro de 1950, p. 3.

²²⁹ COAP discutindo em plenário o problema dos preços. Amapá. Nº 586, de 25 de novembro de 1954, p. 1.

²³⁰ Os produtores e os comerciantes enviavam amiúde propostas de aumento de preços à COAP. Em junho de 1956, por exemplo, a Sociedade Comercial Limitada (fábrica amapaense) encaminhou para a apreciação da COAP, cartas pedindo a elevação dos preços do café moído (para Cr\$ 60,00) e do quilo do pão (Cr\$ 16,00) (Oitava sessão ordinária da Comissão de Abastecimento e Preços. Amapá. Nº 746, de 21 de junho de 1956, p. 4).

aumento.²³¹ Em novembro deste ano, foi a vez de um grupo de marchantes ter seu pedido de aumento do preço da carne suína atendido.²³²

A rápida escalada dos preços elevou o custo de vida a picos quase insuportáveis para os mais pobres da cidade de Macapá.²³³ Além da alimentação, itens como vestuário, higiene e, principalmente, habitação²³⁴, contribuíam fortemente para a elevação deste custo de vida. Em Macapá, vários gêneros alimentícios eram vendidos a preços inferiores ao da maioria das capitais brasileiras.²³⁵ A abordagem comparativa apresentada pela documentação governamental é, entretanto, pouco consoladora, pois o problema do galopante aumento do custo de vida era sentido e lamentado em todo o Brasil.²³⁶ Em maio de 1955, o articulista do jornal *Amapá* afirmou: “*excetuando alguns países corroídos pela inflação — e entre os quais se inclui Argentina, Paraguai, China, Chile e poucos outros — não existe mais do que duas ou três regiões em situação tão perigosa no que diz respeito ao aumento dos preços da comida*”. E elucidou que “*em dois anos passou-se a pagar tão mais caro pela alimentação nas capitais dos Estados que se chega a pensar até onde poderá o povo resistir à exploração de que está sendo vítima*”.²³⁷ Além do mais, a média salarial de Macapá era das menores. Em julho de 1954, o salário mínimo mensal na capital do Amapá era de Cr\$ 1.200, ou seja, um dos mais baixos entre as capitais brasileiras. E 66% dos servidores públicos territoriais recebiam, neste ano, entre 1.000 e 1.999 cruzeiros.²³⁸ E não podemos esquecer que as pessoas que dependiam de subempregos certamente não percebiam estes valores.

Diante do quadro deficitário do abastecimento e da carestia, os trabalhadores de Macapá exercitaram a arte de viver do pouco ou, qual prestidigitadores, de fazer do pouco o muito. Num campo dominado pelo outro (as classes hegemônicas da cidade), os moradores da Macapá popular e subalternizada inventaram seu cotidiano para conseguir aquilo que direta ou indiretamente lhes era negado. A negação da cidadania urbana ia da

²³¹ Comissão de Abastecimento e Preços. *Amapá*. Nº 763, de 19 de agosto de 1956, p. 5.

²³² Reuniu o plenário da COAP. *Amapá*. Nº 790, de 29 de novembro de 1956, p. 4.

²³³ Em 1959, por exemplo, o preço do quilo da carne comum em Macapá já era de Cr\$ 44,00.

²³⁴ Por causa do crescente déficit habitacional, um grande número de pessoas morava em casas e quartos alugados. Isso será mais demoradamente discutido no Capítulo 2.

²³⁵ O custo de vida em Macapá era inferior ao dos demais municípios do Amapá (ver: Custo de vida. *Amapá*. Nº 170, de 12 de junho de 1948, p. 3; Custo de vida. *Amapá*. Nº 172, de 26 de junho de 1948, p. 4).

²³⁶ O articulista do jornal *Amapá* comentou assim de crescimento do índice do custo de vida do ano de 1953: “*Em, 1953, porém, todas as variações percentuais nos índices do custo de vida [das capitais] são ascendentes*” (Alta obtida no período de 12 meses. *Amapá*. Nº 660, de 14 de agosto de 1955, p. 1).

²³⁷ Índice do custo de vida em todas as capitais do Brasil. *Amapá*. Nº 637, de 26 de maio de 1955, p. 1. A política externa adotada por Dutra — de caráter francamente liberal — facilitou excessivamente as importações. Isto ocasionou o esgotamento das reservas de capital que o Estado detinha para o movimento comercial externo. Este esgotamento nos ajuda a entender porque o início do segundo governo de Vargas foi marcado por déficits na balança comercial e, consequentemente, por uma crise cambial (LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 190).

²³⁸ IBGE. Brasil. *Território do Amapá*. Op. Cit. P. 28-30.

negligência de serviços considerados básicos ao bem-estar até a não contabilização dos interesses da classe trabalhadora na definição de questões cruciais para a sobrevivência dela. Se, por um lado, esta negação potencializava as fissuras e conflitos entre os moradores das áreas suburbanas; por outro, estes mesmos moradores desenvolviam táticas baseadas na solidariedade de vizinhança e na camaradagem trabalhadora para enfrentá-la. Estas táticas também se baseavam num repertório amplo de saberes, originado, predominantemente, nos modos de vida rurais.

A mobilidade interlocal era uma das mais importantes táticas na busca de melhores condições de vida (melhores terras para cultivar, áreas mais fartas para coletar, frentes com mais altos salários a receber, etc.). Fugir das adversidades e partir em busca de novas oportunidades era uma possibilidade quase sempre presente no horizonte dos trabalhadores da Amazônia. Isto gerava uma instabilidade desconfortável para a *modernidade sólida* (fordista).²³⁹ E a crítica ao nomadismo popular esteve quase sempre na “*ponta da língua*” dos apóstolos do progresso. Mas, este progresso oferecia suas maiores graças apenas a uma pequena parcela da população da fronteira da modernização. A incompletude do projeto iluminista — a universalização da liberdade, da igualdade e da fraternidade — se inscrevia dramaticamente no cotidiano amazônico. Construindo histórias marcadas por sucessivos deslocamentos, os populares demonstravam: sua insatisfação com uma inserção parcial na modernidade e seu sonho de encontrar uma melhor sorte ou, quem sabe, uma Canaã.

Havia, porém, outras táticas. Ao longo deste trabalho, iremos inventariá-las... Diante da insuficiência do abastecimento e do incessante aumento dos preços dos alimentos, os trabalhadores buscavam alternativas ao mercado. Muitos moradores dos lindes da cidade de Macapá recorriam à caça, à pesca e à coleta como importantes fontes alimentares. As armadilhas de rifles eram colocadas em pontos estratégicos da mata. Comumente, os caçadores se colocavam na forquilha das árvores, onde ficavam de tocaia até que um veado, uma cotia, um porco do mato surgisse — momento em que tais animais eram abatidos, caso o tiro fosse certo.²⁴⁰ Em entrevista, Raimundo Lino Ramos (o “Pavão”)²⁴¹ lembrou: “*aqui no pequeno Jesus de Nazaré, que hoje se chama Julião Ramos e Jesus de Nazaré, isso tudo era mata que a gente caçava e ali, justamente onde se chama Igarapé das Mulheres, a gente apanhava açai*”. E adiante: “*açai, naquela época [meado do século XX], ninguém comprava,*

²³⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 107-192.

²⁴⁰ Sobre as técnicas de caça do “*caboclo*”, ver: Mello, Alcino Teixeira de. *Op. Cit.* P. 53.

²⁴¹ Raimundo Lino Ramos, ou “Pavão” (nascido em 1936 e falecido em 2009) foi entrevistado no dia 25 de março de 2008. “Pavão” fazia parte da comunidade negra que residia próximo do centro histórico de Macapá e que, com as reformas aí promovidas por Janary, foi transferida para o bairro do Laguinho.

porque, quando davam quatro horas, eu saía pra minha roça, apanhava três, quatro cachos de açaí e já trazia pra casa, pra amassar; e eu trazia: açaí, o meu peixe, trazia uma caçazinha”.²⁴² Moradores do subúrbio frequentemente colocavam cercas em dois pontos de um igarapé para, na vazante da maré, daquela parte fechada, pegarem os peixes que ficassem presos.²⁴³ Os poços do leite dos igarapés, expostos pela vazante, eram gapuiados com latas, crotás²⁴⁴ de bacabeiras, cuias e cumbucas — tirava-se a água e, depois, os peixes aí presos.

A farinha era uma das bases alimentares dos moradores de Macapá. Além da mandioca, eram cultivados pés de cana, abacaxi, cacau, algodão, bananeira e outros. A principal finalidade da produção agrícola (assim como da caça e da pesca) era o consumo. Este consumo tanto podia se restringir à família, quanto poderia se estender à comunidade de vizinhança.²⁴⁵ Uma característica fundamental do trabalho agrícola dos roceiros era o uso de técnicas tradicionais de cultivo e de poucas ferramentas. Antônio Teixeira Guerra ressaltou a este respeito que: “o fogo, o machado e a enxada são instrumentos mais importantes nas pequenas lavouras de ‘terra firme’ dos nossos caboclos”.²⁴⁶ O grande volume de trabalho exigido para a abertura de uma clareira na mata sempre excedia a capacidade de uma família. Era neste momento que os laços comunitários mais se evidenciavam. Dava-se o nome de *pixurum*²⁴⁷ (ou *putirum*) para uma espécie de mutirão do qual participavam parentes e amigos (próximos e distantes) de uma família que necessitava realizar a limpeza de um terreno ou uma colheita. O *pixurum* terminava sempre num momento festivo, com comidas e bebidas oferecidas pelos donos da área de cultivo. Outro aspecto importante da produção agrícola praticada no Amapá era o deslocamento constante para novas áreas de cultivo. Durante entrevista, Joaquim Ramos da Silva lembrou que “a cada ano eles faziam a roça em lugares

²⁴² Ao longo da entrevista, “Pavão” destacou vários outros pontos de coleta e caça. Por exemplo: “ali onde é o Jardim tinha um mercado de um homem chamado ‘Bacaba’, que era onde se fazia roça, caçava e você indo lá encontrava caça”.

²⁴³ Josefa Lina da Silva (nascida em 1916) descreveu esta técnica em entrevista realizada no dia 13 de fevereiro de 2008. Como “Pavão”, Josefa faz parte da comunidade negra que residia próximo do centro histórico de Macapá e que atualmente vive no Laguinho.

²⁴⁴ Proteção natural (invólucro em forma de barçaça) de cachos de frutos de palmeiras, como: açaí, bacaba, tucumã e outros.

²⁴⁵ Joaquim Ramos da Silva (membro da comunidade negra do bairro do Laguinho conhecido como “Munjoca”), em entrevista, fez o seguinte comentário sobre seu tio Joaquim Ramos: “ele praticamente fazia a farinha e dividia tudo entre a família: a mãe, o tio Martins, a mãe Felícia e os pais dele. Era praticamente fazer farinha e distribuir pra família” (entrevista realizada no dia 23 de maio de 2008). Segundo Raimundo Lino Ramos; “se ia fazer uma farinha, ou pegar um peixe, ou apanhar um açaí, a gente não entregava aquilo, não vendia; tinha o meu vizinho que quando ele dizia: ‘vizinho o senhor foi pegar peixe hoje’, [e ele:] ‘não’. ‘Pegue aqui’, e a gente dava aquele peixe, dava o açaí, farinha, e quando o vizinho ia fazer ele devolvia do mesmo jeito que você deu pra ele. Então, era uma comunidade dentro uma da outra” (entrevista realizada no dia 25 de março de 2008).

²⁴⁶ GUERRA, Antonio Teixeira. *Op. Cit.* P. 195.

²⁴⁷ Josefa Lina da Silva nos explicou: “a gente quando quer terminar a roça só num dia, chama *pixurum* — aí convida uns quatro ou cinco homens, umas quatro ou cinco mulheres, pra terminar. Os homens cavando e as mulheres plantando, faz aquele *pixurum*, faz aquela comida, pra dar pra quem tá trabalhando”.

diferentes”. Em Macapá, os roçados eram deslocados para lugares cada vez mais distantes por causa de sua natureza itinerante e em decorrência do rápido crescimento da cidade.

Uma generalizada tática popular para garantir o consumo de proteína animal era a criação de xerimbabos. Os transeuntes facilmente poderiam encontra-los perambulando nas ruas. Para “*um leitor assíduo*” do jornal *Amapá*, os animais que transitavam livres pelas ruas atentavam contra o silêncio e o bem-estar, elementos “*indispensáveis a uma cidade que se moderniza*”. O insatisfeito leitor destacou: “*aqui é um cão a ganir estrepitosamente ou um porco a fuçar; ali um cavalo a relinchar com fúria; acolá um bóde em correrias e espirros terríveis, ou um burro a ornejar descompassadamente*”.²⁴⁸ Em fevereiro de 1947, a prefeitura municipal de Macapá expediu a Portaria nº 5, que proibia “*a permanência, à solta, nas ruas e praças na cidade, de animais de qualquer espécie*”. Tal medida foi assim justificada: “*a existência de grande número de animais, à solta, nas ruas, além de atentar contra os nossos foros de cidade, constitui grave perigo para os transeuntes*”. Em seguida, o texto especifica que se tratava de animais caninos, bovinos, suínos, caprinos e muares.²⁴⁹ No dia 30 de julho de 1949, Francisco Felipe Nery (paraense de 43 anos e funcionário público) disse ao delegado Antônio Melo: que possuía no quintal de sua casa cerca de 70 bicos de galinha e “*que, ultimamente, frequentemente vinha notando a falta de algumas daquelas aves*”.²⁵⁰ Através desta ladainha de queixas, emerge a imagem de uma cidade onde a criação de xerimbabos era uma importante fonte alimentar.

Com o crescimento urbano, a abertura de roçados em terrenos não muito distantes dos subúrbios tornou-se uma impossibilidade. As áreas de caça e de coleta de açaí — bem como de outras frutas — tornaram-se rarefeitas. Os peixes foram sumindo nos rios, igarapés e ressacas que umedeciam a cidade. Ou seja, as formas não mercantis de aquisição de alimentos foram ficando fora do alcance dos trabalhadores. Se de um lado seria um equívoco pensar que elas desapareceram por completo, por outro é correto inferir que a população de Macapá foi rapidamente empurrada para um modo de vida mais dependente da mediação do mercado (e do dinheiro), no tocante a aquisição dos seus meios de sobrevivência. A procura por empregos ou por qualquer atividade remunerada gradualmente foi se transformando num imperativo.²⁵¹ Todavia, o possuir dinheiro não

²⁴⁸ Reclamações. *Amapá*. Nº 29, de 06 de outubro de 1945, p. 5

²⁴⁹ Prefeitura Municipal de Macapá. Portaria nº 5. *Amapá*. Nº 100, de 15 de fevereiro de 1947, p. 4.

²⁵⁰ AFCM. Caixa 224, processo nº 346, de 20 de setembro de 1949, fl. 7.

²⁵¹ Em entrevista, Joaquim Ramos da Silva nos relatou o seguinte: “*então o Janary chegou, e para criar o quadro de funcionários do nosso extinto Território muitas pessoas foram chamadas. Mas, na época, eu acredito que o trabalho próprio em roça — plantar banana, frutas... — levou algumas pessoas, no momento, [a] não pensarem que [em] algum tempo, mais lá na frente, em alguns anos, o emprego no governo fosse ficar tão bom, muito melhor que a sua própria roça [...]. Então teve algumas pessoas [...] que achavam, e talvez até fosse [certo] no momento, que em relação ao que o governo oferecia de salário, eles trabalhando por conta própria, ganhassem mais [...]. Quando, com um certo tempo, outras pessoas se interessaram a entrar no*

garantia totalmente a aquisição de gêneros alimentícios. Isto porque a crise de abastecimento fazia com que os víveres adquiridos pelos mercados fossem insuficientes para satisfazer uma demanda que só crescia.

O racionamento alimentar propiciava situações de conflito entre os populares. Os mercados transformavam-se, cotidianamente, em cenários de discussões e brigas. Em 1944, havia em Macapá um mercado municipal situado na doca da Fortaleza (ao lado da Fortaleza de São José). Aliás, a doca toda era um grande mercado a céu aberto, onde os moradores da cidade iam comprar não somente alimentos (peixes, carne bovina, frutas, etc.), mas, uma grande variedade de mercadorias vindas dos interiores do Amapá, das ilhas do Pará, de Belém, e de outras partes do Brasil. A doca também era um espaço de lazer, de prostituição, de moradia popular e de embarque e desembarque de viajantes. Em uma denúncia de 1951, o representante do Ministério Público escrevia: *“no dia 14 de julho do corrente ano, pela manhã, no mercado municipal da doca da Fortaleza, desta cidade, vendiam-se peixes, que a geleira ‘Polux’ trouxera para a população”*. E prossegue: *“havia muitos pretendentes a compra do pescado, formando grandes filas. Da geleira era o peixe transportado para o Mercado, em paneiro, às costas do ofendido Mário Nascimento dos Santos. Nêsse vaivém, o ofendido passava pela multidão”*. Deparando-se com esta enorme fila, A. F. Lima dirigiu-se para o barco pesqueiro, a fim de comprar o peixe diretamente nele.²⁵²

Vender peixe fora do mercado era algo expressamente proibido, pois isto significava para o governo a perda do controle dos preços e do racionamento do consumo. A desobediência a esta norma podia resultar em prisão temporária. Em maio de 1945, o jornal *Amapá* noticiou na seção *Ocorrências policiais*: *“João Teles, morador da ilha dos Carás, entendeu que podia, contra expressa determinação do Superintendente da C.A.T.F.A., vender peixe fora do mercado”*, e por isso *“esteve detido algum tempo, para aprender a respeitar ordens que são dadas tendo em vista o benefício da coletividade”*.²⁵³ Por causa desta ordem, A. F. Lima não teve sucesso em sua tentativa de comprar pescado diretamente na Pólux. Estando na posição de acusado, ele apresentou uma narrativa onde a culpa do ocorrido era dividida com o ofendido e com a cachaça. A. F. Lima relatou na delegacia que naquela manhã fora ao mercado da doca e *“que, estando grande a fila, dirigiu-se para a geleira ‘Polux’, onde tentou fazer a aquisição do pescado, fora da fila, por notar que estavam vendendo deste modo a algumas pessoas”*. Disse que sem motivo recebeu um bofete no rosto, dado por Mário Nascimento dos Santos e que, por isto, foi esperá-lo no mercado e, quando ele saiu, o agrediu, não se recordando se o atingira com

quadro do governo, foi um pouco tarde, já não havia mais vagas” (Entrevista realizada com Joaquim Ramos da Silva realizada no dia 23 de maio de 2008).

²⁵² AFCM. Caixa 287, processo nº 521, de 26 de julho de 1951, fl. 2.

²⁵³ Desacatou um Ato do diretor da C.A.T.F.A. *Amapá*. Nº 7, de 12 de maio de 1945, p. 3.

uma faca, pois, pela manhã, bebera uma dose de cachaça com limão numa casa comercial do bairro “Alto” (o centro político-social de Macapá).²⁵⁴

Em setembro de 1953, foi inaugurado um novo e mais amplo Mercado Municipal.²⁵⁵ E para diminuir a concentração de demandas num só lugar, foram criados pequenos mercados nos bairros suburbanos.²⁵⁶ No entanto, a concorrência popular em torno de um fornecimento insuficiente, racionado e caro igualmente gerava nestes mercados menores: enormes filas, tensões e atritos. No dia 22 de janeiro de 1952, às 14 horas, a menor J. S. Palheta entrou na delegacia com um regular ferimento na face, afirmando que a menor Edenis fora a autora deste. Segundo os relatos das menores, a briga deu-se na fila do mercado do bairro do Trem, onde ambas aguardavam para comprar vísceras. J. S. Palheta depôs que, como de costume, fora ao mercado do Trem “*a fim de conseguir lugar na fila e aguardar a venda de vísceras, miudos*” e que, ao chegar lá, procurou o seu lugar, “*antecipadamente marcado com um paneiro*”. Ainda segundo esta depoente, após achar seu paneiro, passou a discutir com Edenis sobre quem tinha o direito de ficar na cabeça da fila e que neste momento ela sacou uma pequena faca que trazia no bolso do vestido e vibrou contra a queixosa. Edenis, por outro lado, afirmou que ela foi inicialmente agredida por J. S. Palheta, e que esta jogara seu paneiro fora, a fim de tomar-lhe o primeiro lugar.²⁵⁷

Em sua decisão (manuscrita), o juiz Uriel Araújo afirmou que não cabia punição, uma vez que a indiciada era menor; “*além de ser o fato consequência do reprovável costume de certos pais consentindo que seus filhos menores alinhem nas filas dos mercados*”. E determinou: “*ficará Edenis em companhia de seus pais, aos quais se advertirá no sentido de proibi-la a frequentar filas*”. Em tempos de grande tensão em torno do abastecimento, a compra do alimento, além de custosa, poderia ser perigosa.²⁵⁸ As situações de tensão vividas nos mercados não eram uma peculiaridade de Macapá. Nabil Bonduki destaca que, com o advento da Segunda Guerra Mundial, o brasileiro conheceu um período de falta de quase tudo, com: “*longas filas nos*

²⁵⁴ AFCM. Caixa 287, processo nº 521, de 26 de julho de 1951, fl. 6.

²⁵⁵ Inaugurado o Mercado Central de Macapá. *Amapá*. Nº 470, de 24 de setembro de 1953, p. 4.

²⁵⁶ Segundo o articulista do jornal *Amapá*: “*a fim de melhor facilitar a aquisição da carne e do pescado pelos habitantes da capital, foram construídos nos diferentes bairros da cidade, pequenos mercados onde o povo, sem necessidade de se locomover para grandes distâncias encontra os gêneros básicos de sua alimentação*” (O abastecimento no Território do Amapá. *Amapá*. Nº 468, de 13 de setembro de 1953, p. 6 [2º Caderno]). Em dezembro de 1949, foi criado no Laguinho o Mercado Eufrázio Gaia. Até este momento, a venda de alimentos para os moradores do bairro ocorria no corredor de uma casa particular (Possui o bairro do Laguinho o seu mercado. *Amapá*. Nº 521, de 31 de dezembro de 1949, p. 4).

²⁵⁷ AFCM. Caixa 272, processo nº 972, de 22 de janeiro de 1952, fls. 4-6.

²⁵⁸ *Ibidem*, fl. 7. Lembrando as penosas filas dos anos 50 e 60 do século XX, Miracy Martel Barbosa depôs: “*nós saíamos de madrugada para comprar carne. Ninguém saía oito horas, senão não pegava carne mais [...]. Porque só existia carne no Mercado Central e a população já [es]tava grande. A gente saía de madrugada, cinco horas, três horas, quatro horas... Era a hora que a gente saía pra pegar e entrar na fila. Muitas vezes a gente dormia no mercado, porque abria o Mercado cinco horas da manhã [...]*” (entrevista concedida para o PROBHO-UNIFAP, em 19 de março de 2011).

armazéns e lojas, racionamento dos produtos de primeira necessidade, câmbio negro e especulação generalizada". Bonduki reproduz um artigo do jornal paulistano *Diário popular* onde se lê: *"numa dessas dolorosas filas de pão da nossa capital [São Paulo] os consumidores enraivecidos invadiram o estabelecimento para conseguirem o alimento, que faltava a muitos [...] Revoltado o povo de Taubaté invade armazéns e lojas. Depredados vários estabelecimentos comerciais no Rio"*.²⁵⁹ Esta generalizada crise de abastecimento e seus desdobramentos no cotidiano dos trabalhadores motivaram as formas mais aguerridas de enfrentamento da insegurança estrutural, conforme veremos no último capítulo.

²⁵⁹ BONDUKI, Nabil. Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo, passado e presente. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 113-114.

Capítulo II

Os construtores da cidade: a Macapá dos trabalhadores

Luiz Gonzaga tornou-se o grande nome da música popular nordestina na década de 1940. Ele cantava a dor da saudade causada pela migração e o sonho alentador de retornar ao Nordeste. Na letra da música *Asa Branca* (lançada com o ritmo de toada em 1947), encontramos os versos: “*hoje longe muitas léguas, numa triste solidão, espero a chuva cair de novo pra mim voltar pro meu sertão*”. E no baião *Noites brasileiras* temos: “*ai que saudades q’eu tenho das noites de São João, das noites tão brasileiras sob o luar do sertão*”. Estas canções causavam um forte impacto emocional na audiência formada por cearenses, paraibanos, pernambucanos e outros, espalhados pelo país. As casas de forró proliferaram no Brasil. O próprio Gonzaga abriu uma dessas casas na Ilha do Governador (Rio de Janeiro), onde residiu.²⁶⁰ Por outro lado, em suas viagens, este artista pesquisava e recolhia amostras de canções regionais, representativas da diversidade cultural brasileira.

No início de julho de 1954, Luiz Gonzaga foi a Macapá. O articulista do jornal *Amapá* então destacou: “*vindo espontaneamente a Macapá afim de [sic.] colher motivos para novas composições, buscando-os na dolência primitiva do marabaixo, essa rica manifestação folclórica que bem reflete o sentido profundo do afro-brasileirismo como arte, Luiz Gonzaga demonstrou não fazer comércio com sua música [...]*”.²⁶¹ O ritmo do Marabaixo já era conhecido por Gonzaga, pois esta era a sua segunda visita à capital amapaense. Em 1949, Janary e Coaracy Nunes — bem como outras autoridades — foram recebidos na residência deste compositor, que comemorava seu aniversário de casamento. Nesta ocasião, “*o rei do baião*” executou o *ladrão*²⁶² *Aonde tú vai*

²⁶⁰ RAMALHO, Elba Braga. *Luiz Gonzaga: síntese poética e musical do sertão*. São Paulo: Terceira Margem, 2000, p. 49-74.

²⁶¹ O rei do baião visitou Macapá espontaneamente. *Amapá*. Nº 549, de 04 de julho de 1954, p. 4.

²⁶² Denominação das cantigas populares apresentadas durante a festa do Marabaixo, em Macapá e Mazagão. Trata-se de uma festa tradicional, que remontava ao Período Colonial. Famílias açorianas foram enviadas, em 1751, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado para povoar a região da foz do rio Amazonas. Estas famílias trouxeram consigo a tradição portuguesa da festa do Divino Espírito Santo (MOTINHA, Katy Eliana Ferreira. *A Festa do Divino Espírito Santo: espelho de cultura e sociabilidade na Vila Nova de Mazagão*. Tese de doutorado em História, defendida na Universidade de São Paulo (USP), em 2003, p. 275-328). Esta festa incorporou rituais da cultura popular dos negros do extremo-norte do Brasil — como a quebra da murta (arbusto utilizado para espantar maus espíritos), as cantigas ao som do batuque de tambores (caixas de Marabaixo, feitas de couro e madeira) e a gengibirra (bebida feita a base de gengibre e cachaça). A festa do Marabaixo segue o calendário litúrgico: inicia no domingo do Pentecostes e se encerra como a homenagem à Santíssima Trindade (OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos. *Religiosidade popular em comunidades estuarinas amazônicas: um estudo preliminar do Marabaixo no Amapá*. In: *Scripta Nova* — Revista Electrónica de Geografia e Ciências Sociais da Universidad de Barcelona. Nº 45 (49), 01 de agosto de 1999, p. 02-08). Portanto, o Marabaixo pode ser identificado como uma festa católica herdeira daquele catolicismo barroco que se formara na América Portuguesa durante o Período Colonial e que se desenvolvera sob o Império —

rapaz, em homenagem ao capitão Gentil Nunes.²⁶³ Ele gravou esta canção, juntamente com outra (do mesmo ritmo) chamada *Macapá*.²⁶⁴ Raimundo Lino Ramos lembrou, em entrevista, o momento em que Gonzaga conheceu este ritmo: “*ele chegou aqui na época do Marabaixo e ele foi ver o Marabaixo na casa do meu avô. E o meu avô tinha uma carambeira muito grande lá e ele começou a tomar gengibirra, tirando o gosto com a caramba*”. E ainda: “*quando a minha mãe, Felícia Amália Ramos, cantou Aonde tu vai rapaz aí ele ficou... Chamou o rapaz que estava com ele e mandou ele escrever e ele escreveu a letra. Aí, minha mãe foi cantando e ele escrevendo, escrevendo, escrevendo [...]*”.²⁶⁵

Provavelmente, 1949 foi o ano em que os *ladronistas*²⁶⁶ elaboraram a seguinte estrofe: “*Marabaixo em Macapá teve um grande cartaz, já foi cantado no Rio Aonde tu vai rapaz*”. Mas, quando Luiz Gonzaga gravou esta canção popular, ele fez em sua letra uma pequena, porém significativa, alteração. Na sua versão, encontramos a seguinte estrofe: “*as ruas de Macapá são cheia de bangalô/ tem hospitá, tem escola pr’os fio dos trabaiaidô*”.²⁶⁷ Também em 1949, esteve em Macapá o etnógrafo Nunes Pereira.²⁶⁸ Nas suas anotações, este pesquisador apresenta-nos os seguintes versos: “*a Avenida Getúlio Vargas tá ficando que é um primor/ essas casas foram feitas p’rá só morar donto*”.²⁶⁹ As duas estrofes (a apresentada por Gonzaga e a transcrita por Nunes Pereira) constroem sentidos diferentes (e socialmente opostos) para a urbanização macapaense. Afinal, as obras da “*Macapá moderna*” beneficiariam a família do trabalhador ou apenas a do doutor (dos ricos)? Estas observações nos permitem perscrutar a consciência social de parte dos populares acerca do direito à cidade, no bojo das reformas urbanísticas da capital do Amapá. Também nos permitem introduzir o objeto que será analisado neste capítulo: a sociabilidade específica dos bairros populares de Macapá, em meado do século XX.

Quando Gonzaga inseriu a palavra “*trabaiaidô*” no citado verso de sua composição, talvez estivesse atendendo a um pedido feito pelo próprio Janary, ou por um de seus

práticas católicas que, segundo Martha Abreu, eram marcadas pela pompa, músicas, danças, fogos, e nas quais o clero tinha participação muito limitada (ESTEVES, Martha de Abreu. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999, 33-37).

²⁶³ Luiz Gonzaga homenageia o sr. Capitão Janary Gentil Nunes. *Amapá*. Nº 224, de 25 de junho de 1949, p. 2.

²⁶⁴ Ver: Lançada a música “Marabaixo”. *Amapá*. Nº 225, de 02 de julho de 1949, p. 5; Êste é Luiz Gonzaga... *Amapá*. Nº 235 (3ª seção), de 13 de setembro de 1949, p. 6; Aplaudida audição de Luiz Gonzaga. *Amapá*. Nº 280, de 22 de julho de 1950, p. 6.

²⁶⁵ Entrevista realizada no dia 25 de março de 2008 (já citada).

²⁶⁶ Compositores de ladrões de Marabaixo.

²⁶⁷ A música popular amapaense — “Aonde tú vai, rapaz” e “Macapá”, dois autênticos sucessos — a opinião do dr. Alvaro Fonsêca. *Amapá*. Nº 230, de 06 de agosto de 1949, p. 2.

²⁶⁸ O Dr. Nunes Pereira concede uma entrevista ao Amapá. *Amapá*. Nº 224, de 25 de junho de 1949, p. 1.

²⁶⁹ PEREIRA, Nunes. *O sabiré e o marabaixo: tradições da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ouvidor S. A., 1951, p. 94-102, 133.

assessores diretos. Avançando nesta cogitação, podemos pensar que o objetivo disto era a substituição da denúncia da exclusão — dos subalternizados em relação aos benefícios que a urbanização então proporcionava — pela exaltação das ações e obras do governo territorial. *Aonde tú vai rapaz*, foi composto no início do governo janarista para manifestar os sentimentos e entendimentos de populares negros acerca do momento de sua saída do entorno das praças centrais de Macapá (Barão do Rio Branco e Capitão Assis de Vasconcelos²⁷⁰), onde moravam. Eles foram obrigados a sair daí porque não tinham condições de cumprir as exigências governamentais de construir casas novas de alvenaria, adequadas ao perfil que se queria dar ao núcleo político-social da cidade.²⁷¹ O governo disponibilizou terrenos sem nenhum tipo de beneficiamento (arruamento, água encanada, energia elétrica, etc.) nos lugares conhecidos como Favela e Laguinho. Então, surgiu o refrão deste famoso *ladrão*: “*aonde tu vai rapais por esses campo sosinho [sic.] / vou construir minha morada lá nos campo do Laguinho*”.²⁷² Descendentes de escravos, os negros que moravam no centro histórico foram divididos: “*pelo jeito que eu estou vendo nós vamos ficar sozinhos / uns vão para a Favela e outros vão para o Laguinho*”, lemos em uma estrofe.²⁷³

A modernização estandardizada pelo novo governo territorial ameaçava as bases da reprodução da cultura popular negra macapaense: nas proximidades do centro histórico, os negros possuíam roçados de mandioca e na matriz (igreja de São José) realizavam parte da sua atividade religiosa mais importante: a celebração do *Domingo do Mastro* — componente do ciclo do Marabaixo. Não foi pouco trabalhosa a negociação em torno da transferência dos negros para os limiares da capital. O coqueiro que ia ser derrubado, a casa já destelhada, crianças pequenas a abrigar — “*Benedito Lino, afilhado, logo se pôs a pensar: ‘meu Deus, com tanta criança, aonde eu vou me agasalhar’*” — ilustram, na letra de *Aonde tú vai rapaz*, o pesar sentido pelos negros, quando deixaram suas velhas casas. Foi realizada uma reunião, na residência de Julião Ramos, para a organização da retirada deles. Benedita Guilherma Ramos (filha de Julião) relatou: “*ele [Janary] reuniu todo mundo na casa do meu pai. Ele tava triste porque não foram todos os moradores de lá. Foi só a metade, para combinar d’ele indenizar. Pagava todo*

²⁷⁰ Hoje nomeada Praça Veiga Cabral.

²⁷¹ Segundo o pesquisador Coaracy Sobreira Barbosa, a vila de Santa Engrácia, onde moravam vários descendentes de escravos, ficava entre as praças Barão do Rio Branco e Capitão Assis de Vasconcelos. Antes de 1944, uma parte dela já havia sido removida para o prolongamento da Avenida Cel. Coriolano Jucá (BARBOSA, Coaracy Sobreira. *Personagens ilustres do Amapá*. Macapá: Departamento de Imprensa Oficial, 1997, vol. I, p. 75).

²⁷² *Ibidem*, p. 133. Sobre a origem deste *ladrão*, Raimundo Lino Ramos afirmou em entrevista: “*bom, a vontade era de não sair. Mas, não tinha mais outro meio, porque nós estávamos no centro da cidade. Foi quando então o Bruno, que era meu tio (ele era irmão de Julião Tomas Ramos, que era o meu avô), veio e o Raimundo Ladislau encontrou com meu avô o Julião, já fazendo a mudança pro Laguinho, e perguntou: ‘Julião, pra onde tu vai?’ E ele disse: ‘vou pro Laguinho, fazer minha morada’. Ai ele perguntou ‘porque?’ E foi quando o Ladislau tirou o ladrão: ‘aonde tu vai rapaz nesse caminho sozinho?’ / vou fazer minha morada nos campos do Laguinho*”.

²⁷³ Versos colhidos durante a entrevista concedida por Josefa Lina da Silva.

mundo pra sair de lá, porque ficava de costa pro nascente. Agora, os que achavam que deviam fazer uma casa boa do outro lado da rua podiam ficar".²⁷⁴ Mestre Julião era uma liderança daquela comunidade. Sua autoridade advinha de seu destacado papel na organização da festa anual do Marabaixo. E Janary o reconheceu como um leal colaborador, desde o início do seu governo.²⁷⁵

A mediação de Julião Ramos entre governo e comunidade foi algo fundamental para a aquiescência desta em relação às mudanças que então ocorriam.²⁷⁶ Não se tratava, porém, de uma negociação de iguais, em termos de poder. E o reconhecimento desta desproporção de forças figurou entre os fatores de aceitação das ordens de Janary. Neste atinente, a entrevistada Josefa Lina da Silva ressaltou: *"então a gente ia de acordo pra quem ganha, pra poder ficar numa situação melhor. Porque se for maltratar o que é que vai ganhar? Nada, não é? Eu digo assim na minha aprendizagem, que eu não sei ler, nunca votei"*. Na composição de um *ladrão*, alguém cria o refrão e a linha melódica. Mas, qualquer pessoa pode acrescentar um verso. Isso possibilita o aparecimento de visões díspares de um mesmo acontecimento, numa só canção. É o que ocorre em *Aonde tú vai rapaz*, pois aí encontramos tanto estrofes que expressam descontentamento, quanto que manifestam alegria e gratidão (a Janary). Assim temos: *"dia primeiro de junho eu não respeito o senhor, saio gritando: viva ao nosso governador"*. E mais: *"dia primeiro de junho, é lá que eu quero ir, vamos todos bater palmas pro Coronel Janary"*. No dia primeiro dia de junho, Janary aniversariava.

Através da obra que os *ladronistas* nos legaram podemos perceber as discordâncias e tensões vivenciadas pela comunidade negra macapaense no pós-1944. O entrevistado Joaquim Theófilo de Souza disse-nos: *"tem pessoas que não compreendem certas coisas. Eu aceitei com as duas mãos [o remanejamento para o Laguinho]. Eu queria mesmo. Como eu podia fazer aquela casa (perto do Banco do Brasil) de alvenaria? Não tinha nem tijolo, nem barro, nem cimento, nem nada"*. Em alguns momentos da entrevista, Theófilo de Souza destacou as divergências em torno da decisão de apoiar ou não o governo. Por exemplo: *"quem fez este [verso] 'escola pra*

²⁷⁴ Entrevista realizada no dia 06 de maio de 2008, na Rua Eliezer Levi, n. 632, bairro do Laguinho (residência da depoente).

²⁷⁵ No início de 1950, o jornal *Amapá* publicou um artigo intitulado "O Velho Julião". Nele, lemos o seguinte: *"Se lhe perguntarmos, caro leitor: Você conhece Julião Tomaz Ramos? A sua resposta naturalmente será firme e repentina: 'Conheço, é o 'maioral' do Marabaixo'. Sim, é aquela figura popular que muita gente só recorda porque toca e dança batuque ritmado que ouvimos em noite lua, ou em noites de treva, quando há festa no Laguinho. Mas Julião Tomaz Ramos, ou simplesmente o Velho Julião, não é apenas o 'mestre' do Marabaixo. Tem êle um passado que é mais que uma coletânea de bons serviços prestados a sua terra. É êle o tipo do 'Preto Velho', na expressão de Dorival Caimi, mas um 'Preto Velho' que não ouve chalaça, não causa graça, nem faz ninguém rir: Que não lutou no Tuiuti, não perdeu nenhum braço, mas arranhou cansaço. O Velho Julião cansou na luta pelo engrandecimento de sua terra, pela imortalidade do nome de sua família. Por isso é respeitado. Sua figura impõe confiança, porque representa caráter. Com um longo passado de lutas intensas, Julião Tomaz Ramos continua a pugnar pelo seu ideal. O bairro do Laguinho, onde reside, encontrou nele um verdadeiro patriarca [...]"* (O Velho Julião. *Amapá*. Nº 253, de 14 de janeiro de 1950, p. 2).

²⁷⁶ CANTO, Fernando. *A água benta e o diabo*. Macapá: FUNDECAP/ GEA, 1998, p. 28.

doutor' foi o irmão do Duca Serra — o José Serra. E tem o do velho Bruno que também foi aqui no Laguinho. Tem outro ladrão: 'me peguei com São José, padroeiro de Macapá, que Janary e Coaracy não saiam do Amapá'. Esse é da posição. É toda aquela briga: um d'um lado e outro do outro. Um puxa pra um lado e o outro puxa pro outro [...]". Neste atinente, podemos perceber a existência de, pelo menos, três grupos: os que eram favoráveis ao governo Janary; os que eram contra; e os que não explicitaram seu posicionamento. O primeiro grupo era capitaneado por Julião Ramos e sua família. O segundo grupo percebia Julião como alguém cooptado e indigno de crédito.

O que todos estes grupos tinham em comum era o desafio de remodelar suas vivências dentro das condições ambientais encontradas na Favela e no Laguinho. Com seus baixos alagados, o Laguinho oferecia águas relativamente limpas para lavagem de roupa. Grandes árvores destacavam-se em sua vegetação, tais como: paricaseiros, lacres e caimbezeiros.²⁷⁷ Várias famílias laguinenses não receberam ajuda governamental e foram forçadas a improvisar os meios para se adequar à nova realidade. A entrevistada Josefa Lina da Silva relatou que não recebera qualquer coisa do governador (nem dinheiro, nem madeiras) e acrescentou: *"eu, quando vim pra cá, morei primeiro ali debaixo d'um pau. Fiz uma baiucazinha só com palha de buçu (você não conhece), coberta e a porta de esteira — pequenina mesmo, o pedaço que eu fiz. Mas, ele [Janary] não ajudou ninguém"*. A água era tirada de poços ou do Laguinho e a luz noturna vinha das lamparinas. Os primeiros moradores do Laguinho viram-se assim excluídos dos benefícios da modernização da capital do Amapá Território. O usufruto da cidade não era, portanto, um direito; mas, o resultado de uma série de medidas governamentais regidas pela ambiguidade legal.

Imagem 5: Fotografia do bairro do Laguinho, na década de 1960.

²⁷⁷ VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodessendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 89-92.

A criação de condições para a permanência de moradores numa determinada área não era uma estratégia nova da gestão autoritária do espaço urbano.²⁷⁸ Não pretendemos fazer aqui uma genealogia desta prática. Mais esclarecedor será lembrar que o Estado Novo instituiu, em âmbitos diversos, aquilo Brodwyn Fischer chamou de ambiguidade legal, ou seja: “*assim como os que trabalhavam não eram de fato ‘trabalhadores’ sem a carteira assinada [...], os habitantes do Rio [de Janeiro] não eram dotados de plena cidadania urbana até que seus lares recebessem o ‘habite-se’, que significava estarem conformes ao Código de obras de 1937*”.²⁷⁹ Como outros direitos, o direito à cidade foi colocado sob condições. Além disso, nos planos das classes dirigentes, o espaço urbano foi frequentemente esvaziado de seu conteúdo cultural e afetivo, em benefício de uma distribuição funcional, de uma divisão hierarquizante e de uma harmonia estética. O mote da inadequação ao planejamento urbanístico estatal foi por diversas vezes utilizado pelos governos como justificativa para a remoção dos populares, dos lugares que tradicionalmente ocupavam.

O carpinteiro José Pinto de Araújo mudou-se de Icoaraci para Macapá em abril de 1946. Nas suas palavras: “*cheguei aqui quarta-feira, eu passei quarta, quinta e sexta e não comi nada, jejum, porque eu não tinha nenhum tostão*”. Ele passou a trabalhar nas obras do governo durante o dia e em construções de particulares durante a noite. Depois de muito se consumir nas lides macapaenses, José Pinto de Araújo conseguiu criar um armazinho na Rua Candido Mendes, onde vendia: pentes, escovas, sabonetes, talco, perfume e outros produtos. Porém, depois disto, foi chamado pelo prefeito da cidade, que lhe disse: “*olhe, você desocupe aquele local ali, ou construa um prédio desse jeito*”. Diante desta exigência, ele respondeu: “*rapaz, eu não posso fazer um prédio deste tamanho, dessa estrutura*”. Então ele foi obrigado a ceder o lugar para um comerciante mais endinheirado, que pudesse construir aí o novo prédio, de acordo com as exigências da prefeitura. Aliás, o empresário que tinha a pretensão e o poder de fazer isto já estava presente no encontro do carpinteiro Araújo com o gestor municipal.²⁸⁰

Como compensação, José Pinto de Araújo ganhou do prefeito um terreno mais afastado. Pediu, porém — para atenuar parte de seu prejuízo — que tal terreno ficasse localizado em um cruzamento de ruas.²⁸¹ Então, ele ficou na esquina da Rua São José com a

²⁷⁸ Em 1761, uma postura da vila de Macapá estabelecia: “*que em benefício da formosura desta vila e da comodidade publica dos habitantes que se não edifiquem casas com altura maior ou menor ou com Simetria diversa daquella que esta estabelecida pello Illmo e Exmo Snr Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]*” (Postura citada em: ARAUJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. 2 ed. Porto (Portugal): FAUP Publicações, 1998, p. 180-181).

²⁷⁹ FISCHER, Brodwyn. *Op. Cit.* P. 440.

²⁸⁰ Passamos a nos basear em relatos feitos pelo entrevistado José Pinto de Araújo nos dias 16 e 18 de março de 2011, para o PROBHO/ UNIFAP.

²⁸¹ Acreditava que aí teria mais visibilidade, pois passariam mais transeuntes pela esquina do que pelo meio da quadra.

Avenida Coaracy Nunes. Anos depois, aconteceu um grande incêndio na área da doca da Fortaleza e o fogo quase atingiu a casa de Araújo. Apesar dele não recordar o ano do sinistro, é muito provável que estivesse se referindo ao ocorrido em 1967.²⁸² Poucos dias depois, o governador mandou chamar todos os que tiveram suas casas atingidas pelo incêndio. Na reunião, representantes do governo distribuíram cheques no valor de Cr\$ 120,00. Diante de tal disparate, Araújo disse: *“não! Cento e vinte cruzeiros eu gastei só pra botar terra aí [...]. Agora eu vou receber cento e vinte cruzeiros, vou morar na rua?”*. A resposta que ouviu foi que ou aceitava aquilo, ou seria despejado. Exaltado, foi levado pela Polícia para falar com o governador. E, como diante deste se manteve irredutível na decisão de não deixar a casa em que morava e comerciava, foi preso. Resistiu e conseguiu ficar.

Os dramas pessoais em torno da questão da moradia tornaram-se mais e mais agudos, na medida em que as ondas migratórias continuamente espriavam-se em Macapá. No relatório governamental de 1944, o problema do déficit habitacional era assim apresentado: *“foi um dos problemas mais angustiosos e insistentes o receber e alojar funcionários, operários e trabalhadores, comerciantes que aportavam incessantemente, enchendo as embarcações e disputando com afã, os armadores de redes disponíveis, quer nos barracões que o Governo ergueu, quer nas casas particulares”*.²⁸³ Mais de 20 anos depois, um articulista da revista *ICOMI notícias* fez o seguinte diagnóstico: *“Macapá, como capital e, conseqüentemente, centro das principais atrações, tem sido a meta mais visada pelas massas migratórias”*. E prosseguiu: *“ampla, bem dividida e com muito espaço para construções, a cidade estaria pronta a abrigar algumas vezes mais que a atual população, que é da ordem de 35 mil habitantes, se tivesse sido planejada para tal”*.²⁸⁴ Diante deste quadro, conseguir um lugar próprio para morar era uma conquista que não podia ser vendida por 120 cruzeiros.

Ao chegar a Macapá, José Pinto de Araújo foi procurar José Reis, que, segundo informações que circulavam na doca da Fortaleza, hospedava membros da Igreja Assembleia de Deus. Contudo, Araújo, que pertencia a tal Igreja, não conseguiu hospedar-se na casa de Reis, porque ela já estava lotada. Muitos moradores de Macapá cediam espaços em suas casas por solidariedade, amizade ou camaradagem. Outros aproveitaram o *boom* populacional para ganhar dinheiro, dividindo suas casas em quartos para alugar. Em 19 de fevereiro de 1946, Guiomar foi agredida por seu amásio Joaquim (paraense de 33 anos e carpinteiro), e foi socorrida pelos hóspedes que residiam em sua casa. Na delegacia, João Rodrigues da Silva (paraense, padeiro, alfabetizado) depôs que estava recolhido *“ao seu*

²⁸² Araújo apenas ressaltou que Janary não era mais o governador do Amapá.

²⁸³ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. Cit. P. 113.

²⁸⁴ Morar é ter onde viver melhor. *ICOMI notícias*. Nº 23, novembro de 1965, p. 16.

quarto” com sua companheira — na residência de Joaquim, onde estava hospedado — quando ouviu os gritos de Guiomar e se dirigiu ao fundo do quintal e aí — com Zacarias, Luiz e José Nobre — constatou a agressão.²⁸⁵ Este e outros processos que analisamos nos permitem perceber a sociabilidade complexa que se formava no interior destas habitações coletivas: reunindo pessoas mais e menos familiares, tais habitações ensejavam a solidariedade extensa, a cumplicidade silenciosa e as intromissões reguladoras.

Detenhamo-nos num outro processo-crime igualmente revelador. No dia 24 de junho de 1951, por volta das três e meia da madrugada, à margem do igarapé da Fortaleza, Gadelha invadiu a casa de Josefa Furtado Dias para matar Silvina (paraense de 23 anos, doméstica, solteira, analfabeta), em quem desferiu vários golpes. O motivo era que esta não aceitava suas insistentes propostas de reconciliação. Silvina escapara e fora para a casa de Joana Pantoja da Silva, onde foi perseguida pelo agressor, que só não consumou seu intento por causa da intervenção policial. Neste mesmo dia, foi lavrado o auto de prisão em flagrante. A vítima tinha chegado de uma festa no “*Cassino Bananeira*”, na qual estava acompanhada por Hilda Batista da Silva (paraense de 25 anos, viúva, doméstica, analfabeta e residente na margem esquerda do igarapé da Fortaleza). Na delegacia, Hilda afirmou que, depois da festa, foi dormir com Silvina “*por não querer incomodar seus patrões*”, e que sem consentimento, Gadelha penetrou na casa onde estavam, conduziu a Silvina até a porta, onde a feriu no rosto e no braço, alegando que queria matá-la para, em seguida, se suicidar.²⁸⁶

Silvina fugiu rumo a uma casa próxima, enquanto Josefa dirigia-se a delegacia e os demais procuravam refúgio na vizinhança. Em seguida, apareceu o delegado acompanhado por alguns guardas que, com dificuldades, conseguiram conduzir Gadelha a delegacia. Aí, a doméstica agredida relatou que fora amásia de seu agressor durante um mês e que o deixara havia duas semanas, posto que ele a ameaçava de morte. Ela esclareceu que morava na casa de seus patrões, na Praça Capitão Assis de Vasconcelos. Disse também que, na noite do ocorrido, fora com Hilda a uma festa no bairro do Trem e que, depois desta, ambas foram para a casa (pousada) de Josefa Dias, porque não queriam incomodar seus patrões. Em seu depoimento diante da autoridade policial, Gadelha afirmou que, na referida festa, ele foi desfeitoado “*e repellido publicamente*”, quando pediu à agredida que com ele dançasse. Josefa Furtado Dias, por seu turno, depôs que havia cerca de dois meses que ela tinha alugado

²⁸⁵ AFCM. Caixa 227, processo nº 79, de 16 de abril de 1946, fl. 17.

²⁸⁶ AFCM. Caixa 264, processo nº 265, de 09 de julho de 1951, fls. 2-5.

uma parte de sua casa (um quarto) para Gadelha e Silvina; e que, devido às ameaças de morte feitas pelo acusado, a jovem resolveu deixá-lo e ir morar com seus patrões.²⁸⁷

Neste inquérito policial, encontramos duas depoentes que não se enquadram naquele ideal de mulher dependente e submissa, estandardizado pelas forças moralizadoras da capital amapaense, apresentadas no terceiro capítulo. Referimo-nos a Silvina, que repelira recorrentemente seu violento ex-amásio, e a Josefa Furtado Dias, mulher empreendedora e autônoma, que encontrara no aluguel de quartos um meio seguro de sobrevivência. Existem várias referências nos processos judiciais por nós consultados a mulheres que administravam moradias coletivas.²⁸⁸ Como a leitura deste processo sugere, os quartos podiam ser alugados por meses ou apenas por uma noite. Muitos trabalhadores adotaram este tipo de moradia como solução provisória. Com o passar dos anos e com a melhora nos ganhos financeiros, não poucos compraram ou construíram suas casas próprias. Mas, durante todo o período aqui estudado, o setor econômico de aluguel de imóveis ofereceu oportunidades lucrativamente promissoras.²⁸⁹ No início da década de 1950, a especulação imobiliária atingiu dimensões preocupantes para os gestores municipais.²⁹⁰

Muitos trabalhadores recém-chegados em Macapá foram morar nos barracões construídos pelo governo. No dia 19 de abril de 1945, este inaugurou a *Hospedaria de Operários* — um grande barracão situado na Praça Capitão Assis de Vasconcelos. Segundo o articulista do jornal Amapá, o objetivo desta obra era garantir “*mais conforto e higiene nas habitações coletivas dos trabalhadores locais*”.²⁹¹ Segundo a retórica governamental, tal construção

²⁸⁷ *Ibidem*, fls. 6-15.

²⁸⁸ Por exemplo: em 14 de abril de 1946, Raimundo foi acusado de lesionar com punhal o indivíduo apelidado de *Frei Caneca*. No mesmo dia 14, Raimundo depôs ao delegado que encontrou *Frei Caneca* (alcooolizado) na casa comercial de Isaac Alcolumbre, e que com ele dirigiu-se à pensão de “*Dona Nenê*”. Ao chegarem nesta, *Frei Caneca* chamou a dona da pensão de “*escrota*”, ao que Raimundo reagiu insultando-o. Depois da querela, *Frei Caneca* saiu correndo pela Rua Candido Mendes até alcançar pensão de *Mundiquinha Bessa* (AFCM. Caixa 227, processo nº 100, de 04 de julho de 1946, fls. 6-9).

²⁸⁹ Paulo Gonçalves Bastos (paraense de 60 anos, comerciante e residente no bairro do Trem) declarou na delegacia que, no dia 20 de novembro de 1951, comprou uma barraca no Trem (coberta de palha e sem paredes) por Cr\$ 400 e que a alugou neste mesmo dia a Maria Rosa por Cr\$ 100 mensais e, poucos dias depois, a duas meretrizes por Cr\$ 200 mensais. Estas permaneceram neste barraco apenas alguns dias, pois, segundo a meretriz Maria Deusa, 200 cruzeiros “*era pesado para duas pessoas como elas*” (AFCM. Caixa 272, processo nº 585, de 23 de janeiro de 1952, fls. 8, 10).

²⁹⁰ A Portaria nº 74, de 23 de outubro de 1951, considerando que a administração municipal vinha concedendo licença para construção antes da conclusão do processo de aforamento do terreno (para facilitar a construção imediata da casa própria), e, “*considerando que determinadas pessoas se têm prevailecido desse fato para realizarem transações rendosas, requerendo essas licenças com a ideia preconcebida de não construírem, mas, apenas de dispor de um objeto negociável*”, informa que a prefeitura doravante só autorizaria transferências de terrenos com construções em via de conclusão ou com título de aforamento (Prefeitura Municipal de Macapá — Portaria n. 74/51. *Amapá*. Nº 345, de 27 de outubro de 1951, p. 3). No início de 1953, a prefeitura avisou que passaria a cobrar taxa mensal dos donos de construções paradas (Prefeitura Municipal de Macapá — Aviso. *Amapá*. Nº 414, de 15 de fevereiro de 1953, p. 2).

²⁹¹ Inaugura a Hospedaria de Operários. *Amapá*. Nº 6, de 28 de abril de 1945, p. 2.

viria substituir os “*muitos pardieiros, que depunham contra a estética da cidade e lhe emprestavam um aspecto sombrio e deplorável*”. Apresentado como “*amplo e arejado*”, este barracão iria “*servir de abrigo a inúmeros operários que vinham trabalhar nas obras do Território*”.²⁹² O conforto, entretanto, era mínimo. José Pinto de Araújo nos apresentou a seguinte lembrança dos dias em que morou lá: “*ali era um inferno [...]. Uns [es]tavam dormindo, deitado dormindo, outros [es]tavam tocando sanfona, outros [es]tavam brigando, outros [es]tavam chorando, outros [es]tavam chegando da festa e outros chegando do trabalho*”. Além disso, a *Hospedaria de Operários* era capaz de comportar somente uma ínfima parte dos migrantes que chegavam à capital. Os “*pardieiros*” — as populares moradias coletivas caracterizadas como lugares feios e anti-higiênicos — tinham, portanto, que assistir uma grande demanda.

Novos e cada vez mais populosos bairros foram surgindo em Macapá, a partir de 1944. Pelo que demonstramos no capítulo anterior e no início deste, dois processos concorreram para a formação dos bairros suburbanos: o grande movimento migratório rumo a Macapá e a inviabilização da permanência dos moradores mais pobres no centro urbanizado desta cidade, por meio do estabelecimento de padrões ocupacionais que eles não podiam alcançar.²⁹³ Compreendia a área urbana o chamado “*bairro Alto*” (margado pelas ruas Siqueira Campos, Barão do Rio Branco e Floriano Peixoto), com todo o centro político-social incluso e mais a Vila Presidente Vargas. A área suburbana compreendia os bairros: (doca da) Fortaleza, Trem, Igarapé das Mulheres, Favela, Beírol e Lagunho (mais o Campo Agrícola). A área suburbana, que inicialmente abrigava parte não majoritária da população de Macapá, cresceu vertiginosamente.²⁹⁴ Os números apresentados abaixo nos dão uma noção deste crescimento.

²⁹² Comentário da semana. *Amapá*. Nº 96, de 18 de janeiro de 1947, p. 3.

²⁹³ Publicado em 1960, o Plano Urbanístico da Cidade de Macapá, elaborado pela empresa Grunbilf do Brasil — contratada pelo governo territorial — trouxe a seguinte proposição: “*em quasi tôdas as cidades, cuja valorização depende de iniciativa particular, podemos observar, que a altura e suntuosidade dos prédios acompanha em paralelo a valorização dos terrenos. Seria portanto, contraproducente exigir investimentos em demasiado desacordo com as possibilidades do povo. É viável, porém, a reserva de áreas, nas melhores zonas, para as quais deverão ser prescritas, condições especiais quanto ao tipo de construção*” (GRUNBILF. Brasil. *Plano Urbanístico da Cidade de Macapá*. São Paulo: Grunbilf do Brasil, 1960, p. 14 [mimeografado]).

²⁹⁴ Em 1949, por exemplo, a média estimada de construções em Macapá era de uma casa por dia (Números do Amapá. *Amapá*. Nº 282, de 05 de agosto de 1950, p. 3). Após visitar Macapá no final de 1951, a professora Sandra Santos (residente no Rio de Janeiro) — em entrevista para o jornal *Folha do Norte* (e transcrita no jornal *Amapá*) — destacou que “*Macapá é que cresceu depressa demais [...]. E o senhor sabe o que significa um crescimento fantástico assim. Causa certos desequilíbrios [...]*” (Macapá cresceu depressa demais. *Amapá*. Nº 348, de 17 de novembro de 1951, p. 6).

Tabela II: Crescimento populacional nas áreas urbana e suburbana de Macapá (1940, 1948, 1950)

População	1940	1948	1950
Urbana	646	2.407	4.382
Suburbana	390	1.785	6.017
Total	1.036	4.192	10.399

Fontes: números 152 e 301 do jornal *Amapá*.

Podemos perceber através desta tabela que a maior parte dos ádvenas fixava-se na zona suburbana de Macapá. Uma das áreas desta zona que mais rapidamente cresceu foi a Favela — nome dado a uma baixa alagadiça que se localizava ao norte do “*bairro Alto*”. Como já afirmamos, uma parcela da comunidade negra que residia no centro histórico de Macapá mudou-se para tal área. Em entrevista, Miracy Martel Barbosa destacou o seguinte: “*esse bairro que é Centro, não era Centro, chamavam Favela*”. E acrescentou: “*além [do] que morava muito negro [...], morava muita pessoa pobre*”.²⁹⁵ Miracy também recordou as festas de Marabaixo, ocorridas na casa de Dona Gertrudes. Muitos imigrantes decidiram construir na Favela as suas novas moradias. Entre outros fatores, tal escolha decorria da proximidade deste lugar em relação ao centro político-social de Macapá.

Um bairro que crescia não obstante a sua maior distância em relação a este centro era o Trem.²⁹⁶ Suas terras planas e mais altas que as da Favela facilitaram seu crescimento populacional. Este bairro era conectado com a doca da Fortaleza por um caminho (atualmente a Avenida Feliciano Coelho e a Rua Tiradentes). Não era incomum dizer-se que alguém iria *sair da cidade* para ir ao Trem. Na *Denúncia* redigida pelo promotor Hildemar Maia e endereçada ao juiz da comarca de Macapá, em 13 de novembro de 1948, Francisco foi acusado de atropelar e matar Benedita dos Santos Ataíde, “*quando transitava com o caminhão nº 41, de propriedade do Governo do Território, do qual era motorista profissional, pela estrada de rodagem que liga esta cidade ao bairro denominado ‘Trem’, nas imediações da chácara ‘Beírol’, pertencente ao Sr. Paulo Moacir Carvalho*”. Francisco depôs que “*viajava desta cidade para o bairro do ‘Trem’, a fim de transportar areia*” e que, ao se aproximar da chácara “*Beírol*”, viu uma senhora (acompanhada de uma menina) repentinamente atravessar a rodovia diante do

²⁹⁵ Entrevista já citada no Capítulo I.

²⁹⁶ Segundo uma tradição oral, o topônimo *Trem* advém dos trilhos instalados neste lugar para deslocar as pedras utilizadas na construção da Fortaleza de São José.

carro que ele dirigia.²⁹⁷ Havia um hiato no espaço habitado de Macapá, que permitia se perceber o Trem como algo localizado *fora* da cidade.²⁹⁸

Esta representação que definia o suburbano como a *não-cidade* era reforçada pela concepção de que a capital do Amapá Território se dividia segundo uma hierarquia ocupacional.²⁹⁹ A invisibilidade dos bairros de população mais pobre era um desdobramento desta concepção. Não é fácil desenhar a cartografia dos lugares negligenciados pela quase totalidade da documentação oficial. Lugares que são, nos dias atuais, desassistidos pela política patrimonial. Mas, trata-se de uma operação fundamental ao fortalecimento do vínculo afetivo que os sujeitos (especialmente os da classe trabalhadora) estabelecem com a cidade, por meio da dialética relação do presente com o passado. Estudando a memória das recentes transformações urbanas da cidade de Franca (Estado de São Paulo), Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta afirma que “*as transformações que a cidade sofreu nestas últimas décadas com a destruição de seu patrimônio arquitetônico e das paisagens familiares significaram profundas perdas*” para vários moradores. E ela destaca que, “*diante da ‘modernização’, os velhos sentem-se ‘fora do lugar’*”.³⁰⁰ Assim, estar *fora* não é um mero dado geográfico, pois pode igualmente significar o estranhar um lugar do qual foram apagadas todas as marcas geradoras do reconhecimento e da empatia. Estar *fora* da cidade também pode significar ser excluído daqueles serviços definidores do *urbano*.

Os bairros do subúrbio macapaense só muito lentamente incorporariam a infraestrutura básica urbana. No final dos anos 40, tornou-se impossível ignorar as demandas do crescente e “*populoso bairro do Trem*”. Algumas construções podem figurar como índices desta expansão. Em 1948, foi lançada a pedra fundamental da sede social do

²⁹⁷ AFCM. Caixa 243, processo nº 222, de 16 de novembro de 1948, fls. 2, 5.

²⁹⁸ Rozendo foi acusado de, no dia 29 de janeiro de 1949, atropelar, na esquina da Rua General Rondon com a estrada do aeroporto, Mildred Lucien (de nacionalidade estrangeira), causando nela lesões corporais. No dia 31 deste mês, ele depôs na delegacia que era motorista profissional havia mais de um ano e estava em Macapá havia pouco mais de um mês e que “*dirigia-se desta cidade para o bairro do ‘Trem’*”, quando na citada esquina, ao virar, enxergou uma mulher de cor escura, trazendo uma criança no braço, que vinha pelo meio da estrada em sentido contrário. Ressaltou que mesmo tentando desviar e frear, não conseguiu evitar o choque e que não levara a mulher para o Hospital no carro que dirigia, pois este não funcionava de arranque (a bateria estava descarregada). Todavia, ao passar o caminhão nº 39, pediu ao motorista deste que levasse a acidentada. Disse ainda que para livrar-se do flagrante, retirou-se do local do acidente e homiziou-se na sua residência (AFCM. Caixa 299, processo nº 269, de 28 de março de 1949).

²⁹⁹ O antropólogo Eduardo Galvão destaca que, tradicionalmente, até o final do século XIX, as cidades amazônicas eram divididas em “*cidade*” (parte ocupada por brancos e mamelucos) e “*aldeia*” (parte ocupada por indígenas). Em 1948 (ano das observações e descrições etnográficas de Galvão), na cidade de Altamira, a área ocupada por seringueiros (onde dominavam barracas de palha) era chamada de “*aldeia*” (GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, p. 25). Comentando a aparência das cidades existentes nas margens do Amazonas, Herbert Smith escreveu na segunda metade do século XIX: “*nearly every Amazon town is divided into cidade e aldeia, city and village; the former is the mordern town; the later the original Indian settlement from which it sprang*” (SMITH, Herbert. *Brasil. The Amazon and the Coast*. New York: T. Lynn, 1879, p. 118).

³⁰⁰ GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A fala dos lugares perdidos: a cidade do desejo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol. 15, nº 30, 1995, p. 168-169.

Trem Esportivo Clube, onde eram realizadas solenidades e festas dançantes. Em meado de 1950, foi a vez da igreja Nossa Senhora da Conceição ter sua pedra fundamental lançada. E em setembro deste ano, foi batida a cumieira da Escola Doméstica de Macapá — com a finalidade de promover “a formação doméstica da mulher”.³⁰¹ O Grupo Escolar Alexandre Vaz Tavares foi inaugurado em fevereiro de 1950. Mas, pouco mais de três anos depois, esta escola precisou ser ampliada, para dar conta da crescente demanda por vagas.³⁰²

Laguinho, Favela e Trem eram frutos da expansão nos limites espaciais da capital. Para além destes bairros, existiam áreas desabitadas ou de roçado, onde, na década de 1960, começariam a surgir novos bairros: Pacoval, Santa Rita, Jesus de Nazaré, Beírol e Buritizal.³⁰³ Mas, na orla macapaense apareceram também populosos bairros, já

Imagem 6: Fotografia de moradias do Igarapé das Mulheres, na década de 1970.

no pós-1944. Isto ocorreu mais especificamente na embocadura do igarapé *das Mulheres* e do igarapé da Fortaleza. Havia várias décadas que nas margens destes dois cursos d’água moradores de Macapá praticavam diversos tipos de cultivo. Em meado da década de 1940 começou a surgir no Igarapé das Mulheres um subúrbio formado por palafitas, e animado pelo movimento constante dos barcos que lá aportavam, tráfegando mercadorias e passageiros. Na seção “Crônica das Paróquias”, do jornal *A Voz Católica* (de 17 de janeiro de 1960), o articulista destaca o seguinte sobre o “Bairro do Perpétuo Socorro” (como era então chamado o Igarapé das Mulheres): “o Bairro é situado numa baixa muito fértil, banhada pelas águas do rio e constantemente verde, quase ainda virgem na sua vegetação”. E complementa a descrição: “os moradores são pessoas de humilde condição social, cuja riqueza são os numerosos filhos, a boa vontade de trabalhar e a religiosidade”. O articulista (Padre Ângelo Biraghi) ressalta ainda que estes

³⁰¹ Escola Doméstica de Macapá. *Amapá*. Nº 290, de 30 de setembro de 1950, p. 6.

³⁰² O articulista do jornal *Amapá* escreveu em 1953 que: “atendendo ao crescimento nas matrículas de ensino da capital, o Governo do Território vem de ampliar o Grupo Escolar Alexandre Vaz Tavares que serve ao populoso bairro do Trem” (As inaugurações dos novos pavilhões do Grupo Escolar “Alexandre Vaz Tavares” e Escola Normal de Macapá. *Amapá*. Nº 470, de 24 de setembro de 1953, p. 4).

³⁰³ No já citado Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá (elaborado em 1973 pela Fundação João Pinheiro) lemos: “de 1961 até a atualidade [a expansão de Macapá] completou-se com os Bairros de Santa Rita e do Beírol e surgiu, ainda ao sul, o Aglomerado de Vacaria; a sudoeste, o Bairro do Buritizal; a noroeste, os Bairros de Jesus de Nazaré e Jacareacanga; ao norte, o Bairro do Pacoval” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Brasil. *Op. Cit.* P. 49).

moradores eram oriundos do “interior” (ribeirinhos e roceiros de pequenos povoados do Amapá e do Pará), de onde traziam diversas tradições, como a devoção aos santos e o modo de vida ordeiro.³⁰⁴

Na embocadura do igarapé da Fortaleza ficava a doca. Nela também se formou um aglomerado de palafitas onde moravam famílias de baixa renda que aí conviviam com um intenso comércio. Era à sombra da secular Fortaleza de São José que a maioria das embarcações (ubás, gaiolas, lanchas, etc.) parava. A doca da Fortaleza era o lugar de uma sociabilidade muito peculiar. Como afirmamos no Capítulo I, era um grande mercado a céu aberto. Miracy Martel Barbosa destacou: “*era tudo lá, encostava tudo lá [...]. De lá o grande comerciante comprava, o pequeno comprava também e, muitas vezes, até o morador mesmo, que não tinha comércio, mas, ia lá e comprava: ou a fruta, o peixe, ou a caça, o açaí*”. O movimento de barcos era deveras frequente. Eles levavam e traziam: pessoas, mercadorias, notícias e sonhos. Em 1955, por exemplo, 4.704 barcos aportaram nesta doca, conforme dados oficiais. Isto representa uma média de aproximadamente 78 embarcações por semana.³⁰⁵

Imagem 7: Fotografia da Doca da Fortaleza, na década de 1960.

Muitos destes barcos pertenciam a regatões que mercadejavam entre Macapá, Belém, ilhas da foz do Amazonas e interiores do Pará e do Amapá. Estes mascates fluviais desempenhavam um papel fundamental no abastecimento da praça macapaense. Isto porque as embarcações do Serviço de Navegação do Amapá (SERTTA-

Navegação) eram frequentemente encostadas no estaleiro governamental, onde aguardavam reparos ou reformas de efeito meramente paliativo. Por outro lado, somente as embarcações com carga inferior a 10 mil quilos conseguiam atracar nesta doca, pois seu canal navegável era raso.³⁰⁶ E, ainda que respeitasse tal limite, o marítimo deveria esperar a maré alta — caso contrário, poderia ficar encalhado. Portanto, o “pinga-pinga” do comércio

³⁰⁴ BIRAGHI, Ângelo. Bairro Perpétuo Socorro. *A voz Católica*. N° 12, de 17 de janeiro de 1960, p. 3.

³⁰⁵ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. *Na ilhargá da fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão*: os significados dos regatões na vida do Amapá (1945-1970). Belém: Açai, 2008, p. 98.

³⁰⁶ As embarcações mais pesadas atracavam na *Baixa do Mucura*, localizada do lado direito da Fortaleza, numa área pouco povoada chamada de *Elesbão* (atualmente o bairro Santa Inês). Fazia fronteira com a *Vacaria* — lugar assim chamado porque nele criava-se gado, extensivamente.

de regateio era responsável por boa parte dos víveres consumidos pelos moradores de Macapá.³⁰⁷ Numa nota de rodapé do jornal *Amapá* (de 13 de dezembro de 1952), se pode ler: “*as veleiras pilotadas pelos destemidos caboclos da Amazônia, afluem agora a Doca da Fortaleza, nesta cidade, transportando mercadorias diversas, gêneros alimentícios em geral, frutas e pescados, que são vendidos ao público*”.³⁰⁸

O dinâmico comércio da doca oferecia várias oportunidades de trabalho. Um diversificado espectro de trabalhadores informais se movimentava entre embarcações, palafitas, xerimbabos e transeuntes (funcionários públicos, operários da ICOMI, comerciantes, entre outros). O movimento começava muito cedo. No início dos anos 50, Amiraldo Bezerra, um dos sacoleiros que trabalhavam na doca, levantava ainda sonolento, ia tomar banho e fazer o desjejum para, em seguida, ir para o Mercado Central. Nas suas memórias ele anotou: “*na busca ansiosa pela sobrevivência, logo após a morte do papai, veio a ideia de fabricar e vender sacolas confeccionadas de embalagens de cimento, por sinal, muito farta à época, devido o canteiro de obras que tinha se transformado aquele pedaço do Brasil*”. Como prestidigitadores, os populares criavam as bases de sua sobrevivência a partir daquilo que parecia totalmente inservível. A invenção do cotidiano popular envolvia também um calculado modo de administrar o pouco: “*o que era arrecadado só dava pra levar para casa alguns cruzeiros que minha mãe administrava com mais competência do que esses PHDS da economia, que hoje assolam o país*”, afirmou Bezerra.³⁰⁹

Nesses bairros populares da Macapá de meado do século XX, os despejados e os migrantes reelaboraram seus modos de vida, segundo as velhas tradições e as novas exigências da *urbe*. Como não havia emprego para todos e como mesmo a maioria dos empregados ganhava muito pouco (salários drasticamente corroídos pela carestia), o primeiro grande desafio era a sobrevivência. Administrar bem o pouco que se tinha muitas vezes não bastava. Mas, estava sempre aberta a possibilidade de contar com a solidariedade da vizinhança. Era comum, naqueles anos, pessoas buscarem morar próximas de parentes e de ex-vizinhos ou conterrâneos. O reestabelecimento de laços rompidos ajudava a minimizar a insegurança quanto à sobrevivência no interior da crescente população citadina. Para quem chegara primeiro era igualmente interessante formar um círculo familiar em volta de si para amortecer os impactos da complexa e desafiadora vida urbana. Em geral, os moradores dos bairros populares também estavam dispostos a criar novos laços sociais, baseados na confiança, na partilha, na cumplicidade e na reciprocidade. A

³⁰⁷ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. *Op. Cit.* P. 154, 200-201.

³⁰⁸ Doca da Fortaleza, Ver-O-Peso de Macapá. *Amapá*. Nº 404, de 13 de dezembro de 1952, p. 4.

³⁰⁹ BEZERRA, Amiraldo. *A margem esquerda do Amazonas*. Fortaleza: Premium, 2008, p. 15, 23.

traição ou o súbito abandono destes fundamentos da convivência popular tinha o seu preço: a exclusão da rede de solidariedade e, consequentemente, o isolamento.

Em algumas situações, a confiança e a solidariedade populares ficam muito patentes. Tomemos um fato esclarecedor, que ocorreu no dia 05 de junho de 1946. Raimundo Braz da Silva (paraense de 21 anos, agricultor da Ilha das Cinzas, no arquipélago de Gurupá) estava com sua canoa “*Montoril*” atracada na doca da Fortaleza, quando, às 09 da noite, Temistocles apareceu, dizendo que não tinha onde dormir e pedindo permissão para repousar naquela embarcação. Raimundo disse “*sim*” àquela solicitação e, em seguida, fora dormir na casa de um “*conhecido*”, chamado Hidelbrando Fernando de Souza (morador da margem do Igarapé da Fortaleza). Antes de ir dormir, o pedinte acompanhou Raimundo até a casa de Hidelbrando. Ao chegar aí, Temistocles pediu ainda ao agricultor do Gurupá que lhe emprestasse sua lanterna, a fim de que pudesse iluminar o caminho no retorno à canoa, que ficara entregue aos cuidados de dois tripulantes. Percebemos até este ponto um laço social que já estava estabelecido (entre Raimundo e Hidelbrando) e outro que estava se estabelecendo (entre Raimundo e Temistocles).³¹⁰

Entretanto, vem a quebra de confiança. De manhã, quando Raimundo chegou à canoa, Temistocles já havia ido e levara consigo a lanterna e um pedaço (de 2 quilos) de pirarucu. O comerciante Abílio Costa disse ao agricultor ludibriado que Temistocles estivera em seu estabelecimento comercial, oferecendo uma lanterna ao preço de Cr\$ 70,00. Rubens *de tal*, ao ouvir isto, se prontificou a ir buscar a lanterna e, depois de mais ou menos uma hora, voltou com esta. Ele disse que havia pagado por ela a Temistocles Cr\$ 10,00, cobrando a Raimundo o reembolso dessa importância, mediante a entrega da lanterna. Porém, Raimundo não concordou. A vítima fora então à delegacia, na companhia de Rubens, para resolver o impasse. Em seu depoimento, Temistocles afirmou que encontrou com o rapaz Rubens *de tal*, que propôs comprar a lanterna e deu-lhe Cr\$ 10,0, com promessa de dar-lhe os 60 cruzeiros restantes “*mais tarde*”. As intenções de Rubens são um ponto controverso deste caso, pois em depoimento de 08 de junho, “*Cachimbinho*” — como Rubens era conhecido — alegou que comprara a lanterna (dando Cr\$ 10,0 e prometendo que depois daria os 60 cruzeiros restantes) e a entregara a Raimundo, no Igarapé da Fortaleza. “*Cachimbinho*” ressaltou que fora à delegacia com Raimundo “*apenas com o intuito de auxiliar a atuação, digo, atuação da Polícia*”.

Em 10 de junho, Abílio Pereira da Costa (português de Braga, 44 anos, comerciante e morador da Rua Barão do Rio Branco) relatou a autoridade policial que se negou a

³¹⁰ AFCM. Caixa 227, processo nº 101, de 03 de julho de 1946, fls. 5-7.

comprar a referida lanterna, pois desconfiou que fosse furtada. Abílio disse que sabia ser Temistocles um indivíduo sem profissão e que o mesmo já tinha sido preso varias vezes, por furtos. Na folha 16 do processo-crime no qual tal furto foi registrado, consta a compilação de sete boletins de ocorrência, denunciando Temistocles por delitos como: furtos, “*embriaguês e desordem*”. Nas *Informações sobre a vida pregressa do acusado*, consta que ele vivera em companhia de seus pais até os 29 anos, que estudou até os 14 e que começou a trabalhar aos 15. Na assentada ocorrida no dia 04 de julho de 1948, Abílio Costa (primeira testemunha a depor em juízo) reafirmou o que dissera antes à Polícia e completou “*que durante o tempo em que o denunciado residiu nesta cidade apenas praticou atos reprováveis, enganando uns e roubando outros*”. Em 07 de julho do mesmo ano, por sentença do juiz Uriel Sales de Araujo, o nome de Temistocles foi lançado no rol dos culpados e ele foi condenado a um ano e três meses de reclusão, mais multas e taxas.³¹¹

A enganação do agricultor Raimundo ocorre no bojo de uma sociabilidade baseada na confiança e na ajuda mútua. Diferentemente da lógica hiperindividualista imperante nos centros das metrópoles contemporâneas — onde a convivência está baseada no medo do *outro* (visto *a priori* como uma ameaça)³¹² — nos bairros periféricos da Macapá de décadas atrás, o ponto de partida das relações interpessoais com vizinhos e ádvenas era o voto de confiança (a credibilidade e a expectativa da reciprocidade). Num meio onde a quase totalidade das relações dependia de tal voto, a traição ao pacto tácito inicial tinha consequências quase insuportáveis. Frequentemente, as dificuldades alimentares se diluíam no interior da comunidade. Quando se tinha um pouco mais, uma parte era levada e oferecida ao vizinho. Quando se tinha um pouco menos, igualmente se poderia recorrer sem pudores ao mesmo, pois isto fazia parte da normalidade comunitária. Referindo-se à Macapá das décadas de 1940 e 1950, Amiraldo Bezerra afirma: “*havia muita solidariedade entre os habitantes. Era comum chegar alguém lá em casa para pegar um pedaço de pirarucu ou uma medida de café emprestado, ou dona Ruth [a mãe dele] fazer o mesmo*”.³¹³

A análise de dezenas de fotografias nos permite afirmar que não havia cercas entre as casas populares e não era incomum alguém familiar encontrar a porta da frente aberta e entrar sem cerimônia. Não havia, por conseguinte, barreiras físicas ao estabelecimento de interdependências. Mas, a existência de vínculos reais ou imaginados poderia facilitar este processo. Como se percebe no relato de José Pinto de Araújo (comentado anteriormente),

³¹¹ *Ibidem*, p. 7-40.

³¹² Sobre o hiperindividualismo nas metrópoles contemporâneas ver: DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Boitempo, 2009; e CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

³¹³ BEZERRA, Amiraldo. *Op. Cit.* P. 29.

ao chegar à capital do Amapá, muitos migrantes procuravam conseguir um abrigo por meio de laços de solidariedade religiosa. Outros apelavam para familiares e amigos — ainda segundo Bezerra: “[...] *por todas as margens ribeirinhas chegava gente. Aí, eram primos naturais ou agregados, que buscavam por nós fazer seu primeiro contato e às vezes pedir abrigo, mesmo que por pouco tempo, de vez que as hospedagens do governo estavam sempre superlotadas*”.³¹⁴

Por outro lado, havia ocasiões em que a solidariedade dos vizinhos era acionada, tendo em vista a resolução de conflitos entre parentes. Na noite do dia 29 de setembro de 1951, em certo ponto do bairro da Favela, ouviu-se o grito: “*seu José, me ajuda!*”. Era o grito de Lídia (paraense de 20 anos e doméstica), que estava sendo atacada por seus dois irmãos e que pedia socorro a seu vizinho. Os agressores eram Alicio e Davi, que, usando uma faca tipo peixeira, ameaçavam levar embora a menor Maria Leonina, irmã mais nova dos litigantes. O motivo era que esta estava supostamente sendo maltratada pela irmã mais velha. Lídia, ao ligar o rádio para captar alguma música para os ditos irmãos, foi agarrada e teve seu vestido rasgado, depois do que se refugiou na residência de sua vizinha Josefa Picanço, sendo aí perseguida por Alicio e Davi, que invadiram a casa. Na delegacia, ela declarou que o desentendimento decorreu do fato de seus irmãos, equivocadamente, pensarem que ela maltratava a irmã Maria Leonina.³¹⁵

Uma das testemunhas deste conflito foi Francisco Penha da Silva (lavrador paraense de 23 anos e analfabeto), um morador da Lagoa dos Índios, que estava hospedado no bairro da Favela, na residência de Josefa Picanço, para viabilizar um tratamento de saúde. Francisco ouviu quando Lídia gritou pedindo que a acudissem e viu quando, em seguida, ela adentrou na casa de Josefa, sendo seguida por Alicio, com quem ela lutou. Enquanto Davi era obstado por Francisco, Josefa conseguia expulsar Alicio. Depois, policiais apareceram e prenderam Alicio, ao passo que Davi fugia para o Laguinho (onde fora preso, posteriormente). Em 13 de março de 1952, ocorreu a audiência de julgamento de contravenção. A sentença de Uriel Araujo condenou os réus a pagarem multa (aplicada no grau mínimo). Este e outros processos criminais nos ajudam a perceber como os pactos tácitos de ajuda mútua entre vizinhos eram ativados em momentos de crise. Primeiro ato, Lídia grita pelo vizinho José — que não a escuta — e, segundo, ela busca homiziar-se na casa de Josefa, que a defende, com a ajuda de um agregado.³¹⁶

³¹⁴ *Ibidem*, p. 30.

³¹⁵ AFCM. Caixa 306, processo nº 552 de 29 de setembro de 1951, fls. 3-4.

³¹⁶ *Ibidem*, 4-21. Vários outros processos por nós analisados apresentam casos de ajuda de vizinhos em momentos de conflito. Vejamos um exemplo. No dia 25 de abril de 1952, no bairro do Laguinho, “*Muca*”, acompanhado por Getúlio e “*Nena*”, arrombou a porta da casa da doméstica Francisca Tavares e (armado com uma faca de cozinha encontrada no jirau) passou a quebrar tudo o que encontrava, “*investindo, finalmente, contra a dona da casa, que apavorada correu, indo homiziar-se na residência de sua vizinha Ila da Silva Souza, onde também*

Ao lado desta solidariedade horizontal (entre membros da mesma classe), desenvolvia-se toda uma série de solidariedades verticais (entre membros de diferentes classes). O estabelecimento de vínculos com funcionários públicos do alto escalão, com médios e grandes comerciantes ou industriais era uma forma conseguir trabalho e obter favores. Num processo criminal citado anteriormente (Capítulo I), percebemos nitidamente como os laços sociais verticais eram comuns na Macapá dos populares. Referimo-nos aos autos nos quais J. Gonçalves fora acusado de praticar *curandeirismo*. Lembremos que, no final de 1949, a moradora do bairro do Trem Raimunda Nazaré foi procurar este homem “experiente” que “curava certos casos”. J. Gonçalves então lhe pediu 80 cruzeiros para fazer o remédio, ao que ela disse que era pobre, que seu esposo estava ausente e que, na ocasião, não dispunha dessa importância. Diante disto, Gonçalves perguntou àquela senhora “*se ela não tinha um patrão (fornecedor) a quem solicitasse essa importância porque ele precisava bastante do dinheiro*”. Isto dito, Raimunda Nazaré “*foi ter com o senhor ARQUIMIMO PELAIS, à quem contou tal história e pediu que lhe adiantasse a importância exigida*”.³¹⁷ O surgimento de problemas de saúde e de problemas financeiros constituía situações nas quais a solidariedade vertical era acionada.³¹⁸

A ameaça de perda temporária da liberdade, através de uma condenação judicial, poderia motivar um franco apelo aos membros das classes mais respeitadas pelos operadores do direito: membros do *staff* governamental, fazendeiros, seringalistas e comerciantes. Foi o que fez Cassiano. Ele foi denunciado por ter realizado várias compras no estabelecimento “*Casa Branca*” (localizado na Doca da Fortaleza), utilizando para pagar sua conta de Cr\$ 49 uma nota de Cr\$ 50, alterada para Cr\$ 500,00, por meio do acréscimo grosseiro de um “0” (zero) a direita do número 50. Porém, o “*caixa*” Raimundo Monteiro Sá, ao desdobrar a referida cédula, reconheceu a adulteração e chamou o guarda Nestor Nogueira Dias — que ali entrava — e a ele apontou o denunciado, que foi preso em

penetrou o denunciado que, finalmente foi desarmado e pôsto para fóra” (Denúncia do Ministério Público, escrita pelo promotor interino Célio Cal — AFCM. Caixa 272, processo nº 637 de 30 de maio de 1952, fl. 2). Nas declarações que fez diante da autoridade policial, Francisca afirmou que “*Muca*”, muito embriagado, jogou ao chão as roupas que estavam em um balaio e outros objetos, arrancou plantas e, por fim, investiu contra a declarante que correu. Francisca declarou que, na casa de Ila, outra vizinha (de nome Maria Alexandra dos Santos) aproximou-se de “*Muca*” e, com muita dificuldade, conseguiu tomar-lhe a faca. Depois disto a depoente foi esconder-se na privada da casa onde estava homiziada e, daí em diante, nada mais viu, “*pois estava acometida de forte crise de nervos*” (*ibidem*, fl. 5).

³¹⁷ AFCM. Caixa 299, processo nº 364, de 16 de novembro de 1949, fls. 7-8.

³¹⁸ Na Amazônia de meado do século XX, enquanto a palavra “*povoado*” designava um agrupamento de casas de roceiros, o termo “*freguesia*” servia para denominar uma população dispersa de seringueiros ou roceiros. O barracão do “*patrão*” (ou seringalista) era o centro da “*freguesia*”. Segundo Eduardo Galvão, “*o patrão jamais é um fazendeiro ou agricultor*”. Ele é um comerciante e “*os freguezes dedicam-se à coleta de borracha ou à pequenas plantações de mandioca*” (GALVÃO, Eduardo. *Op. Cit.* P. 19).

flagrante. Cassiano foi encaminhado para ser preso na cadeia pública pela *Portaria* de 17 de abril de 1951, do juiz Uriel Araujo.³¹⁹

Para fazer a balança judicial pender para o seu lado, Cassiano apresentou três testemunhas de defesa “*de peso*”. Martinho Borges da Fonseca, um funcionário público de 63 anos (casado e alfabetizado), declarou que conhecia o acusado desde menino e que ele já tinha trabalhado como “*empregado de balcão*” de um filho seu. Declarou também que Cassiano trabalhara para os padres que moravam na Ilha de Santana, e que aí, como em outros lugares, nada foi alegado contra ele. A segunda testemunha de defesa foi Isaac Menahem Alcolumbre, um grande comerciante da praça macapaense (de 38 anos, casado e alfabetizado). Alcolumbre afirmou em juízo que conhecia Cassiano havia pouco mais de um ano e com ele vinha mantendo relações comerciais com correção.³²⁰ Ressaltou que a conduta dele era boa e que desconhecia qualquer deslize do acusado. A terceira testemunha foi o militar reformado Zacarias Teixeira Leite (paraense de 45 anos, casado e alfabetizado). Zacarias disse que conhecia Cassiano e sabia que ele era comerciante ambulante legalizado junto a Prefeitura Municipal, sendo “*um contribuinte pontual*”.

Em seu libelo, de 30 de maio de 1951, o promotor Hildemar Maia pediu a condenação do réu pelo crime previsto no artigo 290 do Código Penal. Em sua peça de defesa, Lauro S. Gomes ressaltou que as testemunhas João Pagnataro e Manoel Eudoxio

³¹⁹ AFCM. Caixa 287, processo nº 487, de 11 de abril de 1951, fls. 2-4, 32. Os peritos João Casado Lima (gerente de uma agência local do Banco do Brasil) e Jaci Barata Jucá (oficial do Registro Civil) comprovaram as alterações nas cédulas — “*o que era feito atraz [sic.] de uma igreja em construção, no bairro do ‘Trem’, nesta cidade*”. Era a igreja de Nossa Senhora da Conceição, pois o flagrante ocorreu no dia 01 de março de 1951. No dia anterior, Cassiano havia chegado da localidade de Maruanum. Ele viera para Macapá vender farinha e couros, pois era um pequeno comerciante. Segundo os registros do inquérito policial (presidido por Célio Rodrigues Cal, chefe de polícia interino), o acusado teria apurado nesta venda Cr\$ 500. Porém, antes disto, Cassiano teria idealizado fazer várias compras; mas, como o dinheiro era pouco, resolvera falsificar algumas notas, aumentando seu valor, por acréscimo de zeros. Para realizar este intento, teria se refugiado no mato que ficava atrás da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Sentado no chão e com uma tábua de madeira branca (marupá) sobre as pernas, ele teria feito cortes para adulterar as notas, usando uma lâmina (marca) Gillet “*Blade*”. Na fase judicial do processo, Cassiano negou a autenticidade desta versão. Seu advogado Lauro Sodré Gomes afirmou que não havia provas do crime nos autos. No seu depoimento, o guarda Nestor Nogueira Dias, autor da prisão do acusado, ressaltou que Cassiano foi revistado por ordem de Célio Cal. Nessa revista, prossegue o depoimento, ele (Nestor) encontrou a porta-cédula com as outras notas falsificadas; mas, não achou a Gillet (que era então apresentada) e nem sabia quem a tinha encontrado. Nestor disse ainda, que depois de relutar, Cassiano admitiu que aquelas notas eram dele e que as tinha alterado. A testemunha João Pagnataro, por sua vez, destacou que estava passando próximo da delegacia e foi para ali chamado. Depois que tudo lhe fora relatado, concordou em assinar o auto de prisão em flagrante. Pagnataro esclareceu que não viu o réu confessar o crime e que foi o delegado Feitosa (diante de Célio Cal e Manoel Eudoxio Pereira) quem lhe narrou os fatos. Contudo, lembrou que ao seu lado estava sentado o acusado, e que este, por sua vez, não protestou e nem fez qualquer gesto que indicasse que as acusações eram falsas. A testemunha Manoel Eudoxio Pereira — que fora chamado em sua casa para testemunhar — afirmou que Cassiano assistiu, sem protestar, o delegado Feitosa passar a ele as informações sobre o crime. Tanto Pagnataro quanto Eudoxio Pereira admitiram não terem assistido a confissão deste acusado e disseram que apenas entenderam o silêncio dele (diante da leitura dos autos, feita pelo delegado) como uma confirmação da versão policial (*ibidem*, fls. 4-23).

³²⁰ Isaac Menahem Alcolumbre declarou “*que Cassiano traz produtos regionais e vende-os ao depeente, comprando produtos manufaturados, destinados ao comércio ambulante*” (*ibidem*, fl. 42).

Pereira não assistiram o denunciado confessar o crime que alterou as cédulas e ressaltou: “*o que se verifica no processo é que tudo se passou na polícia, ao bel prazer da respectiva autoridade, isto é, o acusado foi prêso em flagrante sob essa acusação e as pessoas, aliás dignas, que subscreveram o respectivo auto o fizeram tão somente porque foram informadas que tal havia acontecido. Não ouviram, nem assistiram a confissão do acusado [...]*”. Gomes lembrou que as testemunhas de defesa afirmaram que o réu sempre teve procedimento digno e correto. Assim, as duas principais estratégias da defesa foram: a) invalidar a suposta confissão; b) e carrear para o lado do réu o prestígio de suas testemunhas de defesa. Não obstante tais esforços, em 07 de junho de 1951, o juiz Uriel Sales de Araujo condenou Cassiano a dois anos de reclusão, pagamento de multa de Cr\$ 2.000, das custas do processo e mais da taxa penitenciária de Cr\$ 20,00.³²¹

Os vínculos de solidariedade eram fortalecidos através de um diversificado conjunto de trocas (de favores, de bens e de conhecimentos). Negar-se a receber alguma coisa era esquivar-se do pacto tácito da reciprocidade. Na tradição oral, “*desfeita*” é a palavra utilizada para designar esta negação. Fazer “*desfeita*” era (e em algumas situações ainda é) considerado algo ofensivo e socialmente condenável, pois estabelecia um hiato numa relação onde deveria prevalecer a integração simbiótica. Tal integração comumente era consolidada através do compromisso de compadrio. Os padrinhos eram considerados legítimos aconselhadores dos afilhados e eventuais substitutos dos pais. Esperava-se que o padrinho e a madrinha ajudassem na formação do afilhado, tanto moralmente, quanto materialmente — provendo parte das necessidades deste e dando-lhe presentes em certas ocasiões, como aniversários.³²² Em diversos dos processos que lemos e analisamos, percebemos que pais e afilhados tinham plena confiança nos padrinhos e madrinhas — que eram percebidos como membros da família. Casos em que padrinhos eram acusados de estuprar suas afilhadas geravam nos pais das vítimas, além do escândalo, a sensação de quebra de confiança.³²³

³²¹ *Ibidem*, fls. 30-50, s/n.

³²² Eduardo Galvão analisa a importância do sistema de compadresco para o fortalecimento dos vínculos de solidariedade nas freguesias do baixo Amazonas. Este sistema manteve suas linhas de força nos nascentes meios urbanos amazônicos — inclusive na sociedade macapaense. Segundo Galvão: “*a necessidade de mobilidade e dispersão da população [de roceiros e seringueiros] imposta por esse tipo de economia impede a formação das ‘grandes famílias’ características de outras zonas rurais do Brasil. Contudo, existem mecanismos ou instituições que possibilitam e estimulam o intercâmbio social entre as pequenas famílias. Entre eles, as irmandades religiosas, o culto dos santos e o sistema de compadresco. Na Amazônia, como também ocorre em outras regiões, especialmente o Nordeste, além dos padrinhos de batismo, de crisma e de casamento, existem o ‘padrinho’ e o ‘compadre de fogueira’. O sistema de compadresco adapta-se também às relações entre fregueses e patrões, escolhendo aqueles, padrinhos e compadres entre estes últimos, o que lhes garante certa segurança econômica e social. Entre os fregueses, isto é, a massa de caboclos, o compadresco estabelece relações de parentesco fictício, mas de solidariedade real entre gente não aparentada por laços consanguíneos. Os laços de parentesco assim criados traduzem a necessidade de cooperação*” (GALVÃO, Eduardo. *Op. Cit.* P. 20-21).

³²³ Por exemplo: AFCM. Caixa 224, processo nº 1472SN, de 03 de julho 1943; AFCM. Caixa 281, processo nº 64, de 10 de outubro de 1945; e AFCM. Caixa 281, processo nº 046, de 13 de abril de 1945.

Confiança era um componente fundamental nas relações sociais ocorridas nos bairros populares de Macapá. Ser considerado alguém indigno de confiança era algo perigoso à própria sobrevivência. Isto porque grande parte das relações comerciais ocorria através da venda (con)fiada. Ou seja: o comerciante anotava a retirada do produto pelo cliente numa caderneta, confiando que o pagamento ocorreria tão logo este pudesse efetivá-lo.³²⁴ Os abusos eram punidos para manter em segurança tanto os comerciantes quanto os consumidores. O padeiro Francisco (paraense de 19 anos), conhecido como “Bola”, foi acusado de abusar da boa vontade de Valter Gomes Bezerra, “*comerciante estabelecido à margem do Igarapé da Fortaleza*”, e de José Gomes Bezerra, proprietário da “*Sapataria Nossa Senhora das Graças*”. Em dias de 1949, “Bola” obteve um guarda-chuva de Cr\$ 120 — revendido por Cr\$ 80,00 a Teodorino da Silva Sandin — e um par de sapatos (de Cr\$ 200). Francisco dissera que o primeiro objeto era para sua mãe ver e o segundo era uma encomenda do prefeito de Macapá.³²⁵ Na delegacia, no dia 24 de maio de 1949, Francisco admitiu ter furtado por meio de ardis os referidos objetos, dos quais muito necessitava. “Bola” reconheceu “*o caráter criminoso dos atos que praticou, porém os fez por necessidade*”.³²⁶

Vender fiado constituía um risco para os comerciantes, que às vezes acabavam tendo grandes prejuízos.³²⁷ Porém, este tipo de negócio trazia, por outro lado, muitos ganhos. Isto porque o trabalhador, quando abria uma conta anotada em caderneta num

³²⁴ Lembremo-nos de Raimunda Nazaré, que conseguiu emprestar dinheiro de Arquimimo Pelais, com base na confiança.

³²⁵ AFCM. Caixa 224, processo n° 323, de 02 de julho de 1949, fl. 2.

³²⁶ Disse também “*que além desses crimes ainda adquiriu em nome do comerciante Zoilo Cordova, alguns dias atrás, dois quilos de peixe a um senhor conhecido como ‘Capa Branca’ e ontem, no Mercado [sic.] dois quilos de carne, também em nome do referido Zoilo Cordova; que, por este seu último ato foi o depoente detido pela Polícia*” (*ibidem*, fls. 5-6).

³²⁷ Vejamos um exemplo: Manoel foi acusado de comprar de Raimundo Monteiro Corrêa de Sá mercadorias para revender em uma barraca no arraial, no valor de Cr\$ 3.906,00 e de, ao prestar contas, dar um prejuízo de Cr\$ 713,30. Em 25 de novembro de 1949, Manoel da Silva Amaral depôs a Polícia que procurara Raimundo (comerciante estabelecido na doca da Fortaleza) a fim de pedir auxílio para abrir uma barraca no arraial da Praça da Matriz e que este lhe dera uma ajuda de 160 cruzeiros para instalar luz elétrica e, depois, uma partida de mercadorias, cujo valor desconhecia, pois não recebera fatura das mesmas, mas somente os preços. Depôs também que não gravou de cabeça e que, portanto, não sabia se vendera com prejuízo. Manoel disse ainda que quando ele foi prestar contas com Raimundo, “*este lhe apresentou a fatura, feita na hora da entrega das mercadorias*” e que, pela fatura, havia um déficit de Cr\$ 713,30. Manoel finalizou ressaltando que não sabia explicar este prejuízo, pois o dinheiro que tirara dali era pouco, “*so podendo atribuir tal prejuízo a um lamentável engano quanto ao preço de venda dos artigos recebido [sic]*”. No mesmo dia depôs Raimundo Monteiro Corrêa de Sá declarou ao delegado Sandoval Almeida que como Manoel vinha lhe pedindo apoio para abrir uma barraca no referido arraial por 3 anos, por pena, resolvera lhe ajudar e lhe ceder Cr\$ 3.800,00 em mercadoria e 106 cruzeiros (em moeda) para instalação da luz e pagamento de impostos. Asseverou que na presença de Manoel fizera uma relação de preços, com a qual este ficara de acordo e que estas mercadorias deixariam para Amaral uma margem de lucro de cerca de 20%. Porém, arrematou o comerciante, terminada a festa, Manoel, sem nenhum constrangimento, fora prestar contas e apresentou-lhe Cr\$ 1.802,70 em mercadoria e 1.390,00 em dinheiro, que somados e deduzidos do total recebido, deixava um déficit de Cr\$ 713,30, e que procurando tal quantia, Manoel não soube dar definição, “*razão pela qual o declarante procurou a Polícia aonde formulou queixa, para ressalva de seus prejuízos*”, visto Manoel não possuir fundos para tal (AFCM. Caixa 299, processo n° 934SN, de 22 de novembro de 1949, fl. 3-5).

estabelecimento comercial, criava um vínculo com o comerciante. Mais interessante para este do que a quitação da dívida era que ela fosse permanentemente renovada — o que com muita frequência ocorria. O devedor poderia postergar o pagamento, mas não por muito tempo ou por diversas vezes, pois poderia criar a fama de mau pagador e caloteiro, como Manoel (carpinteiro alagoano de 48 anos), que foi acusado de ter agredido com uma cadeira Augusto Ferreira de Lima (carpinteiro pernambucano de 32 anos), quando este foi cobrá-lo Cr\$ 2.660,00, de salários que ficara devendo. Em 08 de março de 1949, Augusto declarou na delegacia que ficara acordado o pagamento para fins de dezembro de 1948. Afirmou que, neste mês, o pagamento não foi efetuado por Manoel, segundo comentários, um caloteiro inveterado.³²⁸

Vinte dias depois, o alfaiate paraense Altamir Lemos (de 19 anos) disse a autoridade policial que estava em sua casa quando lhe chamou atenção a agressão de Manoel contra Augusto — atingido apenas levemente, porque com presteza desviara-se dos golpes. Confirmou que a agressão foi causada por cobrança de dívida, que Manoel era mau pagador inveterado e que tinha o hábito de agredir os credores que batiam a sua porta, como Celso Ataíde Ribeiro, vigia do Almojarifado Territorial. Em 28 de março de 1949, Celso Ataíde Ribeiro (paraense de 64 anos), em depoimento que consta no inquérito policial, ressaltou que conhecia Manoel havia muito tempo, sabendo que era indivíduo de maus hábitos e que costumava agredir seus credores. Em sua *Sentença*, de 28 de novembro 1951, Uriel Araújo afirmou que Manoel “teve uma justificativa para a repulsa que dirigiu à vítima”, pois fora ofendido no seu lar. Ressaltou que os ferimentos apresentados por Augusto não pareciam ter sido produzidos por Manoel. Disto resultou o juiz julgar improcedente a denúncia.³²⁹

A inexistência de contratos escritos e publicamente reconhecidos é fruto de uma cultura baseada na confiança na palavra e no cultivo do “*bom nome*”. Tivemos oportunidade de fazer um rápido levantamento em cerca de 2 mil processos cíveis e criminais, num depósito do judiciário amapaense e constatamos que, entre 1850 e 1970, não era incomum as classes mais abastadas amapaenses recorrerem à justiça para proteger seus interesses e propriedades.³³⁰ Em mais de um século, essas classes produziram uma massa documental de milhares de páginas, atestando a utilização do escrito e da formalização jurídica como importante instrumento nas grandes transações comerciais e no tratamento de questões patrimoniais. Por outro lado, reconhecendo como relativamente segura a tradicional venda

³²⁸ AFCM. Caixa 304, processo nº 282, de 21 de abril de 1949, fls. 5-6.

³²⁹ *Ibidem*, fls. 10-11, 37.

³³⁰ Tal levantamento fez parte das atividades desenvolvidas, nos anos de 2010 e 2011, pelo grupo de pesquisa *Arquivos do Judiciário Amapaense*.

fiada, grandes comerciantes não se furtavam a praticá-la. Como dissemos, através desta prática, ocorria a fidelização do cliente, estabelecendo-se, concomitantemente, uma espécie de solidariedade vertical com os trabalhadores.

Em alguns momentos, surgiam tensões entre os compromissos internos da classe trabalhadora e os vínculos de membros desta com a classe dominante. Numa situação de choque de interesses, a opção do trabalhador por manter sua fidelidade aos laços verticais gerava sanções. Este trabalhador poderia ser rotulado de *“puxa saco”* (inescrupuloso bajulador) por seus vizinhos e camaradas. Foi o que ocorreu com Julião Ramos. Joaquim Ramos da Silva, neto (e filho de criação) do *“Velho Julião”*, relatou-nos o seguinte: *“como eu falei pra você no início da entrevista, ele era uma pessoa muito carinhosa e gostava de ajudar a todos; então ele ia pra roça fazer a farinha, colher uma fruta que ele tinha lá, pegar peixe, ele, geralmente, levava pro Coronel Janary e muita gente achava, por essa amizade e pelo que ele fazia, que aquilo era uma maneira dele ‘puxar saco’ do Janary”*.³³¹ A utilização deste termo pejorativo era, entre outras coisas, uma forma dos trabalhadores (ou de parte deles) denunciarem o afastamento de um dos membros de sua classe dos interesses comuns a ela. Reafirmava-se, assim, a solidariedade horizontal, constituída dentro e fora do mundo do trabalho.

O estabelecimento de laços de solidariedade (horizontais e verticais) era algo fundamental na luta cotidiana pela sobrevivência. O enfrentamento da insegurança generalizada por meio de um variado repertório de táticas é um componente fundante da consciência de classe. Quando o macapaense empobrecido ia ao mercado e se via então impossibilitado (pelo custo) de comprar outras carnes que não fossem as vísceras, aí emergia sua consciência de trabalhador explorado e marginalizado. Quando os populares cantam que as novas casas construídas na cidade são *“p’rá só morar douto”*, eles estão elaborando e fortalecendo a percepção do distanciamento social em relação àquela classe que foi privilegiada pelas reformas urbanísticas de Macapá. Além disto, estas casas do centro político e social eram um produto alienado do trabalho dos moradores da área suburbana da capital amapaense. Carpinteiros, pedreiros, ferreiros, ladrilheiros, taqueiros, eletricitas, encanadores, pintores, braçais e outros construíram uma cidade para os outros, e outra para si. A *Macapá moderna* saída das mãos calejadas destes obreiros lhes era duplamente negada: primeiro como trabalho expropriado; e segundo como direito negligenciado.

Entre 1944 e 1964, uma grande parcela dos trabalhadores de Macapá passou por um processo de *obreirização*. Isto significa dizer que eles foram absorvidos pelo crescente

³³¹ Entrevista realizada no dia 23 de maio de 2008, na Rua Eliezer Levi, n. 632, bairro do Laginho (na residência do depoente).

setor da construção civil. Não seria um exagero dizer que Macapá era nestes anos um grande canteiro de obras.³³² De um lado, construções do governo, do outro, o levantamento de casas particulares para os que chegavam. O clero também colaborou neste processo, promovendo a construção de igrejas e demais prédios para a estruturação da diocese: igreja Nossa Senhora da Conceição (1950-1954); prédio da Sede da Prelazia de Macapá (1950-1960); prédio do Pensionato de São José de Macapá (1950-1960); capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (1958); Hospital São Camilo (1960-1965); igreja Nossa Senhora de Fátima (1963-1965); igreja São Benedito (1963-1964); igreja Sagrado Coração de Jesus (1964); capela São Pedro (1964); entre outras.

Imagem 8: Fotografia de homens trabalhando na construção do prédio da Prelazia de Macapá, na década de 1950.

O entrevistado Raimundo Nascimento afirmou que, em meado do século XX, “a principal atividade [em Macapá] era a construção civil” e que chegara a trabalhar neste setor.³³³ O recrutamento para o trabalho poderia ocorrer através de indicações dos próprios trabalhadores. Isto reforçava laços de solidariedade construídos fora do mundo do trabalho. Lembremos o

caso de Joaquim Theofilo de Souza. Ele foi indicado para uma vaga de carpinteiro pelo amigo “Joaquim”. Eloi Nunes (funcionário do governo) perguntou para este trabalhador se não conhecia pessoas que tivessem familiaridade com as matas que cercavam a cidade. Diante disto, o inquirido retrucou: “eu conheço”. Então, Eloi Nunes pediu “que ele mandasse esta pessoa comparecer cedo lá com ele”. Oito horas da manhã do dia seguinte, Joaquim Theofilo chegou ao local determinado e foi recebido por um rapaz que lhe fez a seguinte pergunta: “o senhor conhece madeira que dê para fazer um barraco para a olaria?”. Ao que o carpinteiro respondeu positivamente.

Relações de amizade e de parentesco muito facilitavam o acesso ao mercado formal de trabalho. Este mercado estava em expansão em Macapá. Porém, como argumentamos no primeiro capítulo, a população crescia num ritmo bem mais acelerado. Num contexto

³³² Amiraldo Bezerra, referindo-se às décadas de 1940 e 1950, relembra: “ouvia-se barulho dos serrotes e dos martelos que ecoavam contrastando com o silêncio e a calmaria de uma cidade que surgia no meio da selva amazônica” (BEZERRA, Amiraldo. *Op. Cit.* P. 21).

³³³ Entrevista realizada para o PROBHO/ UNIFAP, em 01 de março de 2011.

em que não havia vagas para todos, as redes sociais podiam favorecer a aquisição de um emprego. Ser especializado em algo também era de grande valia para o pleiteante, pois, deste modo, ele se distinguia dos numerosos braçais (auxiliares sem especialização). Neste sentido, Joaquim Theofilo, além da vantagem de ter um xará que era chamado a fazer indicações, tinha o grande trunfo de ser carpinteiro e de saber (por experiência) identificar, na mata, madeiras utilizáveis na construção civil. Outros, como Alziro Alves de Souza, também conseguiram emprego graças a um *savoir faire* específico. No dia 28 de dezembro de 1951, Alziro chegou a Macapá e foi pedir emprego na Serraria Tupy (situada na Rua Candido Mendes). Meton Jucá (proprietário de tal serraria) respondeu que não havia serviço, pois era fim de ano e estava “*tudo parado*”. Mas, o migrante não se conformou — nem poderia, uma vez que não tinha meios de subsistência. Neste momento, um trabalhador passou carregando palhas e Alziro insistiu “*dizendo que sabia cobrir casas e que podia ajudar o referido trabalhador no serviço que ia fazer, isto é, reparar a cobertura de um barracão contíguo à oficina*”. Diante disto, Meton Jucá dissera que à uma hora da tarde daquele dia ele poderia iniciar o serviço.³³⁴

Imagem 9: Fotografia de construtores do prédio da Prelazia de Macapá, na década de 1950.

Podemos perceber através da leitura de várias dezenas de processos criminais que, em geral, os carpinteiros eram analfabetos e tinham aprendido na prática (como ajudantes de pais, parentes e vizinhos) a ciência e a arte da construção de casas. Filho do habilidoso carpinteiro Raimundo Gomes Bezerra, Amiraldo Bezerra relembra: “*braços fortes erguiam as casas novas, como se o projeto lhes tivesse sido entregue por um grande arquiteto*”. E este memorialista acrescenta: “*tudo não ia além da competência natural daqueles operários da construção*”.³³⁵ Mestres em seu ofício, carpinteiros, pedreiros e demais trabalhadores especializados eram muito requisitados. As técnicas de construção envolviam: a escolha da madeira; a correta manipulação das ferramentas; o planejamento da obra para o aproveitamento dos ventos e da luz solar, bem como para se evitar futuros embaraços com as chuvas torrenciais e com a constante umidade. Tais técnicas eram parte de uma tradição transmitida e aprimorada ao

³³⁴ AFCM. Caixa 264, processo nº 1401SN, de 04 de janeiro de 1952, fls. 8-9.

³³⁵ BEZERRA, Amiraldo. *Op. Cit.* P. 21-22.

longo de muitas gerações. Esta transmissão fortalecia a identidade de classe, na medida em que os trabalhadores da construção podiam se reconhecer (também) por meio destes conhecimentos compartilhados.

Os laços afetivos de amizade e companheirismo dos trabalhadores eram tecidos no dia-a-dia, em diferentes ambientes. Um dos componentes fundamentais na formação da camaradagem entre os obreiros de Macapá era a convivência nos barracões. Nas proximidades de cada grande obra do governo, quase sempre um barraco de madeira era erguido, com a finalidade de abrigar temporariamente (o tempo da construção) os trabalhadores. Como afirmamos anteriormente, a convivência nestes locais não era nada fácil. Porém, mesmo assim, eles propiciavam o estabelecimento e o fortalecimento de vínculos de solidariedade.³³⁶ Era no diário compartilhamento de experiências e de bens que os trabalhadores-moradores dos barracões fortaleciam seus laços horizontais.

No processo de *obreirização*, a produção de matérias primas para a construção também passou a requerer um grande número de trabalhadores. As serrarias — estabelecimentos que forneciam madeiras trabalhadas (serradas e aplainadas) — multiplicaram-se e cresceram em tamanho e produção. Segundo dados do Serviço de Geografia e Estatística do Território Federal do Amapá, a indústria extrativa territorial produziu (em números arredondados) 613 toneladas de madeira em 1948. Em 1952, esta produção já havia subido para 1.644 toneladas. E no ano de 1958, atingia-se a marca de 3.630 toneladas. Neste ano, Macapá já era o município com maior produção madeireira do Território (posição antes ocupada por Mazagão).³³⁷ As serrarias situadas na capital concentravam-se na doca da Fortaleza. Seus proprietários compravam madeira de regatões, que encontraram nesta venda um negócio muito promissor.³³⁸ Outras serrarias situavam-se próximas às áreas de extração madeireira e, portanto, dispensavam os atravessadores. Os serradores de madeira do Amapá trabalhavam num regime desgastante e insalubre. As pesadas toras eram carregadas por eles várias vezes ao dia (em alguns lugares eram retiradas de dentro do rio). Nestas serrarias, alguns trabalhadores tiveram dedos decepados, devido à falta absoluta de medidas de prevenção de acidentes.³³⁹

³³⁶ Ver: AFCM. Caixa 227, processo nº 116, de 02 de outubro 1946; AFCM. Caixa 227, processo nº 85, de 18 de maio de 1946; AFCM. Caixa 299, processo nº 278A, de 02 de abril 1949, fl. 6; AFCM. Caixa 304, processo nº 386, de 21 de novembro de 1949, fl. 10.

³³⁷ Parte considerável desta produção era exportada. Os dados que dispomos sugerem que o volume exportado oscilava em torno de 50% da produção amapaense. Mas, isto não põe em xeque o argumento que estamos apresentando: a crescente oferta de madeira para o mercado consumidor interno.

³³⁸ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. *Op. Cit.* P. 148-149.

³³⁹ BEZERRA, Amiraldo. *Op. Cit.* P. 178.

A situação dos trabalhadores da Olaria Territorial não era menos dramática. A Olaria fazia parte dos Serviços Industriais do governo territorial. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o preço dos materiais de construção foi catapultado. Em 1944, um milheiro de tijolos custava 550 cruzeiros no Estado do Pará. Com as despesas de transporte para a capital do Amapá, este custo chegava a mil cruzeiros. Constatando haver matéria prima de excelente qualidade dentro do município de Macapá, o governo amapaense resolveu criar a uma olaria local, à qual foi associada uma mosaicaria (que produzia pedras de marmorite e mosaicos decorados para o revestimento de pisos e paredes).³⁴⁰ Além de tijolos, telhas (francesas, holandesas e convexas), tubos, marmorites e mosaicos, saíam desta fábrica: filtros, potes,oringas, alguidares de diversos tamanhos, panelas e jarros — que poderiam ser comprados por o quem os desejasse.

Decorridos cinco anos de sua criação (e depois de passar por sucessivas ampliações), a Olaria Territorial era capaz de produzir mais de 80 mil peças por mês. Havia 4 fornos de queima — um com capacidade de receber 42 mil peças, outro 20 mil e os dois menores 10 mil peças cada.³⁴¹ Então estava em construção um grande forno semicontínuo, capaz de secar 80 mil peças de uma só vez. Apesar de atender a encomendas de particulares, o principal destino da produção desta olaria eram as obras governamentais. Os trabalhadores eram contratados como diaristas ou tarefeiros. Organizados em turmas de cerca de 30 homens (comandados por capatazes), os tarefeiros ganhavam por produção e eram responsáveis pelo fornecimento de lenha (para os fornos) e de barro. Os diaristas trabalhavam no espaço interno da fábrica, ou seja, na moldagem e queimação das peças. Segundo o articulista do jornal *Amapá*, estes operários, graças à assistência que o governo lhes dava, sentiam-se “*estimulados, produzindo para o Governo e para si próprios, concretizando portanto as aspirações do povo [...]*”.³⁴² Esta imagem de trabalhadores “*estimulados*” contrastava com os baixíssimos salários recebidos na Olaria.³⁴³ Contrastava também com pesada e demorada jornada de trabalho, que era cotidianamente enfrentada. Joaquim Theofilo foi um dos primeiros trabalhadores da queimação de tijolos. A este respeito, ele nos relatou:

³⁴⁰ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. Cit. P. 127.

³⁴¹ A Olaria Territorial. *Amapá*. N° 230, de 06 de agosto de 1949, p. 4.

³⁴² A Olaria Territorial e sua contribuição ao programa de realizações do Govêrno. *Amapá*. N° 235, de 13 de setembro de 1949 (3ª seção), p. 5.

³⁴³ No dia 21 de maio de 1952, o rebarbador de telhas da Olaria José Zimar dos Santos, em depoimento dado numa delegacia de Macapá, afirmou que percebia Cr\$ 11,00 por milheiro de telha rebarbada, “*sendo [portanto] diminuto o seu salário neste mister*”. Nestes mesmos autos consta o depoimento de Antonio Pinheiro da Silva, que trabalhava na Olaria desde que chegara a Macapá (havia mais de dois anos que viera de Breves-PA). Antonio Pinheiro da Silva declarou que confeccionava telhas, “*sendo muito pequeno o seu salário nesse serviço*” (AFCM. Caixa 272, processo [diligências policiais] n° 973, de 21 de maio de 1952, fls. 4-5).

comecei a trabalhar [na construção da Olaria]: cobrimos tudo, fizemos as prateleiras. Chegaram as máquinas. Veio um senhor lá do Ceará explicar como se fazia. Comecei a queimar tijolo — nunca tinha feito isto. Mas, queimei bem, graças a Deus, e fiquei lá trabalhando. Mas, depois chegou o irmão dele [do cearense], que era bacharel em direito. Este irmão dele era enjoado... Era péssimo. Ele começou a exigir coisas impossíveis. Começamos a queimar muito tijolo. Eu tinha três dias de folga. Mas, ele achou que eu devia trabalhar [mais]. E eu dizia: “eu não posso trabalhar, pois eu saí agora, eu não aguento não, e o seu Moacir me deu três dias de folga, em tempo corrido”. Mas, ele replicou: “aqui quem manda sou eu”. E eu respondi: “mas eu não vou trabalhar”. Peguei minhas coisas todas, minhas roupas e vim embora. Depois o Ceará chegou e ele disse que eu tinha saído porque eu não queria trabalhar. Ele cortou o meu ponto. Depois tinha uma lista de 30 despedidos e ele me incluiu no meio. Mas, eu disse: “eu vou embora, eu não vou morrer”.

É provável que esta convicção de que a perda do emprego não significava a morte adviesse da consciência de poder contar com a solidariedade comunitária e com outras táticas de sobrevivência. Desprende-se também deste relato o acirramento da exploração do tempo e da energia dos trabalhadores. Graças a um inquérito policial sobre um incêndio ocorrido em um pavilhão da Olaria, pudemos conhecer um pouco mais sobre a exaustiva rotina de trabalho neste lugar tão importante para a urbanização macapaense. O sinistro aconteceu na madrugada do dia 12 de janeiro de 1949, a partir de um dos fornos de queimação de material cerâmico. O braçal Alfredo Braga (paraense de 27 anos) disse a autoridade policial que trabalhava havia onze meses na Olaria e que iniciara o trabalho às 19 horas do dia anterior. Ele esclareceu que não pôde deixar seu posto no horário previsto (meia noite) porque seu substituto não compareceu e que as duas da madrugada, quando arrumava a lenha para abastecer a caieira onde os tijolos eram queimados, ele e seu companheiro Arquilau Gomes notaram que as tesouras da cobertura pegavam fogo. Disse ainda que eles deram o alarde e o forneiro Pedro Silva (cearense de 23 anos) — *“que iniciava o trabalho às 4 da tarde e largava às 8 da manhã”* — imediatamente pediu que providenciassem água; mas, nada saía das torneiras naquela hora.³⁴⁴

Em seu depoimento, o braçal Arquilau Gomes de Oliveira (paraense de 21 anos e residente na margem direita do igarapé da Fortaleza) informou que trabalhava na Olaria havia 5 meses e que iniciara o trabalho às 19 h. do dia 11 de janeiro, devendo deixá-lo às 8 horas da manhã do dia seguinte. Disse que acabara de arrumar a lenha diante da caieira, quando iniciara o incêndio e que o fogo rapidamente se alastrou devido a falta de água e a alta temperatura. Arquilau lembrou que vira o capataz Eneas recomendar a Pedro Silva que cessasse de abastecer a fornalha à meia noite; entretanto, quando iniciou o incêndio, os trabalhadores ainda abasteciam a caieira. O capataz Eneas da Silva Luz (amapaense de 25

³⁴⁴ AFCM. Caixa 304, processo nº 876SN, de 12 de janeiro de 1949, fl. 6.

anos, residente no bairro do Trem) depôs que havia 8 meses que se tornara capataz da Olaria, “*sendo sua atribuição fiscalizar os trabalhadores incumbidos do serviço de queimação de tijolos e telhas, isto durante o dia, pois, a turma da noite é fiscalizada pelo capataz Pedro de Castro Silva*”. Silva Luz confirmou que quando deixou o serviço, pelas 18 horas, conversou com Pedro Silva e recomendou a este que cessasse de abastecer a caieira por volta de meia noite, posto que o tijolo que estava aí dentro já estaria queimado a esta hora — o que era somente uma opinião, pois competia a Pedro controlar o serviço noturno.³⁴⁵

Pelo exposto, podemos perceber que as jornadas de trabalho dos diaristas eram elásticas e poderiam se estender por mais de 12 horas. A produção continuava noite adentro e temos a impressão de que esta “*usina de trabalho*” não parava um só instante. Os tarefeiros também eram submetidos a um regime estafante. No dia 21 de setembro de 1949, o capataz Raimundo Pereira Duarte agrediu o sub-administrador Manoel de Freitas, no escritório da Olaria Territorial. A causa da agressão foi o fato deste superior hierárquico ter feito alusões ofensivas à reputação de Pereira Duarte e dos demais trabalhadores do serviço de extração de barro. Em seu depoimento para o inquérito policial (de 26 de setembro), Manoel de Freitas asseverou que havia algum tempo vinha notando que as entregas do barro estavam ocorrendo de forma irregular, pois a metragem apresentada não vinha correspondendo ao que era normalmente observado, “*burlando-se assim a direção da Olaria*”. O carpinteiro Sebastião Pantoja depôs a autoridade policial que, no dia da agressão, Manoel de Freitas lhe inquiriu sobre uma canoa de barro. Sebastião declarou que então respondera ter a canoa chegado na noite anterior, ao que o sub-administrador comentara: “*que era isso que queria saber, pois ali andava um bando de ladrões*” e acrescentou “*que ia acabar com aquilo*”.³⁴⁶

Em 18 de julho de 1951, Pereira Duarte declarou em juízo que o ocorrido se deu na parte reservada à prateleira de tijolos, no primeiro andar da Olaria Territorial e “*que o culpado pela situação foi a vítima porque estando ele [Raimundo] com diversos companheiros seus na parte de fora da Fortaleza, retirando barros para telhas e tijolos porque houvessem demorado nesse serviço bruto até as duas horas da tarde, sem haverem tomado um simples café, tendo saído às três horas da manhã da Olaria, Manoel de Freitas sem procurar saber a causa de sua demora, começou a distraí-lo e aos demais trabalhadores, chamando-os de ladrões e outras cousas mais*”. Duarte acrescentou que o inquérito da Secretaria Geral do Território constatou que a quantidade de barro por ele apresentada ao sub-administrador era maior que a exigida, “*donde [pôde] voltar ele ao emprêgo do qual havia sido*

³⁴⁵ *Ibidem*, fl. 8-9.

³⁴⁶ AFCM. Caixa 275, processo nº 380, de 17 de dezembro de 1949, fls. 2-9.

imediatamente despedido".³⁴⁷ O acusado, diante das arbitrariedades de um superior que queria imputar-lhe a infamante pecha de "*ladrão*", optou por defender a todo custo a sua honra de trabalhador honesto e laborioso. Ele também reconheceu que não se tratava de uma ofensa pessoal, pois a acusação se estendia a sua turma. A condição de capataz não obliterou nele a camaradagem dos de baixo. Até porque, como pudemos perceber, capatazes e trabalhadores comuns não eram vistos como portadores de direitos (trabalhistas) e, consequentemente, o nível de exploração de suas forças poderia oscilar inopinadamente ao sabor dos caprichos de administradores autoritários.

A insegurança estrutural era, portanto, vivida dentro e fora dos mundos do trabalho. Na cidade de Macapá, estes mundos eram constituídos e impactados pelo rápido crescimento populacional e pelo amplo processo de *obreirização*. No compartilhamento de conhecimentos durante o labor cotidiano, no enfrentamento dos dilemas em torno da sobrevivência e no embate com as forças opressoras do regime de produção, forjava-se o sentimento de pertencimento a uma classe. Os construtores da "*Macapá moderna*" ergueram uma cidade que lhes era negada (total ou parcialmente). Dentro e fora do sistema produtivo, estes trabalhadores não eram vistos como portadores de direitos definitivos. E mesmo aquilo que um dia sonharam que era direito, repentinamente podia ser tomado ou transformado em algo sujeito ao cumprimento de certas exigências ou condições. Era na experiência de embate com as incertezas (ameaças de expropriação dos seus meios de subsistência) da vida urbana que homens e mulheres da "*Macapá suburbana*" podiam se reconhecer como parte de uma comunidade.

³⁴⁷ *Ibidem*, fl. 21.

Capítulo III

Senhoras das casas e das ruas: o cotidiano das trabalhadoras

Em 13 de dezembro de 1952, o jornal carioca *Última Hora* noticiou que os territórios federais sofriam com a falta de mulheres. Jocosamente, o articulista deste periódico imaginava como reagiriam os “barbados” dos territórios caso se vissem em “*um lugar assim como Jacarepaguá da marchinha carnavalesca, onde mulher era ‘mato’ e todo mundo podia se arranjar*”. Também ressaltava que no Amapá a coisa ia pelo mesmo ritmo, pois aí, segundo o censo de 1950, existiam 19.358 homens para 17.614 mulheres.³⁴⁸ Este fenômeno decorria, sobretudo, de movimentos migratórios (intra e inter-regionais) predominantemente masculinos. Era deste sexo a maioria dos migrantes nordestinos que vieram para a *Batalha da Borracha*.³⁴⁹ O êxodo rural ocorrido dentro da região amazônica em meado do século XX também seguia este perfil. Na Amazônia, muitas vilas e pequenos povoados interioranos eram pontos de partida de homens para as frentes de trabalho abertas nos centros urbanos em expansão, como Macapá.

Moradores dos arquipélagos situados na foz do rio Amazonas buscavam na capital do Amapá oportunidades de ganhar algum dinheiro e de (com ele) poder melhorar a vida de suas famílias. É muito importante situar estas migrações como parte das estratégias formuladas pelas famílias na busca dos meios para a subsistência. Nas áreas rurais da Amazônia (como de outras regiões), a família extensa (que inclui, além de pais e filhos, a parentela próxima) era e é a unidade social fundamental na luta cotidiana pela sobrevivência. De modo geral, no espaço doméstico forma-se uma célula econômica que combina diferentes modalidades de trabalho.³⁵⁰ Mesmo no período em que parecia que as famílias amazônicas devotavam todas as suas forças à extração do látex (1850-1912), é possível encontrar uma combinação de várias atividades econômicas. Na chamada região das ilhas do Pará (incluindo o arquipélago do Marajó, os vales do Xingu e do Jari,

³⁴⁸ Este artigo foi transcrito pelo jornal *Amapá* (Muitos “barbados” para poucos “brotos”: escassez de mulheres nos territórios brasileiros. *Amapá*. Nº 408, de 10 de janeiro de 1953, p. 2).

³⁴⁹ SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha*. Op. Cit. P. 89. A Segunda Guerra Mundial também motivou o deslocamento de homens para a formação dos batalhões nas áreas próximas às fronteiras. Miguel Lopes Magalhães, por exemplo, começou a servir o Exército no Piauí (seu estado de origem) e, em 1942, daí foi para Belém, a fim de compor o 34º Batalhão de Caçadores (Val-de-Cans). No ano de 1943 já estava no Oiapoque, como soldado do 3º Batalhão de Fronteira (AFCM. Caixa 227, processo nº 116, de 02 de fevereiro de 1946, fls. 13 e 17).

³⁵⁰ LIMA, Deborah Magalhães. A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; e NEVES, Walter (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo Annablume, 2006, p. 145-172.

alcançando ainda os rios Capim, Guamá, Acará e Moju) predominou o chamado *seringal caboclo*. Neste modelo, a extração da borracha era combinada com: a coleta de outros produtos florestais, a agricultura de subsistência, a pesca, etc.³⁵¹

Muitas atividades rurais eram sazonais. Umas estavam mais ligadas à subsistência e outras mais à comercialização (aquisição de bens não diretamente gerados pela unidade doméstica). A divisão de tarefas era disciplinada por normas costumeiras relativas ao sexo e à idade dos membros da família.³⁵² Uma vez na cidade, o migrante deparava-se com outros sistemas normatizadores que tentavam delimitar ainda mais os espaços de atuação de homens de um lado e de mulheres do outro. O objetivo deste capítulo é, investigando o universo das práticas sociais das mulheres, apontar as incongruências entre as normatizações e o vivido nas relações de gênero ocorridas em Macapá, entre 1944 e 1964. Ao perscrutarmos este universo, objetivamos também evidenciar o papel vital que as mulheres desempenhavam no interior da economia familiar. Neste atinente, uma primeira inferência que resulta do contato com a documentação é a seguinte: todos os membros (exceto as crianças muito pequenas) eram mobilizados para a criação dos meios de sobrevivência da família.

Pais de numerosa prole dividiam com ela o peso das fainas diárias. A maior parte dos sujeitos identificados nos processos judiciais que analisamos começou a trabalhar entre nove e doze anos de idade. Tal começo não era visto como precoce, mas como um imperativo dos riscos à sobrevivência familiar. O antropólogo estadunidense Charles Wagley, após investigar o cotidiano dos moradores da comunidade de Gurupá (chamada por ele de Itá), no final da década de 1940, comentou que “*essa teoria de que a criança não deve executar trabalhos braçais é puramente aristocrática*” e que “*a situação econômica instável da maioria dos habitantes de Itá, a instabilidade de suas relações conjugais, e a consequente desunião das famílias não*

³⁵¹ No *modelo caboclo* a produção de borracha era feita com base no trabalho de famílias que moravam na região amazônica havia décadas. Já no *modelo do apogeu* os seringueiros nordestinos recém-chegados trabalhavam isolados e se dedicavam exclusivamente à economia gomífera (OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a civilização brasileira*. Nº 11, 1979, p. 124). Segundo Cristina Scheibe Wolff, na região acreana do Alto Juruá (área onde predominou o *modelo do apogeu*), após a crise da borracha, ocorreu um aumento de importância dos grupos domésticos na economia de sobrevivência. Segundo a autora: “*a unidade de produção era muito mais a família ou grupo doméstico do que o seringal como um todo, e o patrão perdeu muito de seu poder organizativo da produção [...]*” (WOLFF, Cristina Scheibe. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta — Alto Juruá, Acre 1870-1945*. Tese de doutorado em História Social, defendida na USP, em 1998, p. 119).

³⁵² CASTRO, Fabio. Economia familiar cabocla na várzea do médio-baixo Amazonas. In: ADAMS, Cristina, MURRIETA, Rui e NEVES, Walter (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. Op. Cit. P. 176. Segundo Maria Angélica Motta-Maués, no povoado de Itapuá (na região paraense do Salgado), as mulheres eram absolutamente proibidas de participar da pesca. Isto fazia parte de um complexo de interdições relativas à natureza supostamente liminar do estado menstrual (MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Quando chega essa “visita”? In: D’INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda M. da (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 227-239).

proporcionam uma situação propícia à proteção da criança".³⁵³ Teixeira de Mello destacou que, nos interiores amazônicos, as crianças (em geral analfabetas) abraçavam *"a profissão paterna, empunhando, ainda adolescentes, a espingarda que abate a caça, o terçado que abre veredas, a 'faca' que corta a seringa ou o machado que derruba a mata"*.³⁵⁴

Imagem 10: Fotografia de meninos de uma comunidade interiorana amapaense, brincando e trabalhando (década de 1960).

O aprendizado dos trabalhos era um dos mais importantes legados que os pais pretendiam deixar para seus filhos, pois seria um instrumento fundamental para a subsistência, numa vida marcada pela insegurança estrutural.³⁵⁵ Não raramente, os trabalhos infantis eram estafantes. Por exemplo, Raimundo Pereira Picanço, aos doze anos, apanhava dez latas de açaí por dia.³⁵⁶ As meninas interioranas, além dos trabalhos nos roçados e na floresta, ajudavam as mães nos variados afazeres domésticos. Às vezes, carregavam outra criança cujo tamanho aproximava-se do seu. Em Macapá, os garotos pobres convertiam-se em pequenos vendedores, moleques de recado e aprendizes nos mais diversos ofícios — como o

bailiquense de 14 anos Izidoro Palmeirim, que trabalhara como aprendiz de sapateiro e fazendo pequenos carros na doca da Fortaleza.³⁵⁷ Muitos filhos contribuíam para o sustento da unidade doméstica até casarem-se (e alguns até depois disto).³⁵⁸ Em inquérito policial de 1953, Américo da Conceição depôs que seu filho Manoel da Conceição (solteiro de 22 anos) residia em sua companhia e era *"o braço direito do declarante no sustento da casa"*.³⁵⁹

Quando os ganhos obtidos não eram suficientes para o sustento da família, uma das possibilidades abertas aos pais era ceder os filhos para adoção. Wagley ressaltou: *"a frequência da adoção de crianças na região amazônica está diretamente ligada à pobreza e aos altos índices*

³⁵³ WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Editora Nacional, 1957, p. 247.

³⁵⁴ MELLO, Alcino Teixeira de. *Op. Cit.* P. 56.

³⁵⁵ Tal aprendizado era visto como algo tão ou mais importante do que aquilo que os estudantes aprendiam nas escolas (por exemplo, ver: LAMARÃO, Maria Luiza Nobre e MACIEL, Carlos Alberto Batista (org.). *Mulheres do Bengui: contando histórias de trabalho infantil doméstico*. Belém: Gráfica Alves, 2006, p. 100-101).

³⁵⁶ AFCM. Caixa 225, processo nº 1321SN, de 25 de novembro de 1957, fl. 12.

³⁵⁷ AFCM. Caixa 264, processo nº 1399SN, de 10 de maio de 1952, fl. 6.

³⁵⁸ Um caso: o comerciante estabelecido no Igarapé das Mulheres José Duarte da Costa asseverou à autoridade policial (em junho de 1953) que vivia mais no interior do que em Macapá e que, na sua ausência, os filhos tomavam de conta do comércio (AFCM. Caixa 281, processo nº 080, de 29 de julho de 1953, fl. 17).

³⁵⁹ AFCM. Caixa nº 281, processo nº 747, de 20 de março de 1953, fl. 18.

de mortalidade da população”. E ponderou: *“a vida humana é absolutamente incerta na Amazônia”*.³⁶⁰ A adoção ocorria, portanto, dentro de um consenso em torno da busca de melhores condições de vida para as crianças. Em junho de 1960, a professora Lucimar Alves (moradora da Favela) declarou à autoridade policial que, em maio de 1959, precisando de uma empregada, *“foi informada por uma de suas alunas que uma certa senhora, moradora às proximidades da Escola Doméstica, tinha uma filha que desejava empregar-se”* e que *“procurou então dita senhora e depôs [sic.] de expô-lhe a razão de sua visita, a mesma entregou à declarante a menor, não como empregada mas para que dela ficasse responsável pela sua instrução e criação”*. Maria Benedita Batista Ferreira dos Santos foi levada no mesmo dia pela professora Lucimar Alves e na casa desta *“passou a ser tratada como filha e a merecer toda a atenção e consideração da declarante e de seu espôso”*.³⁶¹

A cessão de um filho para a adoção era comumente uma medida extrema (evitada até o limite do possível). É o que nos sugere, por exemplo, o relato da moradora do Laguinho Josefa Lina Ramos: *“eu lavava pra fora, eu ia pra roça, eu fazia limpeza na casa de uma qualquer pessoa, porque eu não fiquei acomodada depois que o meu marido morreu, sofrendo com meus filhos. E não dava nenhum, pois eu não tinha coragem”*. Lina Ramos afirmou que pessoas compadecidas pediram seus filhos para adoção (professora Deusolina Farias e o *“compadre Inocêncio”*) e ressaltou: *“se a casa não fosse minha era capaz de dar [...] Mas eu digo: eu não dou nenhum”*.³⁶² Na leitura dos processos criminais percebemos que a opção pela cessão dos filhos estava muitas vezes associada à morte de um dos pais. A moradora de Conceição (no rio Piririm) Maria Madalena Dias tinha sete anos quando sua mãe faleceu (em 1940). E quando isto aconteceu, o pai dela entregou-a ao padrinho.³⁶³ Em 1946, a professora Oscarina Silva recebeu a menor de 10 anos e órfã de pai Maria Ludovina Quaresma da mãe desta, no povoado de Igarapé Miri (Pará). No ano seguinte, a menina mudou-se com a tutora para Macapá.³⁶⁴ Em geral, eram as famílias mais remediadas que se dispunham a adotar as crianças empobrecidas e órfãs. Por meio de um inquérito policial de fevereiro de 1952, ficamos sabendo que o mecânico residente na doca da Fortaleza Valdemar Ferreira da Silva viveu *“até os 11 anos com seus genitores, idade com a qual, após morrer sua mãe, foi entregue por seu pai a um major do exército, que o levou com sua família para o Rio de Janeiro, vivendo em companhia dos mesmos até aos 18 anos, quando verificou praça no exército, onde serviu durante 5 anos, vindo a seguir para o norte, encontrando-se vivendo neste Território desde o ano de 1944”*.³⁶⁵

³⁶⁰ WAGLEY, Charles. *Op. Cit.* P. 251.

³⁶¹ AFCM. Caixa 276, processo nº 1404, de 17 de dezembro de 1960, fl. 13.

³⁶² Entrevista realizada no dia 13 de fevereiro de 2008, por Sidney da Silva Lobato, com a Sra. Josefa Lina da Silva.

³⁶³ AFCM. Caixa 304, processo nº 283, de 22 de abril de 1949, fl. 4.

³⁶⁴ AFCM. Caixa 272, processo nº 647, de 17 de junho de 1952, fl. 5.

³⁶⁵ AFCM. Caixa 273, processo nº 608, de 13 de março de 1952, fl. 10 [grifo nosso].

No âmbito da geração dos meios para a sobrevivência familiar, as estratégias que envolviam uma ampla mobilidade espacial afiguravam-se, a primeira vista, como algo inexoravelmente destinado ao uso masculino. Às vezes o movimento migratório era feito apenas pelo pai e às vezes pela família inteira. Vejamos o caso de João Pernambuco, que, em 1924, foi morar na Ilha dos Porcos, onde (em 1929) se amasiou com Rosa, com quem se casou em 1937. Quando casaram já tinham seis filhos e depois vieram mais dois. Em depoimento dado na delegacia de Macapá, em março de 1945, João Pernambuco afirmou: que desde 1938, *“tem trabalhado, periodicamente, em Macapá, para onde se transportava sosinho [sic.], deixando a mulher e os filhos na Ilha dos Porcos; que esse serviço periódico consistia na faiscação de ouro, e, terminado, regressava à sua casa [...]”*. Em 1942, por dificuldades da vida, João Pernambuco foi com toda a sua família no vale do rio Araguari, para aí trabalhar no corte da seringueira. Mas, aí passou só um verão, pois o serviço não fora compensador. Transferiu-se *“mais para baixo, no verão seguinte”*. Em agosto de 1943, foi com sua família morar e extrair látex em *“Trapichinho”*, onde permaneceu até fevereiro de 1944. De fevereiro a julho deste ano ficou em Porto Grande, trabalhando num roçado que abriu em sociedade com o gerente comercial Gerino Porto, com quem passou a morar, juntamente com sua família.³⁶⁶

João Pernambuco e sua família combinavam a atividade agrícola com o extrativismo — a primeira no período chuvoso (o inverno amazônico, que ocorre no primeiro semestre do ano) e o segundo durante o estio (segundo semestre). Como mencionamos no primeiro capítulo, a combinação de várias atividades produtivas era algo comum na Amazônia. Vimos acima que João Pernambuco aventurava-se também no trabalho de garimpagem. Num inquérito policial de 1943, Miguel Antonio Martins apresentou-se como garimpeiro e seringueiro. Porém, na leitura dos autos, ficamos sabendo que, além disto, ele era lavrador.³⁶⁷ Em fevereiro de 1948, o morador de Soure³⁶⁸ Raimundo Vilas Novas afirmou diante do juiz da Comarca de Macapá: *“que como agricultor que é, o interrogado no espaço que medeia entre a plantação e a colheita, aproveita-a para trabalhar como embarcado”*.³⁶⁹ Os trabalhadores interioranos igualmente podiam se dedicar temporariamente aos serviços de vaqueiro e de zelador de fazenda, como o lavrador Genaro Brazão da Silva fazia em 1944.³⁷⁰ O aproveitamento das possibilidades econômicas em áreas agricultáveis,

³⁶⁶ AFCM. Caixa 281, processo n° 046, de 13 de abril de 1945, fls. 7 e 10.

³⁶⁷ AFCM. Caixa 224, processo n° 1474SN, de 03 de março de 1943.

³⁶⁸ Pequena cidade do arquipélago do Marajó.

³⁶⁹ AFCM. Caixa 243, processo n° 172, de 24 de fevereiro de 1948, fl. 28.

³⁷⁰ AFCM. Caixa 227, processo n° 071, de 03 de janeiro de 1946, fls. 2-36.

de seringais, de veios auríferos, de fazendas, de caça e pesca³⁷¹ implicava num esforço de deslocamento e de adaptação a situações muito diferentes.

Rápidas idas à cidade também compunham este rol da movimentação masculina, visando a sobrevivência familiar. Muitos trabalhadores das ilhas da área da foz do Amazonas e dos povoados rurais do Amapá vinham periodicamente a Macapá para aí vender o produto de seus trabalhos. O *Relatório* do delegado Oswaldo Viana, apresentado num inquérito de março de 1952, nos traz as seguintes considerações relativas a este tema: os indiciados “*são dêsses muitos cabôclos amazonenses que, no trabalho das lavouras rotineiras e desprotegidas ou na extração desorientada do latex das seringueiras nativas, na procura das semestes oleaginosas e etc., nas terras baixas, às margens dos rios ou nos escondidos dos igarapés, vão, com o produto do muito pouco que lhes proporcionaram essas atividades, vivendo eternos párias da malfadada Planície Amazônica*”. E no parágrafo seguinte: “*desamparados de tudo — pois que só agora ouvimos falar em assistência ao homem amazônico como ao trabalhador do Nordeste — e a téze continua em debate, sem conclusões nem realidade — o alcool, ou melhor, a cachaça é o derivativo dos seus prazeres, digamos, sua alegria, e esta, via de regra, esta consubstanciada na viagem em igarité (reboque entre nós), do sítio da produção ao mercado consumidor, onde, então, os parcos apurados das suas vendas, são aplicados na aquisição daquela bebida [...]*”.³⁷² O crescimento da capital amapaense (e de sua praça comercial) concorreu para que esta cidade cada vez mais polarizasse os fluxos comerciais de vilas e povoados próximos.

A venda da produção da unidade doméstica era uma atividade predominantemente masculina. Vejamos alguns exemplos. Expedito da Silva Brito (lavrador da ilha de Caviana) depôs em inquérito de 1952: “*que, de vez em quando o declarante vem a esta cidade [de Macapá], vender produtos de sua lavoura*”, como fizera no final de outubro do referido ano.³⁷³ Em agosto de 1952, o afuaense Venancio de Sousa afirmara diante da autoridade policial que viera com seu irmão de Afuá, no reboque “*Riso do mar*”, que aportou na Doca da Fortaleza, “*trazendo umas frutas para vender e com o produto comprar umas mercadorias*”. O depoente esclareceu ainda que pela manhã de sua chegada já havia negociado todas as frutas que trouxera e apurara 120 cruzeiros.³⁷⁴ E o lavrador de Santo Antonio da Pedreira (no vale do

³⁷¹ O lavrador bailiquense apelidado de “*Casemiro*”, em fevereiro de 1947, declarou ao juiz de Macapá que, em julho de 1948, se retirara para o igarapé “*Uruá*”, onde residia seu vizinho Osorio Gomes, em cuja casa ficara por oito dias pescando “*afim [sic] de prover a subsistência de sua família e de onde remetia o peixe para a mesma no lugar ‘Apuiçal’*” (AFCM. Caixa 243, processo nº 258, de 12 de fevereiro de 1949, fl. 48). Em junho de 1955, Raimundo Nunes esclareceu ao comissário da vila de Ferreira Gomes que usara dinamite numa pesca feita no Igarapé do Campo porque havia dias que não encontrava “*nada para comer com sua família*” e infrutíferas haviam sido as pescas com tarrafa e caniço (AFCM. Caixa 286, processo nº 1158, de 15 de fevereiro de 1955, fl. 8).

³⁷² AFCM. Caixa 272, processo nº 668, de 18 de julho de 1952, fl. 34 (grifos do original).

³⁷³ AFCM. Caixa 273, processo nº 987, de 31 de outubro de 1952, fl. 16.

³⁷⁴ AFCM. Caixa 273, processo nº 691, de 03 de setembro de 1952, fl. 6.

rio amapaense com o mesmo nome) Lourenço Araújo afirmou em declaração para inquérito policial que, em março de 1960, precisara viajar até Macapá para — além de “*trazer seu filho que estava doente*” — “*tratar de negócios de seu interesse*”.³⁷⁵ A demarcação da comercialização dos frutos do trabalho da família como uma atividade de homens reforçava o controle masculino sobre a receita familiar.³⁷⁶ Mas, como veremos adiante, isto era amiúde objeto de negociações e conflitos.³⁷⁷

A caracterização das unidades domésticas como “*aqueles que dividem o mesmo teto ou comem da mesma panela*” é problemática porque negligencia aqueles que, mesmo ausentes, estão comprometidos com a sobrevivência familiar.³⁷⁸ Por outro lado, classificar rigidamente as mulheres como seres aprisionados no espaço doméstico — atribuindo somente aos homens as atividades ligadas à mobilidade espacial — é algo que se choca com numerosas evidências. Não poucas mulheres migraram de pequenas cidades e povoados da Amazônia Oriental para Macapá, a fim de se empregarem como domésticas e poderem ajudar suas famílias. A mãe de Terezinha Braga Martel (de 15 anos) esteve residindo na capital do Amapá em 1948. Daí se retirou (retornando) para o Gurupá no mês de maio de 1948, deixando sua referida filha, como serviçal na residência de James Lionel Burnett.³⁷⁹ Maria de Jesus Padilha viera com o amásio para Macapá (em 1952) e aí começou a trabalhar como doméstica na casa da professora Elza Cunha. Padilha mantinha correspondência regular com a mãe, que ficara em Cametá. Numa carta de junho de 1953, a genitora de Padilha confirma: “*arrecibi o dinheiro que mandaste*” (duzentos cruzeiros).³⁸⁰ Já a doméstica Guilhermina Macedo da Cruz (brevense de 38 anos) declarou durante um inquérito policial ocorrido em junho de 1964: que vivia maritalmente com Esmeraldo Cruz, com o qual tivera 8 filhos. Guilhermina Macedo da Cruz declarou também: que suas filhas Emiliana (de 18 anos) e Rosana (de 15 anos) viviam em casas de família como serviçais, “*para que*

³⁷⁵ AFCM. Caixa 238, processo nº 1400, de 24 de agosto de 1960, fl. 5.

³⁷⁶ A partir de suas observações na cidade de Gurupá do final da década de 1940, Charles Wagley afirmou: “*nas casas de uma única família o pai é, teoricamente, o chefe absoluto [...]. Só ele deverá se preocupar com as finanças da família, e a ele compete fazer todas as compras, mesmo as de gêneros alimentícios de necessidade diária*” (WAGLEY, Charles. *Op. Cit.* P. 225).

³⁷⁷ A antropóloga Andréa Siqueira em estudo sobre comunidades estuarinas do estuário amazônico (realizado na década de 1990), observou que “*as mulheres, apesar de trabalharem em diversas atividades produtivas e serem responsáveis pelos afazeres domésticos diários, têm menor participação nas transações econômicas e controle sobre o uso da receita familiar [...]. No entanto, existe uma variedade de arranjos possíveis e longe de ser homogêneo e constante, o papel das mulheres e seu poder de barganha domiciliar variam no tempo e entre unidades domésticas*” (SIQUEIRA, Andréa D. Mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico. In: ADAMS, Cristina, MURRIETA, Rui e NEVES, Walter (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo Annablume, 2006, p. 267).

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 262.

³⁷⁹ AFCM. Caixa 299, processo nº 278^a, de 02 de março de 1949, fl. 4.

³⁸⁰ AFCM. Caixa 281, processo nº 1030SN, de 05 de julho de 1953, fls. 6 e 10.

*assim possam ajudar seus responsáveis na manutenção da casa, visto que o amázo da depoente está tuberculoso e dessa forma impossibilitado de arcar com a responsabilidade de sua família”.*³⁸¹

O crescimento do número de funcionários públicos solteiros e de funcionárias públicas (enfermeiras, professoras e outras) que passavam boa parte do dia no trabalho externo ao lar criou uma grande demanda de empregadas domésticas em Macapá, nos anos aqui estudados. Em geral, elas tinham entre 15 e 18 anos e moravam com seus patrões. Algumas domésticas, em pouco tempo, trabalharam em várias casas. O que se explica em parte pela precariedade da vinculação ao trabalho e em parte pela gama de oportunidades existentes. Maria Creuza Lucas Pena, por exemplo, em 1957 começou a trabalhar como doméstica na casa de Abdias Bezerra Filho, onde permaneceu durante 6 meses. Depois de ficar 3 meses desempregada, foi trabalhar para Severino Gomes de Almeida (conhecido como “*Pernambuco*”), emprego que durou 3 meses (época em que tinha 16). Então Maria Creuza saiu da casa de “*Pernambuco*” e voltou à casa de sua genitora. Passados uns dois meses, empregou-se na casa do casal Jorge e Estelita Batista, onde ficou de 1960 até 1961. Daí foi trabalhar na casa do “*Dr. Viana*”, em Porto de Santana — o que durou 6 meses. Após isto, ela voltou à casa de Jorge Batista e, decorridos 8 meses, foi para a casa de sua tia Adelaide, no bairro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Por fim, foi trabalhar no “*Bicampeão bar*” (na Avenida Coaracy Nunes, na doca da Fortaleza).³⁸²

Antes de virem para Macapá, quase todas estas empregadas domésticas eram lavradoras e extrativistas. Em certas ocasiões, as mulheres adultas podiam assumir a responsabilidade total sobre o trabalho nas roças. Assim, Leonida Pereira — que era casada no religioso com Aurino (com o qual tivera 4 filhos) — notara que seu esposo sofria de um mal “*que lhe dava quasi as aparências de um morto, ficando seus membros retesados sob o acesso*”. Por isso, ela o acompanhava quase sempre no trabalho e, em julho de 1949, fora até a localidade de Bacabal fabricar farinha na companhia de sua filha menor, deixando suas outras filhas na companhia de Aurino, que, por sua vez, foi limpar um trecho do terreno do senhor Augusto Gomes da Costa, para aí construir uma barraca.³⁸³ Como ressaltamos acima, no *seringal caboclo* a unidade familiar inteira dedicava-se tanto à agricultura quanto aos extrativismos. Com bases nas observações que fez em Gurupá, Wagley destacou: “*a roçagem do terreno, a queimada e a coivara são trabalhos dos homens; mas as mulheres ajudam os maridos na*

³⁸¹ AFCM. Caixa 270, processo nº 1574, de 27 de agosto de 1964, fl. 4. Outros exemplos de casos de migrantes domésticas são: AFCM. Caixa 227, processo nº 123, de 28 de janeiro de 1947; AFCM. Caixa 299, processo nº 348, de 22 de setembro de 1949, fl. 18; AFCM. Caixa 272, processo nº 661, de 05 de julho de 1952, fl. 11;

³⁸² AFCM. Caixa 279, processo nº 1562, de 20 de julho de 1964, fl. 10.

³⁸³ AFCM. Caixa 299, inquérito policial nº 927SN, de 25 de agosto de 1949, fls. 9-10.

plantação e, algumas vezes, na remoção de ervas daninhas, bem como na colheita da mandioca e na fabricação da farinha”.³⁸⁴

No tocante ao trabalho feminino nos seringais, a antropóloga Lígia Simonian argumenta: *“a ideologia, especificamente a ideia de que a extração da borracha é um trabalho masculino por ser um trabalho pesado e perigoso, parece ter desempenhado um papel importante na persistência do silêncio sobre a existência de mulheres seringueiras”*. A respeito do período que mais diretamente nos interessa, a autora afirma: *“mas por ocasião do boom da borracha em meados dos anos de 1940, a presença de mulheres nos seringais passou a ser notada com mais frequência [...] Foi ainda durante esse boom produtivo, que muitas famílias do baixo Amazonas foram levadas para o sul do Amapá, quando mulheres e meninas com experiência no corte de seringa seguiram juntas e ali passaram a trabalhar nos seringais”*.³⁸⁵ Além da extração do látex, as mulheres realizavam a coleta de vários outros produtos florestais. Um lavrador do rio Pedreira representou contra Vital, afirmando que este desvirginara sua filha e que *“o fato se verificou no mato, quando ela, ofendida juntava carços”*.³⁸⁶

Imagem 11: Fotografia de uma das lavadeiras do Igarapé das Mulheres, na década de 1970.

Portanto, nas áreas afastadas dos centros urbanos, as mulheres executavam trabalhos fundamentais para a sobrevivência familiar. Uma vez em cidades como Macapá, era no setor de serviços que elas mais estavam presentes. Segundo o censo de 1950, das 1.013 pessoas que no Amapá trabalhavam na *“prestação de serviço”*, 598 eram mulheres.³⁸⁷

Em 1960, trabalhavam neste setor 1.209 homens e 1066 mulheres.³⁸⁸ Conforme destacamos antes, muitas mulheres migrantes

empregaram-se como domésticas. Muitas outras passaram a ajudar no sustento da família através da lavagem de roupas para outrem.³⁸⁹ Uma destas lavadeiras era Odete Maciel (paraense de 21 anos). Em inquérito de abril de 1952, ela declarou: *“que, ocupa[va] a cosinha de uma casa situada no bairro do Trem, de propriedade de Ocimar Marialves de Melo”* e que *“paga[va]*

³⁸⁴ WAGLEY, Charles. *Op. Cit.* P. 107

³⁸⁵ SIMONIAN, Lígia T. L. *Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA/ NAEA, 2001, p. 71-72, 86.

³⁸⁶ AFCM. Caixa 243, processo nº 125, de 22 de março de 1948, fl. 6.

³⁸⁷ IBGE. Brasil. *Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955, p. 13.

³⁸⁸ IBGE. Brasil. *Recenseamento geral de 1960: Rondônia — Roraima — Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968, p. 172.

³⁸⁹ Segundo o IBGE, em 1960, no Território Federal do Amapá, 635 mulheres (e apenas 70 homens) trabalhavam no ramo do serviço doméstico remunerado e 395 mulheres (e nenhum homem) trabalhavam como lavadeiras e engomadeiras (*ibidem*, p. 159, 170).

de aluguel ao referido Ocimar, cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) mensais". Odete Maciel informou ainda que residia na companhia de três filhos seus, *"todos menores, o mais velho com cinco anos e o último de seis meses de idade"*, e que se encontrava devendo dois meses de aluguel do referido cômodo. Isto porque estava aguardando receber os pagamentos da lavagem de roupa dos diversos fregueses que possuía.³⁹⁰ As lavagens de roupa possibilitavam a uma mulher com vários filhos pequenos (como Odete Maciel) não abdicar da educação deles.

O caso de Odete Maciel também indica a existência em Macapá de várias configurações familiares. Seria um grave equívoco imaginar a existência de apenas um arranjo familiar. Muitos eram os casos de famílias monoparentais. Outro grande erro seria imaginar que o espaço de convívio familiar excluía qualquer possibilidade de tensão, em prol da busca solidária da sobrevivência. Várias formas de conflito surgiam no interior das unidades domésticas e neste estudo apontaremos apenas algumas delas. Os conflitos podiam ocorrer em torno do controle da renda familiar. É o que demonstra algo que ocorreu com Maria dos Santos (paraense de 25 anos), que disse — em depoimento prestado diante do delegado Antonio Melo — que quando estava jantando, seu amásio Aurélio ficou chateado por causa do dinheiro que suas filhas lhe tinham pedido e dirigiu-se *"à depoente alegando que esta não havia lhe entregado todo o dinheiro que apurara na venda de 'TACACÁ'"*. Maria dos Santos respondeu que ela lhe entregara todo o dinheiro. Neste momento, Aurélio lhe dera um murro e a engasgou. Com muito esforço ela escapou... Mas foi, em seguida, atingida no braço com uma faca.³⁹¹

O abandono do cônjuge era uma alternativa que estava no horizonte das mulheres violentadas e, por isso, insatisfeitas. Em fevereiro de 1946, ouvida na delegacia de Macapá, Guiomar disse que nunca viveu em harmonia com seu amásio Joaquim, devido este ter vício de embriaguez, e que por isto duas vezes o abandonara. No dia anterior a tal depoimento, a declarante foi interpelada pelo acusado se iria mesmo abandoná-lo, ao que respondeu afirmativamente, por causa dos maus tratos que sofria. Joaquim então reagiu aplicando-lhe bofetadas.³⁹² Em fevereiro de 1952, a empregada doméstica Cezarina Silva (paraense de 20 anos e residente na doca da Fortaleza) depôs em inquérito que a partir de certo tempo passara a brigar com seu amásio por causa dos ciúmes dele e que havia dois meses resolvera deixá-lo, *"indo empregar-se em casa do doutor Promotor Público desta Comarca"*.³⁹³ Outro exemplo é o de Maria Moraes (paraense de 18 anos e residente no Lagunho) que, em março de 1953, era casada havia 4 anos. Ela depôs que havia 2 anos que seu esposo a

³⁹⁰ AFCM. Caixa 275, processo nº 649, de 18 de junho de 1952, fl. 7.

³⁹¹ AFCM. Caixa 224, processo nº 105ª, de 24 de agosto de 1946, fls. 9-10.

³⁹² AFCM. Caixa 227, processo nº 79, de 16 de abril de 1946, fls. 7-9.

³⁹³ AFCM. Caixa 273, processo nº 273, de 13 de março de 1952, fl. 11.

maltratava, chegando a espancá-la duas vezes (ambas motivadas pelo fato de a depoente ter chamado a atenção do agressor por este ter chegado em casa “*em horas fora de costume*”). Na segunda vez, Maria Morais enviara uma carta a seu pai, na qual relatava o que vinha sofrendo, “*solicitando providencias para voltar ao convívio paterno*”. Ela observou que desde o último espancamento vinha sendo bem tratada, mas atribuía isto ao fato de seu esposo ter tido conhecimento que ela havia escrito ao pai.³⁹⁴

Sobressai nestes casos a atitude insubmissa da mulher diante do marido (ou amásio). Algo que contrasta — como evidenciaremos adiante — com o que era apregoadado no discurso hegemônico do pós-1944. Quando os companheiros, ao invés de concorrer para a subsistência da família, se tornavam um peso para esta, várias mulheres não hesitavam em abandoná-los. Em abril de 1953, Mercedes Lima (estudante paraense de 13 anos) declarou à Polícia que sua mãe abandonara o lar. Esclareceu “*que, o genitor da declarante não entrava com o suficiente para o sustento da casa, razão [sic.] porque sua mãe trabalhava fora e finalmente resolveu abandoná-lo*”. A mãe de Mercedes (paraense de 32 anos e residente no Trem) declarou que deixara suas filhas na companhia de uma senhora com quem ela residia havia algum tempo e que o motivo disto era o fato de “*seu esposo não corresponder com o necessário para a manutenção da casa, dizendo mais que, se tem alguma coisa era porque trabalhava e quem praticamente sustentava a casa era ela declarante, não sabendo dizer onde seu esposo metia o dinheiro que ganhava*”.³⁹⁵ Em agosto de 1953, a agricultora cearense de 49 anos Maria Viana (residente no km 6 da rodovia Macapá-Fazendinha) representou contra Raimundo Geroncio, e afirmou que não mais pretendia viver com ele, entre outras coisas, “*por ser pessoa de mau procedimento, vadio e dando-se ao vício de embriaguês e quando está neste estado ameaça a representante bem como suas filhas, de morte*”. O vizinho Simplício dos Santos acrescentou que Geroncio era preguiçoso, apesar de ter “*uma mulher trabalhadora e que muito procura ajuda-lo; que até uma única roça que tem é trabalho de dona Maria com as filhas*”.³⁹⁶

O abandono dos amásios era um modo das mulheres afirmarem seu protagonismo numa cidade que, ao mesmo tempo, lhes atribuía um papel dependente e desafiava cotidianamente sua sobrevivência. Mesmo sem romper o vínculo com os companheiros, as mulheres não raramente assumiam a chefia do núcleo familiar. Era o que poderia ocorrer quando o cônjuge adoecia. Mais comum (devido a citada mobilidade masculina) era o caso de mulheres que administravam a casa e os negócios da família durante as longas viagens

³⁹⁴ AFCM. Caixa 276, processo nº 763, de 04 de maio de 1953, fl. 5. Ver também: AFCM. Caixa 255, processo nº 1249, de 24 de outubro de 1957, fl. 3.

³⁹⁵ AFCM. Caixa 276, processo nº 781, de 27 de maio de 1953, fls. 7-8.

³⁹⁶ AFCM. Caixa 276, processo nº 812, de 01 de agosto de 1953, fls. 4 e 28. Outro exemplo de abandono com esta motivação nós encontramos em: AFCM. Caixa 210, processo nº 599, de 25 de fevereiro de 1952, fl. 5.

dos maridos. Assim, em outubro de 1952, Sebastiana Pantoja (paraense de 25 anos e residente na vila de Porto Grande) estava tomando de conta de uma casa comercial que pertencia a seu esposo José Pantoja, que estava ausente.³⁹⁷ Outra situação em que as mulheres passavam a gerenciar a unidade doméstica era a morte de seus companheiros.³⁹⁸ A variedade de situações criadas no âmbito do enfrentamento da insegurança estrutural não autoriza a generalização do absoluto domínio masculino na unidade doméstica. Pelo contrário, são numerosas as evidências de que as mulheres comumente assumiam o protagonismo no sustento e na definição dos destinos das suas famílias. E mesmo quando se achavam numa posição subalterna, esta não era vivida na condição de simples dependente, mas de colaboradora assídua.

Além de exercerem atividades que traziam baixíssima remuneração — quando eram domésticas, lavadeiras, carvoeiras, costureiras, comerciárias, etc. — algumas mulheres conseguiam ascender socialmente, seja através do ingresso no funcionalismo público (principalmente como enfermeiras e professoras), seja através de investimentos em pequenos negócios. Já fizemos referência à Dona Nené, que administrava uma pensão.³⁹⁹ A meretriz Ercília Maria (paraense de 27 anos) afirmou, num inquérito de setembro de 1953, que não residia na pensão de “*mundanas*” que ficava atrás do banheiro público da Rua Feliciano Coelho, “*muito embora seja sua proprietária*”. Ercília Maria — que morava na beira do igarapé da Fortaleza, com seus cinco filhos — acrescentou que, estando de resguardo, não ia à pensão diariamente, “*só fazendo quando precisa de dinheiro para sua despesa*”, e que, na sua ausência, cada uma das prostitutas tomava conta de seu quarto e despesas.⁴⁰⁰ Joaquina Menezes de Oliveira (de 34 anos, residente na Rua General Gurjão s/n) fornecia refeições a diversos rapazes que trabalhavam no Palácio do Governo, cobrando de cada um o valor mensal de Cr\$ 1.300,00.⁴⁰¹ Através de outro processo judicial tomamos conhecimento que a esposa do guarda territorial Onésimo Mendes (paraense de 33 anos e residente no Laguinho) era sócia de Eneas Pacheco no bar “*Pina*”, onde também eram servidas refeições a trabalhadores.⁴⁰²

As trabalhadoras apresentadas nas linhas acima e tantas outras que existiram na Macapá de outrora se deparavam com o discurso que asseverava que elas estavam fora do lugar certo. Na década de 1940, o Estado Novo orquestrou uma série de ações com o

³⁹⁷ AFCM. Caixa 262, processo n° 719, de 23 de dezembro de 1952, fl. 3. Ver também: AFCM. Caixa 275, processo n° 687, de 22 de agosto de 1952.

³⁹⁸ AFCM. Caixa 224, processo n° 103, de 24 de agosto de 1946.

³⁹⁹ AFCM. Caixa 227, processo n° 100, de 04 de julho de 1946, fls. 9 e 29.

⁴⁰⁰ AFCM. Caixa 276, processo n° 862, de 16 de dezembro de 1953, fl. 28.

⁴⁰¹ AFCM. Caixa 255, processo n° 1247, de 10 de outubro de 1957, fls. 4 e 15.

⁴⁰² AFCM. Caixa 279, processo n° 1367, de 18 de janeiro de 1960, fl. 10.

intuito de promover a efetivação de um padrão familiar tido como ideal. No ano de 1940, foi criado o primeiro programa estatal de proteção à maternidade, à infância e à adolescência.⁴⁰³ Este programa fora levado a cabo pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr) — órgão do Ministério da Educação e Saúde, que fomentou a criação de postos de puericultura em todo o Brasil. Em tais postos, as mães podiam receber orientações médicas, da gravidez até que a criança iniciasse a fase escolar. Em 1942 foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que estava destinada a prestar vários tipos de assistência aos empobrecidos. Por meio destas instituições, o governo federal difundia a ideia de que a mulher que trabalhasse fora de casa deixava seu lar instável e seus filhos ficavam vulneráveis a influências moralmente nocivas. Criticavam-se as trabalhadoras que deixavam sua prole com vizinhos ou sob a responsabilidade do filho mais velho.⁴⁰⁴

O modelo ideal de família era aquele no qual: o marido trabalhava fora e era o chefe; a esposa-mãe exclusivamente dedicava-se a cuidar da casa e dos filhos; e estes permaneciam na escola até que estivessem prontos para trabalhar.⁴⁰⁵ No Amapá, o primeiro governo territorial abraçou as diretrizes emanadas do DNCr. Em 18 de agosto de 1944, foi instalada a Comissão Territorial da LBA.⁴⁰⁶ Em Macapá e nas demais sedes municipais, a Legião distribuía latas de leite, pacotes com vários gêneros alimentícios, enxovais para gestantes e recém-nascidos, mosquiteiros, redes, bem como remédios.⁴⁰⁷ Vinculado à LBA, o Posto de Puericultura Iracema Carvão Nunes foi inaugurado em outubro de 1945 com a finalidade de oferecer às mães um conjunto de meios para a formação física, mental e moral da criança. O propósito principal deste Posto era reduzir a mortalidade infantil através de uma ruptura com os “*processos rotineiros*”, que incluíam a atuação de parteiras e amas de leite.⁴⁰⁸ Para tanto, este órgão governamental contava com: consultório de higiene pré-natal, consultório pós-natal, consultório de higiene infantil, consultório de imunizações, lactário e cantina maternal (que oferecia sopas e merendas às gestantes e nutrízes).⁴⁰⁹

Anualmente, o governo territorial realizava a Semana da Criança. Era a ocasião em que noções relativas à proteção da criança frente às ameaças de influências nocivas eram

⁴⁰³ O modelo dominante na República Velha fora o de instituições particulares, subsidiadas pelo Estado, voltadas para o apoio a mães e crianças pobres.

⁴⁰⁴ PEREIRA, Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 19, n° 38, 1999, p. 181-182.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 180.

⁴⁰⁶ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. Cit. P. 138-139.

⁴⁰⁷ Legião Brasileira de Assistência. *Amapá*. N° 124, de 26 de julho de 1947, p. 2; e O Amapá, um dos vanguardistas da proteção à maternidade e à infância. *Amapá*. N° 202, de 25 de janeiro de 1949, p. 10.

⁴⁰⁸ Inaugurado o Posto de Puericultura “Iracema Carvão Nunes”. *Amapá*. N° 29, de 06 de outubro de 1945, p. 1.

⁴⁰⁹ Posto de Puericultura “Iracema Carvão Nunes”. *Amapá*. N° 339, de 13 de setembro de 1951, p. 7.

difundidas, por meio de palestras e concursos.⁴¹⁰ A ideia de que a criança era um ser puro que deveria ser preservado do contágio dos males sociais vinha ganhando força no Brasil desde o final do século XIX.⁴¹¹ A família (idealizada) deveria ser um núcleo protetivo para a criança. Em maio de 1948, o jornal Amapá publicou um texto intitulado “A família”. Nele, afirmava-se que a criança não poderia simplesmente crescer entre outras crianças, pois “*é necessário, antes de tudo, [um] ambiente apropriado para o seu desenvolvimento e esse ambiente, onde a criança deve crescer e se formar é a família*”. E adiante: “*os pais vêm que agora, como no seu tempo de garotos, os filhos tem [sic.] o mesmo direito a um lar, à criação e educação que os pais devem dar*”.⁴¹² O modelo de família aqui estandardizado (protetiva e que direcionava os filhos unicamente para os estudos escolares) chocava-se com as necessidades reais das famílias da classe trabalhadora, que em muitos casos não podiam abrir mão do trabalho dos menores.

A Igreja Católica defendia um modelo de família que coincidia com o do governo. À mãe cabia integralmente a educação dos filhos. Aquilo que era dito nos púlpitos das igrejas, podemos ler nas páginas do jornal *A voz católica*, como este trecho de um artigo de fevereiro de 1960: “*é no aconchego do lar, no regaço da mãe que se apreende a honestidade, o temor de Deus, o respeito de seu semelhante, o amor ao dever [...]*”.⁴¹³ Os textos deste periódico davam grande ênfase à quase exclusiva responsabilidade das mães em relação à boa educação da prole.⁴¹⁴ Dirigindo-se às “*queridas mães*”, o articulista do semanário *A voz católica* ressaltava: aos vossos filhos “*vós deveis ensinar-lhes o respeito, a veneração, a discreção [sic.], corrigindo oportunamente e dando bom exemplo*”.⁴¹⁵ Pensavam os membros do clero macapaense que, com tamanha responsabilidade, a mulher não deveria cogitar trabalhar fora de casa. Ela deveria

⁴¹⁰ “Formação de hábitos sadios na infância”: vai ser condignamente comemorada nesta capital a Semana da Criança — o programa dos festejos. *Amapá*. Nº 342, de 06 de outubro de 1951, p. 1.

⁴¹¹ Nas principais províncias do Império a urbanização não derivou da industrialização. As cidades oitocentistas brasileiras cresceram devido a atividades ligadas à administração pública e ao comércio de exportação (em áreas portuárias). Moleques de recados, vendedores ambulantes, criados e aprendizes eram pequenos agentes da luta cotidiana que tomava conta das ruas das cidades. Durante o século XIX, as vias públicas foram caracterizadas como espaço de sujeira e desordem, por políticos, médicos e professores. Reclamava-se uma ação do Estado no sentido de retirar crianças e jovens das ruas, a fim de prevenir sua degradação física e moral. Na virada do século XIX para o XX, a identidade da criança e do adolescente foi construída a partir da incorporação do idílico e do sagrado. Permeada por sentimentos como o amor, a ternura e a alegria, a imagem da criança era associada ao caráter “*angelical*”. Mas, segundo discursos científicos e políticos, a criança não estava imune ao “*contágio*” da delinquência e do crime. Vivendo fora de casa, o “*menor*” era frequentemente qualificado como: incorrigível, pervertido e gatuno. A este respeito ver: SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Humanitas, vol. 19, n. 37, 1999, p. 59-84; MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Humanitas, vol. 19, n. 37, 1999, p. 85-102; e MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

⁴¹² A família [transcrito do livro *Viver*, de Sandra Martins Cavalcante]. *Amapá*. Nº 167, de 22 de maio de 1948, p. 2.

⁴¹³ Mãe e filhos... *A voz católica*. Nº 16, de 14 de fevereiro de 1960, p. 4.

⁴¹⁴ S.O.S.!... *A voz católica*. Nº 202, de 08 de setembro de 1963, p. 2.

⁴¹⁵ Mãe e educadora. *A voz católica*. Nº 18, de 28 de fevereiro de 1960, p. 4.

estar liberada para se dedicar com o afinho necessário à sagrada missão de formar os futuros homens de bem. Para tanto, os pais deveriam assumir sozinhos o fardo labutar para adquirir os provimentos necessários ao lar.

Quando os articulistas do periódico da então Prelazia de Macapá dirigiam-se aos pais, os temas eram sempre relativos aos papéis para eles idealizados. Num dos números de março de 1960 lemos: *“o pai deve ser econômico, pois ele é responsável pelo futuro da família, que se pode prover só com um vivo senso de economia”*.⁴¹⁶ Absolutamente dependente do homem para a sua sobrevivência, a mulher assim representada deveria ser obediente e resignada na sua relação matrimonial. Neste sentido, um articulista exortava: *“a mulher, casando-se, deve obedecer ao marido. As chamadas moças modernas, com idéias erradas acerca da independência e emancipação, não casem, porque isso seria para a sua derrota, a infelicidade da família, a desgraça da sociedade”*.⁴¹⁷ A mulher que trabalhava fora do lar era apresentada pelo articulista José Benevides como um ser que se desviava dos desígnios divinos: *“desde que a mulher foi expulsa do santuário sagrado do lar e atirada na rua e na miragem aliciadora do emprego por essa carcomida civilização do século XX, começou a fugir-lhe a noção de sua verdadeira missão”*.⁴¹⁸ Para manter-se fiel a sua vocação de mãe e esposa, a mulher deveria abrir mão do espaço público (masculinizante).⁴¹⁹ Para Benevides, o apagamento das rígidas fronteiras que demarcavam os territórios do homem e da mulher — supostamente fruto da avalanche demolidora da *“carcomida civilização”* — deveria ser combatido pela recristianização da família.

Governo territorial e clero local uniram-se em torno de ações cuja finalidade era fomentar a adoção pelos moradores e moradoras de Macapá do modelo acima descrito. Em agosto de 1951, o governo instalou a Escola Doméstica de Macapá⁴²⁰, que desde então foi dirigida pelas freiras da Ordem das Irmãs da Caridade das Santas Capitânea e Gerosa, de Milão — Ordem que também era conhecida pelo nome de Irmãs de Nossa Senhora

⁴¹⁶ Pai... Homem econômico. *A voz católica*. Nº 22, de 27 de março de 1960, p. 4.

⁴¹⁷ Queres casar? Prepara-te. *A voz católica*. Nº 19, de 06 de março de 1960, p. 4. Ver também: BENEVIDES, José. Recristianização da família. *A voz católica*. Nº 44, de 28 de setembro de 1960, p. 4.

⁴¹⁸ BENEVIDES, José. Feminismo exagerado. *A voz católica*. Nº 43, de 21 de setembro de 1960, p. 4.

⁴¹⁹ A articulista Sheila Faria, em um artigo intitulado “A esposa e a alegria do lar”, deixa claro qual é o espaço ideal da mulher, na concepção de *“família cristã”*. Faria adverte: *“outra coisa que nos parece bem importante é o sorriso da esposa, à volta do marido. De quantas gentilezas, de quantas atenções ele se vê cercado fora de casa! Mas se ao voltar encontrar sua esposa sorridente esquecerá todas e achará sua mulher a melhor criatura do mundo”* (FARIA, Sheila. A esposa e a alegria do lar. *A voz católica*. Nº 84, de 04 de junho de 1961, p. 2). Neste campo semântico, à esposa cabia o papel de cultivar a alegria do lar, porque este deveria ser seu restrito espaço de movimentação. Em 13 de setembro de 1957, o jornal *Amapá* publicou uma entrevista feita por Mario Villa com a contabilista da Academia Fluminense de Comércio de Niterói Mairy Muniz. Nela, lemos o seguinte: *“casamento e trabalho — sentença ela — não se conciliam. A mulher que constitui lar deve viver exclusivamente para o lar. Trabalhando fora não pode dar ao mesmo tempo a assistência de que o lar necessita”*. Aprovando estas palavras (assim como o restante da entrevista), Villa arrematou: *“beije-lhe a pequenina mão e retirei-me confortado por saber que no Brasil nem tudo está perdido”* (Como pensa a mulher moderna sobre o matrimônio. *Amapá*. Nº 865, de 13 de setembro de 1957, p. 8).

⁴²⁰ Havia, também, uma escola de prendas no município de Mazagão.

Menina.⁴²¹ A Escola Doméstica atendia alunas em regime de internato (sobretudo “órfãos desamparados” do interior do Território) e de externato (“quantas senhoras e senhoritas que desejam aprender um curso doméstico”).⁴²² No título de um artigo de janeiro de 1952, o jornal *Amapá* evidenciou o objetivo deste educandário: “Escola Doméstica de Macapá: aprimorando a mulher amapaense para a nobre direção do lar”. Definindo o espaço doméstico como aquele onde a mulher deveria (saber) atuar, esta instituição buscava fortalecer uma divisão sexual do trabalho.

A Escola Doméstica foi concebida como uma “trincheira moral e espiritual” no combate aos arranjos familiares considerados desviantes.⁴²³ A Nova Lei Orgânica do Ensino Secundário (de 1942) afirmava: “é recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina [...]; a orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar”.⁴²⁴

Imagem 12: Fotografia de professora e alunas da Escola Doméstica de Macapá, na década de 1960.

Na Escola Doméstica, as alunas eram preparadas para serem “exímias donas de casa, conhecendo todos os segredos que fazem do lar a pedra de toque da organização da família e da sociedade”.⁴²⁵ Para tanto, as alunas aprendiam: corte-costura, tricô, bordados, crochês e culinária. A união de esforços do governo janarista e da Igreja pelo bom funcionamento desta instituição derivava, entre outros fatores, do ideal comum de moral familiar. Desejamos enfatizar que, na década de 1950, apesar do espaço crescente que as mulheres do Amapá (e de todo Brasil) ocupavam no mercado de trabalho, concepções androcêntricas e patriarcais ocupavam uma posição hegemônica.

⁴²¹ Estas irmãs (Celina Guterini, Santina Rioli, Elvira Buyatti, Francisca Viola, Maria Rosa Agostini e Balestina Gretti) foram convidadas a trabalhar no Amapá pelo (então) padre Aristides Piróvano (superior local do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras — PIME), em 1950 (NEGRI, Teodoro. *Dom Aristides: uma aventura humana e missionária*. São Paulo: Mundo e Missão, s/d, p. 35).

⁴²² Escola Doméstica de Macapá: aprimorando a mulher amapaense para a nobre direção do lar. *Amapá* [2ª seção]. N. 358, de 25/01/1952, p. 4.

⁴²³ O lar é o alicerce da família: a Escola Doméstica de Macapá cumpre e amplia suas nobres finalidades. *Amapá*. N. 391, de 13/09/1952, p. 4.

⁴²⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Brasil. *Nova Lei Orgânica do Ensino Secundário*. Rio de Janeiro: A. Delattre e Filho, 1942, p. 7.

⁴²⁵ Escola Doméstica [seção “Bazar”]. *Amapá*. N. 435, de 26/04/1953, p. 2.

Este modelo de mulher devotada ao lar e subserviente ao marido derivava do postulado de que o feminino era o “*sexo frágil*”. Essencialmente sensível, a mulher deveria ser tutelada (protegida) pelo “*sexo forte*”.⁴²⁶ “Tú és grande, mulher!” é um artigo do jornal *A voz católica* no qual podemos ler: “*a mulher é símbolo e sinônimo de ternura, delicadeza, dedicação até o sacrifício*”, enquanto “*o homem, geralmente, encarna a força, a vontade decidida a triunfar de tudo e de todos*”.⁴²⁷ Negar a própria fragilidade e, portanto, dependência seria ir contra sua natureza. Algo comum aos discursos governamental e eclesiástico é a preocupação com as tendências modernizantes, que supostamente ameaçavam tais representações de gênero. Assim, no já citado artigo “Feminismo exagerado”, Benevides afirmara: “*hoje em dia, vemos com tristeza, como as modernas filhas de Eva aparecem na sociedade, querendo em tudo rivalizar com o homem, através de uma desenvoltura de maneiras e atitudes de independência próprias somente do ‘sexo forte’*”.⁴²⁸ Num texto do jornal *Amapá* de setembro de 1951, Aderbal Melo argumentara que Deus sabiamente procurou evitar muitos malefícios, tornando a mulher “*menos dolosa que o seu parceiro*”.⁴²⁹ E em dezembro deste ano, o mesmo articulista noticiava o seguinte:

a situação doméstica dos maridos, na [cidade] Maravilhosa, é alarmante. **O terror invadiu os lares e — por incrível que pareça — levado pelas mãos sanguinárias das cândidas esposas...** Multiplicam-se de modo assustador, as Olga Suely, as Galvão Bueno, as Aracy Abelha, imolando a machadinhas, punhais e armas de fogo, os desgraçados maridos. A cousa está tão feia que até já foi fundada a Liga dos Maridos Oprimidos Pelo Terror. E esse panorama rubro dentro dos lares assassinos vive macabramente no Rio de Janeiro, centro da civilização brasileira! Os crimes dos sertões bravios, os crimes específicos de que nos fala Euclides da Cunha, na sua memorável obra, nada valem junto à fúria atual das mulheres sulinas a degolarem a cabeça... do cabeça do casal. **E não será igualmente específica da nova civilização, essa matança a encharcar de sangue as cortinas matrimoniais?** Não há dúvida de que as doces cara-metades descobriram, fóra do legislativo, a pior das fórmulas do divórcio. A sua audiência, posterior, é no eternamente romântico Tribunal do Júri, onde as sicárias passionais vão receber do falido julgamento popular o prêmio das mais vergonhosas absolvições, fator preponderante do encorajamento de novos homicídios.

⁴²⁶ Espôsa arrependida. *Amapá*. Nº 1.284, de 08 de agosto de 1964, p. 2.

⁴²⁷ Tú és grande, mulher! *A voz católica*. Nº 14, de 31 de janeiro de 1960, p. 4.

⁴²⁸ BENEVIDES, José. Feminismo exagerado. *Op. Cit.* P. 4.

⁴²⁹ A mulher e o crime [seção: Bazar]. *Amapá*. Nº 339, de 13 de setembro de 1951, p. 7. Anteriormente, em um artigo publicado na *Revista do Amapá* de maio de 1947 e intitulado “Mentira e perdão”, Aderbal Melo argumentou: “*Em todas as prisões do mundo a população feminina é confortavelmente diminuída frente aos homens que ali penetraram com a nódoa do crime. Predisposta aos grandes e demorados sofrimentos morais, suportando-os com estoicismo e resignação, a mulher, parceira gravada na vida com uma série de desvantagens, é indulgente e dada ao esquecimento do mal que lhe é feito. Prefere que as suas feridas, as mais profundas e que mais sangram, saírem com o gelo do tempo, cuja baixa temperatura tudo amortece. É contrária aos cáusticos que o se companheiro, o homem, se compraz em usar nas desforras amorosas, como se tais medidas drásticas fossem o bálsamo paradoxal de um estado d’alma engendrado pelo imprevisto da existência. Ela tem horror pela arma branca, a mais característica da vingança, e teme manejar o gatilho de um revólver. Um filete de sangue assusta-a e provoca-lhe arrepios na pele. Tudo na Eva tradicional, em tese, é burilado de filigrana e tem a fragilidade do cristal. Sua alma, tecida de fios de seda, estremece ao sopro mais suave da nortada que despenteia o ondedo de sua tranquilidade*” (MELO, Aderbal. Mentira e perdão. *Revista do Amapá*. Ano 2, nº 5, de maio de 1947, p. 8 — grifos nossos).

A Maravilhosa está mostrando que as esposas não fazem parte de suas maravilhas, **desmentindo a teoria antiga de que a mulher é menos dolosa do que o homem [...]**

Nessa onda carioca de devassidão, naufragaram a moral e os próprios sentimentos de maternidade e de piedade.⁴³⁰

A mesma modernização que é louvada pelos progressos econômicos e pelo avanço técnico que traz é motivo de preocupação pelas alterações comportamentais e morais que propicia. O aparecimento de uma mulher dolosa e revanchista seria um dos mais pernósticos frutos da “*nova civilização*”. O corolário desta avaliação é a proposição de forças reguladoras e corretoras do movimento modernizante — aquilo que Benevides chamou de “*recristianização da família*”. O autor da citação acima (o advogado Aderbal Melo) apontava para a necessidade de um controle mais rígido da modernização das práticas sociais ao expor a ineficácia do “*falido julgamento popular*”. Como se percebe, as intervenções da Igreja e do estado na sociedade para disciplinar as relações familiares eram legitimadas por meio destas estratégias discursivas. Na perspectiva hegemônica, apenas quando controlada e direcionada por grandes agências é que a modernização não gera desequilíbrios e rupturas sociais. Por isso, Melo relembra a advertência de Alvarez Sênior: “*ai de nós se o coração da mulher tivesse maior capacidade de odiar que de amar*”.⁴³¹ Médicos, professores, policiais, juízes, promotores, padres e outros agentes eram chamados a fazer um esforço para que a moral familiar fosse uma diretriz efetiva para as práticas dos sujeitos históricos.

Muito passional e suscetível às influências perturbadoras da modernização, a mulher deveria, então, permanecer sob a tutela e a vigilância de instituições reguladoras. No discurso hegemônico, mulher emancipada aparece quase sempre como sinônimo de mulher perigosa. Uma vez pública, os pais deveriam sempre mantê-la diante de olhares atentos e intimidadores. Quando chegada a hora, ela passaria da tutela dos pais para o marido, desconhecendo em absoluto o estado de ser emancipado. O casamento era o momento em que a mulher deveria — ainda segundo o discurso hegemônico — oferecer sua honra e sua virgindade ao esposo. Estudos sobre relações de gênero na Amazônia têm demonstrado que as classes proprietárias eram muito mais permeáveis a estas normatizações do que as classes trabalhadoras.⁴³² Não muitos casais das camadas populares faziam o casamento civil.

⁴³⁰ Matrimônio em sangue. *Amapá*. Nº 350, de 01 de dezembro de 1951, p. 2 (grifos nossos).

⁴³¹ A mulher e o crime [seção: Bazar]. *Amapá*. Op. Cit. P. 7.

⁴³² Por exemplo: ALVARES, Maria Luzia Miranda. Educação e (in)submissão feminina no Pará. In: D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda M. da (orgs). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 220-223; e CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha*. Belém (1870-1920). Op. Cit. P. 182-239, 285-318.

A maioria realizava somente o casamento religioso⁴³³ ou simplesmente ficava amancebada.⁴³⁴

É flagrante o contraste entre o modelo de família defendido no discurso hegemônico amapaense (e brasileiro) e as práticas efetivas da maior parte dos homens e mulheres que viviam em Macapá. O repertório de práticas oferecido pelas tradições (modos de vida amazônicos) e as improvisações necessárias à luta contra a insegurança estrutural não propiciavam que a mulher empobrecida fosse frágil, dependente ou submissa. Por outro lado, encontramos graus variados de compromisso das famílias de trabalhadores com a defesa do recato e da virgindade femininos. As dezenas de processos criminais em que vemos pais exigindo nas delegacias a reparação (em geral com casamento) por estarem suas filhas “desonradas” evidenciam o alcance pluriclassista da himenolatria.⁴³⁵ A descoberta pelos pais do desvirginamento das filhas podia resultar em severos castigos. A moradora do Trem Antonia da Silva (paraense de 16 anos) relatou a sua irmã Geralda que fora desvirginada em novembro de 1952. Geralda comunicou isto a sua mãe, que, depois de espancar Antonia, “expulsou-a de casa, indo esta residir com sua irmã no bairro do Laguinho” — e fez isto “dizendo que ela [Antonia] poderia [ir] para a casa de Leonor de tal, u’a mundana residente no bairro do Trem”.⁴³⁶

É notável, porém, a existência nas camadas populares de uma grande tolerância em relação aos desvios daquilo que fora projetado como normalidade. Assim, muitas mulheres, depois de desvirginadas e abandonadas por namorados ou amásios, encetavam novos

⁴³³ Em agosto de 1948, um articulista do jornal Amapá escreveu: “é natural encontrarmos não só no interior, como também nas cidades, aglomerado de pessoas sob a falsa idéia de família, alegando não ser casado ante a lei, mas perante Deus” (Casamento civil. Amapá. Nº 179, de 14 de agosto de 1948, p. 4). No Relatório apresentado ao final de um inquérito de março de 1952, o delegado Oswaldo Mendonça Vianna afirmou que Eulália era mais um produto “das inconcebíveis mancebias que enchem os quadrantes da Amazônia Brasileira, onde falta o pão do corpo e do espírito, e, em cujos ângulos, à falta de instrução, tem-se mais em conta o sacerdote que casa eclesiasticamente do que a autoridade judiciária civil, que determina os processos e preside aos matrimônios — é uma vítima do seu meio e do seu tempo” (AFCM. Caixa 272, processo nº 971, de 23 de março de 1952, fls. s/n).

⁴³⁴ O censo de 1960 indicou que no Território do Amapá havia 1.440 mulheres casadas civilmente, 2.952 casadas eclesiasticamente e 2.104 amasiadas (IBGE. Brasil. Recenseamento geral de 1960. Op. Cit. P. 134). São numerosas as declarações, encontradas nos processos, de que acusados, vítimas e testemunhas estavam amasiados (situação na qual eram qualificados como solteiros). Quando eles eram casados eclesiasticamente, isto era destacado pelo escrivão. Maria de Lourdes (paraense de 15 anos e residente na Avenida Amazonas), por exemplo, conheceu “Carióca” (com quem vivia amancebada), no mercadinho da doca da Fortaleza, em 1951. Dias depois deste fato (cerca de um mês), “Carióca” foi à casa dela pedi-la em casamento — o que foi aceito. “Carióca” passou a frequentar a casa de Maria de Lourdes sempre à noite. Esta situação durara 3 meses, “até que, certo dia a respondente [Maria de Lourdes] pediu-lhe que a levasse de casa para a dele [...], pois desejava viver em sua companhia, antes mesmo de contrair matrimônio” (AFCM. Caixa 224, processo s/n, de 14 de abril de 1952, fl. 6).

⁴³⁵ Como amostragem, ver: AFCM. Caixa 286, processo nº 1157, de 07 de junho de 1947, fl. 2; AFCM. Caixa 240, processo nº 533, de 07 de agosto de 1951, fl. 10; AFCM. Caixa 264, processo nº 652, de 18 de junho de 1952, fl. 4; AFCM. Caixa 270, processo nº 1553, de 26 de maio de 1964, fl. 5; e AFCM. Caixa 279, processo nº 1026, de 23 de março de 1964, fl. 2. Sobre a relação entre honra feminina e hímen intacto ver: CAULFIELD, Sueann. Op. Cit. P. 51-107.

⁴³⁶ AFCM. Caixa 243, processo nº 724, de 03 de janeiro de 1953, fls. 10-11.

relacionamentos amorosos. Vejamos alguns exemplos... A moradora do igarapé da Fortaleza Dotothea dos Santos (paraense de presumidos 50 anos) declarou, num inquérito de janeiro de 1952, que era do seu conhecimento que sua filha — cujo apelido era “Bila” — não era mais virgem e que tinha sido desvirginada por O. Pantoja, com quem não chegara a se casar. Dotothea dos Santos acrescentou “*que, ultimamente sua filha estivera vivendo maritalmente com o rapaz de nome Manoel Alves da Silva, de quem a declarante julga ter ela engravidado*”.⁴³⁷ Numa denúncia do Ministério Público de Macapá, de março de 1953, lemos que nesta data já havia 3 anos que “Tupinambá” conhecera Matilde do Carmo e com ela começara a namorar. “Tupinambá” retirou-se para Belém e aí permaneceu por um ano. Depois disto, Matilde “*deixou-se seduzir*” por Raimundo de tal, que a desvirginou e abandonou. “*Regressando de Belem, ha pouco, o denunciado [“Tupinambá”] reatou o antigo namoro com a menor e sabendo desta que não era mais virgem, propoz-lhe viverem juntos, combinando, então, que depois de alugado um quarto o denunciado leva-la-ia para seu poder*”.⁴³⁸ Vários outros casos poderiam ser aqui arrolados.⁴³⁹

No discurso hegemônico, o recato estava intimamente ligado à virgindade. Como se a conduta recatada fosse o perfume do lírio virginal (significante e significado). Em muitos lugares da Amazônia, a expressão “*fulana não presta mais*” servia para designar que a moça não mais poderia participar do ritual de oferenda das primícias (a virgindade) ao esposo.⁴⁴⁰ A jovem solteira era objeto da vigilância de pais e irmãos. E os olhos da comunidade procuravam captar aquilo que se desviava do ideal de conduta honrada para alimentar a “*instituição seríssima do fuxico*”.⁴⁴¹ Estas observações cotidianas eram apresentadas nos processos de crime de sedução, nos quais mais se avaliava o comportamento da ofendida do que o do acusado.⁴⁴² Isto porque a sedução tanto envolvia o desvirginamento, quanto o

⁴³⁷ AFCM. Caixa 275, processo nº 983SN, de 24 de janeiro de 1952, fl. 4.

⁴³⁸ AFCM. Caixa 281, processo nº 752, de 31 de março de 1952, fl. 2.

⁴³⁹ Tais como: AFCM. Caixa 243, processo nº 1395, de 03 de novembro de 1959, fl. 41; AFCM. Caixa 276, processo nº 1404, de 17 de dezembro de 1960, fl. 35; e AFCM. Caixa 270, processo nº 1533, de 07 de janeiro de 1964, fls. 32-33. Cristina Donza Cancela, em estudo sobre as relações amorosas das mulheres pobres da cidade de Belém na virada do século XIX para o XX, também infere: “*padrões mais elásticos fazem parte do cotidiano amoroso dos segmentos populares da Belém no final do século XIX e início do XX, marcando suas experiências de vida com atitudes distintas daquelas naturalizadas como honestas e moralmente aceitáveis presentes nos projetos disciplinantes e higiênicos dos segmentos da elite, atualizados na pessoa de promotores, advogados, médicos, administradores e literatos*” (CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, defendido na UNICAMP, 1997, p. 91-92).

⁴⁴⁰ MARTINS, José de Souza. Vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. *Op. Cit.* P. 697-701.

⁴⁴¹ Esta foi uma expressão utilizada pelo juiz da Comarca de Mazagão Eduardo de Barros Falcão de Lacerda numa sentença condenatória para o crime de calúnia (cuja vítima era Janary Nunes), proferida em julho de 1951 (BARBOSA, Coaracy Sobreira. *História da Justiça do Amapá*. Macapá: Gráfica O Dia, 1999, p. 103).

⁴⁴² Nas *Alegações finais* apresentadas, em 18 de outubro de 1949, pelo advogado José Dionísio da Silva Barros — em um processo de crime sedução — lemos as palavras seguintes: “*só uma coisa nos constrange e nos fere profundamente o princípios da nossa formação — é de para a defesa do acusado, sermos obrigados a analisar a vida privada de*

ludíbrio ensejado pela “*inexperiência e justificável confiança*” da mulher.⁴⁴³ Portanto, os advogados de defesa dos “*Dom Juans*” procuravam indicar que havia muito que as ofendidas não eram mais virgens ou inexperientes em assuntos sexuais.

Dentro das delegacias e nos tribunais imperavam as exigências de uma rígida moral sexual. O promotor interino Célio Cal — nas *Alegações finais* para um processo acerca do crime de sedução, de agosto de 1951 — destoou disto, dizendo: “*está se tornando um hábito o exigir-se de moças de dezoito anos, nas questões sexuais, um comportamento quasi heróico, enquanto se permite ao homem, por mais experiente que seja, uma soltura de costumes, uma liberdade de procedimento nas suas investidas amorosas incompatível à sua condição de ser racional e absolutamente contrária a garantias que a lei penal outorga à virtude da mulher*”. Na sua peça de defesa, o advogado Aderbal Melo objetou: “*essa história de que aqui se está exigindo um comportamento heroico para as moças de dezoito anos é uma tirada literaria da promotoria mas que tem dois gumes*”. E continuou: “*o primeiro para retalhar semelhante assertiva que, desgraçadamente, vale como maldoso estímulo às ditas moças no sentido de se não recatarem e nem se comportarem como exige a moral*” e, o segundo, que isto significaria aceitar como normal “*não ser a menor heróica e ter comportamento vulnerável*”.⁴⁴⁴ Em processos como este, a rua sempre figurava como espaço que poluía a honra feminina. Isto porque se nela a solteira andasse sozinha (ou na companhia de namorados) estaria exposta a influências e experiências incompatíveis com o recato. Além de estar sempre acompanhada, a mulher deveria usar roupas compridas e sem decotes. Por isso, na seção “Coluna da mulher” do jornal *A voz católica* de 05 de novembro de 1961, destacava-se: “*temos notado em nossos passeios pelas ruas do comércio e por outros pontos da cidade que algumas de nossas jovens pretendem transformar nossa cidade em balneário e, a todo momento, encontramos garotas trajando bermudas, shorts etc.*”.⁴⁴⁵

A noite também exercia efeitos poluentes sobre a reputação feminina. Um dos articulistas do semanário *A voz católica* associou a noite à licenciosidade e perversão: “*a vida noturna das cidades constitui sempre uma das tantas pragas da sociedade*”. E mais: “*nas trevas, que com seu manto de morte cobre as faces das coisas e quase que a consciência, tudo é lícito e tudo se perpetra [...]*”.⁴⁴⁶ Em uma peça de defesa apresentada num processo de crime de sedução (de outubro de 1948), o advogado Lauro Sodré Gomes asseverou que “*ROSALINA SILVA, apesar de sua pouca idade, perambulava pelas ruas e praças desta capital, quer de dia quer à noite, a sós,*

uma jovem, seja ela cândida e pura, vivendo no recato do seu lar, ou depravada e corrompida, para quem o lar é o albergue dos homens que caça; uma pelo respeito que nos impõe, outra, pela piedade que nos inspira” (AFCM, Caixa 299, processo nº 257, de 02 de fevereiro de 1949, fl. 50).

⁴⁴³ Conforme o artigo 217 do *Código Penal* de 1940.

⁴⁴⁴ AFCM. Caixa 240, processo nº 533, de 07 de agosto de 1951, fls. 51-54.

⁴⁴⁵ A moda [seção: Coluna da Mulher]. *A voz católica*. Nº 106, de 05 de novembro de 1961, p. 2.

⁴⁴⁶ Trocaram a noite pelo dia. *A voz católica*. Nº 44, de 28 de agosto de 1960, p. 4.

demonstrando aos olhos atônitos de todos que a viam, a sua excessiva liberdade". Os pais, destituídos de força moral, acrescentou Sodré Gomes, "*consentiam, criminosamente, que ela permanecesse na vida viciada já iniciada*".⁴⁴⁷ As jovens moças cujas condutas não fossem julgadas como recatadas pelos operadores do direito não poderiam esperar a proteção do sistema judiciário, cujos pressupostos emanavam de uma estreita moral sexual. Neste atinente, o juiz Antonio Pacca, numa sentença de outubro de 1964, foi categórico: "*a Lei não protege as moçoilas ousadas do após guerra, aquelas que têm mais conhecimento da vida, do que suas próprias mães quando se casaram, aquelas que usam e abusam do direito de usar as chamadas mini-mini saias, conforme acontece em nosso meio*". E ainda: "*é no mais, verdadeiro o ditado popular de quem exhibe, ou quer vender, ou quer dar*".⁴⁴⁸

Menos ainda poderia a solteira esperar amparo da Justiça se um coro de vozes alegasse que ela era uma habitual frequentadora de festas. Estas eram percebidas como ambientes propícios à concupiscência. O roçar dos corpos nas danças de par seria a perfeita expressão da lascívia feminina... A antítese do recato. Com a recorrente contundência, José Benevides sentenciou: "[...] *se uma moça que se entrega a estes ambientes dos bailes modernos, remexendo-se nos braços de um rapaz, durante horas seguidas, numa sala de danças, não peca, podemos responder-lhe compadecidos, que ela é de cimento armado ou, então, é anormal*".⁴⁴⁹ Consciente de que estes valores norteariam a sentença do juiz, a mãe da estudante Maria Madalena (paraense de 14 anos e moradora do "*bairro da Fortaleza*") fez questão de ressaltar que a filha tinha bons costumes, "*não freqüentando festas, nem cinemas, nem outras diversões; que adianta[va] mesmo ser ela ingenua, desconhecadora dos segredos e das tragédias sexuais que ocorrem frequentemente na sociedade*" e que Almir aproveitou-se desta ingenuidade para desvirginá-la.⁴⁵⁰ Na Defesa prévia escrita para um processo em torno de uma acusação de sedução, Aderbal Melo argumentou que Izabel era "*mais uma das frequentadoras dos bailaricos da cidade, onde a devassidão impéra. E a moça que os freqüenta não pode ser honesta, ou, pelo menos, alardear recato*".⁴⁵¹

O discurso hegemônico apresentava como elementos inextricavelmente unidos a virgindade e o recato. Contudo, o maniqueísmo que somente contabilizava honradas e prostitutas não conseguia expressar o caleidoscópio de possibilidades e práticas existente no cotidiano dos trabalhadores. Jovens solteiras podiam acreditar piamente que, observadas algumas restrições, poderiam tranquilamente usufruir das festas e das danças sem prejuízo

⁴⁴⁷ AFCM. Caixa 224, processo nº 211, de 09 de outubro de 1948, fl. 25.

⁴⁴⁸ AFCM. Caixa 270, processo nº 1533, de 07 de janeiro de 1964, fl. 50.

⁴⁴⁹ BENEVIDES, José. A dança. *A voz católica*. Nº 48, de 25 de setembro de 1960, p. 4.

⁴⁵⁰ AFCM. Caixa 299, processo nº 259, de 11 de fevereiro de 1949, fl. 11. Ver também: AFCM. Caixa 299, processo nº 257, de 02 de fevereiro de 1949, fl. 28; AFCM. Caixa 270, processo nº 1501, de 29 de janeiro de 1963, fls. 25-45; e AFCM. Caixa 270, processo nº 1568, de 30 de julho de 1964, fl. 12.

⁴⁵¹ AFCM. Caixa 240, processo nº 533, de 07 de agosto de 1951, fl. 40.

para a condição de mulheres honradas (respeitáveis e virgens). É o que podemos depreender do relato de Miracy Martel Barbosa: “[...] *nossas festas eram em casa de família. Se nós fossemos em boates, nós éramos fichadas como prostitutas*”. E em seguida: “[...] *se saímos da festa tínhamos que estar acompanhadas do nosso pai ou da nossa mãe, porque se a Polícia nos pegasse éramos recolhidas na delegacia e, se não chegasse a família lá, nós éramos fichadas como prostitutas. Mesmo as moças virgens [...]*”.⁴⁵² Não fosse a festa em boate, mas nas casas de famílias⁴⁵³, e não estivessem as “*moças virgens*” sozinhas, mas acompanhadas por seus pais ou tutores, não haveria, segundo cria Miracy Martel Barbosa, prejuízo para as reputações delas. Essa moral mais elástica e tolerante de modo algum contentaria os representantes do discurso hegemônico. Em artigo de outubro de 1960, Benevides sentenciou: “*as mães poderão fiscalizar, nos bailes, os passos e o comportamento exterior de suas filhas, jamais, entretanto, poderão vigiar-lhes os pensamentos e os desejos imoderados do coração, que nascem dos amplexos e das intimidades de uma dança*”.⁴⁵⁴

Como destacamos antes, são perceptíveis diferentes graus de adesão a esta rígida moral. Isto motivava tensões e abertos conflitos no interior da classe trabalhadora. A dominação masculina comumente se valia das noções ligadas ao culto do hímen intacto e da conduta recatada para (re)conduzir as “*mulheres emancipadas*” à condição de subalternizadas. O que aconteceu com Mezila (paraense de 28 anos e residente no Trem), em maio de 1952 confirma isto. Ela apresentou um requerimento ao chefe da Divisão de Segurança do Território, no qual expunha que, no dia anterior, estava numa festa dançante — no salão de um cidadão conhecido por “*Didi*”, que inaugurara naquela tarde, “*sendo que a referida festa era de caráter familiar*” — onde foi inopinadamente difamada por A. Santos, que em altas vozes proferiu ofensas à honra da mesma, “*colocando-a em situação degradante, na presença de todos quanto reputam a suplicante, como moça de família recatada e digna*”.⁴⁵⁵

Mezila pediu abertura de inquérito para que seu ofensor fosse punido. Ela disse durante o inquérito que A. Santos a convidou para dançar e durante a parte falou de um ocorrido entre ele e pessoa da família dela. Mezila advertiu-o que “*o lugar não ser apropriado para o assunto*”. Terminada a parte, A. Santos foi ter com suas colegas e com elas conversou

⁴⁵² Entrevista de Miracy Martel Barbosa (anteriormente citada), realizada no dia 19 de março de 2011, para o PROBHO/ UNIFAP.

⁴⁵³ Ela se referia a aniversários que ocorriam nas (por vezes grandes) salas das casas.

⁴⁵⁴ BENEVIDES, José. A dança. *A voz católica*. N° 49, de 02 de outubro de 1960, p. 4. Num texto intitulado “Este Carnaval”, um articulista destacou: “*dizja-me um dia dêsse u’a mãe: Que é que tem as meninas pularem, não vejo mal nisso!*”. É incompreensível uma senhora mãe não compreender que uma festa não é só pulo... Quantas lágrimas rolarão depois pelas faces dessas mães ingênuas que só olham os pulos, porém não enxergam as consequências...” (Este Carnaval. *A voz católica*. N° 170, de 27 de janeiro de 1963). Ver também: Será que a gente pode...? *A voz católica*. N° 156, de 21 de outubro de 1962, p. 3.

⁴⁵⁵ AFCM. Caixa 273, processo n° 704, de 05 de setembro de 1952, fl. 3.

algo sobre a família de Mezila. Esta se retirou da festa com um amigo; mas, no meio do caminho decidiu voltar para tomar satisfações. Ao chegar ao salão, encontrou seu ofensor dizendo em voz alta que ela *“queria ser muito boa”*, mas ele *“bem a conhecia e sabia ser ela uma moça sem pudor e desclassificada, pois aqui vivia a dar confiança a todos e qualquer rapaz”*. O escrivão que colheu esta declaração registrou também: que *“como tem certeza de não ser o que julga seu difamador, a declarante exige que seja mandada submeter a exame para melhor ficar provada a sua honestidade”*. Na versão A. Santos, Mezila estava injuriando a família dele. Por isso, *“disse-lhe que se admirava dela aqui querer bancar moça, o que ela não era, tendo nessa ocasião formado-se um pequeno tumulto, o que o depoente vendo que não ia dar certo, retirou-se para sua residência”*. Ele ressaltou que Mezila não era mais virgem.⁴⁵⁶

No dia 28 de maio de 1952, Monica Furtado (paraense de 31 anos e residente na margem esquerda do igarapé da Fortaleza) depôs diante da autoridade policial que conhecia Mezila desde Chaves (localidade *“Santa Rosa”*), e vinha convivendo com esta nos vários lugares por onde passaram... E que, portanto, podia afirmar que ela *“sempre teve maus procedimentos, pois por diversas vezes foi encontrada com homens à noite fora de hora [...]”* e que *“esta frequenta diversas festas, não sabendo entretanto, o caráter das mesmas”*. Em depoimento de 05 de junho 1952, Verina Reis (paraense de 20 anos e residente na margem esquerda do igarapé da Fortaleza) declarou que conhecia Mezila desde a ilha de Caviana, no Pará, onde *“tôdas as pessoas a tinham como moça de maus procedimentos”* e que, desde que chegara nesta capital, *“a mesma continua se portando de maneira irregular”*. O advogado Lauro Sodré Gomes apresentou-se como procurador de Mezina e, na sua Defesa prévia, afirmou: *“num lugar pequeno como este, num paiz em que somos ‘Himenólatras’, conservando as tradicionais virtudes domésticas dos nossos avós, em que situação vexatória ficará uma moça que ouve espalhar nos quatro cantos, a notícia de que não é mais virgem”*. Em sua sentença, o juiz julgou extinta a punibilidade, pois considerou válida a retratação feita formal e judicialmente, e mandou que fosse dada baixa na culpa sem custos.⁴⁵⁷

Nos autos, encontramos o resultado do exame de corpo de delito (de 20 de maio de 1952), que atestava que Mezila era virgem. Com este trunfo, ela pôde enfrentar, além do ofensor, todo o constrangimento de um processo criminal, onde sua honra estava em questão. Ela impôs sua virgindade àqueles que a viam como mulher sexualmente experiente por causa de seus passeios noturnos e de sua presença em festas dançantes. O caso de Mezila põe à mostra as dissonâncias entre expectativas e comportamentos, geradas pela inexistência de um padrão homogêneo de moral. As gradações e tolerâncias também se

⁴⁵⁶ *Ibidem*, fls. 5-6.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, fls. 12-13, 26.

interpunham nas avaliações do outro extremo da moralidade popular: a prostituta. As delegacias mantinham o chamado “Registro de Meretrizes”, onde, além dos dados pessoais, eram anotados os motivos pelos quais estas “caíram na vida”.⁴⁵⁸ Os maiores prostíbulos ficavam em lugares situados fora dos limites da cidade de Macapá. Carlos Bezerra destacou em suas reminiscências o seguinte: “*existia uma coisa para os jovens, para os homens (dedicada exclusivamente aos homens): a chamadas zona de meretrício [...]. O antigo ‘puteiro’ chamado Merengue ficava aproximadamente nas imediações do que hoje é o [hospital] São Camilo. Aquilo era mato bruto*”.⁴⁵⁹

Mas, as prostitutas poderiam ser encontradas em casas de cômodo ou em pequenos lupanares situados nas baixadas e subúrbios de Macapá. O convívio com os vizinhos poderia não ser conflituoso, desde que elas fossem discretas. Existia a “meretriz devassa”. Aquela cujo comportamento escandaloso inviabilizava qualquer transigência. Segundo o depoimento de “Batoré” (um paraense de 39 anos e residente no Laguinho), dado em setembro de 1956, “Picolé” costumava brigar com Alexandra por causa da devassidão dela. O paraibano João da Costa (braçal de 33 anos e residente no Laguinho) ressaltou que Alexandra era meretriz e tinha proceder “*de absoluta devassidão*”, “*não respeitando com suas companheiras de infortúnio o decoro público e a moral de vizinhança, havendo no prostíbulo onde ela vive constantes cenas de deboche e embriaguês alcoólica, sendo ele, prostíbulo, frequentado por jovens de pouca idade*”. Portanto, Alexandra, ao não respeitar o “*decoro público*” e a “*moral de vizinhança*”, ultrapassava a tolerabilidade possível para uma simples prostituta e passava a ser taxada de “*devassa*” — aquela que se deleita em expor ao máximo o comportamento luxurioso próprio para, assim, chocar seus vizinhos.⁴⁶⁰

De maneira geral, os trabalhadores não esperavam nem que as “mulheres livres”⁴⁶¹ fossem tão desinibidas e nem que as “recatadas” fossem tão caseiras. A vida transcorria apesar destas classificações... Senhoras das casas e das ruas, as mulheres viviam seu cotidiano num trânsito permanente entre o aquém e o além da porta de casa. Aos 16 anos, Doralice podia ir sozinha visitar parentes pela manhã.⁴⁶² Terezinha, jovem de 15 anos, “*raríssimas vezes saía a noite*”; mas, “*durante o dia frequentemente saía para fazer compras*”.⁴⁶³ Latas

⁴⁵⁸ AFCM. Caixa 270, processo nº 1574, de 27 de agosto de 1964, fl. 32.

⁴⁵⁹ Entrevista de Carlos Emanuel de Azevedo Bezerra realizada no dia 18 de março de 2011, para o PROBHO/ UNIFAP. A depoente Miracy Barbosa relatou: “*tinha um tal de Merengue, que era aqui para trás. Ai quem fosse para lá. Não sei onde era, mas as prostitutas iam para lá*”.

⁴⁶⁰ AFCM. Caixa 210, processo nº 1191, de 17 de maio de 1957, fls. 11-12.

⁴⁶¹ AFCM. Caixa 272, processo nº 671, de 25 de julho de 1952, fl. 16.

⁴⁶² AFCM. Caixa 275, processo nº 413, de 30 de março de 1950, fl. 6.

⁴⁶³ A compra de víveres envolvia numerosas idas e vindas aos lugares de venda — botequins, mercados e mercearias (AFCM. Caixa 299, processo nº 278A, de 02 de abril de 1949, fl. 5). Ver também: AFCM. Caixa 276, processo nº 781, de 27 de maio de 1953, fl. 2.

na cabeça e diversas caminhadas até poços e torneiras (públicas e particulares) faziam parte do cotidiano trabalho feminino de abastecer de água a casa.⁴⁶⁴ Uma dessas domésticas carregadoras de água era a paraense de 16 anos Benedita dos Santos (residente no igarapé da Fortaleza). Em um inquérito policial, Benedita declarou que, em novembro de 1951, “*por volta das sete horas e trinta minutos, [ela] dirigiu-se a uma torneira que fica as proximidade [sic.] da olaria, afim de apanhar agua para sua residência, e ao voltar, escorregou, caindo ao sólo de barriga para baixo*”. Benedita estava grávida e, em decorrência da mencionada queda, perdeu a criança.⁴⁶⁵

Imagem 13: Fotografia de carregadoras de água do Igarapé das Mulheres, na década de 1970.

Nas ocasiões de saída para pegar água, aconteciam, por exemplo, rápidos encontros amorosos.⁴⁶⁶ Aliás, o namoro poderia mesmo começar nesta insuspeitada circunstância. No ano de 1958, durante um processo judicial, José Chaves declarou que Joentina era sua empregada doméstica e que não a deixava ir para festas dançantes. Chaves disse que ela ia para a rua somente quando era estritamente necessário. Por sua vez, Joentina (natural do município paraense de Anajás) depôs que, como na casa de seu patrão “*não tinha água boa para beber, a declarante foi buscar referido líquido em casa do indivíduo JOÃO [...]*”, que morava próximo. Em início de janeiro de 1958, Joentina passara a namorar João.⁴⁶⁷ Tal caso demonstra — como tantos outros

— os limites do controle que pais e tutores tentavam impor às jovens moças. As diversas atividades que envolviam a passagem pela rua, oportunizavam ensaios de liberdade ou experiências afetivas e sexuais ocultas.⁴⁶⁸

A estudante de 14 anos Maria Madalena (residente no bairro da Fortaleza) aguardava a mãe ir dormir para dar “*pequenos passeios, acompanhada de seus namorados*”.⁴⁶⁹ A empregada doméstica de 14 anos Maria Raimunda esperava sua patroa Odete Cavalcante

⁴⁶⁴ Ver: AFCM. Caixa 227, processo nº 97, de 03 de junho de 1946, fl. 5; e AFCM. Caixa 227, processo nº 493SN, de 11 de dezembro de 1946, fls. 6-10.

⁴⁶⁵ AFCM. Caixa 275, processo nº 983SN, de 24 de janeiro de 1952, fl. 8.

⁴⁶⁶ AFCM. Caixa 272, processo nº 674, de 25 de julho de 1952, fl. 9.

⁴⁶⁷ AFCM. Caixa 295, processo nº 1272, de 24 de agosto de 1958, fls. 4-14.

⁴⁶⁸ AFCM. Caixa 270, processo nº 1501, de 29 de janeiro de 1963, fl. 11.

⁴⁶⁹ AFCM. Caixa 299, processo nº 259, de 11 de fevereiro de 1949, fl. 8.

dormir para ir encontrar-se com seu namorado J. Miranda, ao lado do Macapá-Hotel.⁴⁷⁰ Era quando saía das missas noturnas na igreja São José que a afuaense de 15 anos Maria Queiroz encontrava-se com seu namorado.⁴⁷¹ A estudante de 14 anos Margarida Nascimento esclareceu a autoridade policial que a interrogava, em maio de 1952, que havia 5 anos que namorava com Cleto, sem que seus irmãos soubessem, pois somente conversava com ele “*quando saía do Grupo Escolar, onde frequentava o curso supletivo*”.⁴⁷² Também era na saída da escola que a paraense de 15 anos Joana Silva ficava na companhia de seu namorado e colega Sebastião Carlos (um paraense e ajudante de ferreiro, de 16 anos).⁴⁷³ E para encerrar esta pequena lista exemplificadora, lembremos da amapaense de 16 anos Alzira, que não frequentava festas e outros divertimentos. Em não demorados encontros na rua, ela mantinha o namoro com Alvino, “*às ocultas de seus pais*”.⁴⁷⁴

O namoro oculto era um modo de manter uma relação afetiva fora do alcance do controle familiar. Tal controle longe estava de ser absoluto. O modo de vida da maioria dos trabalhadores inviabilizava isto. Como ressaltamos acima, antes mesmo da puberdade, as meninas começavam a trabalhar para ajudar na geração dos meios necessários à sobrevivência familiar. Os trabalhos (domésticos ou não) que elas realizavam implicavam num trânsito permanente entre a casa e a rua. Como observado no parágrafo anterior, diversas oportunidades surgiam também com as idas à escola, às missas e etc.⁴⁷⁵ O namoro oculto era considerado uma forma inferior e censurável de relacionamento afetivo. Isso porque não respeitava as interdições vistas (por muitos) como apropriadas ao namoro e porque escapava aos compromissos impostos pela visibilidade da relação. Compromissos como o respeito que o namorado deveria ter pelo recato e pela virgindade da namorada e como a realização da passagem do namoro para o casamento (ou mancebia).

A moça que entrasse num namoro oculto teria mais liberdade para viver experiências amorosas e sexuais; mas (caso desejasse), teria menos garantias de que isto evoluiria para um enlace mais duradouro. Nas delegacias e tribunais, teria também menos recursos e aliados para forçar um casamento. Miraceli (uma estudante de 13 anos que morava no Trem) costumava entrevistar-se com Manoel “*as ocultas de seus pais [...], sempre na*

⁴⁷⁰ AFCM. Caixa 304, processo nº 369, de 21 de novembro de 1949, fl. 7.

⁴⁷¹ AFCM. Caixa 275, processo nº 574, de 04 de outubro de 1951 [data da representação], fl. 7. Foi igualmente depois de uma missa que Nila da Silva, em 08 de fevereiro de 1953, saiu com o tratorista Raul para namorar (AFCM. Caixa 286, processo nº 1155, de 10 de fevereiro de 1953, fl. 2).

⁴⁷² AFCM. Caixa 264, processo nº 652, de 18 de junho de 1952, fl. 8.

⁴⁷³ AFCM. Caixa 273, processo nº 986, de 23 de outubro de 1952, fl. 6.

⁴⁷⁴ AFCM. Caixa 270, processo nº 1568, de 30 de julho de 1964, fl. 12.

⁴⁷⁵ Em setembro de 1963, Walter Costa aproximou-se de Alice Maria por meio de sinais, e com ela logo começou namoro, “*incluindo encontros, ora nas mercearias onde ia essa fazer compras, ora em frente ao local de seu próprio trabalho — a Garage Territorial*” (AFCM. Caixa 279, processo nº 1559, de 01 de junho de 1964, fl. 2).

rua, à noite, quando regressava do Grupo Escolar Alexandre Vaz Tavares, onde frequentava o curso de alfabetização”. Em depoimento à autoridade policial, prestado no mês de julho de 1952, o pai dela declarou que, ao descobrir o que se passava, advertiu-a, apontando que “se ele, Manoel tivesse boa intenção nesse namoro procuraria os responsáveis por ela, para esclarecer suas intenções; que, apesar disso, Miraceli continuou a entrevistar-se, na rua, com o acusado, terminando por ser desonrada pelo mesmo”.⁴⁷⁶ Em novembro de 1957, Neuza Andrade disse à Polícia que “para salvaguardar a honra de sua irmã, a depoente aconselhou-a a deixar o namoro de esquina e ruas”.⁴⁷⁷ Outra não era a intenção da paraense de 36 anos Maria Araújo, que aconselhou a filha “que não se encontrasse com seu namorado pelas esquinas e ruas e caso gostasse dele e ele tivesse boas intenções que viesse em sua casa”.⁴⁷⁸ Avisada por seus pais sobre “namoros ocultos”, a estudante de 16 anos Maria da Costa (moradora do Trem) persuadiu seu namorado e este pediu permissão ao pai dela para visita-la em casa, o que, em setembro de 1962, foi concedido. As visitas ocorriam aos sábados e domingos.⁴⁷⁹

Os namoros consentidos tornavam público os relacionamentos amorosos e criavam uma expectativa de formação de uma nova família. Implicavam, portanto, na assunção pelo homem de um compromisso perante pais e vizinhos da jovem que ele pedira em namoro. No entanto, não raramente, era no interior da própria casa que ocorriam os desvirginamentos. A aludida filha de Maria Araújo, depois de transformar seu namoro oculto em consentido, foi desvirginada na sala de visitas da própria casa.⁴⁸⁰ Em setembro de 1951, já havia cerca de um ano que Joana Costa (paraense de 17 anos e residente no bairro da Favela) namorava Francisco. Este tinha liberdade de ir à casa dela, onde conversavam até altas horas. E foi num banco que ficava perto da porta de entrada que Joana teve sua primeira relação sexual. Neste mesmo banco, ocorreram mais duas conjunções carnis do casal.⁴⁸¹ Quando algo assim era descoberto, comumente os pais queixavam-se de que o deflorador havia praticado um abuso de confiança.⁴⁸²

⁴⁷⁶ AFCM. Caixa 224, processo nº 696, de 12 de setembro de 1952, fl. 2.

⁴⁷⁷ AFCM. Caixa 255, processo nº 1220, de 28 de novembro de 1957, fl. 4.

⁴⁷⁸ AFCM. Caixa 255, processo nº 1319, de 19 de junho de 1957, fl. 6.

⁴⁷⁹ AFCM. Caixa 270, processo nº 1533, de 07 de janeiro de 1964, fl. 7.

⁴⁸⁰ AFCM. Caixa 255, processo nº 1319, de 19 de junho de 1957, fls. 2-3.

⁴⁸¹ AFCM. Caixa 304, processo nº 555, de 20 de setembro de 1951, fl. 7.

⁴⁸² Vejamos um caso: Terezinha Coelho (paraense de 15) conhecera Raimundo em uma festa na casa deste. Daí em diante eles passaram a namorar, com conhecimento dos pais dela. Raimundo teve licença dos genitores da jovem “para que lhe visitasse em sua residência”. Em dia de março de 1958, em visita à noite a casa de sua namorada e quando os pais dela aí não estavam, Raimundo propôs a mesma relação sexual, o que foi aceito e ocorreria nos fundos da dita casa. Em setembro de 1958, acerca deste fato, depôs à Polícia Maria Pantoja (paraense de 47 anos e residente no Laguinho), que disse era tia por parte de pai da ofendida, cujos pais eram sabedores do namoro de Terezinha com Raimundo (“apesar da pouca idade de ambos”). Maria Pantoja declarou que os pais de Terezinha não imaginavam que o acusado fosse desvirgina-la e, depois, esquivar-se de com ela casar. No mesmo dia depôs a vizinha Aida Soares: que conhecia a ofendida e a mãe desta havia mais de 3 anos, “antes mesmo de virem para esta cidade, pois eram moradoras no Município de Afuá” e que era sabedora que

Em alguns casos, o namoro consentido transcorria com grande liberdade. Foi o que ocorreu com a paraense de 16 anos Maria Belmira, que em novembro de 1945 declarou à autoridade policial: *“que freqüentava bailes até altas horas, regressando para casa unicamente em companhia de seu namorado Estevam”* e que isto ocorria com a licença de sua mãe.⁴⁸³ Em julho de 1952, Wilson foi acusado de seduzir Almerinda Santos (paraense de 16 anos e residente no Trem), com quem namorara durante meses, gozando de ampla liberdade, inclusive de frequentar com ela festas e cinema. Segundo os autos do processo, Wilson, abusando de tais liberdades e após uma seção cinematográfica, arrastou sua namorada para um quarto que ocupava na Rua Cândido Mendes e aí a desvirginou — o que foi repetido outras vezes.⁴⁸⁴ Um último exemplo: em junho de 1953, Natalino depôs à Polícia que conheceu *“Mocinha”* em março deste ano, quando ela era empregada em casa de família no Trem. E *“decorridos mais alguns dias o genitor da referida moça, tirou do emprego por achar que era pouco o salário que percebia”*. Natalino passou então a frequentar a casa de *“Mocinha”* e com ela conversar na sala. Por fim, *“depois de ter merecido a confiança dos pais [dela]”*, Natalino *“saiu a uma noite com esta para ir serenar uma festa dançante”*, no *“Dançarás”* chamado *“Salão Azul”*.⁴⁸⁵

Quando, por algum motivo, os pais deixavam de consentir o namoro, este poderia (como indicam alguns casos) tornar-se oculto. Argumentamos acima que a unidade doméstica não era somente um espaço de solidariedades. Situações de tensão ocorriam por diversos motivos. O controle que os pais tentavam exercer sobre as experiências afetivas das filhas ensejava diversos conflitos e, por vezes, motivava rupturas. É o que se pode perceber por meio da análise de processos criminais em torno de raptos consensuais. V. Rodrigues, após noivar com Neusa Pereira (paraense de 17 anos), passou a residir com os pais dela. No dia 12 de outubro de 1952, Neusa foi com seu noivo e seus pais para o arraial de Nossa Senhora de Nazaré. Após a novena, V. Rodrigues propôs à noiva que se afastassem e, sozinhos, voltassem à casa dos pais da dela. Neste local, V. Rodrigues pegou sua rede e depois levou Neusa para uma barraca que possuía no Laginho — onde a desvirginou. No dia seguinte, como tinha que ir para o trabalho, o raptor *“depositou”* Neusa na residência de uma senhora chamada *“Dedé”*. Aí, a jovem foi surpreendida com a chegada do noivo acompanhado por um policial, que dizia ter ido buscá-la. E, *“na presença da*

Terezinha namorava Raimundo, que *“abusando da confiança dos genitores de sua namorada”* e aproveitando-se da ausência dos mesmos, teve relações sexuais com a dita, desvirginando-a (AFCM. Caixa 295, processo nº 1255SN, de 05 de setembro de 1958, fls. 6-9).

⁴⁸³ AFCM. Caixa 227, processo nº 69, de 06 de janeiro de 1946, fl. 7.

⁴⁸⁴ AFCM. Caixa 272, processo nº 693, de 12 de setembro de 1952, fl. 2.

⁴⁸⁵ AFCM. Caixa 281, processo nº 1029SN, de 08 de junho de 1953, fl. 7.

autoridade policial”, Neusa Pereira *“confessou que havia fugido de sua livre e espontanea vontade, pois só assim poderia casar-se”*.⁴⁸⁶

Como se vê, a fuga era uma forma de precipitar a realização plena de um enlace amoroso, que era obstado por exigências paternas. Em fevereiro de 1953, já havia 3 anos que a paraense de 15 anos Matilde do Carmo (mencionada acima) namorava o piauiense Gutembergue Monteiro, apelidado de *“Tupinambá”* (um jovem de 27 anos, recém chegado de Belém). Matilde já tinha declarado a seu namorado que não era mais virgem e que fora deflorada por Raimundo *de tal* — rapaz que estava em Belém. E, *“com tudo isso”*, Gutembergue disse a ela *“que não tinha importancia, prometendo então amigar-se consigo, para o que ia alugar um quarto”*. Gutembergue lhe dissera depois que já havia alugado um cômodo, na residência de sua tia Maria Miranda. A fuga então ocorreu... Matilde fora com seus pais e seu namorado à novena da igreja do bairro e com este sentou mais atrás, pois, no caminho, *“Tupinambá”* lhe dissera que não mais voltaria a sua casa, no que a jovem aquiesceu *“porque ‘Tupinambá’ somente queria viver consigo se fôsse amigado, jamais demonstrando qualquer inclinação para o casamento com a sua pessoa, como era de gosto de seus genitores”*. Segundo Matilde, pela grande amizade que tinha para com Gutembergue e por não mais ser virgem, fazia gosto de viver maritalmente com ele, mesmo contra a vontade de seus pais.⁴⁸⁷

Os casos em que as interdições vinham dos pais do namorado eram menos comuns. Foi o que ocorreu, em fevereiro de 1953, com Manoel da Conceição. Este pediu ao próprio pai autorização para casar com Luiza Vaz (paraense de 16 anos e residente no Igarapé da Fortaleza). Mas, tal pedido foi negado e, por isso, o casal combinou uma fuga, *“achando que só assim resolveriam seu problema”*. Quando Luiza foi informada da negativa do pai de seu parceiro, disse a este que conseguisse uma casa para morarem juntos. Manoel procurou, porém não encontrou casa que servisse. Então sua namorada lhe falou da casa de *“Zuzú”* (prima dela que morava na *“praça”* do Mercado Central), para onde foram. Em seu depoimento na delegacia, Manoel da Conceição destacou que, ao comunicar ao seu pai que iria se casar com Luiza, este se mostrou contrário a tal união, *“chegando a dizer a uma sua irmã se caso não terminasse o namoro com dita moça, onde o encontrasse junto com ela lhe daria uma surra”*. Manoel destacou também que *“não manteve relações sexuais com sua namorada, e se raptou-*

⁴⁸⁶ AFCM. Caixa 272, processo nº 978, de 14 de outubro de 1952, fls. 2-7. Em fevereiro de 1953, a afuaense de 14 anos Maria Chermont declarou à Polícia que *“não foi forçada a manter relações sexuais com Raimundo”*. Quatro dias depois de desvirginar sua namorada, Raimundo a convidou para fugirem para o Afuá. Maria Chermont concordou e os dois foram de Macapá para Afuá em uma canoa. Neste lugar, instalaram-se na casa de uma tia de Raimundo (AFCM. Caixa 281, processo nº 757, de 20 de abril de 1953, fl. 7).

⁴⁸⁷ AFCM. Caixa 281, processo nº 752, de 31 de março de 1952, fls. 4-8. Ver também: AFCM. Caixa 286, processo nº 1155, de 10 de fevereiro de 1953, fls. 6-8; e AFCM. Caixa 224, processo nº 1473SN, de 15 de abril de 1957, fl. 1.

a foi somente para provocar uma iniciativa da parte da responsável da mesma, e consequentemente a realização do seu casamento com ela".⁴⁸⁸

O depoimento de Manoel da Conceição indica que nem sempre a Polícia e a Justiça funcionavam no sentido de reprimir e normalizar os enamorados. Tais instituições amiúde eram instrumentos que pais e filhos (sobretudo filhas) poderiam utilizar para alterar uma correlação de forças estabelecida numa situação conflitiva. Os crimes de rapto consensual evidenciam também que as jovens namoradas estavam longe daquela imagem da mulher ingênua, passiva e subserviente (a pais e parceiros) que o discurso hegemônico propalava. Se ela tivesse menos de 14 anos seria considerada incapaz *"de acordo com a lei, de consentir livremente e de oferecer, pela sua idade, qualquer resistência a sua posse sexual"*.⁴⁸⁹ Mas, logo que entravam na puberdade, aos 12 e 13 anos, muitas jovens iniciavam namoro, e com o consentimento dos pais. A lei estava, assim, em descompasso com a vida. Ao culpar a modernidade por supostamente antecipar experiências sexuais, os operadores do direito não percebiam que eles é que estavam colidindo com a tradição.⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ AFCM. Caixa 281, processo nº 747, de 20 de março de 1953, fls. 7-10.

⁴⁸⁹ AFCM. Caixa 238, processo nº 173, de 24 de fevereiro de 1948, fl. 32.

⁴⁹⁰ Em 1968, nas *Alegações finais* para um processo acerca de crime de sedução, o advogado Cícero Borges Bordalo declarou: *"inexperientes, salvo raríssimas exceções, não serão hoje as mocinhas de quatorze anos para cima criadas ao sabor da lamentável desenvoltura de costumes que atualmente impera em todas as camadas sociais. Por obra e graça do rádio, dos cinemas, do teatro, das reuniões dançantes, dos jornais, das revistas e dos romances (mesmo dos chamados romances para moças), dos apertos nos coletivos e da promiscuidade impudica nas praias de banho, qualquer mocinha, já no limiar da puberdade, adquire noções mais ou menos exatas da vida, de quase todos os seus problemas e de quase todas as suas duras realidades [...]"* (AFCM. Caixa 270, processo nº 1574, de 17 de agosto de 1964, fl. 41). Em 23 de setembro de 1962, o jornal *A voz católica* apresentou o texto intitulado Para os brotos, onde lemos o relato de uma professora que censurou *"um broto"*: *"é um brotinho lindo. Tem 13 anos, mas na imaginação nos atos e nos desejos vive dentro dos 17 [...]"*. Interpelada se estava tudo bem, a jovem respondeu que sim e esclarecera: *"a senhora sabe, o amor chega sem avisar e logo toma conta do coração da gente..."*. Assustada, a professora retrucara: *"o que? Você já deixou que ele [o amor] se instalasse assim tão depressa em sua casa, aproveitando e mandando na sua vontade?"*. E a nova resposta: *"ah. Professora, é tão gostoso gostar de alguém!..."*. E a professora então advertira: *"eu também acho, mas você deve gostar das coisas próprias da sua idade. Há tanta coisa fresca e bonita como a sua adolescência. Seus pais ainda devem ser os donos de seu coração de 13 anos"* (Para os brotos. *A voz católica*. Nº 152, de 23 de setembro de 1962, p. 3). Ver também: A idade bela. *A voz católica*. Nº 160, de 18 de novembro de 1962, p. 3.

Capítulo IV

A festa e a fé: sonhos dos trabalhadores e pesadelos dos ordenadores

Foi a partir da ideia de atraso regional que, no pós-30, formulou-se para a Amazônia um projeto político de valorização econômica e de nacionalização do seu espaço.⁴⁹¹ Como ressaltamos anteriormente, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, o Norte do Brasil era percebido por muitos políticos e intelectuais como uma região economicamente problemática. Na perspectiva do governo federal, urgia ocupar e valorizar o espaço amazônico para que ele, definitivamente, se integrasse ao restante do país — sobretudo aos centros hegemônicos. Em 1940, discursando aos comerciantes de Belém, Getúlio Vargas afirmou que:

o Pará, toda a Amazônia, não conseguiu adaptar os métodos de trabalho a essa renovação dos processos de aproveitamento dos recursos naturais. Não é momento de indagar as causas desse retardamento. Talvez a imprevidência, que La Fontaine simbolizou na fábula da cigarra e da formiga, tenha impedido que se aplicasse em obras duradouras, de técnica agrária e industrial, boa parte do abundante ouro extraído da floresta generosa.⁴⁹²

O atraso da Amazônia, segundo Vargas, possivelmente era resultado do predomínio de uma cultura baseada no gozo despreocupado e imprevidente do tempo e no uso oportunista dos recursos da floresta (aos moldes da cigarra descrita pela fábula referida).⁴⁹³ Embasada em tais pressupostos, a política janarista tentou disciplinar o homem regional para que ele pudesse ajudar a alavancar o desenvolvimento do país. Nas escolas amapaenses, as crianças eram orientadas a plantar usando os modernos conhecimentos da agronomia. O conhecimento científico era posto a serviço da exploração mais eficiente dos recursos naturais e do aumento da produtividade agrícola. Os alunos deveriam ser preparados para integrar o mundo da produção, através do qual se integrariam à própria

⁴⁹¹ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Op. Cit.* P. 40.

⁴⁹² VARGAS, Getúlio. Os problemas da Planície Amazônica e o futuro do Pará. In: *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, Vol. VIII, s/d, p. 55-56.

⁴⁹³ No Sudeste, a valorização do trabalho regular e a disciplinarização da vida de homens e mulheres entrava em choque com a chamada “cultura da malandragem” (TOTA, Antonio Pedro. Cultura, política e modernidade em Noel Rosa. *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 15, n. 3, jul-set/ 2001, p. 45-49; e VASCONCELLOS, Gilberto e SUZUKI JÚNIOR, Matinas. A malandragem e a formação da música popular brasileira. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III (O Brasil Republicano), vol. 4, São Paulo: DIFEL, 1984, p. 501-523).

sociedade. A disciplinarização de corpos e mentes deveria levar ao direcionamento da maior parte de suas energias para o trabalho produtivo.⁴⁹⁴

A criação de uma sociedade pautada na ética do trabalho era algo assumido como uma prioridade pelos janaristas. Segundo o delegado Flávio Maroja, o princípio constitucional de que o trabalho era um dever social foi “*um lema que o Governador Janary firmou para os seus auxiliares*” e ao qual ele próprio prestou “*incondicional obediência*”. Por outro lado, Maroja, pressupondo que a ociosidade trazia sempre um risco para a sociedade (dada sua natureza criminógena), argumentou que o Amapá — onde a criminalidade não acompanhara o crescimento populacional — ao invés de se tornar “*um seio de Abraão para os ociosos*”, transformou-se em “*uma organização social perfeita e ajustada*”.⁴⁹⁵ Em 1951, o advogado Aderbal Melo, ao analisar o crescimento do número de crimes praticados na cidade do Rio de Janeiro, sentenciou: “*é a ociosidade a geradora da criminalidade*”. E acrescentou: “*é dessa camada, sem o hábito da árdua batalha diuturna pelo pão sem nódoas em seu miolo, que promana o número sempre crescente do piores facínoras [...]*”.⁴⁹⁶ A centralidade do trabalho no discurso hegemônico desdobrava-se na grande preocupação da classe dirigente com as horas de folga dos que cotidianamente laboravam pela sobrevivência.

Mais do sobreviver, os sujeitos históricos aqui estudados queriam viver. A moralidade que supervalorizava o trabalho era altamente castradora, pois submetia o tempo livre aos imperativos da racionalidade técnica e da produtividade econômica. Por isso, o gozo do ócio (termo carregado de conotações negativas) causava grande preocupação nos grupos dirigentes. Para estes, tal gozo deveria ser: dosado, regulado e (mormente) policiado. Neste capítulo, nos ocuparemos dos desejos, dos prazeres e dos sonhos dos trabalhadores. Sonhos que alimentavam a fé popular (que será, adiante, analisada) e que levavam a excessos catárticos. A vibração onírica deve ser contabilizada pelo pesquisador preocupado em compreender os aspectos latentes das experiências sociais. Somente se vislumbrarmos aquilo que a moral e a pobreza diariamente obstavam ou barravam é que poderemos compreender as íntimas frustrações e as efêmeras experiências emancipatórias dos trabalhadores.

O crescimento de Macapá a partir de 1944 ensejou um aumento e uma diversificação das opções de lazer dos cidadãos. Domingueiras matinais, animadas pelo *jazz-band* da Guarda Territorial, eram realizadas na Fortaleza de São José. Nas tardes de domingo, os trabalhadores podiam usufruir das festas ocorridas no salão de recepção do

⁴⁹⁴ Ver: LOBATO, Sidney da Silva. *Educação na fronteira da modernização Op. Cit.* P. 112-119.

⁴⁹⁵ MAROJA, Flávio. O trabalho como fator do equilíbrio social. *Amapá*. Nº 183, de 13 de setembro de 1948, p. 6.

⁴⁹⁶ MELO, Aderbal. A ociosidade e o crime. *Amapá*. Nº 319, de 21 de abril de 1951, p. 6.

Macapá Hotel. Os cinemas da capital (o Cine-Teatro Territorial⁴⁹⁷ e o Cine João XXIII⁴⁹⁸) eram procurados por públicos de várias idades e preferências. A Rádio Difusora possuía um auditório onde se podia assistir, ao vivo e de graça, a programação dela, que incluía: performances ao piano, shows de calouros, programa infantil (*A hora do guri*), e outros... Estas eram as diversões da chamada Macapá moderna. Apesar de ficarem concentradas na área urbanizada da cidade, tais opções de lazer eram usufruídas pelos moradores de todos os bairros.⁴⁹⁹

Muito populares eram os piqueniques e os banhos na orla do Amazonas. As “praias” de Macapá e de Fazendinha eram ocupadas por dezenas de banhistas nos dias quentes, especialmente nos finais de semana. Referindo-se à pequena praia que ficava junto à Fortaleza, o articulista do jornal *Amapá* destacou em 1950: “quando nas cheias da maré, fica literalmente tomada por banhistas que enchem a tepidez da manhã equatorial com o riso alegre de sua mocidade sadia, com disputa de ‘páreos’ em água e terra, não faltando o matraquear dos motores de pôpa que ziguezagueam pelas redondezas”.⁵⁰⁰ A “maré convidativa” era a alta, quando as águas do “Rio mar” se avolumavam na beira e propiciavam um prazeroso alívio para o calor.⁵⁰¹ Balneários mais afastados do núcleo urbano eram os preferidos para a realização de bebedeiras e encontros amorosos. Em abril de 1952, Ocimar Melo e seus amigos, “a fim de tomar banho”, foram a “uma praia existente para os lados do Beírol, a qual o povo denomina de ‘Araxá’, a fim de tomar banho”, onde se excederam em “libações alcóolicas”.⁵⁰²

Nos anos 60, um grande número de pessoas acorria à praia de Fazendinha, para aí se refrescar e divertir. Preocupados com os possíveis desvios morais, padres e policiais passaram a tentar trazer tais banhistas para a órbita do controle social. Em abril de 1963, o diretor da Divisão de Segurança e Guarda Uadih Charone, “considerando as constantes comunicações chegadas à Chefia de Polícia com respeito a realização de farras e bacanais efetuados nas praias de Fazendinha, por banhistas inescrupulosos” e também “considerando a necessidade da imediata

⁴⁹⁷ Segundo o articulista do jornal *Amapá*, o Cine Territorial de Macapá (que contava com 280 lugares) deveria propiciar não apenas o entretenimento: “é com alegria que observamos o operário, o agricultor, o criador, o comerciante, o escrivão, etc... nos seus ‘bate-papos’ cotidianos, aludindo ao filme e ao seu fundo moral ou social, elogiarem mais essa iniciativa que diverte e educa”. Em 1946, o contrato assinado com a Twenty Century Fox garantiu a apresentação de filmes com longas metragens em Macapá. Nas quintas-feiras ocorriam sessões populares com ingressos custando Cr\$ 3,00. As crianças tinham uma vespéral especial, desde que o filme não fosse considerado “impróprio e prejudicial aos bons costumes que, diariamente, vem aprendendo nas escolas” (Comentário da Semana [seção]. *Amapá*. N. 55, de 06/04/1946, p. 2).

⁴⁹⁸ Foi inaugurado pela Igreja em 1963 (Inaugurado o cinema João XXIII. *Amapá*. N° 1210, de 27 de março de 1963, p. 4).

⁴⁹⁹ Diversões. *Amapá*. N° 252, de 07 de janeiro de 1950, p. 3.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 3.

⁵⁰¹ Em depoimento prestado em setembro de 1949 para um inquérito policial, a paraense de 24 anos Maria José Borges disse que “estando a maré convidativa, [ela e Maria Santos] acertaram tomar um banho de praia, atrás da Fortaleza” (AFCM. Caixa 299, processo n° 348, de 22 de setembro de 1949, fl. 23).

⁵⁰² AFCM. Caixa 275, processo n° 649, de 18 de junho de 1952, fls. 6 e 10.

moralização naqueles locais”, resolveu “*proibir a realização de farras e bacanaís nas praias de Fazendinha*”.⁵⁰³ A proibição não surtiu efeito (duradouro), pois, em outubro de 1964, um articulista do jornal *A voz católica* advertia: “*um pouco mais de cuidado com a praia de Fazendinha*”. E explicava: “*cuidado eu digo, para prevenir desatinos... físicos e morais*”.⁵⁰⁴ Além das praias, lagos e lagoas (um pouco ou muito distantes do centro urbano) também eram utilizados para banhos e passeios. Como os que ocorriam na Lagoa dos Índios e no Laguinho.⁵⁰⁵

Os jogos de azar também eram um divertimento sempre associado degenerescência moral. No dia 30 de abril de 1946 (véspera do Dia do Trabalho), o presidente Dutra, pelo Decreto nº 9.215, proibiu a realização de jogos de azar em todo o território nacional. No jornal *Amapá* de 04 de maio deste ano, lemos que, desde o início do governo de Janary, este “*cancer maldito*” já encontrava todas as portas fechadas nas terras amapaenses.⁵⁰⁶ Já em 23 de junho de 1945, aquele mesmo semanário noticiava: “*quando jogavam a dinheiro, no barracão onde residem, foram pilhados os operários Alcides Ribeiro, baiano, com 25 anos de idade; José Henrique da Silva, alagoano, com 19 anos de idade e José Barroso de Antunes, pernambucano, com 21 anos de idade*”.⁵⁰⁷ Os barracões (juntamente com os subúrbios) eram os principais focos da profilaxia moral promovida pela Polícia. Numa sentença de abril de 1948, o juiz Uriel Sales de Araujo destacou que “*no caso concreto, havia o combate moralizador, por parte da policia, a jogos proibidos e venda de bebidas alcoolicas no barracão onde residiam os operarios empregados na construção do hospital desta cidade*”. Mas, vieram as resistências... Nesta mesma sentença lemos: “*contra essa campanha louvavel, contra essa medida legal, rebelou-se o denunciado, elemento indesejavel*”.⁵⁰⁸

⁵⁰³ Divisão de Segurança e Guarda — Portaria nr. 144/63 – DSG. *A voz católica*. Nº 185, de 12 de maio de 1963, p. 4.

⁵⁰⁴ Luz e sombras [seção]. *A voz católica*. Nº 260, de 19 de outubro de 1964, p. 2.

⁵⁰⁵ Segundo processo criminal, em 09 de junho de 1957, Lucy Araujo e Raimunda Santana alugaram uma bicicleta e foram tomar banho na Lagoa dos Índios, área afastada da cidade e próxima da ponte “*Santa Maria*” (AFCM. Caixa 210, processo nº 1241, de 26 de agosto de 1957, fl. 12). Num outro processo, Alexandra Ramos relatou que, em 26 de agosto de 1956, fora tomar “*um banho num lago situado nas proximidades*” de onde morava — o bairro do Laguinho (AFCM. Caixa 210, processo nº 1191, de 17 de maio de 1957, fl. 7).

⁵⁰⁶ Proibida a prática e a exploração de jogos de azar em todo o território nacional. *Amapá*. Nº 59, de 04 de maio de 1946, p. 1.

⁵⁰⁷ Prêso em flagrante quando jogavam [seção: Ocorrências policiais]. *Amapá*. Nº 14, de 23 de junho de 1945, p. 3.

⁵⁰⁸ Na assentada de testemunhas ocorrida em 05 de abril de 1948, o mestre de obras de 38 anos Julio B. de Araujo (natural do estado do Rio de Janeiro) disse que, após um tumulto no barracão, soube pelo próprio denunciado — conhecido como “*Raimundo Pará*” — “*que este convidara Esmerido Silva Muniz e outros operários da referida construção para que, no dia que a Polícia comparecesse no barracão e suas proximidades fazendo investigações e busca no combate ao jogo e a venda de bebidas alcoolicas nos dias proibidos, eles corressem a Polícia a cacete; que, posteriormente, os operários que se tinham comprometido a fazer o que o denunciado mandara, retiraram seus compromissos e rebelaram-se contra a insistência do denunciado em vê-los arrebanhados para a pratica da violência; que depois desse caso o denunciado abandonou o emprego e, passados mais ou menos dois meses, retirou-se para as ilhas do Estado do Pará*” (AFCM. Caixa 227, processo nº 85, de 15 de maio de 1946, fl. 32). Num processo judicial aqui já mencionado, o bailequense Izidoro Palmerim (carreteiro da doca da Fortaleza) declarou que estava antes no “*Bar Marítimo*” jogando dominó com colegas e fizera questão de ressaltar: “*jogo esse sem ser a dinheiro, mas, apenas por diversão*” (AFCM. Caixa 264, processo nº 1399SN, de 10 de maio de 1952, fl. 6).

Os padres também estavam empenhados nesta cruzada contra a jogatina. Em abril de 1960, o clero local, através de seu semanário *A voz católica*, ressaltou que não condenava a todos os jogos indiscriminadamente. O articulista esclarecia: “*jogar uma canastinha [sic.], de noite, sem outro interesse que o de passar umas horas de lazer, com o único prejuízo do sono perdido, quem diz que é mal?*”. A Igreja condenava sim: o jogo a dinheiro. Isto porque, ainda segundo o referido jornal, o jogador inveterado não jantava mais em casa, saía do trabalho e ia direto para as casas de jogo, furtando-se ao convívio com esposa e filhos, o que resultava num afrouxamento dos laços familiares. A jogatina, assim, era vista como uma patologia social que obstava a formação de um trabalhador providente e como um mal que corroía a suposta harmonia dos lares cristãos.⁵⁰⁹

Algumas modalidades de lazer eram consideradas apanágio masculino. Era o caso do futebol. Esporte que era, de longe, o mais popular em Macapá. Por isso, merece ser objeto de estudos mais pormenorizados. Governo, Igreja, empresas e bairros criaram seus times. A hora do jogo oferecia uma oportunidade de constituição de novos laços de solidariedade. Era também um momento de

Imagem 14: Fotografia de meninos brincando de pelada na orla de Macapá (década de 1970).

revigoramento da camaradagem cultivada dentro dos mundos do trabalho. Mais do que nos campeonatos oficiais, isto ocorria durante as peladas. Como um pequeno carnaval, a pelada era um momento de suspensão momentânea das hierarquias sociais. Uma experiência genuinamente democrática, mais regida pelo companheirismo do que por rigorosas regras. A respeito de uma pelada que se realizava no campo do Aeroclube de Macapá, José Tostes escreveu em dezembro de 1957: “*se alguém pensa que o Governador, chutando a bola, o sergente, no arco, engole frango, está enganado... que o chefe da repartição não leva tranco do contínuo!... que ali há hierarquia!?*”. E prossegue: “*nada disso!... O que há, ali, não é bem futebol... mas é pelada, no duro. O*

⁵⁰⁹ Pai e jogador. *A voz católica*. Nº 26, de 24 de abril de 1960, p. 4.

que há de verdade, ali, é puríssima democracia [...].⁵¹⁰ Nos descampados, praças e praias de Macapá, crianças e adultos entregavam-se a esta efêmera democracia futebolística.

A paixão pelo futebol também se traduzia na adesão a este ou aquele time. As atuações das agremiações eram, frequentemente, tema das animadas e ruidosas conversas de botequim.⁵¹¹ Isto porque, à noite, a capital amapaense ganhava uma vibração nova. Não aquela dos músculos crispados no estafante labor diário. Era a vibração mais espontânea e emotiva dos bate-papos entre amigos, regados pelas libações alcóolicas. O rápido crescimento da urbe macapaense poderia ser bem representado pelo vigor de seus entretenimentos noturnos. O grande número de clubes e botequins existentes evidenciava uma pujante movimentação de amantes da boemia. É o que se depreende de vários relatos encontrados nos processos judiciais, como o do funcionário da ICOMI Pedro Gomes (paraense de 25 anos), que, no dia 24 de agosto de 1957:

saiu de sua referida residência, por volta das vinte e uma horas e sabendo que realizava-se uma **festa dançante de aniversário** , no bairro do ‘Trem’, para ali se dirigiu, indo sozinho; que, imediatamente entrou na festa, pois tinha alguns conhecidos na mesma que facilitaram a entrada do declarante; que, entre esses amigos um deles tinha um litro de gin, tendo porisso o depoente tomado alguns goles com guaraná; que, em seguida passou a dançar, tendo conseguido uma namorada, ficando juntamente com ela até por volta [das] vinte quatro horas, saindo em seguida e casualmente passou em frente a sede do **Latitude Zero** e parou um pouco, não se demorando muito, porque nessa ocasião passou uma camionete da Icomi e o conduziu para a sede do **Amapá Clube**, onde mora conforme disse acima; que, sentindo fome o declarante foi até o **Society Café** e ao chegar encontrou-se com um seu conhecido que informou estar o seu colega de serviço, Manoel da Conceição, bastante alcoolizado e ter se dirigido para **a piscina**; que, imediatamente, dirigiu-se para a piscina, afim de trazer o seu referido colega.⁵¹²

Frustrando as investidas normalizadoras que a ICOMI fazia no sentido de enquadrar sua “*mão-de-obra*” dentro das estreitas expectativas do capitalismo industrial, funcionários desta empresa — como Pedro Gomes — usavam seus momentos de folga para se divertir em farras (que, em geral, combinavam o usufruto de bebidas alcóolicas e da prostituição) nos botequins de Macapá.⁵¹³ Os divertimentos noturnos desta cidade suscitavam o despreocupado gozo do corpo, do tempo e da vontade. Três coisas que a

⁵¹⁰ TOSTES, José Barroso. A pelada. *Amapá*. N° 887, de 08 de dezembro de 1957, p. 3.

⁵¹¹ Vejamos um exemplo... Num inquérito policial de setembro de 1946, o comerciante Francisco Serrano depôs que fora chamado pelo advogado Lauro Sodré Gomes “*para uma reunião no botequim de João Vieira de Assis*” e que, quando foi atender a tal chamado — na Praça Capitão Assis de Vasconcelos — avistou Sodré Gomes ansioso na calçada. Neste momento, Serrano fora avisado pelo jogador apelidado “*Labrione*” que, minutos antes, houvera naquele botequim uma discussão acerca de clubes de “*foot-baal*”, no meio da qual veio à baila o nome dele (Serrano). Este, para evitar incidentes, retornou a sua casa (AFCM. Caixa 224, processo n° 1469, de 02 de outubro de 1946, fl. 12).

⁵¹² Colocamos em destaque (negrito) os lugares de entretenimento visitados por Pedro Gomes em apenas uma noite (AFCM. Caixa 255, processo n° 1219, de 21 de novembro de 1957, fl. 23).

⁵¹³ PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Os mineiros da floresta*. Op. Cit. P. 103.

disciplina capitalista cotidianamente teimava em tentar arrancar do controle dos homens. De modo subversivo e efêmero, as noitadas nos bares e lupanares propiciavam aos trabalhadores uma retomada do governo de si. Os “excessos” e o riso catártico rechaçavam a conduta regrada e o tom artificialmente sério das horas do trabalho e do dever. Bem compreendendo este antagonismo moral, em 1949, Álvaro da Cunha escreveu, no poema *Noturno de Macapá*, os seguintes versos: “*ah! Boêmios! Essa reputação de moço sério,/ ou o esforço de manter tal atitude,/ como pésa, as vezes!/ Ver a vida passar todos os meses,/ com ela a juventude/ e o corpo a caminhar pro cemitério*”.⁵¹⁴ A boemia possuía uma moral própria, contrária à limitação e à procrastinação do prazer — imperativos dos forjadores do cidadão-trabalhador. No escuro, nos lugares escondidos e afastados dos olhares era que o hedonismo poderia expandir-se. E, nos meios sérios, este somente poderia apresentar-se com licença poética.

Poetas boêmios recorrentemente queixavam-se da vida cotidiana — seara repleta de frustrações. Na poesia *Cabaré da angústia* (de 1956), o poeta paraense Georgenor Franco escrevia: “*nos copos de cerveja que se esvaem/ há a tristeza de poetas líricos/ e a esperança de sonhos incompletos*”.⁵¹⁵ Alegrias e tristezas encontravam grata acolhida nos botequins. Abafados nos ambientes sérios, os dramas pessoais podiam ser francamente expostos na mesa de bar. Aí, a solidariedade mais rapidamente se fortalecia e a camaradagem dos trabalhadores virava cumplicidade e amizade. O autor de *Cabaré da angústia*, ao tematizar “*a esperança de sonhos incompletos*”, inspirara-se no então comentado poema *Sermão da mágoa*, de Arthur Neri Marinho. Nesta verdadeiramente bela composição, lemos: “*meu coração é público, Senhores!/ é como o botequim dali da esquina,/ À turba não ilude/ sempre a de ter lugar aos sofrendores*”. E mais adiante conclama: “*entrai, ó legião de sofrendores,/ neste templo onde o ódio não existe./ Entrai que a casa é grande e há hospedagem/ suficiente para a turba triste...*”.⁵¹⁶ O botequim era a antítese da racionalidade técnica. Aí o homem não precisava fingir ser uma máquina, ou um ser destituído de sentimentos. Aí ele poderia expor suas fraquezas e decepções, bem como ensaiar uma cura para os males d’alma.

⁵¹⁴ CUNHA, Álvaro da. *Noturno de Macapá*. *Amapá*. Nº 250, de 24 de dezembro de 1949, p. 3. Cunha nascera em 1923 e era belenense. Mudou-se para o Amapá em 1946. Publicou diversos poemas no jornal *Amapá* e na *Revista do Amapá*. Em 1952, com José Pereira da Costa e Márcilio Vianna, fundou a revista literária *Latitude Zero*. Janarista até o início da década de 1960, ele dirigiu por vários anos a assessoria técnica do governo territorial. No campo literário, publicou: *Pássaros de chumbo* (em 1951), *Modernos poetas do Amapá* (em 1960, com a colaboração de Ivo Torres e outros) e *Amapacanto* (1986). Ver: CUNHA, Álvaro da *et al.* *Modernos poetas do Amapá*. Rio de Janeiro: Lux, 1960, p. 71.

⁵¹⁵ FRANCO, Georgenor. *Cabaré da angústia* [que então compunha o livro inédito *Poemas dentro da noite*]. *Amapá*. Nº 750, de 05 de julho de 1956, p. 2.

⁵¹⁶ “Sermão da mágoa”. *Amapá*. Nº 751, de 08 de julho de 1956, p. 4. Arthur Neri Marinho era chavense (nascido em 1923). Em 1946, começou a trabalhar no gabinete do governador do Amapá e foi diretor da Imprensa Oficial do Território. Seus escritos literários foram publicados em jornais e revistas amapaenses (por exemplo: na revista *Rumo*) e paraenses (p. ex.: na revista *Amazônia*). Cf.: Álvaro da *et al.* *Modernos poetas do Amapá*. *Op. Cit.* P. 37.

A boemia concentrava-se e ganhava força na doca da Fortaleza. Conforme afirmamos no segundo capítulo, este lugar, durante o dia, recebia dezenas de embarcações vindas de vários pontos da Amazônia e do restante do Brasil. Chegada a escuridão, a doca era tomada pelos notívagos que buscavam seus pequenos bares para rápidos aperitivos ou demoradas farras. Alcy Araújo era “o poeta das docas e dos cais”. Ele escrevia sobre a interinidade da vida nestes lugares: “sou feito de ondas/ de algas de salsugem/ de barcos voltando/ para a renovação de partidas”.⁵¹⁷ Em Belém, Araújo era tão entregue à inebriante vida noturna da área do cais, que seu amigo Georgenor Franco chegou a temer que ele viesse a sucumbir, juntamente com sua poesia: “tememos até, eu e [Carlos] Lima, amigos de sempre, que Alci naufragasse, não vencido pelas ondas do mar, da Baía do Guajará, mas pelas ondas violentas de uma boemia desregrada, que estava talvez, a comprometer o seu próprio valor poético”.⁵¹⁸ Mas, ao se mudar para Macapá, Alcy Araújo não se afeiçoou à doca da Fortaleza. Ele adotou o moderno e maquinizado Porto de Santana, um cais “mais pesado,/ carregado de idealismo e de metais,/ com apitos de locomotivas egressas do ventre das montanhas,/ — um navio imenso fecundando as entranhas/ de outros navios menores/ na cópula pesada do minério”. Em seguida, Araújo esclareceu: “não mais bares das docas,/ — agora o barracão,/ não mais os marinheiros bêbados,/ agora o operário suarento./ Não mais o ranger obsoleto dos guindastes,/ — agora a sinfonia das modernas britadoras”.⁵¹⁹

Assim, a doca da Fortaleza ficou sem seu aedo. Aliás, o poeta Álvaro da Cunha foi um dos detratores dela. Um ano e meio antes de escrever *Noturno de Macapá* (em julho de 1948) ele, como “moço sério”, advertia que estava surgindo em Macapá um grande número de botequins de suspeita higiene e de questionável utilidade social. Os botequins enquistados deveriam, segundo Cunha, ser objeto de severo controle, “pois é sabido que na maioria das cidades é sempre mais calamitosa a praga do alcoolismo e de outras doenças sociais quanto mais disseminado fôr o número dos estabelecimentos de ócio e dos centros de dissipação”.⁵²⁰ A profilaxia social, deste modo justificada, visava salvaguardar a moral familiar (do discurso hegemônico) descrita no capítulo anterior. Em outras palavras, a doca deveria ser higienizada física e moralmente para o bem de toda a cidade. A percepção depreciativa do entorno do igarapé da Fortaleza tinha ampla ressonância. Em suas alegações finais para um

⁵¹⁷ ARAÚJO, Alcy. “Chorando mar”. *Poemas do homem do cais*. Rio de Janeiro: MEC Editora, 1983, p. s/n. Alcy Araújo nasceu no município de Bragança (Pará), em 1924. Entre 1941 e 1953 trabalhou para vários jornais paraenses. Em meado de 1953, aceitando convite de Álvaro da Cunha, ingressou no funcionalismo público do Território do Amapá, onde se tornou oficial e (depois) chefe de gabinete do governador. Foi diretor da Imprensa Oficial do Território. Além de *Poemas do homem do cais*, publicou o livro poético *Autogeografia*. Cf.: Álvaro da et all. *Modernos poetas do Amapá*. Op. Cit. P. 9.

⁵¹⁸ FRANCO, Georgenor. O poeta das docas. *Amapá*. Nº 758, de 02 de agosto de 1956, p. 4.

⁵¹⁹ *Ibidem*, p. 4.

⁵²⁰ CUNHA, Álvaro da. “D.D.T.”. *Amapá*. Nº 177, de 31 de julho de 1948, p. 4. O título deste artigo já indica a carga de estigmas que o autor estava jogando sobre a doca, pois o D.D.T. é um veneno muito forte que até alguns anos atrás foi utilizado para afastar pragas e matar insetos.

processo em torno de crime de sedução, o advogado José Dionísio da Silva Barros, após perguntar “*que vida levava Raimunda?*”, apresentou sua apreciação sobre a suposta vítima, argumentando:

evidentemente a vida de Raimunda estava muito longe de ser a da de menor “absolutamente inexperiente”, como é apresentada na denúncia. Além do mais, residindo a ofendida à margem esquerda do Igarapé da Fortaleza, não podia ser um produto infenso às influências do meio. O Exmo. Doutor Juiz conhece que a margem esquerda do Igarapé da Fortaleza, ou seja, na doca, é onde estão localizadas as barracas ou botequins que servem os tripulantes dos barcos que ali aportam, e onde, como em toda parte, se situa preferencialmente o meretrício, quando determinações da polícia não o afastam para outra parte.⁵²¹

Percebida como espaço crimínogeno e fonte de degradação humana, a doca era objeto de frequente policiamento. Igualmente era vista como algo feio que, lamentavelmente, ficava na frente de Macapá.⁵²² No pós-64, o governo territorial fez desaparecer este lugar. Depois do grande incêndio da noite do dia 28 de novembro de 1967 (que destruiu muitas das palafitas aí existentes), os desabrigados foram transferidos para outras partes da cidade. Foi construído, então, um canal com o leito concretado e cujas margens foram aterradas.⁵²³ Em todo o período enfocado neste estudo, a doca foi, além de um espaço de comércio e moradia, um importante centro de divertimentos populares. Seus botequins e lupanares atraíam homens de toda a cidade, e também de fora dela. Seu apagamento da cartografia urbana deu-se em nome do ideal de uma Macapá higienizada e moralizada...

Como afirmamos acima, os botequins ensejavam o fortalecimento dos laços de companheirismo e amizade. Em entrevista, Arlindo Oliveira nos disse: “*eu gosto muito de*

⁵²¹ AFCM. Caixa 299, processo nº 257, de 02 de fevereiro de 1949, fl. 52.

⁵²² Durante uma entrevista, o ex-piloto do governo territorial Arlindo Oliveira relatou-nos: “*a ‘Beira’ era aí, onde é o comércio hoje. Aquilo tudo era madeira. A maioria era formada por judeu ou turco. Houve um incêndio. Disseram que aquilo foi ideia do governo, mas eu acho que não (era muita maldade). Queimou tudo, começaram do zero. Aí começaram a fazer comércio de alvenaria [...]. E o mercado era ali. Aquilo era palafita, tinha até prostituição. Uma vez eu fui fazer compra lá e eu vi uma mulher sair de dentro d’um buraco daqueles, completamente nua [...]. No bar, de vez em quando você tem ideias interessantes: um disse que faria daquele mercado uma área de artesanato; eu o quartel da guarda municipal, ‘porque eu tenho andado por aí e quase todos os quartéis da guarda municipal que eu vejo é mais ou menos naquele estilo’. E outro disse ‘não pode ser’, e ficou aquela história lá. Eu disse: ‘olha é melhor do que implodir, melhor do que a ideia do Gil Gato de meter embaixo. Resolvia dois problemas: a prostituição e a jogatina’. Uma vez mataram um cara lá com negócio de jogo, de jogo de baralho [...]. Voltando ao incêndio que atribuíram ao governo, que não queria aquele negócio que era feio... Os caras vinham para cá, queriam ganhar dinheiro, não queriam saber de investir. Só queriam ficar naquilo ali. Vender naquele negócio todo. E hoje ainda existem muitos deles aqui. Aliás, deles não, os descendentes. Foi o velho JK que trabalhou muitos anos pra construir aquilo ali (o Romen). Mas, naquela época era muito feio aquele pedaço ali, principalmente até ali aquela área da ponte [da Rua Cândido Mendes]. Ali, bem no canto tinha um bar chamado Bar Caboclo que era de madeira, mas não foi atingido, porque o incêndio foi mais daquela passagem para trás” (Entrevista com Arlindo Silva de Oliveira, realizada em 13 de outubro de 2006).*

⁵²³ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. *Na ilhargia da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão*. Op. Cit. P. 181-192.

frequentar bar, não para beber, para fazer amizade".⁵²⁴ Mas, os bares também oportunizavam desentendimentos, acaloradas discussões e brigas. Tomando o botequim como um "observatório popular"⁵²⁵ e partindo da análise das rixas entre os boêmios, podemos entender todo um amplo espectro de valores e práticas. No Baixo Amazonas, as brigas manifestavam uma concepção popular de justiça. A tradição do uso privado da violência fortaleceu-se em áreas que por décadas ficaram fora do alcance das forças policiais, do judiciário e das demais agências do poder estatal. Em dezembro de 1947, nas suas alegações finais para um processo criminal em torno de lesões corporais, o advogado Marcílio Felgueiras Viana argumentou: "*o logar poção do Matapí como também nas suas adjacências jamais possuiu sequer uma escola. A grande tradição pelo ser costume e mesmo por não saberem a quem se dirigir, éra da Justiça pelas próprias mãos*".⁵²⁶

Em geral, as comunidades de vizinhança reconheciam as brigas como meios legítimos de solução de conflitos. Tal reconhecimento ficava evidente quando os vizinhos decidiam não interferir na luta corporal. A interferência ocorria apenas em situações especiais — principalmente: quando se tratava do desdobramento de um litígio entre famílias (o que fazia vir à tona a solidariedade doméstica⁵²⁷) e quando ocorria a necessidade de se reestabelecer um equilíbrio entre os litigantes (como quando um estava armado e o outro não⁵²⁸). O que observamos nas brigas narradas nos processos criminais é que elas não

⁵²⁴ Entrevista com Arlindo Silva de Oliveira, realizada em 13 de outubro de 2006.

⁵²⁵ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Op. Cit. P. 312.

⁵²⁶ AFCM. Caixa 240, processo nº 90, de 25 de maio de 1946, fl. 38.

⁵²⁷ Ver por exemplo: AFCM. Caixa 286, processo nº 1159SN, de 06 de janeiro de 1946; e AFCM. Caixa 210, processo nº 111, de 19 de setembro de 1946.

⁵²⁸ No dia 17 de julho de 1952, Antonia Cardoso compareceu diante de uma autoridade policial para esclarecer os fatos relativos a uma briga ocorrida "*na baixa do bairro da Favela*" e declarou: que quando passara em frente a casa de Ana Gemaque, esta, armada de pau, lhe ofendera com vocabulário "*pornográfico*" e jogara-lhe uma tigela de louça na frente; que, em seguida, Ana sacou uma navalha que trazia entre os seios e desferiu um golpe no pescoço da depoente; que quando Ana quis golpeá-la uma segunda vez, a irmã da declarante, Domingas Cardoso, a desarmou, ocorrendo em seguida a intervenção do motorista da Olaria, que pôs fim a briga; que a depoente viera trazer o fato ao conhecimento da Polícia e, em seguida, foram trazidas no "*jeep*" da Polícia, a irmã da depoente e Ana; "*que há tempos existe certa animosidade entre a declarante e Ana*". No dia seguinte Ana Gemaque declarou na delegacia: "*que, há muito tempo existe inimizade entre si e sua colega de infortúnio*", pois "*ambas exercem o meretrício, inimizade esta proveniente de intrigas entre vizinhos*"; que Antonia frequentemente comentava em público sobre o defeito físico que a declarante possuía no olho direito, insinuando a suas companheiras chamarem a depoente de "*Burra cega*"; que, no dia anterior, ao ir ao comércio comprar azeite, cruzou com Antonia, que fez uma provocação à qual a declarante respondeu que ela se aquietasse para evitar confusão, o que foi o suficiente para que Antonia investisse contra ela, com uma "*rempada*" de sarrafo de madeira no braço esquerdo; que a declarante, em troca, deu-lhe com a tigela (na qual traria o azeite) na testa; que a depoente levou um soco durante a luta que travaram e, enraivecida, pegou a navalha que trazia no seio; que Antonia trazia um canivete no seio, mas a declarante o viu e pegou; que no auge da briga, apareceu um motorista que parou seu caminhão e apartou as contendoras; que Antonia e suas companheiras estavam todas contra a declarante. No dia 23 de julho, Domingas Cardoso depôs à Polícia: que quando chegou ao local da briga, sua irmã já estava ferida no pescoço e ela (Domingas), com muito custo, conseguiu puxar a navalha da mão de Ana; que havia várias colegas com a depoente assistindo a briga, porém, nem a depoente e nem qualquer uma delas tomou parte na briga; "*que essa briga foi originada de antiga rixa existente entre Ana e Antonia, motivada de intrigas domésticas*"; que a navalha que lhe era apresentada fora a que a depoente tirara de Ana

podem ser tomadas como sintomas de anomia social — ou do “estado de natureza” hobbesiano. Pelo contrário, as rixas eram esforços no sentido de diluir tensões, de (re)estabelecer hierarquias, de reparar danos (em geral, algo atrelado à honra da pessoa). Tratava-se da garantia e do reforço de uma ordem: da micropolítica de grupos e comunidades. A associação da briga a desordem ou a “questões de somenos importância” nascia do estereótipo de que as camadas populares formavam um ente ameboide, instável e destituído de qualquer norma própria.

Feitas estas importantes ressalvas, podemos voltar à questão das brigas ocorridas nos botequins. Elas aconteciam principalmente por dois motivos: a honra e a valentia masculinas. Não podemos entender nenhuma das duas sem inseri-las na estrutura de sensibilidade machista, que tinha raízes profundas na hegemonia dos modelos androcêntricos de então. A honra masculina estava assentada nas noções de força, de virilidade, de destemor e honestidade.⁵²⁹ O uso da palavra “fresco” para caracterizar alguém era uma das ofensas que comumente causavam brigas.⁵³⁰ Em julho de 1952, o motorista paraibano de 28 anos Severino de Almeida depôs num inquérito policial que agredira Caetano de Souza, no bar de Aurélio Dantas (em Porto Grande), porque este: o chamou de “Cabra sem vergonha”, usou expressões pornográficas e depois o chamou de “fresco”, “além de outras palavras ofensivas a dignidade do homem”.⁵³¹ Já em dezembro de 1958, a meretriz Maria Raimunda (paraense de 19 anos) declarou à Polícia que era empregada do *Bar Caipira*, aonde presenciara uma discussão na qual L. Borges taxara Raimundo Nonato de “fresco” e este chamara aquele de “veado”. Luiz fora então contido por Pedro e Aldo. Após ouvir gritaria, Maria Raimunda correrá para fora e aí achará Raimundo com um ferimento no

(AFCM. Caixa 262, processo nº 695, de 11 de setembro de 1952, fls. 7-8, 12). Ver também: AFCM. Caixa 286, processo nº 1159SN, de 06 de janeiro de 1946.

⁵²⁹ Um exemplo de como a honestidade era importante para a honra masculina foi o conflito entre Raimundo Pereira Duarte e o administrador da Olaria Territorial, apresentado no segundo capítulo.

⁵³⁰ À luz dos autos por nós analisados, é possível afirmar que o uso de expressões racistas e de termos como “corno” com pouca frequência geravam rixas. No atinente a expressões racistas ver: AFCM. Caixa 275, processo nº 579, de 11 de dezembro de 1951; e AFCM. Caixa 262, processo nº 219, de 23 de dezembro de 1952. Já no relativo a utilização da ofensa com o termo “corno”, destacamos o seguinte caso: em 13 de dezembro de 1962, Durval Santa Brígida (funcionário público e residente na Av. Prof.^a Cora de Carvalho, s/n) apresentou queixa (através do advogado Alcino da Costa Bahia) contra Otaviano Souza, por este, dias antes, no Bar Sol Risal, ter proferido injúrias contra o querelante, chamando-o de “corno” na presença de várias pessoas e investindo contra o mesmo — sendo, porém, contido. Por tal ato, “além de o querelado ofender-lhe a dignidade”, trazia à baila a lembrança da esposa deste, “respeitável e virtuosa mãe de família apesar de pobre” (AFCM. Caixa 270, processo nº 1504, de 10 de janeiro de 1963, fls. 2-3). Ver também: AFCM. Caixa 170, processo nº 1447, de 14 de novembro de 1961, fl. 23.

⁵³¹ AFCM. Caixa 275, processo nº 687, de 22 de agosto de 1952, fl. 8.

peito, do qual saia muito sangue, enquanto Luiz se afastava com um canivete de lâmina longa.⁵³²

A valentia masculina também figurava entre as causas mais comuns de rixas nos botequins. Ela implicava na imposição da autoridade de um homem sobre outro, através da força e da habilidade em lutas corporais. Quando, no meio de uma discussão no Hotel Macapá, o jogador de futebol Roxinho disse que A. Pimentel “*tinha a mania de querer ser valente*”, quis indicar que este não conseguia impingir medo em ninguém, apesar de pensar o contrário.⁵³³ A valentia não era simplesmente algo que alguém podia reclamar para si. Ela dependia do reconhecimento de um “*tribunal da reputação*”, formado por observadores aptos a divulgar os atos de coragem que testemunhavam.⁵³⁴ O botequim, por abrigar uma sociabilidade predominantemente masculina, era um bom lugar para demonstrações de impetuosidade e força. Casos havia em que o sujeito alcoolizado acabava “*tornando-se perigoso e valente*”.⁵³⁵ Mas, apenas alguns conseguiam, verdadeiramente, alcançar grande fama. Era o caso de Raimundo Serra, “*homem temido na região [de Ferreira Gomes] pela sua valentia e força física*”. No processo acerca do assassinato dele, encontramos o depoimento do motorista José Cordeiro (ocorrido em junho de 1957), para quem Serra abusava de sua compleição física para ser valente. Cordeiro afiançou que em Ferreira Gomes muita gente “*levantou as mãos para o Céu quando soube de sua morte*” e que no Paredão “*a satisfação foi geral*”. O braçal Carlos Leal declarou que corria longe a fama Raimundo, porque dera pancada em muita gente e porque “*não havia nem um outro que lhe pudesse resistir*”.⁵³⁶

A Polícia reprovava e combatia a valentia. Em 14 de julho de 1945, o jornal *Amapá* noticiou a prisão de três trabalhadores do vale do rio Matapi, destacando: “*ali, são dados a*

⁵³² AFCM. Caixa 286, processo nº 1310, de 22 de fevereiro de 1959, fl. 5. Independentemente de ocorrer ou não no botequim, a ofensa com o adjetivo “*fresco*” gerava brigas. Vejamos alguns exemplos... No dia 05 de maio de 1951, foi realizado o interrogatório presidido pelo juiz U. Araújo, no qual “*Cassiporé*” depôs: que não eram verdadeiras as acusações feitas contra ele, pois os ferimentos de R. Lemos decorriam da queda deste; que tinha constantes desentendimentos com a ex-sogra, que o chamou de “*fresco*” — sendo “*que essa palavra tem significado muito deprimente na linguagem do povo*” — o que foi suficiente para que ele investisse para agredi-la. Em sua peça de defesa, o advogado de “*Cassiporé*” afirmou que este foi recebido por sua sogra com insultos, sendo chamado de “*fresco*”, “*cujas traduções populares são pederasta passivo*” (AFCM. Caixa 299, processo nº 352, de 19 de setembro de 1949, fls. 31-33). A outra face da moeda da densidade ofensiva da palavra “*fresco*” é a força da homofobia no cotidiano dos homens. É o que se depreende do depoimento do ajudante de pedreiro “*Manoelzinho*” (cearense de 16 anos residente no Trem), que disse à autoridade policial que dias antes fizera aniversário; mas, não autorizara ninguém — e muito menos Luiz Santos (indivíduo “*anormal*”) — a comemorar isto com festa. Disse ainda que era “*absolutamente mentirosa e falsa*” a alegação de Luiz dos Santos “*de manter com ele, como sujeito ativo, contato anal, pois não é como ele nenhum degenerado, mesmo ativo*” (AFCM. Caixa 255, processo nº 1206, de 29 de abril de 1957, fl. 6). Ver também: AFCM. Caixa 262, processo nº 623, de 22 de abril de 1952, fl. 34; e AFCM. Caixa 281, processo nº 865, de 19 de dezembro de 1953, fl. 3.

⁵³³ AFCM. Caixa 262, processo nº 628, de 08 de maio de 1952, fl. 5.

⁵³⁴ SILVA, Fernando Teixeira da. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. In: BATALHA, Cláudio H. M. *et. all* (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas-SP: UNICAMP, 2004, p. 211.

⁵³⁵ AFCM. Caixa 272, processo nº 966, de 25 de novembro de 1957, fl. s/n.

⁵³⁶ AFCM. Caixa 210, processo nº 1180, de 19 de julho de 1957, fls. 6-7, 45.

valentes, mas o Comissário, não acreditando nessa bravura recomendou-os em ofício à Polícia desta Capital, e, aqui, aconselhados, compreenderam de que não é profissão nobre essa espécie de valentia”.⁵³⁷ Por um lado, o uso da luta corporal pelos trabalhadores visava promover o desempate entre litigantes e, no caso da valentia, definir os camaradas mais dignos do poder de mando. Por outro lado, a punição dos valentões e o esforço para inibir as brigas visavam trazer para o braço policial do estado o monopólio da violência. A Guarda Territorial procurou impor-se como única mediadora dos desentendimentos cotidianos. Percebendo os espaços de lazer como focos de possíveis conflitos, aí esta Guarda foi imiscuir-se. Conforme temos enfatizado, sua finalidade era também “*policar os costumes*”, ou seja: coibir práticas que afastassem o trabalhador dos “*excessos*” indesejáveis do ponto de vista da ética do trabalho disciplinado e do ideal da família higienizada e moralizada.

No seu relatório de 1944, o Diretor do Departamento de Segurança Pública e Guarda Paulo Eleutério Cavalcanti de Albuquerque afirmava: “*o Departamento vem dedicando seu maior empenho na redução do consumo de bebidas alcóolicas, punindo severamente os seus infratores; na proteção de menores de ambos os sexos*”. E mais: “*policinando permanentemente as festas e outros meios de diversões populares, impedindo que as crianças participem de reuniões incompatíveis com suas idades; na manutenção dos costumes morais, no respeito à propriedade, no direito ao trabalho e na repressão à vadiagem, tudo isso mediante às ordens aos elementos policiais e portarias amplamente divulgadas, com minuciosas instruções, em todo o Território*”.⁵³⁸ Com muitas dificuldades, os guardas tentavam realizar estes intentos. Criada pelo Decreto nº 8 (de 17 de fevereiro de 1944), a Guarda Territorial tinha caráter civil e, além dos trabalhos relativos à “*manutenção da ordem*”, deveria ocupar-se da “*construção de edifícios, estradas e caminhos, [e de] todos os trabalhos de utilidade pública relacionados com saneamento, transporte e povoamento, colonização e incremento da produção*”.⁵³⁹ Portanto, o guarda era um factótum do governo ou alguém cuja identidade profissional tinha contornos bastante elásticos. Ademais, os chefes da corporação tinham que trabalhar com um número de subordinados cada vez mais insuficiente, devido ao rápido crescimento populacional macapaense.⁵⁴⁰ Quando não eram fixados para fazer atendimentos em delegacias e postos, os guardas trabalhavam no patrulhamento de locais e

⁵³⁷ Eram valentes na zona onde residem [seção: Ocorrências policiais]. *Amapá*. Nº 17, de 14 de julho de 1945, p. 3.

⁵³⁸ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. Cit. P. 115. Grifos nossos.

⁵³⁹ Atos do Governo do Território Federal do Amapá. *Amapá*. Nº 04, de 04 de abril de 1945, p. 4.

⁵⁴⁰ Um articulista do jornal *A voz católica* destacou, em maio de 1963 (um momento de grande tensão entre governo e trabalhadores, que detalharemos no próximo capítulo), que o Tenente Uadih Charone estava espalhando guardas em todos os cantos da cidade e acrescentou: “*mais não pode fazer, o chefe de polícia, como é seu ardente desejo, por falta de homens*” (Repórter curioso [seção]. *A voz católica*. Nº 184, de 05 de maio de 1963, p. 3).

momentos classificados como criminógenos. Era o caso das festas populares, dentre as quais se destacava o carnaval.

Há, na historiografia, um fértil debate sobre a natureza do carnaval. Alguns estudos defendem a tese de que ele exerce uma função estabilizadora, porque é uma “*válvula de escape*” para tensões sociais. Já outros argumentam que a folia carnavalesca é uma experiência que fortalece uma percepção subversiva da sociedade, porque retira momentaneamente a sacralidade do poder e, assim, expõe normas e convenções ao ridículo. Não cabe aqui remontar em detalhes este debate. Podemos, entretanto, afirmar que a leitura atenta da própria historiografia indica: a) que ambas as coisas (a função estabilizadora e a subversiva) estão presentes no carnaval; b) que o predomínio de uma ou de outra depende dos condicionantes históricos (o que inviabiliza a adoção de uma regra universal).⁵⁴¹ O ciclo momesco em Macapá ensejava inversões sociais e, por isso, era também o maior dos pesadelos dos ordenadores. A atmosfera de licenciosidade tomava conta da cidade. As distinções sociais eram diluídas, gerando ambiguidades e estranhamentos. Mas, alguns demarcadores sociais eram mantidos — e até reforçados.

Às vésperas da Quaresma, as ambiguidades causadas pela carnavalização da vida podiam propiciar grandes confusões. Foi o que aconteceu na noite dia 05 de março de 1946. Ocorria o baile carnavalesco do Esporte Clube Macapá e o ponteiro do relógio estava algo próximo das duas horas da madrugada quando se iniciou uma briga, envolvendo várias pessoas. Os guardas ali presentes correram com cassetetes em punho a fim de intimidar e apartar os participantes da luta (uma troca caótica de socos, empurrões, pancadas, pontapés e cadeiradas). No meio do tumulto, o guarda José Santiago (acreano de 19 anos) teve a infelicidade de segurar Paulo Moacir de Carvalho pela gola e de repreendê-lo agressivamente. Santiago não sabia que se tratava da “*segunda pessoa do Governador*”. Mas, seria difícil para o jovem guarda supor que estava repreendendo o presidente do Esporte Clube Macapá, pois Moacir de Carvalho “*estava fantasiado de caboclo ou cousa parecida*”. Se nos

⁵⁴¹ No erudito estudo *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*, Mikhail Bakhtin defende a tese da natureza subversiva do carnaval. Segundo ele, durante a Idade Média, “*ao contrário da festa oficial, o carnaval era o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Era a autêntica festa do tempo, a do futuro, das alternâncias e renovações. Opunha-se a toda perpetuação, a todo aperfeiçoamento e regulamentação, apontava para um futuro ainda incompleto*” (BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 6 ed. São Paulo: Hucitec; e Brasília: UNB, 2008, p. 8-9). Outra é a tese defendida pelo antropólogo Roberto Da Matta, que afirma: “*seria ingênuo supor que o Carnaval apenas neutraliza e inverte as oposições e posições sociais do cotidiano, abolindo suas dimensões de contraste. Na realidade, as inversões do Carnaval — precisamente pelo fato de permitirem o aparecimento aberto de comportamentos e fantasias abusivas a moralidade diária — terminam por provocar a confiança na ordem*” (DA MATTA, Roberto. *Ensaio de antropologia estrutural*. 3 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1977, p. 58). Um balanço geral da bibliografia que trata do carnaval pode ser encontrado em: SOIHET, Rachel. Reflexões sobre o carnaval na historiografia — algumas abordagens. *Tempo*. Vol. 4, nº 7, Rio de Janeiro, 1999, p. 169-188.

dias comuns do ano a roupa funcionava como um importante demarcador (elemento identificador de poder econômico e/ou político), durante o carnaval as fantasias borravam as fronteiras sociais, gerando uma ambiência que dava vazio a momentos de igualitarismo.⁵⁴²

José Santiago foi imediatamente punido por não ter adivinhado que aquele homem vestido como caboclo era, na verdade, uma autoridade com amplos poderes. Foi preso logo após a afronta. Mas, Paulo Moacir de Carvalho deixou claro a todos os guardas que, independentemente das fantasias, algumas demarcações sociais deveriam ser mantidas no carnaval. Em depoimento prestado na delegacia, ele disse que não sabia *“atribuir o fato de se achar no recinto do salão tamanha quantidade de gente, digo, de guardas, aquela hora, armados de cassetete, pois que não pedira policiamento reforçado para uma festa que se considera de Elite”*. Havia uns 15 guardas territoriais no local. Irritado por acreditar ser isto um exagero, Moacir de Carvalho expulsou da festa o investigador da Guarda Estevam Sampaio, dizendo *“que autoridade e dono da festa era ele”*. As festas que aconteciam nos grandes clubes macapaenses eram frequentadas pelos membros das classes mais abastadas. Usando um pressuposto nada estranho para a Polícia — o de que os focos criminógenos localizavam-se nos territórios da pobreza e não nos da *“elite”* — o presidente do Esporte Clube Macapá apontou que aqueles guardas não estavam onde deveriam estar. Mas, a maior turbulência do carnaval macapaense de 1946 aconteceu exatamente ali.⁵⁴³

Enquanto os clubes ofereciam bailes aos mais endinheirados, as ruas e as praças eram o território da folia popular.⁵⁴⁴ Pouco depois da criação do Território Federal do Amapá surgiram os *“blocos sujos”*, formados pelos trabalhadores engajados na *“obreirização”* de Macapá. O primeiro deles foi bloco *Os bandoleiros da saudade*, que estreou no carnaval de 1946. Depois vieram as grandes agremiações. Em meado da década de 1960, as batalhas de confetes aconteciam em frente ao Bar do Barrigudo (no bairro do Trem) e na Praça Barão do Rio Branco. As escolas de samba Boêmios do Laguinho (criada em 1954), Maracatu da Favela (fundada em 1957) e Piratas da Batucada (de 1962, com sede no Trem) preparavam-se com afino para estas disputas.⁵⁴⁵ Blocos e escolas exprimiam e reforçavam a solidariedade de vizinhança e o sentimento de pertencimento a um bairro. No carnaval de 1947, o jornal *Amapá* divulgou o samba *O Trem em 1º lugar* — do bloco dos *Ferrovários* —

⁵⁴² AFCM. Caixa 227, processo nº 1490SN, de 06 de abril de 1946, fls. 9-10, 28-29.

⁵⁴³ *Ibidem*, fl. 26.

⁵⁴⁴ Em entrevista já citada, Miracy Barbosa se lembrou das festas nas sedes dos clubes: “[...] existia também a sede do Trem [Esportivo Clube] que fazia os grandes bailes, a sede do [Esporte Clube] Macapá, sede do Amapá [Clube]... Faziam grandes bailes. Mas ali só entrava quem tinha dinheiro [...]” (entrevista já citada de Miracy Martel).

⁵⁴⁵ GONÇALVES, Mariana de Araújo. *Enredos da memória: história e identidade no carnaval das escolas de samba de Macapá*. São Paulo: Ética do Brasil, 2011, p. 39-40.

no qual se cantavam os seguintes versos: “o TREM fala minha gente não é p’ra você se zangar/ sou o bairro mais querido aqui deste velho lugar/ o povo diz com razão e me quer bem/ que antes de ser Território o meu nome sempre foi TREM”.⁵⁴⁶ O orgulho de pertencer a um bairro também pulsa nos versos que herdamos “do maior compositor do Laguinho”, Raimundo Lino. Senão vejamos: “Laguinho, ô Laguinho/ é bairro de tradição/ Laguinho, mora no meu coração./ É ódio dessa gente/ que não sabe o que faz/ Laguinho é o orgulho de nosso carnaval”.⁵⁴⁷

Diferentemente das farras (incursões individuais pela vida boêmia), que dependiam tão somente das condições e desejos de cada um, as festas obedeciam a um calendário fixo e envolviam toda uma mobilização coletiva, em que cada membro do bairro ou da comunidade de vizinhança disponibilizava um pouco de si (produtos, dinheiro, trabalho, ou simplesmente tempo para o usufruto). Isto explica porque as grandes festividades criavam uma atmosfera de contentamento que se estendia por toda a cidade. Após o carnaval vinham as celebrações de São José e do Marabaixo. Semanas depois, iniciava-se o ciclo das festas juninas. No segundo semestre do ano, destacavam-se o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, o Natal e o *Réveillon*. Muitas pessoas chegavam das ilhas e dos interiores próximos para tomar parte nos grandes festejos de Macapá. Como em outros lugares, nos dias de festa os participantes colocavam suas melhores roupas e calçados, assim como se perfumavam bastante, indicando não ser aquele um tempo comum.⁵⁴⁸ Não raro, com sacrifícios, guardava-se algum dinheiro para este momento especial. Frequentemente, gastavam-se os recursos disponíveis de forma imprevidente, advindo, deste modo, o endividamento.

Nos dias festivos, promovia-se uma ruptura com a cotidianidade. De modo geral, os trabalhadores procuravam desvencilhar-se do império da necessidade — da fome, da regulação do pouco e de tudo o que estivesse meramente adstrito à sobrevivência — para ingressar momentaneamente no reino da liberdade — da vontade livre de contingências ou livre do medo de não ter o necessário para permanecer vivo. A música de Orfeu fazia

⁵⁴⁶ A segunda festa dos “ferroviários”. *Amapá*. Nº 100, de 15 de fevereiro de 1947, p. 3.

⁵⁴⁷ CANTO, Fernando. *Telas e quintais*. Macapá: Conselho de Cultura do Amapá, 1987, p. 37, 113-114.

⁵⁴⁸ Num comentário sobre como as festividades alteravam o dia-a-dia no Oiapoque da década de 1940, Alfredo Gama afirmou: “nessas festas, a gente da elite da terra logo pela manhã aparece na rua com seus melhores fatos, embora cheirando a ‘penicilina’, pois só saem da mala nos dias festivos [...]” (GAMA, Alfredo. *Um rio a serviço de dois povos*. Belém: Revista da Veterinária, 1947, p. 108). A respeito do esmero com que as pessoas preparavam-se para as festas em Gurupá, Wagley destacou: “uma das impressões mais fortes que dali leva o forasteiro é o asseio do povo. Sente-se o cheiro da roupa limpa e os perfumes naturais da floresta amazônica. Mesmo quando está quente o dia, tem-se a impressão do frescor, pois as pessoas banham-se e vestem-se sempre especialmente para cada função religiosa e cada dança que se realiza. Apenas os perfumes baratos, com que se borrifam tanto os homens quanto as mulheres, perturbam a atmosfera extremamente agradável” (WAGLEY, Charles. *Op. Cit.* P. 263).

adormecer Prometeu.⁵⁴⁹ Como acontecia com o sapateiro Antônio Melo, que nos dias de grandes festas (como o carnaval) destaca-se tocando: saxofone, flauta e violino. Outros chamavam a atenção pela dança, como ressaltou Carlos Bezerra: “na área da dança, tínhamos nomes fantásticos: Isnard Lima (uma elegância total), Suzete, meu pai de criação (cujo nome real era Maurício Monteiro da Piedade), Falconeri Santos Mascarenhas, Jeconias Araújo e mais alguns poucos”. E acrescentou: “era um prazer ver esses homens dançarem”.⁵⁵⁰ O prazer da música e da dança misturava-se com outros prazeres... Como aqueles ligados ao afeto e ao sexo. Isto fazia das festas (que nos processos judiciais eram percebidas de forma mais genérica, o que incluía as farras) espaços poluentes à moral feminina. Mas, não voltaremos a este ponto, já bastante explorado no capítulo anterior.

Os grupos hegemônicos mantiveram uma atitude ambivalente em relação às festas populares: de um lado elas eram utilizadas para reafirmar os poderes dirigentes; e de outro elas eram criminalizadas e demonizadas por estes mesmos poderes. Patrono dos maiores festejos religiosos de Macapá (o de São José e o do Círio de Nazaré), Janary Nunes deu apoio ao clero local quando este proibiu as festas profanas nesta cidade. Não raramente, os padres sentiam-se escandalizados com o comportamento popular durante as folias. Comportamento que, na visão deles, não se desviava só da moral cristã, mas da própria “condição humana”. O carnaval era a festa mais criticada. Em fevereiro de 1960, um articulista do semanário *A voz católica* escreveu: “o carnaval tornou-se uma festa pagã, que resvalou em descomedimentos sórdidos, violando, mais ou menos abertamente, a moral e os bons costumes, sendo tais excessos facilitados pelo uso de máscaras e fantasias”.⁵⁵¹ No carnaval de 1962, saiu neste mesmo periódico uma crítica mordaz: “mulher, quando quer, sabe até ‘Macaquear’, chegando ao ponto de insinuar a suspeita que Dárvim tivesse razão”. Tratava-se de “um bando de damas” de maiô preto, com pernas e braços pintados de preto. Veio a pergunta: “qual a diferença entre elas e o cuatá?”. E a resposta: “[o] cuatá é assim porque [a] natureza o fêz, elas porque deturparam a natureza”.⁵⁵²

Os padres travaram um combate acirrado contra os bailes realizados em homenagens aos santos. Tal combate foi motivado por uma percepção de que as festas de santos precisavam ser depuradas e ressignificadas. Para melhor entender o conflito entre a ortodoxia clerical e o festivo catolicismo popular existente em Macapá é necessário partir do acontecimento que alterou um velho equilíbrio da vida religiosa deste lugar: a chegada

⁵⁴⁹ No número do jornal *A voz católica* de 16 de fevereiro de 1964 lê-se: “a sombra do carnaval ainda se projeta triste na sociedade, embora há cinco dias tenha passado. Há ainda quem anda de pernas bambas de tanto sapatear; há quem não conseguiu digerir completamente os porres momesco; há quem sinta aperturas e falta do dinheiro jogado fora nas fantasias [...]” (Luz e sombras [seção]. *A voz católica*. Nº 225, de 16 de fevereiro de 1964, p. 2).

⁵⁵⁰ Entrevista de Carlos Emanuel de Azevedo Bezerra (anteriormente citada).

⁵⁵¹ Carnaval. *A voz católica*. Nº 16, de 14 de fevereiro de 1960, p. 1.

⁵⁵² Baile dos Cuatás [seção: Repórter curioso]. *A voz católica*. Nº 123, de 04 de março de 1962, p. 2.

dos padres do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME), em 1948. Um dos motivos da vinda destes padres para a Amazônia foi o fato de essa região ter sido considerada área de cristianização imatura.⁵⁵³ Numa entrevista publicada na revista *Le Missioni Cattoliche*, em dezembro de 1962, o bispo da Prelazia de Parintins Arcangelo Cerqua declarou que apesar da região amazônica não ser uma das clássicas “*zonas de paganismo*” (como as encontradas na África, na Ásia e na Oceania), ela é um dos territórios “*que, embora sejam habitados predominantemente por populações católicas, podem ser plenamente consideradas ‘de missão’, pois a Igreja não foi ali fundamentada de modo estável, dependendo quase exclusivamente de contribuições de pessoal e meios provenientes do exterior*”.⁵⁵⁴ Isto porque a atuação clerical ocorrida aí ao longo dos séculos foi descontínua e, em algumas paragens, foi esporádica.

No século XVII, as populações indígenas que habitavam o atual espaço amapaense recebiam visitas eventuais de missionários franciscanos, jesuítas e capuchinhos. Estes religiosos promoviam *descimentos* para as proximidades de Belém do Pará. O bispo desta cidade fundou, em 1752, a paróquia de Macapá. Em 1845 surgiu a paróquia de Mazagão e, em 1904, surgiu a de Amapá. Um ano antes disto (1903) foi criada a prelazia de Santarém, a qual Macapá foi ligada. A presença estável de sacerdotes na região somente começou a acontecer no início da década de 1910, quando, a convite do bispo prelado de Santarém, Armando Bahlmann, os missionários alemães da Congregação da Sagrada Família vieram se estabelecer na ilha de Santana, de onde partiam para visitas pastorais e onde permaneceram até em maio de 1948. A respeito dos missionários alemães, disse o padre Angelo Negri: “*os missionários alemães que estavam antes de nós haviam trabalhado bem, eram verdadeiramente heroicos e bem organizados. No Território do Amapá havia capelas, registros de batismos, encarregados das orações, grupos de senhoras do Apostolado da Oração e de homens da Congregação Mariana. Porém, os missionários eram dois ou três, no máximo quatro, e fora de Macapá eram vistos apenas uma vez ou duas por ano*”.⁵⁵⁵

⁵⁵³ A vinda dos missionários do PIME para o Brasil tem também relação direta com várias transformações que o Pontifício Instituto sofreu no pós-guerra. Novos seminários e sedes então criados na Itália passaram a exigir que aí ficasse um número cada vez maior de padres. Isto suscitou protesto dos recém-ordenados, que queriam ardentemente partir para áreas de missão. O fechamento da China, após a Guerra, para os sacerdotes católicos comprometeu a sustentabilidade da “*vocação asiática*” do PIME. Neste quadro, a solução foi a rápida abertura de novas frentes em áreas antes não consideradas *ad gentes* (carentes da ação missionária). Sobre estas questões, ver: GHEDDO, Piero. *PIME: 150 anni di missione (1850-2000)*. Bolonha: EMI, 2000, p. 186-188.

⁵⁵⁴ No original: “[...] *che, pur essendo abitati in prevalenza da popolazioni cattoliche, possono a pieno diritto essere considerati ‘di missione’, in quanto la Chiesa non vi è ancora stabilmente fondata e deve dipendere quasi esclusivamente da aiuti di personale e di mezzi provenienti dall'estero*” (La Chiesa missionaria nell’Amazzonia brasiliana. *Le missioni cattoliche*. N° 3453, dicembre 1962, p. 484).

⁵⁵⁵ No original lê-se: “*i missionari tedeschi che erano prima di noi avevano lavorato bene, erano stati veramente eroici e bem organizzati. Nel Territorio dell’Amapá c’erano capelle, registri dei battesimi, incaricati della preghiera, gruppi di signore dell’Apostolato della Preghiera e di uomini della Congregazione Mariana. Però i missionari erano due o tre, al massimo quattro, fuori di Macapá la gente li vedeva una volta o due l’anno*”. Os primeiros missionários do PIME a virem para o Amapá encontraram neste território dois padres da Sagrada Família numa situação desoladora: debilitados

Esta descontínua e numericamente pouco expressiva presença de padres junto às gentes foi um dos fatores que concorreram para o aparecimento de um pujante e diversificado conjunto de vivências da fé. Ainda que aos olhos escrupulosos dos clérigos os populares estivessem distantes do que fora idealizado pela doutrina da Igreja, estes percebiam suas práticas como sendo genuinamente católicas.⁵⁵⁶ Este catolicismo popular tinha as seguintes características gerais: a) o protagonismo dos leigos; b) a centralidade dos sacramentais; c) a relação familiar com o sagrado; d) a tolerância religiosa (abertura ao pluralismo religioso); e) o gosto pela expressão festiva e teatralizada da espiritualidade. Conforme demonstraremos abaixo, todas estas características foram reprovadas e atacadas pelos missionários do PIME, no período que vai de 1948 até 1964. Também como indicaremos adiante, após o Concílio Vaticano II, grande parte do clero latino-americano passou a ver com mais simpatia o catolicismo popular. Abrir-se-á, então, o caminho para o desenvolvimento de uma catequese pautada na “*inculturação*”.

Seguindo uma tradição ibérica, ao longo de décadas e décadas os trabalhadores da Amazônia formaram irmandades leigas em torno das quais orbitava a vida religiosa. A principal função destas pequenas associações era a realização de festejos dos seus respectivos santos. Durante as observações que fizera em Gurupá, no final da década de 1940, o antropólogo Eduardo Galvão anotou acerca das irmandades: “*os leigos que as dirigem não tem qualquer relação com os padres, preferindo evitá-las*”. Esta preferência era motivada pela reprovação severa dos sacerdotes às formas adotadas no culto aos santos, que incluíam: folias⁵⁵⁷, rezas, bailes e comedorias. Entre os irmãos, havia uma definição de papéis específicos, como: *procurador* (responsável pela manutenção do patrimônio da irmandade, incluindo a imagem do santo); *tesoureiro* (deveria cuidar do controle de receitas e despesas); *secretário* (era dele a função de fazer registros das atividades em livro próprio); *zeladeira* (a ornamentadora do altar do santo); *andador* ou *mantenedor* (o comandante da folia, durante a qual se coletavam os donativos); e o *mestre sala* (o disciplinador das festas e solista de cânticos durante a folia). Anualmente, eram eleitos *juizes* e *mordomos*. Ao *juiz da festividade*

fisicamente e isolados, devido à infundada e popularizada desconfiança de que eles tinham praticado espionagem em favor das forças alemãs, durante a Segunda Guerra Mundial (GHEDDO, Piero. *Missione Amazonia: i 50 anni del Pime nel Nord Brasile* (1948-1998). Bologna: EMI, 1998, p. 34-36, 48).

⁵⁵⁶ Em entrevista publicada na revista *Tempo*, o historiador João José Reis afirmou: “*toda religião tem centro e periferia. No centro estão seus líderes ‘burocráticos’, para usar o conceito de Weber, e a doutrina, a ortodoxia; na periferia estão os fiéis, um grande número dos quais se localizam também nas fronteiras da heterodoxia, contrabandeando elementos de outros registros religiosos, enfim os que ‘pecam’ a roldão*”. O catolicismo popular forma-se nesta zona periférica da Igreja católica, onde pode se fortalecer amplamente quando o centro é fraco, como ocorreu no caso que estamos estudando (ver: REIS, João José. *Religião, rebelião e identidade afro-baiana*. Entrevista de Martha Abreu e Ronaldo Vainfas com João José Reis. *Tempo*. Vol. 6, nº 12, Rio de Janeiro, 2001, p. 255).

⁵⁵⁷ Pequena procissão (com a imagem do santo homenageado) animada por cantadores e tocadores, com o propósito de arrecadar, na comunidade, donativos para ajudar a custear a festa.

cabia arcar com os maiores gastos do auge dos festejos: o “*dia do santo*”. O *mordomo* assumia o encargo de custear a realização das ladainhas (ao final da qual se servia café e algo mais).⁵⁵⁸

No pós-guerra, a mais conhecida irmandade leiga de Macapá era a que realizava a festa do Marabaixo. A força agregadora desta irmandade expressava-se no prestígio do “*Mestre Julião*”, cuja liderança comunitária ancorava-se no trabalho de incentivador e provedor do festejo. Relembrando o modo como era organizado o Marabaixo em meado do século XX, a filha de Julião Ramos, Benedita Ramos (a “*Tia Biló*”), disse-nos: “*naquele tempo, cada um pagava a sua sociedade do Espírito Santo e da Trindade e quando chegava a época da festa saía três festeiros e o novenário que mandava dizer a novena e a missa dos santos*”. No Domingo do Mastro (início do ciclo festivo), os homens arrancavam o tronco escolhido para suportar a bandeira do “*santo*” e jogavam capoeira diante da igreja de São José. Na Quarta-feira da Murta, as mulheres entoavam as canções novas (*ladrões*), também na entrada desta igreja.⁵⁵⁹ A entrada das coroas (representação da Santíssima Trindade e do Divino Espírito Santo) na matriz tornou-se o principal ponto de tensão entre os agentes do Marabaixo e o clero.

Nunes Pereira fez observações etnográficas acerca do Marabaixo macapaense em agosto de 1949. Ou seja, pouco mais de um ano depois da chegada dos primeiros padres do PIME: chegaram 2 em maio de 1948 (os futuros bispos Aristides Piróvano e Arcângelo Cérqua); 7 em junho deste mesmo ano (Vitório Galliani, Angelo Bubani, Carlos Bassanini, Luis Vigano, Mário Limonta, Lino Simonelli, Jorge Basile, além do irmão Francisco Mazzoleni); e 4 em meado de dezembro ainda de 1948 (Angelo Negri, Simão Corridori, Pedro Locati e Antonio Cocco).⁵⁶⁰ Aquele etnógrafo anotou que o acirrado conflito entre estes padres e os leigos que promoviam o Marabaixo só não foi pior porque estes contaram com a intercessão do governador Janary Nunes. Anotou também: que a gente do Marabaixo não mais entrava na igreja matriz para aí realizar “*uma série de cerimônias*” e que as suas danças e as suas lutas eram “*olhadas com menosprezo [sic.] pelos padres*”, mas o povo as defendia “*com sobranceira veneração*”.⁵⁶¹

A força com que os devotos defendiam suas festas de santo das investidas clericais já aparecia numa carta escrita, na década de 1920, pelo missionário da Sagrada Família Júlio Maria Lombaerde. Ele afirmava que para “*as pessoas ignorantes*” as festas religiosas “*constituem toda a sua religião*” e que “*atacar esses abusos grosseiros, seria enfurecê-los e afastá-los*”. Por fim

⁵⁵⁸ GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens*. Um estudo da vida religiosa de Itá. *Op. Cit.* P. 48-62.

⁵⁵⁹ Entrevista com Benedita Guilherma Ramos (nascida no dia 10 de fevereiro de 1925), realizada no dia 06 de maio de 2008.

⁵⁶⁰ BUBANI, Angelo. *Diocese de Macapá*. 2 ed. Macapá: Diocese de Macapá, 1983, p. 15.

⁵⁶¹ PEREIRA, Nunes. *Op. Cit.* P. 99-100.

exortava: “*é preciso, portanto, pouco a pouco, substituir essas festas grotescas por festas religiosas e fazer com que este povo compreenda que sua religião é incompleta*”.⁵⁶² Júlio Maria conhecia muito bem o apego dos populares a seus santos. Em entrevista dada a Ivan Fornazier Cavaliere em julho de 1980, o subtenente do Exército Zacarias Teixeira Leite (então com 77 anos) afirmou que Lombaerde combatia o Marabaixo porque o via como batuque e bebedeira associada à exploração de dinheiro. Por isso, este padre fechava a igreja, “*mas o povo fincava mastros na frente da matriz*”. Era tradicional, afirmou o militar, a coroa de prata do Divino Espírito Santo pernoitar na igreja de São José para depois ser recolhida pelo festeiro “*entre orgias populares*”. E condenando isto, o missionário da Sagrada Família “*quebrou a coroa de prata do Divino e mandou entregar os pedaços ao festeiro do Marabaixo*”. O povo quis invadir a casa do clérigo, no que foi impedido Coronel Teodoro Mendes, intendente de Macapá.⁵⁶³

A quebra da coroa do Divino por Maria Lombaerde tornou manifesta as contradições fundamentais entre o catolicismo popular e o catolicismo oficial em Macapá. Para este, a coroa era uma representação de pouca importância do ente sagrado cultuado. Mas, para aquele, ela era a própria materialização (presença efetiva) do Espírito Santo. Os padres do PIME logo que chegaram perceberam esta diferença e passaram a associar os cultos populares ao fetichismo e à magia. Eles entendiam que, no catolicismo popular, ocorria uma inversão que deveria ser urgentemente corrigida: os fieis valorizavam mais os sacramentais (imagens, velas, fitas, água benta, etc.) do que os sacramentos (batismo, comunhão, crisma, matrimônio, ordem, confissão e unção dos enfermos). A doutrina oficial da Igreja afirmava que os fieis deveriam entrar em contato com Deus prioritariamente através dos sacramentos — o que era também uma forma de afirmação da importância daqueles que iriam (quase que exclusivamente) ministra-los: os padres.

Os missionários fundamentavam suas afirmações de que o trabalho do Instituto estava sendo bem sucedido através da apresentação de números que indicavam os aumentos substantivos dos sacramentos ministrados. Após uma *desobriga* (incursão para atividade missionária) no interior do Amapá, ocorrida em 1954, o padre Angelo Bubani escreveu: “*visitei 18 comunidades incluídas entre o Araguari e o Flechal, com 15 escolas. Frutos espirituais: 269 batismos, 191 crismas, 504 comunhões, 489 primeiras comunhões, 59 casamentos*”.⁵⁶⁴ Numa entrevista realizada em 1964, o padre Piero Gheddo pediu ao então bispo Aristides

⁵⁶² LOMBAERDE, Júlio Maria. *Diário do Pe. Júlio Maria*. Belo Horizonte: O lutador, 1991, p. 281.

⁵⁶³ CAVALIERE, Ivan Fornazier. *Padre Júlio Maria Lombaerde na memória do povo de Macapá*. Juiz de Fora-MG: Gráfica Floresta, 1981, p. 15.

⁵⁶⁴ No original: “*ho visitato 18 comunità comprese fra l’Araguari e il Flechal, com 15 scuole. Fruti spirituali: 269 battesimi, 191 cresime, 504 comunioni, 489 prime comunioni, 59 matrimoni*” (GHEDDO, Piero. *Missione Amazzonia: i 50 anni del Pime nel Nord Brasile (1948-1998)*. Op. Cit. P. 94-95).

Piróvano que apresentasse números que refletissem a renovação da vida cristã no Amapá. D. Aristides afirmou que, no início do trabalho do PIME, frequentavam as missas dominicais “*poucas dezenas de velhinhas e algumas crianças*”. Em seguida ele ressaltou que este quadro havia sido alterado: “*agora, entre todas as paróquias da capital, que conta com cerca de 30.000 católicos, temos 6.000 presentes na Missa dominical, isto é, cerca de 30% de todos aqueles que têm o dever de participar (excluídos os pequenos, os velhos, os doentes...)*”. O bispo destacou que de 1949 a 1963 as comunhões saltaram de 21.500 para 280.000.⁵⁶⁵

Em 1979, o segundo bispo de Macapá, D. Giuseppe Maritano, fazendo uma avaliação do trabalho dos missionários no período que vai de 1948 até 1968, afirmou que “*se buscava ‘sacramentalizar’ os fiéis o mais possível*”.⁵⁶⁶ Se do ponto de vista quantitativo o processo de sacramentalização da vida religiosa macapaense parece ter sido muito bem sucedido, o mesmo não pode ser dito de um ponto de vista qualitativo. Isto porque, comumente, o significado dos sacramentos não eram os mesmos para padres e fiéis. Foi o mesmo D. Maritano quem, citando um estudo do padre Rogério Alicino, ressaltou: “*nota-se entre os nossos católicos o apego radical ao batismo, considerado muitas vezes como um rito mágico para proteger-se contra o espírito do mal e também como garantia de saúde contra a mortalidade infantil*”. O batismo era inserido dentro de uma compreensão de que o bem estar de cada pessoa dependia de um equilíbrio de forças naturais e espirituais (reinos totalmente misturados na religiosidade do povo). Também segundo a observação do segundo bispo de Macapá, para muitos católicos o casamento tinha um sentido que destoava da visão clerical: “*a concepção do matrimônio como sacramento e como vida a dois, indissolúvel, ainda tem que ser construída, a parte louváveis exceções. As separações são inúmeras, as uniões ilegítimas também, poderíamos dizer que falta justamente o conceito do matrimônio*”.⁵⁶⁷ Ocorria, portanto, uma ressignificação dos sacramentos no bojo da experiência dos leigos, cujo conjunto de referências religiosas e morais era muito mais híbrido do que o dos padres.

Se dentro do catolicismo popular os sacramentais ocupavam um lugar mais importante do que os sacramentos, dentre os sacramentais conhecidos havia um que ganhava grande reverência: as imagens de santos.⁵⁶⁸ A principal expressão da vida religiosa

⁵⁶⁵ Amapá: missione nell’Amazzonia brasiliana. *Le missioni cattoliche*. Anno 93, n. 3468, maggio 1964, p. 267.

⁵⁶⁶ Un vescovo in Amazzonia. *Mondo e missione*. Anno 108, n. 20, 15 ottobre 1979, p. 532.

⁵⁶⁷ No original: “*si nota fra i nostri cattolici il radicale attaccamento al battesimo, considerato molte volte come un rito magico per proteggersi dallo spirito del male ed anche come garanzia di salute contro la mortalità infantile*”. E adiante: “*la concezione del matrimonio come sacramento e come vita a due indissolubile è ancora di là da venire, a parte lodevoli eccezione. Le separazione sono numerosissime, le unioni illegittime altrettanto, a volte si direbbe che manca proprio il concetto del matrimonio*” (*ibidem*, p. 530-531 e 532).

⁵⁶⁸ Numa fotografia da comunidade interiorana de Mangabeira, provavelmente do início da década de 1960, vemos membros de várias famílias reunidos, cada um com uma imagem. Os numerosos e pequenos objetos

era a devoção aos santos. Em todas as casas de famílias tradicionalmente católicas havia um pequeno altar ou santuário de madeira lotado de estatuetas enfeitadas com fitas de várias cores e dimensões (cada uma representava uma promessa atendida ou uma graça recebida). Quando chegaram a Macapá, os primeiros padres do PIME encontraram na igreja matriz (a única então existente) uma grande quantidade de imagens de santos. A situação foi assim descrita por D. Aristides Piróvano: *“altares sobrecarregados de estátuas e estatuetas (contamos uma dúzia de São Roque e dezenas de outros santos dificilmente identificáveis, estátuas quase todas quebradas ou incompletas), quadros que nenhuma comissão de arte sacra teria aprovado, velas e flores de papel, coroas de todo o tipo e até raízes de árvore com vaga forma humana (que encarnavam um santo, claro!)”*.⁵⁶⁹ Além disto, havia fitas de todas as cores. Tantas, afirma Piróvano, que sobre a mesa do altar não havia espaço para a celebração da missa.

Imagem 15: Fotografia de devotos da comunidade de Mangabeira (interior do Amapá) com suas imagens de santos (década de 1960).

Algumas imagens eram consideradas particularmente poderosas e eram, por isso, objeto de grande movimento devocional. Em entrevista feita pelo padre Piero Gheddo, o missionário do PIME Lino Simonelli contou que, no início das missões no Amapá, viera de Belém uma mulher com um cogumelo grande e longo — daqueles fibrosos e duros que, na Amazônia, crescem ligados às

plantas. O cogumelo parecia um homem em miniatura. A referida mulher pintou então dois olhos brancos nele e começou a dizer: *“este é São Benedito do urupê que veio nos encontrar”*. Muitas pessoas iam procurar a dona do santo, que fazia procissões, preces públicas, pedia ofertas e distribuía remédios feitos por ela e benzidos pelo santo.⁵⁷⁰ Os donos de santos

aparecem adornados com fitas de tecido. Encontramos esta fotografia no arquivo da Cúria Diocesana de Macapá (ver imagem 15).

⁵⁶⁹ No original: *“altari sovraccarichi di statue e statnette (contammo una dozzina si S. Rocco e decine d'altri santi difficilmente individuabili, statue quasi tutte rotte od ammaccate), quadri che nessuna commissione di arte sacra avrebbe approvato, candele e fiori di carta, corone d'ogni genere e persino radici d'albero dala vaga forma umana (che incarnavano un santo, si capisce!) e poi nastri d'ogni colore, tanti nastri che non potevamo assolutamente accettare, anche perchè sulla mensa degli altari non c'era quasi posto per la celebrazione della S. Messa!”* (Amapá: missione nell'Amazzonia brasiliana. *Le missioni cattoliche*. Op. Cit. P. 259).

⁵⁷⁰ GHEDDO, Piero. *Missione Amazzonia: i 50 anni del Pime nel Nord Brasile (1948-1998)*. Op. Cit. P. 94. No jornal *A voz católica* de 04 de fevereiro de 1962, lemos o seguinte: *“há alguns anos atrás, determinada senhora*

alcançavam grande prestígio nos lugares onde viviam se as imagens que possuíam fossem consideradas milagrosas. Significa dizer que, para os devotos, diferentes imagens de um mesmo santo não eram equivalentes em importância. Já para o clero a equivalência entre elas era absoluta.⁵⁷¹

Muitos acreditavam que certas imagens adquiriam as capacidades humanas necessárias para se movimentar e misturar entre as pessoas comuns. No início do século XX, comentava-se em Macapá que, numa determinada noite, um escravo passara por um homem que caminhava pela praça da matriz. À saudação daquele o notívago nada respondeu. Debalde o escravo tentou descobrir de quem se tratava. Cismado, disse aos seus senhores que o desconhecido era São José e, ato contínuo, morreu. Esta morte súbita fora considerada um sinal de que o relato era mesmo digno de fé.⁵⁷² Segundo a crença popular, o padroeiro da cidade teria também participado de alguns dos momentos mais dramáticos da vida dos macapaenses. Durante a Cabanagem (1835-1840) Macapá ficara sem guarnições devido às várias agitações que então ocorriam no Brasil. O São José existente na Fortaleza (estátua de regular tamanho) teria defendido a cidade da invasão das forças cabanas, por meio de rondas noturnas nas ruas e nas praças. E, no alvorecer, os pés e a túnica da imagem do padroeiro eram encontrados cheios de carrapichos e capins — sinais de suas andanças. Segundo esta tradição oral, o santo também indicava em qual direção estavam os cabanos, pois ficava sempre de frende para onde eles estivessem: Pedreira, Campos, Vila Nova ou ilhas.⁵⁷³

Desde o início do Período Colonial, os santos ocuparam um lugar central na vida religiosa das populações cristianizadas. Eles, com frequência, tinham mais destaque do que Deus. Jesus Cristo (na forma de menino ou adulta) e o Espírito Santo eram amiúde percebidos como santos comuns. Na vida cotidiana dos trabalhadores, os santos eram chamados para ajudar no enfrentamento da insegurança estrutural, para afastar a enfermidade e a morte.⁵⁷⁴ Em março de 1960, um articulista do jornal *Amapá* escrevia: “*a proporção que passam os tempos, mais se evidencia o prestígio da Igreja entre nós, sobretudo em dias dedicados aos santos que nos ajudam a vencer os tropeços naturais da vida diária*”.⁵⁷⁵ Os santos eram

residente nesta cidade, resolveu homenagear um São Benedito de Urupé, esculpido em madeira, existente em sua casa”. E em seguida: “*muito devota logo conseguiu enorme número de adeptos e lá se foi a procissão pelas ruas da cidade*” (O Amapá anedótico [seção]. *A voz católica*. Nº 119, de 04 de fevereiro de 1962, p. 5).

⁵⁷¹ MAUÉS, Raymundo Herald. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. In: VIEIRA, Ima et al. (orgs.). *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Goeldi, 2001, p. 257 e 266.

⁵⁷² NUNES, Raimundo Peres. São José e os cabanos. *A voz católica*. Nº 201, de 01 de setembro de 1963, p. 2.

⁵⁷³ NUNES, Raimundo Peres. São José e os cabanos. *A voz católica*. Nº 200, de 25 de agosto de 1963, p. 2.

⁵⁷⁴ SOUZA, Marina de Mello. Santo Antônio de nó-de-pinho e o catolicismo afro-brasileiro. *Tempo*. Nº 11, Rio de Janeiro, 2000, p. 179.

⁵⁷⁵ Hoje a tarde a procissão de São José... *Amapá*. Nº 1062, de 19 de março de 1960, p. 6.

procurados menos como exemplos de virtude e de conduta moral e mais como amigos poderosos e solícitos — prontos a interferir na vida dos homens para aliviar seus pesos e dores. Em geral, o auxílio deles era invocado através de promessas.

O devoto poderia oferecer em troca da dádiva: esmerado trabalho na organização de uma festa religiosa, rezas, penitências e outros. A promessa tinha o caráter de um contrato mútuo, pois caso o santo não cumprisse sua parte poderia “*ser posto de castigo*” — a imagem poderia, por exemplo, ser virada de frente para a parede ou colocada dentro de um balde. Caso o pedinte não cumprisse sua parte no contrato poderia atrair a ira do santo e, com ela, vários malefícios (doenças, insucesso nos negócios, desgostos na vida afetiva, etc.).⁵⁷⁶ O relacionamento entre fiel e santo ocorria dentro de uma atmosfera de proximidade e emotividade. O que destoava da relação mais distante e formal que o clero estabelecia com o sagrado. Um fato narrado pelo padre Angelo Biraghi (do PIME) demonstra bem esta diferença. Ele fazia uma *desobriga* na região do vale do rio Piririm (situado no norte do Amapá), onde se deparou com uma situação bastante inusitada:

[...] um dia, chegando a um vilarejo, após a recepção solene conforme o programa, fui visitar imediatamente a capela, ajoelhei-me e comecei a rezar. Após um tempo, curioso, fixei o olhar sobre o altar buscando adivinhar os nomes daquele esquadrão de Santos e Santas, ornamentados com fitas longas e coloridas, colocados sobre os tradicionais três degraus, quase sem deixar espaço para a celebração da Santa Missa.

Num certo ponto, entre aquela multidão de Santos e Santas (eram 26...!) vi algo que de santo não tinha nada e que nunca poderia ser santificado!...

Chamei o primeiro zelador da capela e perguntei:

— Por que este gato de gesso está aqui no altar em meio aos Santos, quase num lugar privilegiado?

Respondeu-me: "sabe, padre, o gato é tão amigo do homem quanto o Santo, é fiel e familiar, está sempre próximo de nós. Além disso, eu não tinha nada mais bonito em casa para enfeitar o altar".

Meus longínquos amigos italianos, o que pensam disso? Eu não me espantei demais. Se essa pobre gente que vê o padre uma vez por ano põe, inocentemente, um gato no mesmo degrau que o Santo — pensei — sei muito bem que na moderníssima e progressista Itália existem outros que às vezes exageram, porque conscientemente veneram mais os gatos que os Santos... Pelo menos estes meus amigos aqui os colocam no mesmo plano!

Para concluir, devo dizer, contudo, que naquele dia mesmo mandei o gato de gesso enriquecer a pesca beneficente que era realizada a favor da capela.⁵⁷⁷

⁵⁷⁶ ARENZ, Karl Heinz. *São e salvo*: a pajelança da população ribeirinha do Baixo Amazonas como desafio para a evangelização. Quito (Equador): ABYA-YALA, 2003, p. 147. No jornal *A voz católica* de 09 de fevereiro de 1964, lemos o seguinte comentário: “*gente pobre tem uma ideia muito alta da honestidade. Se às vezes atrasa dois ou três meses no pagamento de sua cota, pede desculpa ao Padre. E, custe o que custar, essa gente nunca passa santo para trás. Paga até o último tostão o que prometeu dar*” (Ainda existe o milagre: história de uma construção. *A voz católica*. Nº 224, de 09 de fevereiro de 1964, p. 3).

⁵⁷⁷ Lemos no original (Amapá: missione nell'Amazzonia brasiliana. *Le missioni cattoliche. Op. Cit.* P. 268):

[...] un giorno, arrivato in un villaggio, dopo il solenne ricevimento secondo il programma, andai a visitare subito la cappella, mi indinocchiai e mi misi a pregare. Dopo un pó, incuriosito, fissai l'altare

Primeiramente, é preciso destacar que a citação demonstra a percepção que se tinha do santo: alguém que é amigo e familiar. Alguém que se pode tratar como se fosse um parente, por meio de uma abordagem franca e emotiva. Os santos eram aliados importantes na luta cotidiana pela sobrevivência. Luta que não se travava meramente num plano material, pois a realidade não poderia então ser esvaziada de seu sentido espiritual. Membro da unidade doméstica debatida (de forma incompleta) no capítulo anterior, os santos podiam mobilizar agentes e forças que estavam fora do alcance dos devotos. Sua mediação era invocada a partir do reconhecimento de que nem tudo dependia dos homens e era nas situações em que as limitações humanas ficavam claramente expostas que eles mais eram chamados a agir: doenças, viagens em pequenas embarcações pelos grandes rios, ataque de pragas (a plantações e a rebanhos), desemprego e outros. Dentro da unidade familiar, o santo não convivia apenas com mulheres e homens. Os animais domésticos também eram membros importantes e queridos da família, como evidenciou o zelador da capela do Piririm. Bichos como cães, gatos e papagaios tinham nome e eram contabilizados como fiéis companheiros dos momentos de alegria e de tristeza.

O relato do padre Biraghi demonstra que as concepções do catolicismo popular eram associadas pelo clero à falta de correta instrução religiosa. O esforço no sentido de normalizar as práticas religiosas dos católicos foi amplo e vigoroso. Mas, encontrou uma resistência igualmente forte. Assim que chegaram a Macapá, os padres do PIME procuraram disciplinar práticas que consideravam desviantes da doutrina oficial da Igreja. Como o apego dos leigos a certas imagens de santos. Conforme ressaltamos antes, os padres não viam diferenças de importância entre elas e, portanto, estavam mais preocupados com a quantidade (considerada) exagerada e com aspectos estéticos. D. Aristides Piróvano descreveu, na já citada entrevista, as primeiras tentativas dos padres do

cercando d'indovinare i nomi di quello squadrone di Santi e Sante, ornati con lunghi e coloriti nastri, collocati sui tradizionali tre gradini, quase senza lasciar spazio per celebrare la S. Messa.

Ad un certo punto, tra quello stuolo di Santi e Sante (erano 26...!) vidi qualcosa che proprio santo non era e che non poteva neppure diventarlo mai...

Chiamai il primo zelatore della cappella e domandai:

— Perchè questo gatto di gesso qui sull'altare e in mezzo ai Santi, quasi in un posto privilegiato?

Mi rispose: — Sa, Padre, il gatto è amico dell'uomo come il Santo; è fedele e familiare, ci sta sempre vicino. E poi, non avevo altra cosa più bella in casa per ornare l'altare...

Che ne pensate voi, amici miei lontani? Io non me ne meravigliai troppo. Se questa povera gente che vede il Sacerdote una volta l'anno mette innocentemente un gatto sullo stesso gradino del Santo — pensai — so pure bene che nella modernissima e progredita Italia ce n'è dell'altra che alle volte esagera, perchè coscientemente venera più i gatti che i Santi... Almeno questi miei amici li mettono sullo stesso piano!

Debbo dire però, per concludere, che quel giorno stesso mandai il gatto di gesso ad arricchire la pesca di beneficenza che si teneva a favore della cappella.

PIME de remover as estátuas mais deterioradas que eles encontraram na matriz, em 1948: “quando, nos primeiros dias, tentamos colocar de lado ou eliminar alguma estátua, cortar alguma fita mais suja, as pessoas começaram a nos olhar torto!”. E completou: “estavam tão ligados àquele panorama, que arriscávamos ser considerados como protestantes ou hereges”.⁵⁷⁸

Para muitos fiéis, o que mais fundamentalmente identificava um católico era o culto aos santos. Por causa das restrições que tentavam impor à veneração dos santos, mais de uma vez os padres do PIME foram equiparados aos protestantes. Padre Lino Simonelli destacou que quando manifestara estar irritado com a devoção ao aludido “São Benedito do urupê” uma senhora do Apostolado da Oração lhe dissera: “mas o senhor é um padre católico ou protestante? Porque os protestantes são contra os Santos, mas os católicos não”.⁵⁷⁹ No ensaio *Progresso e progressismo*, publicado em 1969, José Benevides asseverou: “uma das coisas mais belas da Igreja Católica e que a distingue das outras religiões é exatamente o culto aos Santos e a veneração às santas imagens”. E completou: “padres progressistas e freiras patetas vão falando contra o culto às imagens, tão queridas de nosso povo, sob o falso pretexto de que as imagens provocam a idolatria dos católicos menos letrados, afirmação, porém, aprendida com seus mentores protestantes”.⁵⁸⁰ Um coro de vozes se levantou contra os ataques do clero à centralidade do culto às imagens na religiosidade dos trabalhadores. Estas vozes replicavam que os padres é que estavam desviando-se da verdadeira fé católica, uma vez que eles adotavam ideias inerentes ao protestantismo. Os próprios protestantes não podiam ignorar a força deste culto. Em janeiro de 1960, o jornal *A voz católica* denunciou que uma pastora mentiu a crianças do Laguinho, dizendo que, ao contrário do que pensavam, a igreja dela tinha sim santos. E, quando os meninos foram visitar tal igreja, ela lhes apresentara duas imagens. “É caso de justiça e de polícia”, alarmou o articulista.⁵⁸¹

A acusação de estarem alinhados com postulados protestantes deixava os padres do Pontifício Instituto numa posição muito desconfortável. Isto porque eles faziam severas críticas ao Protestantismo, dando ênfase aos antagonismos existentes entre este e o Catolicismo.⁵⁸² A intolerância e a rispidez recíprocas foram as principais características na relação do clero com os membros das Igrejas protestantes. Isto durou até o Concílio Vaticano II, que standardizou o ecumenismo como uma das diretrizes prioritárias da

⁵⁷⁸ Amapá: missione nell'Amazzonia brasiliana. *Le missioni cattoliche*. Op. Cit. P. 260.

⁵⁷⁹ GHEDDO, Piero. *Missione Amazzonia: i 50 anni del Pime nel Nord Brasile (1948-1998)*. Op. Cit. P. 94.

⁵⁸⁰ Trata-se de um livro com conteúdo bastante reacionário, com duríssimas críticas à Teologia da Libertação e aos efeitos dela na pastoral e liturgia católicas (BENEVIDES, José. *Progresso e progressismo*. Macapá: Artes Gráficas do Ginásio de Macapá, 1969, p. 41-42).

⁵⁸¹ Sistema protestante. *A voz católica*. Nº 14, de 31 de janeiro de 1960, p. 4.

⁵⁸² Ver por exemplo: A Igreja e o Protestantismo. *A voz católica*. Nº 2, de 08 de novembro de 1959, p. 2; e O Protestantismo é anti-evangélico. As discrepâncias sectárias. *A voz católica*. Nº 12, de 17 de janeiro de 1960, p. 4.

renovação católica.⁵⁸³ Em janeiro de 1960, *A voz católica* advertia: “quem matricula seu filho em escola protestante, faz pecado mortal, pois o põe no perigo de perder a fé”.⁵⁸⁴ Em novembro deste ano, o mesmo semanário insistia: “é lastimável que muitos católicos mandem seus filhos à escola protestante”, o que “constitui pecado mortal para os pais, que incorrem também na excomunhão”.⁵⁸⁵ No período aqui estudado, o número de protestantes na Amazônia e no Amapá cresceu rapidamente.⁵⁸⁶ Mas, em que pese este crescimento, o clero local estava menos preocupado com o Protestantismo do que com o pluralismo religioso praticado por muitos leigos.

Os padres chamavam de espiritismo e superstição tanto a Pajelança de matriz Tupi quanto as religiões de matriz africana (principalmente a Umbanda e o Candomblé). Por isso D. Piróvano afirmava em 1964: “o Protestantismo não constitui o maior obstáculo à Fé, pois o Espiritismo atinge um percentual maior da população e se mistura facilmente à vida cristã; as práticas supersticiosas, fruto da ignorância, do longo isolamento e do escasso contato com sacerdotes, e também da índole sentimental do povo, são erradicadas com dificuldade; é um trabalho que vai requerer gerações”.⁵⁸⁷ Nos primeiros anos de trabalho no Amapá, os missionários do PIME perceberam que muitos fiéis frequentavam rituais “espíritos” e que faziam isto despreocupadamente, ou seja, pensando que não estavam cometendo pecado algum. Lino Simonelli relatou que ele e outros padres notaram que todas as senhoras do Apostolado da Oração frequentavam as assembleias de espiritismo. Disse que ficaram sabendo de tal fato algum tempo depois do início da obra missionária e então resolveram organizar um “juramento anti-espiritismo”. Porém, posteriormente, perceberam que para elas dizer “juro” não tinha muito significado, pois “juravam tranquilamente e depois voltavam às reuniões espíritos”. Diante disto, decidiram fazer algo mais enérgico... Nas palavras do padre Simonelli: “reforçamos o juramento dizendo para repetirem conosco: ‘que um raio me incinere, que um anjo me esquarteje com a sua espada se eu voltar às

⁵⁸³ Em entrevista concedida à revista *Le missioni cattoliche*, o bispo prelado de Parintins (AM) D. Arcangelo Cerqua, quando perguntado sobre como era a relação entre católicos e protestantes na Amazônia, declarou: “não [são] muito boas, por causa da propaganda agressiva que distingue especialmente as seitas, Adventistas, Pentecostais, etc. Porém, após o apelo do Concílio Ecumênico e em seguida ao espírito ecumênico que se disseminou por todos os lados, as relações melhoraram, embora não muito”. No original: “non molto buone per la propaganda aggressiva che contragdistingue specialmente le sette, Avventisti, Pentecostali, ecc. Dopo l’indizione del Concilio Ecumenico ed in seguito allo spirito ecumenico che si è sparso dappertutto, i rapporti sono però migliorati, ma non troppo” (*La Chiesa missionaria nell’Amazzonia brasiliana. Le missioni cattoliche*. Anno 91, n. 3453, dicembre 1962, p. 484).

⁵⁸⁴ Crônica das paróquias. *A voz católica*. Nº 13, de 24 de janeiro de 1960, p. 3.

⁵⁸⁵ Escolas católicas e escolas protestantes. *A voz católica*. Nº 57, de 27 de novembro de 1960, p. 4.

⁵⁸⁶ AFCM. Caixa 279, processo nº 1564, de 30 de dezembro de 1963.

⁵⁸⁷ No original: “il Protestantismo non costituisce attualmente il maggior ostacolo alla Fede, poichè lo spiritismo raggiunge una percentuale più alta di popolazione e si mescola facilmente alla vita cristiana; le pratiche superstiziose, frutto di ignoranza, del lungo isolamento e degli scarsi contatti col sacerdote, ed anche dell’indole sentimentale del popolo, si sradicano con difficoltà: è un lavoro che richiederà generazioni...” (Amapá: missione nell’Amazzonia brasiliana. *Le missioni cattoliche*. Op. Cit. P. 260).

reuniões do espiritismo'. Aquelas pobres mulheres tremiam, mas repetiam a fórmula e obtínhamos alguns efeitos positivos".⁵⁸⁸

Frequentados por “bons católicos”, os rituais de pajelança tinham suas raízes no xamanismo dos grupos Tupi que, ao longo de séculos, foram incorporando elementos oriundos das crenças católicas, kardecistas e africanas. A principal finalidade destes rituais era a realização de curas pelo pajé.⁵⁸⁹ A doença no discurso popular era atribuída a um desequilíbrio que envolvia todos os aspetos da vida do enfermo, inclusive o espiritual.⁵⁹⁰ Por isso, a seção de cura reservava um momento para que o enfermo fizesse um relato de sua história pessoal. O pajé era o expert religioso que, por meio de uma experiência extática e de técnicas mágicas, realizava uma mediação entre o mundo natural e sobrenatural, visando a solução de males e sofrimentos. A experiência mística do êxtase permitia que ele incorporasse espíritos que os ribeirinhos chamavam de *caruanas*. Estes entes vinham para operar a cura. Contudo, diferentemente dos santos católicos, os *caruanas* podiam agir tanto para beneficiar quanto para “malinar” (prejudicar) as pessoas. Isto ocorreria, por exemplo, através de um “*mau-olhado*” (feitiço) lançado quando tais espíritos saíam de seu reino (a cidade dos encantados, situada no fundo dos rios) e assumiam a forma de: visagens como curupiras e anhangas; “*bichos do fundo*” (especialmente botos e cobras grandes); e “*bichos visagentos*” (inhambu, guariba, veado e outros).⁵⁹¹

Apesar do contrabando de práticas e objetos entre Pajelança e Catolicismo ter gerado campos de hibridismo (e até de sincretismo) religioso, foram mantidas as fronteiras entre estas religiões. Podemos dizer que a perseguição que a segunda empreendeu contra a primeira chegou mesmo a reforçar tais limites. O antropólogo Raymundo Maués afirma que, antes do início das ações restritivas realizadas por missionários de várias ordens, os rituais de incorporação ocorriam em público. Depois disto (e especialmente depois da pedagogia do medo protagonizada pelo Santo Ofício da Inquisição), mais e mais tais rituais foram se tornando privados (realizados em casas particulares e para um pequeno grupo de

⁵⁸⁸ Le-se no original: “le signore dell’Apostolato della Preghiera erano tutte dentro le assemblee dello spiritismo. L’abbiamo saputo dopo un po’ e allora abbiamo organizzato un ‘giuramento anti-spiritismo’, ma ci accorti che per loro dire ‘giuro’ non aveva molto significato. Lo dicevano tranquillamente e poi ritornavano alle riunioni spiritiche. Allora abbiamo rafforzato il giuramento dicendo di ripetere con noi: ‘Che un fulmine mi incenerisca, che un angelo mi squarti con la sua spada se io ritorno alle riunioni dello spiritismo’. Quelle povere donne tremavano, ma ripetavano la formula e qualche effetto positivo l’ottenavamo” (GHEDDO, Piero. *Missione Amazzonia: i 50 anni del Pime nel Nord Brasile (1948-1998)*. Op. Cit. P. 93-94).

⁵⁸⁹ ARENZ, Karl Heinz. Op. Cit. P. 127-128.

⁵⁹⁰ A antropóloga Paula Monteiro bem destacou que neste discurso o entendimento do “estar doente” pesava pela “*noção de uma desordem que extrapola o corpo individual ao abranger as relações sociais e a própria organização do mundo material*” (MONTEIRO, Paula. *Da doença à desordem. A magia na umbanda*. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 129).

⁵⁹¹ GALVÃO, Eduardo. Op. Cit. P. 88-111.

pessoas convidadas) e se cercando de sigilo. O permanente cruzamento dessas fronteiras demonstra o vigor de uma religião estigmatizada e reprimida durante séculos.⁵⁹²

Muitas pessoas também transitavam entre o Catolicismo e as religiões de matriz africana (Candomblé e Umbanda). Comentando esta prática, D. Maritano afirmou que o povo do Amapá era profundamente religioso e que possuía “*uma grande tendência ao sincretismo, pois pega[va] tudo o que existe nessa área*”. E ele completou: “*não é incomum encontrar um católico que frequenta ao mesmo tempo a Missa, a macumba e o rito da assim chamada Prece Poderosa. As pessoas mais simples pensam mesmo que quanto mais ritos e centros religiosos se frequentam mais se agrada a Deus*”.⁵⁹³ Em um artigo de abril de 1964 (publicado no jornal *Amapá*), Felipe Gillet, citando o romancista Lima Barreto, afirmou: “*é próprio do nosso pequeno povo fazer uma amálgama de religiões e crenças de toda sorte, e socorrer-se desta ou daquela, conforme os transe de sua existência*”. E prosseguiu: “*se se trata de afastar atrasos da vida, apela para a feitiçaria; se se trata de curar uma moléstia tenaz e resistente, procura o espírito; mas não falem à nossa gente em deixar de batizar o filho pelo sacerdote católico, porque não há quem não se zangue*”.⁵⁹⁴ O pluralismo religioso dos populares brotava da concepção fundamental de que todas as forças espirituais que pudessem ser carreadas para o campo das lutas contra os males da vida eram sempre bem vindas. Esta integralização de várias crenças na luta cotidiana (contra a insegurança, a dor e a morte) chocava-se com o exclusivismo intolerante do clero. Este primava pela exclusão de tudo aquilo que estivesse distante da chamada verdadeira fé.

O esforço dos sacerdotes para afastar os fiéis das práticas consideradas desviantes estava ligado ao processo de romanização, iniciado no final do século XIX. Neste momento — em que a Igreja adquire maior autonomia em relação ao Estado — o alto clero brasileiro definiu uma série de estratégias para expurgar do laicato as referidas práticas. A principal delas foi a ampliação do número de dioceses e paróquias, para nelas garantir a presença de clérigos. A presença constante de padres dentro ou próximo das comunidades propiciaria um controle maior da vida religiosa dos católicos.⁵⁹⁵ O argumento de que existia uma urgente necessidade desta presença em áreas onde havia uma evangelização incompleta foi utilizado pelo bispo prelado de Santarém para persuadir os

⁵⁹² MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Um estudo antropológico numa área no interior da Amazônia. Belém: Cejup, 1995, p. 71-72.

⁵⁹³ Lemos na revista *Mondo e missione*: “*Il popolo dell’Amapá è profondamente religioso, noi diciamo ‘troppo religioso’, nel senso che ha una grande inclinazione al sincretismo: prende tutto quel che c’è in questo campo; non è difficile trovare un cattolico che frequenta contemporaneamente la Messa, la macumba e il rito della cosiddetta Prece Poderosa. La gente più semplice pensa addirittura che più riti e centri religiosi si frequentano e più si piace a Dio*” (Un vescovo in Amazzonia. *Mondo e missione*. Op. Cit. P. 530).

⁵⁹⁴ Gillet afirmou que de 1920 (quando Barreto escrevera tal coisa) até 1964 esta prática não mudara, ou, se mudara, fora para se acentuar (GILLET, Felipe. Recordando um conto. *Amapá*. Nº 235, de 26 de abril de 1964, p. 3).

⁵⁹⁵ MAUES, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas*. Op. Cit. P. 59-85.

missionários do Pontifício Instituto a irem trabalhar no Amapá. E neste Território Federal, seguindo as diretrizes romanizadoras, os padres do PIME travaram um acirrado combate contra as festas realizadas em homenagem aos santos. D. Piróvano assim descreveu tais festejos:

[...] as pessoas se vestem o melhor que podem e levam consigo tudo o que têm... À tarde, em geral, há a procissão religiosa em honra a esse ou àquele Santo e, se o sacerdote está presente, também a benção eucarística, as confissões e as orações litúrgicas. À noite, por sua vez, as pessoas dançam, com o acompanhamento de alguma pequena orquestra improvisada ou, se o vilarejo é importante e pode se permitir a esse luxo, trazida de longe; dança-se e bebe-se a *cachaça*, álcool muito forte extraído da cana de açúcar, são feitos vários jogos e desafios, há conversas e discussões... Tudo isso dura às vezes até a manhã e não raramente terminam em brigas, esfaqueamentos e pancadarias, e pecados que podemos facilmente imaginar... Nós procuramos estar presentes o mais possível nestas festas populares, para evitar os excessos e para lhes dar um tom religioso. Mas serão necessários muito tempo e muita paciência: os maus hábitos não são perdidos em um dia.⁵⁹⁶

Por tentar restringir aquilo que havia de mais prazeroso, o padre era alguém indesejado nas festas populares. Nos relatos clericais sempre se ressaltava que dos festejos derivava um condenável quadro de degradação moral: bebedeiras, brigas, jogos, seduções e estupros.⁵⁹⁷ Um fato viria dar maior gravidade a esta percepção. Em 1950, sob a direção do padre Antonio Cocco, iniciaram os trabalhos de construção da igreja de Nossa Senhora da Conceição, no bairro do Trem. Como o principal problema na realização desta obra era a falta de dinheiro, pessoas entusiasmadas sugeriram que Cocco organizasse uma quermesse a ocorrer durante o ciclo de comemorações do aniversário da criação do Território do Amapá. Financeiramente, a festa foi bem sucedida: foram apurados 18 mil cruzeiros — utilizados na compra de telhas em Belém (os tijolos eram oriundos da Olaria Territorial). Quando retornou de Belém, padre Antonio ficou chocado ao ser informado pela Polícia que “*durante a confusão de sua festa houve onze estupros!*”, pois, “*aproveitando a escuridão, um bando de*

⁵⁹⁶ Lemos na *Le missioni cattoliche*: “la gente si veste del suo meglio e porta con sè tutto il suo avere... Al pomeriggio in genere c'è la processione religiosa in onore di questo o quel Santo e, se è presente il sacerdote, anche la benedizione eucaristica, le confessioni e preghiere liturgiche. Alla sera invece la gente balla, con l'accompagnamento di qualche orchestra improvvisata o, se il villaggio è importante e può permetterselo, fatta venire da lontano: si balla e si beve la cachaça, alcool molto forte estratto dalla canna da zucchero, si chiacchiera e si discute... Tutto questo dura a volte fino al mattino e non di raro finisce in risse, coltellate e bastonate, e peccati facilmente immaginabili... Noi cerchiamo di essere presenti il più possibile a queste feste popolari, anche per dar loro un tono religioso. Ma ci vorrà del tempo e molta pazienza: le cattive abitudini non si perdono in un giorno” (Amapá: missione nell'Amazzonia brasiliana. *Le missioni cattoliche*. Op. Cit. P. 263).

⁵⁹⁷ Relatando sua experiência missionária no Amapá, na revista eclesial *Il Vincolo* de setembro de 1953, o padre Carlo Bassanini afirmou: “*anos atrás, as festas de alguns santos: São Sebastião, São Benedito Negro, Santo Antonio, São Raimundo, N. S. de Nazaré, a Imaculada, etc. eram celebradas mais pelos pagãos que pelos cristãos. Todas as noites, durante a novena, o povo, quase todos já com roupa para o baile e instrumentos musicais, reunia-se na capela: uma espécie de “rezador” rezava o terço; alguém respondia e outros davam risadas. Depois, após ter gritado uma espécie de ladainha de Nossa Senhora e alguma oração, os “músicos” começavam a tocar, dando início ao baile que ia até às 3, 4 da madrugada, acabando com certa frequência em brigas e pauladas. Agora conseguimos diminuir os bailes e realizar a festa do santo com um pouco de devoção*” (BASSANINI, Carlo apud NEGRI, Teodoro. *Dom Aristides*. Op. Cit. P. 45).

*jovens pegava uma moça, arrastavam para trás do muro da igreja (que já tinha dois metros de altura) e a estupravam". O clérigo reuniu os fiéis e disse-lhes que não mais seriam realizadas festas para a construção da igreja.*⁵⁹⁸

Neste mesmo ano, D. Aristides Piróvano publicou uma carta pastoral contra os bailes. Dizia-se que ela tinha sido escrita por padre Cerqua, que então era vigário geral, e que Piróvano a tinha apenas assinado. Segundo padre Bubani, a carta tinha sido solicitada pelos sacerdotes que trabalhavam na Prelazia. Esta pastoral condenava os bailes realizados após as festas religiosas e ameaçava os fiéis com raios e excomunhões. Segundo tal documento, as festas dançantes eram fonte de desordem moral e nelas aconteciam sempre brigas, bebedeiras e esfaqueamentos. Os padres do PIME contaram com a ajuda do governo territorial para dar plena execução ao que o bispo prelado de Macapá determinava. Em correspondência de 07 de abril de 1951, D. Piróvano escreveu ao Superior do Pontifício Instituto que, reconduzido ao cargo de governador, Janary Nunes pela primeira vez não organizara festas dançantes oficiais e, além disto, solicitara expressamente uma missa, a mais solene possível. E o bispo acrescentou: *"até no interior o chefes de polícia deram ordens para apoiar os padres, para que fossem obedecidos e para que não se permitissem danças durante as festas religiosas"*.⁵⁹⁹

Mas, para defender suas tradições, os festeiros várias vezes não hesitaram em desafiar os padres. Segundo Piero Gheddo, após a publicação da carta pastoral que proibia os bailes, os missionários do PIME *"experimentaram a dureza das reações populares (alguns correram o risco de serem jogados na água!)"*. Numa visita que fizera ao município de Amapá, Janary foi homenageado com um baile. Padre Bubani, reprovando tal iniciativa, suspendeu a festa religiosa, retirou as bandeiras e insígnias da Igreja e se recusou a fazer a procissão e as funções. Vendo isto, o governador lhe disse: *"padre, eu entendo seus motivos, mas o senhor deve compreender os nossos. Esta pobre gente não tem nada, divertem-se apenas com um pouco de saltos e danças..."*.⁶⁰⁰ Aos poucos os missionários foram percebendo que não poderiam seguir sendo tão rigorosos. Habilmente abriram mão de algumas exigências e transigiram diante de algumas práticas. Não ocorreu em Macapá uma inexorável romanização, ou um rolo compressor que, esmagando o catolicismo popular, homogeneizasse a vida religiosa. Ocorreu, sim, um processo dialético, onde tanto o clero quanto os populares negociaram, aquiesceram e incorporaram novas concepções e práticas.

⁵⁹⁸ GHEDDO, Piero. *Missione Amazzonia: i 50 anni del Pime nel Nord Brasile (1948-1998)*. Op. Cit. P. 77.

⁵⁹⁹ *Ibidem*, p. 76.

⁶⁰⁰ *Ibidem*, p. 75.

Na entrevista que concedeu ao padre Piero Gheddo em 1964, D. Piróvano disse que os missionários do PIME encontraram notáveis dificuldades para impor os deveres morais cristãos, mesmo os mais simples como: a missa dominical, a instrução religiosa, o matrimônio indissolúvel, a confissão e a comunhão pelo menos uma vez por ano. As pessoas no início diziam que eles eram exagerados. Diante disto, os clérigos tiveram que agir com cautela, para não criar inimizades e, assim, prejudicar o trabalho religioso. Segundo aquele bispo, os sacerdotes buscaram nos primeiros anos conquistar a simpatia e a amizade do povo com obras sociais e com a escola, mas sem pretender que eles se tornassem cristãos exemplares em pouco tempo. Explicou D. Piróvano: *“tínhamos que fechar um olho e às vezes ambos, convencidos de que o tempo teria resolvido várias coisas”*.⁶⁰¹ Notando tal condescendência, o poeta Álvaro da Cunha escreveu: *“Dom Aristides sincrético assumia/ senão a incoerência [e] a inocência, o idólatra, não a idolatria/ depois sorria [e] novamente ressurria/ e ia rezar por nós no altar-mor da Prelazia”*.⁶⁰²

As obras sociais (escolas, orfanato, hospital, etc.) criavam um vínculo de gratidão muito forte. Para cativar os paroquianos, os padres realizaram uma série de ações voltadas para as crianças e os jovens. Mesclavam a catequese com atividades esportivas e lúdicas. A este respeito relatou o primeiro bispo de Macapá: *“nosso primeiro trabalho foi nos aproximarmos e conquistar a amizade das crianças e dos jovens, e tivemos missionários, como p. Lino Simonelli, que fizeram um trabalho maravilhoso nesse sentido, tornando-se em poucos meses quase os ídolos de centenas de garotos que os seguiam por todos os lados”*.

Em frente a quase todas as igrejas havia praças com campos de futebol, quadra para voleibol e outros jogos e brincadeiras. Os padres também promoveram para os pequenos fiéis: operetas, projeções de filmes e passeios. Por exemplo, Padre Vittorio Galliani começou com um campo para jogar bola e, depois, passou a projetar filmes... Padre Simonelli relatou: *“lembro-me quando passamos o primeiro*

Imagem 16: Fotografia de meninos brincando no campo da escola paroquial do bairro da Favela (em 1959).

⁶⁰¹ Amapá: missione nell'Amazzonia brasiliana. *Le missioni cattoliche. Op. Cit.* P. 259.

⁶⁰² CUNHA, Álvaro da. *Amapacanto*. Macapá: Imprensa Oficial do Amapá, 1986, p. 18.

filme (de 8 milímetros) que era sobre a vida de Jesus, homens e mulheres choravam comovidos, até mesmo o governador Janary chorava [...]”.⁶⁰³

Se por um lado os padres reprovavam duramente as festas promovidas por irmandades leigas, como a do Marabaixo, por outro, organizavam grandes festejos religiosos. O Círio de Nazaré e a comemoração do dia de São José — padroeiro de Macapá — eram festas controladas pelo clero e atraíam muitas pessoas para a cidade. A crescente devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Igarapé das Mulheres, também recebeu grande incentivo dos sacerdotes e da imprensa católica.⁶⁰⁴ Em julho de 1962, o articulista do jornal *A voz católica* comentou que todas as terças-feiras centenas de pessoas — “*gente de tôdas as cores, de tôdas as idades, de tôdas as camadas [sociais]*” — acorriam ao santuário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para agradecer ou pedir graças. As cartinhas traziam pedidos muito variados: “*é a carta do estudante que agradece a N. Senhora por tê-lo ajudado a passar nas provas; é a mãe que cheia de gratidão diz a Maria ‘muito obrigada’ pela saúde alcançada para o filhinho, despachado pelos médicos; é a esposa que vem, chorando, dizer à Virgem que o marido deixou de beber, ou ficou mais caseiro, ou conseguiu emprêgo [...]*”. Os padres viam a forte devoção mariana como uma estratégia para promover a sacramentalização. Segundo eles: “*a verdadeira devoção a N. S. do Perpétuo Socorro é aquela que nos chega aos santos sacramentos*”.⁶⁰⁵

Entretanto, para desapontamento do clero, muitos devotos assistiam as novenas, mas não as missas. Muitas pessoas só assistiam às missas nos dias das grandes festas religiosas. No citado do semanário católico lemos: “*há muita gente que se diz católica mas só vai à Igreja dia do Círio*”.⁶⁰⁶ Na verdade, não havia um consenso acerca do que significava ser católico. Coexistiam formas diferentes de vivência da fé. *A voz católica* de 07 de abril de 1963 comentava a existência de três tipos de católico. O “*católico de arraial*” aguardava ansiosamente a realização das grandes festas religiosas a fim de usufruir exclusivamente da parte profana delas. Já o “*católico de papelão*” era aquele afeito a grandes solenidades, ocasião em que procurava ocupar lugar de destaque, chamando a atenção para si através da doação de um sino, de uma imagem ou de algo do gênero. Por fim, o “*católico de fita*” era o cristão

⁶⁰³ No original lemos: “*mi ricordo quando abbiamo fatto il primo film (a otto milimetri), che era sulla vita di Gesù, uomini e donne piangevano di commozione, persino il governatore Janari piangeva [...]*” (GHEDDO, Piero. *Missione Amazzonia: i 50 anni del Pime nel Nord Brasile (1948-1998)*. Op. Cit. P. 49).

⁶⁰⁴ A capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi inaugurada no Igarapé das Mulheres em 1958; mas, “*tendo-se demonstrado pequena para o grande concurso de povo, foi novamente ampliada [com o acréscimo de duas naves laterais] pelo P. Angelo Biraghi e reinaugurada por D. Aristides Piróvano a 02.10.60*” (BUBANI, Angelo. *Diocese de Macapá*. Op. Cit. P. 66).

⁶⁰⁵ A devoção a N. S. do Perpétuo Socorro na cidade de Macapá. *A voz católica*. N° 142, de 15 de julho de 1962, p. 2. No artigo “O sentido de uma devoção”, lemos: “*não esqueçamos, porém, que Maria deve nos levar ao Cristo. E o Cristo está na Eucaristia. Portanto a súplica mais poderosa, a devoção mais legítima é aquela que se acampa [sic.] à Santa Comunhão, a união de nossas almas com a divindade*” (O sentido de uma devoção. *A voz católica*. N° 143, de 22 de julho de 1962, p. 2).

⁶⁰⁶ Um dever preterido. *A voz católica*. N° 142, de 15 de julho de 1962, p. 2.

pertencente a qualquer congregação religiosa (Filhas de Maria, Conferência Vicentina, Apostolado da Oração, etc.), “*mas com a ideia fixa que só isso basta[va] para ser católico*”.⁶⁰⁷ Ainda que de forma estereotipada, esta classificação permite perceber a diversidade de experiências que a Igreja Católica abrigava. Não obstante o esforço homogeneizador dos agentes da romanização, esta diversidade se manteve e é possível que tenha até se ampliado, com o aparecimento de novas combinações.

O ano de 1964 marcou o início de profundas mudanças na Igreja. Estava encerrando o Concílio Vaticano II (1962-1965), que determinou uma maior aproximação e entendimento entre clérigos e leigos. Conforme o padre Teodoro Negri, “*começa-se também a falar de ‘inculturação’, isto é, a evangelização devia ser feita de acordo com a cultura e as tradições do povo da terra para onde o missionário é enviado*”.⁶⁰⁸ Também em 1964, D. Aristides Piróvano (que desde 1948 presidiu a missão dos padres italianos) deixou a direção da Prelazia de Macapá para se tornar Superior Geral do PIME, em Milão. Seu substituto no episcopado amapaense foi D. Giuseppe Maritano, que empreendeu um movimento de renovação pastoral fundamentado na ação laica e organizado em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) — pequenos grupos de famílias vizinhas.⁶⁰⁹ Iniciava-se, assim, um processo de mudança na forma dos padres se relacionarem com os populares. Os “*métodos italianos*” — baseados na sacramentalização e na normalização das práticas percebidas como desviantes (catolicismo popular) — passaram a ser alvo de frequentes críticas.⁶¹⁰

Todo o período aqui estudado foi marcado por fortes tensões entre a ortodoxia clerical e as iniciativas devocionais populares. Não obstante os esforços dos padres para homogeneizar as práticas cristãs, segundo uma interpretação rigorosa dos cânones católicos, um caleidoscópio de experiências religiosas continuou marcando a vida macapaense. Como vimos no capítulo anterior, os esforços do clero local para impor uma moral familiar estreita não puderam apagar a existência de formas muito variadas de lidar com o namoro e com as relações conjugais. Do mesmo modo, pudemos constatar, no início do presente capítulo, que as investidas do governo e da Igreja para ajustar as práticas de lazer — assim como todas as demais maneiras de gozo do ócio — aos imperativos da

⁶⁰⁷ Pingo no “T” [seção]. *A voz católica*. Nº 180, de 07 de abril de 1963, p. 3.

⁶⁰⁸ NEGRI, Teodoro. *Op. Cit.* P. 43.

⁶⁰⁹ Segundo o padre e pesquisador da história do PIME Piero Gheddo: “*Mons. Maritano, parroco prima ad Assis nel Brasile Del sud e poi a Manaus, imposta súbito um programma di rinnovamento pastorale, centrato sull’apostolato dei laici e sulle ‘comunità ecclesiali di basi’, Che in quel tempo si diffondevano in Brasile e in América Latina: nel 1979 nell’Amapá sono già 400 com 150 catechisti e centinaia di altri ministri laici*” — GHEDDO, Piero. *PIME: 150 anni di missione (1850-2000)*. *Op. Cit.* P. 880.

⁶¹⁰ Os “*animadores de CEB*” e “*coordenadores de setor*” recebiam formação catequética no Centro de Catequese Diocesano. Este centro foi criado em 1963 e foi inicialmente dirigido pelo padre Paolo De Coppi, que adotou o slogan: “*por uma catequese aculturada na Amazônia*” (*ibidem*, p. 877).

ética do trabalho foram pouco frutíferas. Em geral, foi no bojo destas empreitadas reguladoras que foram gerados os registros que nos serviram de fontes para conhecermos partes fundamentais do cotidiano dos trabalhadores.

Os espaços de divertimento e de exercício da fé eram constituidores de redes de solidariedade e formadores de lideranças. Por exemplo, a grande influência que Julião Ramos exerceu sobre os destinos da comunidade negra que formou o Laguinho não pode ser entendida sem se ponderar sobre o que significava ser um festeiro do Marabaixo. Estas redes de solidariedade eram irrigadas por valores peculiares. Estes valores constituíam o solo onde nasciam os sonhos dos trabalhadores e os pesadelos dos ordenadores.

Capítulo V

Movimentos sociais contra inseguranças cotidianas

Quando andava pelas ruas de Macapá, Janary Nunes mostrava-se sisudo e exigia de todos a sua volta a mesma atitude. Ao passar, esperava que os moradores parassem seus afazeres para saudá-lo. Quando ele entrava no cinema, desejava que toda a plateia se levantasse, em sinal de respeito. Numa de suas andanças pela cidade (no bairro do Laguinho), o governador percebeu vir do interior de uma humilde residência risos e falatórios. Não gostou. Dentro da casa de Josefa Lina da Silva, a brincadeira era motivada pela queda do chapéu de um dos trabalhadores que tinham vindo do Curiaú para ajudá-la na abertura de um roçado. Janary bateu na janela e Josefa veio atender: *“o senhor deseja alguma coisa?”*. Janary ordenou que todos os homens que estivessem dentro da casa saíssem, para serem punidos. Todos eles saíram, sob os protestos da anfitriã. Ela ressaltou que eles não tinham visto o governador e que por isso não haviam demonstrado respeito, silenciando a algazarra. Detidos, os convivas de Josefa foram forçados a trabalhar na reforma do trapiche da cidade.⁶¹¹

O primeiro governador do Território Federal do Amapá era militar e, como tal, tinha um forte senso de hierarquia — ao que se pode acrescentar uma rigorosa expectativa de obediência sem contestações. Ao transferir para a vida civil estes princípios militares, Gentil Nunes deu ao seu governo um perfil autoritário. Aqueles que questionavam suas diretrizes e ordens estavam sujeitos a uma série de sanções e perseguições. A intransigência e a intolerância deste governante se fez notar em diversos momentos. Aliás, esta intolerância levou alguns de seus apoiadores a irem compor com a oposição. Em entrevista, Arlindo Silva de Oliveira relatou que *“Janary era muito austero”* e que por isso *“ele arrumou um monte de inimigos”*.⁶¹² Amaury Guimarães Farias (que foi assessor técnico do gabinete governamental e, em 1958, entrou para o PTB, que, no Amapá, fazia oposição ao PSD, partido de Janary) assim descreveu a intolerância política de Janary Nunes: *“se alguém quisesse divergir das ideias do governo, esse alguém seria uma persona non grata”*. E completou: *“o professor Paulo de Tarso, prefaciador do livro, Meus momentos políticos [...], diz que naquela época, ser*

⁶¹¹ Entrevista com Josefa Lina da Silva, anteriormente já citada.

⁶¹² Entrevista com Arlindo Silva de Oliveira, anteriormente já citada.

*oposição, era uma decisão muito perigosa, pois se vivia isolado e aqui no Amapá só tinham dois empregadores: o governo e o governo”.*⁶¹³

Não obstante o desejo de impor uma unânime aceitação de seus desígnios, este governador deparou-se permanentemente com movimentos de oposição. Com o tempo, foi obrigado a ceder e a reconhecer que só conseguiria permanecer no poder se firmasse diversas alianças, até mesmo com velhos adversários. Os governadores que Janary indicou nem sempre tiveram esta sensibilidade e acirraram polarizações latentes, em torno das quais os grupos e movimentos sociais de Macapá posicionavam-se. Neste capítulo analisaremos a formação de um amplo arco de forças sociais que passou a combater os grupos hegemônicos da capital do Amapá. Primeiramente, traçaremos a trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), enfocando os percalços vividos pelos trabalhistas ao longo dos seus embates com os janaristas. Em seguida, destacaremos a atuação de associações e sindicatos na peleja pelas demandas e aspirações dos trabalhadores.

Desde o início do seu governo, Janary Nunes estabeleceu alianças com membros das classes mais ricas do Território, como latifundiários e grandes comerciantes. Porém, como ressaltamos, ele era desejoso de que todas as classes da sociedade amapaense apoiassem as suas decisões. Em 1946, ficou muito desapontado ao perceber que alguns eleitores não votaram no candidato à presidência da República de sua preferência: Eurico Gaspar Dutra. Procurou, então, identificar os que haviam votado nos outros candidatos — Eduardo Gomes (UDN) e Yedo Fiuza (PCB) — e passou a prossegui-los sistematicamente. Tais perseguições muitas vezes culminavam em demissões. No âmbito do serviço público territorial, Janary possuía amplos poderes para admitir e demitir quem quisesse. Mas, devido à relação clientelista que estabelecia com as várias frações da classe dominante, frequentemente obtinha sucesso ao solicitar exonerações na esfera privada. Portanto, todos que ousavam lhe fazer oposição, sabiam que corriam o sério risco de perder as bases de sustentação de suas famílias.

No livro *Folhas soltas do meu alfarrábio*, Alfredo Távora Gonsalves nos apresenta suas reminiscências acerca do trabalho de organização da resistência às práticas autoritárias dos grupos hegemônicos locais, entre 1946 e 1964. Fundador do diretório do PTB no Amapá, Távora Gonsalves foi uma das principais lideranças da oposição ao janarismo e um incansável difusor dos ideais trabalhistas neste Território. Proprietário de um seringal no vale do rio Araguari e, depois, funcionário da Companhia Telefônica Brasileira (empresa canadense, onde permaneceu até 1950), Alfredo manteve, inicialmente, bom

⁶¹³ Amaury Guimarães Farias. Entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2006.

relacionamento com o primeiro governador do Amapá. Chegou a jantar com este na residência governamental, ocasião em que Janary lhe pediu “*que quando tivesse notícia de qualquer irregularidade de seus auxiliares o avisasse, porque ‘nem sempre o governo tem conhecimento do que se passa’*”.⁶¹⁴ Estas palavras ficaram gravadas na memória do jovem seringalista.

A cordialidade entre o Janary Nunes e Alfredo Távora Gonsalves teve fim quando eles desentenderam-se em torno de uma decisão tomada pelo chefe da Divisão de Segurança e Guarda, o capitão Humberto Pinheiro Vasconcelos, no início de 1946. Neste ano começou o processo de desativação da base aérea do município de Amapá. Pouco antes de deixarem a base, os soldados estadunidenses distribuíram, entre trabalhadores locais, coisas que não queriam levar consigo — rolos de arame farpado, motor de poupa, ferramentas e etc. Logo estes produtos foram trocados por mercadorias nas casas comerciais ali existentes. Pinheiro Vasconcelos deu voz de prisão a tais comerciantes, por entender que haviam praticado o crime de receptação de furto. Transferidos para Macapá, estes membros de poderosas famílias do município de Amapá, foram forçados a capinar os logradouros públicos da capital. Assim que tomou conhecimento destes fatos, Alfredo notificou Gentil Nunes, primeiro por telegrama e depois pessoalmente.

Mas, diferentemente do que o seringalista imaginava, Janary manifestou-se favorável às ações de Pinheiro Vasconcelos. A resposta do governador foi dada por meio de um telegrama: “*recebi sua carta, se não está satisfeito venha fazer política no Amapá*”.⁶¹⁵ O desafio foi aceito e, com a ajuda de Claudomiro de Moraes (capataz da Capitania dos Portos de Macapá), Távora Gonsalves fundou o PTB do Amapá. A respeito dos membros deste partido, Alfredo nos disse em entrevista: “*era gente humilde, que tinha a consciência de que tinham direito a poder se expressar livremente. A pessoa mais importante que o partido tinha naquela época em Macapá era o capataz da Capitania dos Portos, e o resto era pequenos comerciantes e o povo em geral*”.⁶¹⁶ Os petebistas tentavam se apropriar do prestígio de Getúlio Vargas, fundador do partido e criador dos territórios federais. Eles opunham-se frontalmente aos próceres do Partido Social Democrático. (PSD). Em geral, os pessedistas eram membros das “*classes conservadoras*”: fazendeiros, grandes comerciantes e altos funcionários públicos.⁶¹⁷ Não havia uma perfeita congruência entre classes sociais (dominante e dominada) e partidos políticos

⁶¹⁴ GONSALVES, Alfredo Távora. *Folhas soltas do meu alfarrábio*: um livro para meus filhos. Brasília: Gravo Papers, 2010, p. 41.

⁶¹⁵ *Ibidem*, p. 42.

⁶¹⁶ Alfredo Távora Gonsalves. Entrevista realizada no dia 05 de novembro de 2011.

⁶¹⁷ Ver: PSD de Macapá — reunião do diretório. *Amapá*. N° 150, de 24 de janeiro de 1948, p. 5; e A empolgante convenção regional do PSD, Seção Amapá. *Amapá*. N° 357, de 19 de janeiro de 1952, p. 1.

(PSD e PTB). Estes partidos representavam de forma mais exata a divisão entre grupos hegemônicos e contra hegemônicos (antijanaristas) da sociedade amapaense.⁶¹⁸

Ambos partidos possuíam estratégias para motivar o apoio dos trabalhadores para as suas causas. O PSD, durante quase todo o período aqui estudado, teve o controle das agências governamentais. Estas atendiam com mais frequência e presteza as comunidades adesistas, pondo em evidência a lógica clientelista que regia a tecnoestrutura estatal.⁶¹⁹ Portanto, para muitos trabalhadores, o alinhamento com o janarismo era parte do rol de táticas de enfrentamento da insegurança estrutural. O PTB possuía em seus quadros pessoas com grande poder de mobilização social. Era o caso da presidente da Associação de Professores Primários do Amapá Deusolina Sales Farias. Também compunham as fileiras petebistas várias lideranças sindicais — que apresentaremos adiante — e o advogado Dalton Cordeiro Lima, que se notabilizou por defender diversas causas de servidores públicos e, principalmente, de operários da ICOMI.

Promulgada em setembro de 1946, a nova Constituição estabeleceu o direito dos territórios federais de eleger um deputado federal. Iniciaram-se então, no Amapá, as mobilizações em torno das candidaturas. Foi neste contexto que Alfredo Távora Gonsalves — que era secretário geral do PTB do Pará — e Claudomiro de Moraes — que, segundo Alfredo, era o “*líder da resistência democrática no Território, [era] corajoso e [alguém] com certa experiência política, por ter pertencido à antiga Aliança Liberal*” — começaram os esforços para a criação do novo diretório regional do PTB. Ele foi fundado em 16 de dezembro de 1946. Para marcar presença no pleito eleitoral para deputado federal, a oposição lançou a candidatura do general João Álvares de Azevedo Costa. Antes disto, o PSD lançou a candidatura de Coaracy Nunes, irmão de Janary, que era apresentado aos moradores das localidades interioranas em meio a grandes festividades e distribuição de alimentos. O registro da candidatura de Azevedo Costa foi boicotado. A mensagem telegráfica que solicitava isto ao Tribunal Eleitoral do Rio de Janeiro foi retardada, chegando ao destino somente duas horas depois de encerrado o prazo.⁶²⁰

As perseguições iniciaram antes mesmo do término da eleição. A casa de Claudomiro de Moraes foi arrombada por quatro guardas cujo objetivo era prender Távora

⁶¹⁸ Linha altaneira e democrática de conduta. *Amapá*. Nº 568, de 13 de setembro de 1954, p. 7.

⁶¹⁹ SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo* — 1943-1970. 2 ed. Belém: Grafinorte, 2006, p. 32.

⁶²⁰ GONSALVES, Alfredo Távora. *Op. Cit.* P. 44. Ver também: Negado registro à Comissão Executiva do PTB do Amapá e seus candidatos — a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal é irreversível. *Amapá*. Nº 95, de 11 de janeiro de 1947, p. 1. Neste mesmo número do jornal *Amapá*, consta a denúncia de que os nomes de Pedro Álvares de Azevedo Costa (irmão do general João Álvares de Azevedo Costa) e de Jonas de Alcântara e Silva foram inseridos na composição da Comissão Executiva do PTB sem o prévio consentimento dos mesmos (Desmentindo. *Amapá*. Nº 95, de 11 de janeiro de 1947, p. 1).

Gonsalves, que aí estava hospedado. Contudo, Claudomiro havia sido avisado do planejamento da captura do líder oposicionista. Quando os guardas praticaram o arrombamento, Alfredo já havia fugido para Belém, numa canoa a vela chamada *Deus te salve*. Assim ele descreveu esta fuga: “a viagem demorou onze dias, debaixo do toldo de uma canoa, em meio a jerimuns e melancias, escapei por pouco, porque o chefe de polícia [o capitão Humberto Vasconcelos], pessoalmente, costumava vistoriar as embarcações que saíam de Macapá”. Malograda tal tentativa, as forças policiais foram a Porto Grande para prender o irmão de Alfredo, José Távora Gonsalves. Este foi levado para a delegacia que ficava na Praça Veiga Cabral. José foi posto em liberdade somente depois da intercessão do chefe do Estado Maior do Exército, o general Juarez Távora, que era seu parente.⁶²¹

Depois do fim da eleição as perseguições continuaram. Vários petebistas foram exonerados do serviço público territorial e municipal. Eles eram impedidos de adquirir lotes para a construção de suas casas e de conseguir empregos no comércio local. Entre 1947 e 1950, Alfredo Távora Gonsalves afastou-se do Território — viajou para o Rio de Janeiro, onde conseguiu emprego na Companhia Telefônica Brasileira. Foi neste período que o jovem amazonense Mário Ramos despontou como destacado líder do trabalhismo no Amapá. Compunham também o PTB do Amapá: Aurélio Laranjeira, Benedito da Costa Uchoa; João Wilson Carvalho, José Serra e Silva (inicialmente um janarista), Aurino Borges de Oliveira, Alcides Ribeiro, João Santos Furtado, Ituassu Borges de Oliveira, Janary de Azevedo Costa, Antero Furtado, Jeronimo Picanço, Eugenio Albuquerque, Raimundo Monteiro Correia de Sá, Jorge Carmona, Custódio Valderi dos Reis, Brasilino Antonio Caldas, Alcides Guimarães Farias, Júlio Venancio Coelho, Miguel Monteiro, Armando Lima, Pedro Pinto de Mendonça, Emílio Rodrigues, Quintino Pontes Tavares, Emanuel Serra e Silva e outros.

⁶²¹ *Ibidem*, p. 45-46. Segundo *Requerimento* do Promotor Hildemar Maia, de 07 de maio de 1947, José Távora Gonsalves foi acusado de, entre dezembro de 1946 e janeiro de 1947, “*haver, sabendo falsa a imputação, propalado e em reuniões de caráter coletivo, que o Excelentíssimo Senhor Capitão Janary Gentil Nunes, Governador deste Território, era desonesto e tinha furtado o Território e se apropriado de parte das verbas destinadas à construção do Hospital de Macapá e da rodovia Macapá-Clevelândia, afim de adquirir uma fazenda no Estado de Minas Gerais, um apartamento, um bungalow e uma farmácia no Rio de Janeiro, todos fatos definidos como crime pela nossa legislação penal [...]*”. No processo consta uma queixa crime apresentada e assinada por Janary Gentil Nunes, assim qualificado: “*brasileiro, casado, domiciliado nesta Capital, exercendo presentemente o cargo de Governador do Território Federal do Amapá*”. Janary afirmava que, após voltar do Rio de Janeiro, em janeiro de 1947, tomou conhecimento que José Távora propalara em diversas ocasiões: que o governador havia furtado o Território; que adquirira fazenda, bangalô e farmácia; que “*jôra a Capital Federal para vender esses bens, a fim de ‘tapar buracos’ (textuaes) existentes na sua administração*”. O “*suplicante*” [Janary] informou que pediu à Divisão de Segurança e Guarda “*que registrasse os depoimentos das pessoas que espontaneamente a procurassem para comunicar o fato, bem como convidasse o referido cidadão a prestar esclarecimentos sobre essas acusações, que feriam a pessoa do Chefe do Governo Territorial, afetavam o prestígio da autoridade e tentavam macular seu conceito público*”. Vendo-se na iminência de ser condenado pelo crime de calúnia, José Távora Gonsalves mudou-se para o Ceará (AFCM. Caixa 264, processo nº 137, de 07 de maio de 1947, fls. 2-4).

Na campanha presidencial de 1950, a candidatura de Vargas trazia a chancela do PTB e do Partido Social Progressista (PSP). No resultado eleitoral, ele obteve 48,7% dos votos, seguido por Eduardo Gomes da UDN (29,7%) e por Cristiano Machado da coligação PSD e Partido Republicano ou PR (24,5%). A candidatura de Vargas foi vitoriosa em 18 unidades da federação. Ele perdeu somente no Pará, Maranhão, Ceará, Minas Gerais e nos Territórios do Acre e do Amapá.⁶²² No Território do Amapá, Cristiano Machado obteve maior votação. Nisto contou com apoio de seu correligionário Janary Nunes. Vendo seu candidato derrotado, Janary tentou obter a indulgência de Vargas.⁶²³ E o governador do Amapá recebera a indulgência desejada. Isto não causa estranheza, pois, no início do seu mandato, o presidente tentara formar uma ampla e heterogênea base de sustentação política — solicitando, inclusive, o apoio dos membros da UDN, sua tradicional adversária.

Os petebistas que trabalharam na campanha pró-Vargas — que se concentrou em Macapá, porque eles não tinham meios de transporte para alcançar os interiores — nutriram forte expectativa acerca do afastamento definitivo de Janary do governo. Admitiu Alfredo Távora Gonsalves: *“não contávamos com um fator que viria derrubar as nossas aspirações: o partido do presidente era o PTB, que tinha a terceira maior bancada no Congresso, mas que precisaria do PSD para assegurar a maioria”*. E aduziu: *“foi aí que entrou a habilidade política de Coaracy Nunes, que mobilizou os altos escalões do seu partido e, com a interferência do governador Ernesto Dorneles, garantiu a permanência de Janary”*.⁶²⁴ Frustrado o anseio da troca de governador, os trabalhistas tiveram que se contentar com postos de primeiro e de segundo escalão, ficando, por exemplo, com: a Prefeitura de Macapá, a Divisão de Terras e Colonização, a diretoria do Frigorífico, do Hotel Macapá e da Biblioteca Pública. Sentindo-se como *“estranhos no ninho”*,

⁶²² D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas — 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 78.

⁶²³ Para tanto, contou com a ajuda da professora e poetisa Aracy Mont'Alverne, que, em mensagem radiofônica, lembrou ao novo presidente que o governador do Amapá não o apoiara por causa do compromisso partidário. A professora Mont'Alverne exaltou a fidelidade política de Janary em relação a Cristiano Machado. Fidelidade que, ainda segundo Mont'Alverne, agora este governador queria devotar a Vargas. Dirigindo-se ao presidente Vargas, Aracy Mont'Alverne asseverou: *“não pode ser classificado de ingratidão o fato de, nas eleições de 3 de outubro, Vossa Excelência não haver conquistado unanimidade de votos no Território Federal do Amapá. Forçoso é considerar que o Governo do Território é um delegado do Governo Federal. E Vossa Excelência, melhor do que ninguém, sabe apreciar e julgar o valor da lealdade, o penhor do compromisso moral em face das circunstâncias que encontram os homens em determinados postos. As suas atitudes, então, é que os elevam no conceito da coletividade”* (Quem conhece a alma do povo é o próprio povo. *Amapá*. N. 309, de 10/02/1951, p. 01). Aracy era amiga de Janary, que admirava a oratória dela, como nos relatou seu filho, José Sebastião Mont'Alverne: *“o Coronel Janary Nunes era um amigo pessoal e admirador da minha mãe. Ela quase diariamente era convidada a participar de eventos e fazia parte de uma comitiva que ele levava para todo lugar. E ela era uma espécie de orientadora sobre discursos, sobre eventos. Da parte cultural do ex-Território ela era uma coordenadora. Ele tinha uma admiração por ela. E logo depois que ela veio para cá [para Macapá], foi convidada a ser Secretária de Educação (por sinal, foi a primeira mulher a comandar a Secretaria de Educação). E era uma amiga pessoal do Janary. Ele não largava minha mãe para coisa nenhuma, qualquer evento, qualquer inauguração...”* (José Sebastião Mont'Alverne. Entrevista realizada no dia 18 de julho de 2007).

⁶²⁴ GONSALVES, Alfredo Távora. *Op. Cit.* P. 54.

os membros do PTB atuaram no interior do governo com uma série de restrições — falta de transporte, autonomia e de várias espécies de facilidades.⁶²⁵

Com pendor janarista, Amiraldo Bezerra descreveu assim as dificuldades de entendimento entre o prefeito e o governador: “*Claudomiro (Dito) Moraes, PTB roxo, foi nomeado prefeito de Macapá*”. Este, “*com forte personalidade, não aceitava dividir com ninguém o mando administrativo, muito menos com Janary*”. Moraes, por fim, foi vítima de um ardil. Assinou, inocentemente, uma folha em branco, que um desleal assessor (enteado do pessedista Hildemar Maia) colocou no meio de vários documentos. Na referida folha foi escrito um pedido de exoneração de caráter irrevogável. Após Claudomiro não ter reconhecido a autenticidade do pedido, a Prefeitura foi colocada sob a intervenção de pessoas indicadas por Janary. Com medo de que os interventores promovessem adulterações de documentos para fundamentar acusações de desonestidade, o líder trabalhista acabou assumindo a autoria do pedido e deixando a gestão municipal, com enorme desgaste político.⁶²⁶

No âmbito nacional, os movimentos conciliatórios de Vargas na direção da UDN fracassaram e trouxeram-lhe a desconfiança de sua base aliada (o PTB) e o repúdio do PSD, que temia perder espaço político. Vargas também não conseguira o apoio da imprensa e nem da maioria dos membros do Exército. Thomas Skidmore afirma que, em meados de 1953, objetivando a estabilização política, Vargas substituiu seus ministros mais importantes e, para cortejar o eleitorado operário, nomeou João Goulart (do PTB do Rio Grande do Sul) para a pasta do Trabalho.⁶²⁷ As greves de trabalhadores, ocorridas no primeiro semestre de 1953, aceleraram a reforma do Ministério, e a ida de João Goulart para a pasta do Trabalho significou uma tentativa de conseguir reaproximar os trabalhadores do governo, sem que este hostilizasse as forças patronais. Segundo Maria Antonieta P. Leopoldi, Vargas, colocando-se acima dos partidos e buscando promover a conciliação político-partidária, “*buscava o difícil caminho do meio evitando radicalizar uma conjuntura por si só fragmentária*”.⁶²⁸

Nomeado ministro da Fazenda em junho de 1953, Oswaldo Aranha propôs a redução do ritmo da industrialização brasileira. Por outro lado, no início de 1954, João Goulart apresentou uma proposta de aumento de 100% do salário mínimo. Aranha reprovou tal proposta. Sob a forte pressão da oposição, Vargas imediatamente substitui o

⁶²⁵ Na entrevista realizada no dia 05 de setembro de 2011, Elfredo Távora Gonsalves disse-nos: “*o presidente nacional do PTB veio a Macapá para forçar o governo a dar participação ao PTB na administração do Território. O PTB ficou com a Divisão de Terras, com a Prefeitura de Macapá e com outros cargos de segundo escalão*”.

⁶²⁶ BEZERRA, Amiraldo. *Op. Cit.* P. 47.

⁶²⁷ SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.* P. 134-148.

⁶²⁸ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Op. Cit.* P. 198.

ministro do Trabalho. Todavia, de fora, Jango continuaria influenciando nos rumos deste ministério.⁶²⁹ No dia 1º de maio de 1954, o novo ministro do Trabalho, Hugo Faria, com o aval de Vargas, duplicou o salário mínimo. A UDN, após a saída de Jango do ministério do Trabalho, passou a concentrar suas críticas no presidente. Para tanto, os membros deste partido, principalmente Carlos Lacerda, contavam com a maioria dos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Jornais como *O Globo*, *Diários Associados* e *O Estado de São Paulo* eram os pilares da imprensa antigetulista. No início de fevereiro de 1954, os coronéis do Exército apresentaram um memorial ao ministro da Guerra reivindicando equipamentos e melhores salários. Os jovens oficiais manifestavam, assim, seu descontentamento para com o governo federal. A crise política se tornou mais aguda após o incidente da Rua Toneleros: no dia 5 de agosto, um major da Aeronáutica foi morto durante a tentativa de assassinato contra Lacerda. Capturado, o assassino revelou sua ligação com membros da guarda presidencial. Os oficiais das Forças Armadas pediram a renúncia de Vargas. Mas, o presidente optou pelo suicídio e, deste modo, segundo Skidmore, ele “*neutralizou as vantagens políticas e psicológicas que seus oponentes haviam acumulado*”.⁶³⁰

Com o desaparecimento de Getúlio da cena política, o acordo de trégua e colaboração entre PSD e PTB no governo do Amapá tornou-se insustentável. Na segunda metade do ano de 1954 ocorreu o processo eleitoral para deputado federal. O PSD apresentou a candidatura de Coaracy Nunes e, como suplente, de Hildemar Maia. O PTB concorreu com José Bruno Lobo e José Serra e Silva. Janary Nunes ficou afastado do governo durante o período da eleição, sendo substituído por Teodoro Arthou (indicado pelo executivo federal). Terminado o pleito — no qual Coaracy e Hildemar saíram vitoriosos — Janary retornou ao governo e exonerou todos os trabalhistas que possuíam cargo nas esferas da administração pública amapaense. No ano seguinte, um novo processo eleitoral iria ajudar a reacender as disputas entre os referidos partidos. Era a corrida presidencial, na qual Juscelino Kubitschek concorria com a chancela da coligação PSD-PTB. Mas, no Amapá, os petebistas decidiram não apoiar Juscelino e fazer campanha apenas para o candidato a vice-presidente João Goulart.

Em 1955, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da República. Janary foi nomeado presidente da Petrobrás. Às 12 horas do dia 2 de fevereiro de 1956, Amílcar da Silva Pereira (Secretário Geral), em reunião extraordinária na sala de despachos no Palácio do Governo, informou aos diretores, chefes de serviço e a grande número de funcionários da administração territorial, a nomeação de Gentil Nunes para a presidência da Petrobrás.

⁶²⁹ FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.* P. 103, 156.

⁶³⁰ SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.* P. 161 e 180.

O número do jornal *Amapá* que noticiou este fato também informou que “*em substituição ao Tenente-Coronel Janary Gentil Nunes, que vem de ser investido no elevado cargo de presidente da Petrobrás, o Excelentíssimo senhor Presidente da República, dr. Juscelino Kubitschek, em ato baixado no dia 2 do corrente, nomeou para desempenhar as funções de Governador do Território o dr. Amílcar da Silva Pereira, que, a mais de um ano, vinha servindo como secretário geral*”.⁶³¹ Mesmo afastado do governo, Janary Nunes continuaria influenciando fortemente na vida política amapaense, inclusive na escolha dos governadores. Por outro lado, Amílcar Pereira estabeleceu uma relação sem hostilidades com o PTB do Amapá, que era então liderado pelo grupo ramista (de Mário Ramos, cujo espírito era de conciliador).

A relativa tranquilidade no relacionamento dos dois principais partidos do Território iria terminar em 1958. Ano que também abriria uma nova fase na história do PTB amapaense. A leitura da crônica política nos indica que até este momento os petebistas do Amapá estiveram fundamentalmente preocupados em combater o autoritarismo janarista, que se consubstanciava na imposição de uma dócil subserviência aos ditames governamentais e na implacável perseguição aos insubmissos. No final da década de 1950, o diretório local do PTB voltou-se decisivamente para a defesa dos interesses de parte significativa do conjunto dos trabalhadores. Os líderes deste partido estabeleceram então uma relação mais orgânica com os grupos subalternos. Para tanto contaram com adesões importantes. Por exemplo, o advogado Dalton Cordeiro Lima tornou-se um líder petebista notável. Dalton era muito prestigiado pelo operariado da ICOMI, que contava com ele para a defesa de suas causas trabalhistas. Outro exemplo: quando se juntou à hoste petebista (em 1958), Deusolina Sales Farias levou consigo a condição de admirada presidente da Associação dos Professores Primários. Por fim, a adesão de vários dirigentes sindicais faria com que a influência de tal partido adquirisse uma capilaridade social muito mais abrangente do que antes tinha.

É importante ressaltar que a aproximação entre petebistas e classe trabalhadora ocorreu numa via (política) de mão dupla. Ao longo da década de 1950 ocorreu um amplo processo de organização dos trabalhadores de Macapá em associações e sindicatos. Desde o início de seu governo, Janary Nunes tentou estabelecer uma relação paternalista com os trabalhadores do Amapá, esperando destes uma atitude de agradecidos colaboradores. No final de 1946, o articulista do jornal *Amapá* escrevia: “*o proletariado do Território não tem razão de queixa contra o govêrno territorial que, reconhecendo-lhe a eficiente coadjuvação prestada desde os primeiros dias de sua instalação, sempre o amparou e assegurou-lhe os direitos prescritos pela legislação*

⁶³¹ Nomeado governador do Território o Dr. Amílcar da Silva Pereira. *Amapá*. N. 707, de 05/02/1956, p. 1.

trabalhista”. No segundo capítulo, observando mais de perto o caso dos operários da Olaria Territorial, constatamos que vários destes direitos não eram respeitados. Para dar sustentação à retórica paternalista, o governador abria um canal de diálogo direto com o operariado. Por seu lado, os trabalhadores utilizavam a lógica paternalista em proveito próprio, ou em prol de suas necessidades e aspirações: *“o governador recebe 4 vezes por semana, em seu próprio gabinete, qualquer operário, não se preocupando com seu traje tendo em mira unicamente ouvir seus apêlos, suas queixas ou reclamações”*.⁶³² Foi dentro desta lógica — ou seja, tendo Janary como patrono — que as primeiras associações de classe apareceram no Amapá.

Nos primeiros anos da década de 1950 surgiram algumas entidades classistas no Amapá: Associação dos Professores Primários do Amapá (1952)⁶³³; Sociedade Beneficente Operária do Amapá (1952)⁶³⁴; União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá, a UECSA (1952); União Beneficente dos Motoristas do Amapá, a UBMA (1953)⁶³⁵; e Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Olaria do Território Federal do Amapá (1953). Mas, foi da segunda metade da referida década em diante que mais rapidamente se proliferaram entidades de representação de categorias profissionais, tais como: União Beneficente e Recreativa “Tamandaré” (1956)⁶³⁶; União Beneficente e Recreativa dos Açougueiros e Marchantes do Amapá (1958)⁶³⁷; Associação Profissional dos Trabalhadores em Oficinas Mecânicas do Amapá (1958); Associação Profissional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais do Território do Amapá (1958)⁶³⁸; Associação Profissional dos Motoristas do Amapá (1958)⁶³⁹; Associação Profissional de Comércio Feirante Varejista de Macapá (1962)⁶⁴⁰; Associação Profissional dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Território Federal do Amapá (1962); Teatro de Amadores do Amapá (1963)⁶⁴¹; Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários (1963)⁶⁴²; e Associação Profissional das Indústrias de Alimentação (1957).⁶⁴³

⁶³² Paz, trabalho e liberdade. *Amapá*. Nº 91, de 14 de dezembro de 1946, p. 2.

⁶³³ Os professores do Território fundaram a sua Associação. *Amapá*. Nº 362, de 23 de fevereiro de 1952, p. 2.

⁶³⁴ Sociedade Beneficente Operária do Amapá — Estatutos. *Amapá*. Nº 363, de 01 de março de 1952, p. 3.

⁶³⁵ Estatuto da União Beneficente dos Motoristas do Amapá. *Amapá*. Nº 407, de 03 de janeiro de 1953, p. 5.

⁶³⁶ Assistência aos marítimos da SERTTA. *Amapá*. Nº 777, de 14 de outubro de 1956, p. 4.

⁶³⁷ Fundada mais uma associação de classe nesta capital. *Amapá*. Nº 834, de 16 de janeiro de 1958, p. 1.

⁶³⁸ Já registrada a Associação dos Marítimos. *Amapá*. Nº 918, de 05 de abril de 1958, p. 4.

⁶³⁹ Criada a Associação Profissional dos Motoristas. *Amapá*. Nº 931, de 25 de maio de 1958, p. 4.

⁶⁴⁰ Estatuto da Associação Profissional de Comércio Feirante Varejista de Macapá. *Amapá*. Nº 1169, de 30 de junho de 1962, p. 5.

⁶⁴¹ Será empossada hoje a diretoria do Teatro de Amadores do Amapá. *Amapá*. Nº 1218, de 15 de maio de 1963, p. 4.

⁶⁴² Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do T.F.A. *Amapá*. Nº 1239, de 02 de outubro de 1963, p. 4.

⁶⁴³ Instalada nesta capital nova associação classista: os trabalhadores na indústria de alimentação tem sua entidade — empossada primeira diretoria. *Amapá*. Nº 884, de 28 de novembro de 1957, p. 1.

A classe dirigente territorial permanentemente tentava manter dentro de seu campo de influência estas associações e difundir um discurso que apontava para a necessidade de cooperação entre trabalhadores, patrões e governo. Não raramente aquela classe apresentava-se como grande apoiadora da formação de novas associações e sindicatos. Por exemplo, no final de 1953, na cerimônia de fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Olaria do Território Federal do Amapá, Janary Nunes aconselhou *“o trabalhador amapaense a se organizar em associações de classe”* e prometeu criar a Casa do Trabalhador Amapaense.⁶⁴⁴ No início de 1957, o jornal *Amapá* publicava a seguinte matéria de capa: *“Coaracy Nunes no parlamento: ‘os trabalhadores dos territórios devem se congregar nos seus sindicatos’”*. Neste texto, lemos que o deputado defendera na Câmara Federal que a criação de delegacias do Ministério do Trabalho nos territórios federais iria possibilitar que neles aparecessem sindicatos.⁶⁴⁵ Uma semana depois, o articulista Gilberto Danin comentava no mesmo jornal que o grito de *“avante”* para os trabalhadores amapaenses formarem seus sindicatos *“partiu justamente de onde muita gente não esperava: do deputado federal Coaracy Gentil Nunes”*. E adiante afirmou: *“é claro que os que assim pensavam, estão a essa hora em situação um pouco cômoda”*. Muito provavelmente, Danin estava se referindo aos membros do PTB do Amapá, partido que vinha — em âmbito nacional e desde 1945 — se apresentando como genuíno porta-voz dos sindicatos.⁶⁴⁶

Em janeiro de 1958, Coaracy Nunes morreu — juntamente com seu suplente Hildemar Maia e com o piloto Amilton Silva — num trágico acidente de avião, na localidade de Macacoari (interior do Território). Amílcar da Silva Pereira deixou então o cargo de governador para concorrer ao pleito que definiria o novo deputado federal do Amapá. Ele foi então substituído por Pauxy Gentil Nunes, irmão de Janary e Coaracy. Pauxy havia sido representante do governo na capital do Brasil (Rio de Janeiro) e Secretário Geral de Amílcar. O novo governador deu continuidade às iniciativas do irmão falecido para criar condições favoráveis à formação de sindicatos. Em reunião com o presidente da Câmara Federal Ulisses Guimarães, ocorrida no mês de março de 1958, ele tratou, dentre outros temas, da criação dos sindicatos: dos marítimos, dos estivadores, dos operários das indústrias de alimentos e dos trabalhadores da construção civil.⁶⁴⁷ No mês seguinte, o Superintendente dos Serviços Industriais do Amapá reuniu-se com membros da Associação

⁶⁴⁴ Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Olaria do Território Federal do Amapá. *Amapá*. Nº 498, de 31 de dezembro de 1953, p. 6.

⁶⁴⁵ Coaracy Nunes no parlamento: “os trabalhadores dos territórios devem se congregar nos seus sindicatos”. *Amapá*. Nº 809, de 10 de fevereiro de 1957, p. 1.

⁶⁴⁶ Coluna livre: sindicato de trabalhadores. *Amapá*. Nº 811, de 17 de fevereiro de 1957, p. 4.

⁶⁴⁷ Criação de novos sindicatos no Amapá. *Amapá*. Nº 912, de 13 de março de 1958, p. 1.

dos Marítimos e ouviu vários oradores hipotecarem irrestrita solidariedade ao chefe do executivo amapaense.⁶⁴⁸ Em junho deste mesmo ano, quando foi fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores em Oficinas Mecânicas, o jornal *Amapá* fez questão de destacar: “a criação de mais este órgão classista partiu de uma iniciativa do Governador Pauxy Gentil Nunes, que assim dá prosseguimento ao seu magnífico programa de assistência ao trabalhador amapaense”.⁶⁴⁹

Imagem 17: Fotografia de operários da ICOMI fabricando tubos de cimento (década de 1950).

A Associação Profissional dos Trabalhadores em Oficinas Mecânicas era formada por mecânicos do governo territorial, da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e da ICOMI, que iniciara a exportação do manganês amapaense em 1957. As atividades destas duas grandes empresas fizeram com que o número de trabalhadores especializados do Amapá fosse enormemente ampliado.

Em 1958, A CEA possuía cerca de 500 operários, concentrados, sobretudo, na construção da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes (na cachoeira do Paredão). A ICOMI possuía quase 1.500 operários empregados e mais algumas centenas de trabalhadores contratados. Predominava, em meado do século XX, o entendimento jurídico de que os funcionários públicos não poderiam ter sindicatos, pois esta era uma forma de organização exclusiva dos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Por isso, o aparecimento de muitos sindicatos amapaenses foi um desdobramento da multiplicação dos celetistas no interior de empresas como ICOMI e CEA. Para manter sua hegemonia dentro deste novo contexto, os janaristas anteciparam-se às categorias profissionais, criando unidades sindicais tuteladas pelo governo. Porém, desde o início de suas existências, estas entidades foram espaços de disputas entre situação e oposição. E, muitas vezes, esta saiu vitoriosa.

Primeiro eram criadas as associações classistas e, em seguida, estas buscavam os meios para se transformar em sindicato — o que culminava com o recebimento da “carta

⁶⁴⁸ A Associação dos Marítimos, hipoteca solidariedade ao governador Pauxy Gentil Nunes. *Amapá*. Nº 923, de 27 de abril de 1958, p. 1.

⁶⁴⁹ Surge nova associação classista no Amapá. *Amapá*. Nº 939, de 22 de junho de 1958, p. 4.

sindical”, concedida pelo Ministério do Trabalho.⁶⁵⁰ No ano de 1957 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Minérios do Amapá.⁶⁵¹ Estiveram presentes na cerimônia de fundação o governador Amílcar Pereira, o bispo prelado de Macapá D. Piróvano, representantes da diretoria da ICOMI e trabalhadores. O articulista do jornal Amapá definiu esta reunião como sendo uma “*magnífica demonstração do alto espírito de comunidade que preside a família amapaense*”.⁶⁵² Em 1958 surgiram o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Olaria do Território Federal do Amapá⁶⁵³ e o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais do Território do Amapá.⁶⁵⁴ Nos anos seguintes vários outros sindicatos foram criados, tais como: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estivas de Minério, Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serraria e Móveis de Madeiras, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas, Sindicato dos Empregados do Comércio e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil. Foi criada também a Juventude Operária Católica, a JOC (que reunia diferentes categorias profissionais).

Organizações religiosas, associações e entidades sindicais promoviam momentos de discussão dos problemas enfrentados pelos trabalhadores. Não raramente, encetavam ações que objetivavam atacá-los. Em dias de abril do ano de 1961, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil foi à localidade de Paredão a fim de colher material para formular um relatório sobre as condições de trabalho dos construtores da Hidrelétrica Coaracy Nunes. Este relatório seria entregue ao Diretor da CEA, juntamente com um

⁶⁵⁰ Criada a Associação Profissional dos Motoristas: dado o primeiro passo para a fundação do sindicato da classe — presidiu a reunião o governador Pauxy Gentil Nunes — apoio da administração amapaense à iniciativa. *Amapá*. Nº 931, de 25 de maio de 1958, p. 4. Ver também: Surge mais um sindicato no Amapá: dia primeiro de junho [dia do aniversário de Janary] a entrega oficial da carta do STTMFA. *Amapá*. Nº 931, de 25 de maio de 1958, p. 4.

⁶⁵¹ Erroneamente, este sindicato foi rotulado como o primeiro do Amapá (ver: Fundado o primeiro sindicato de trabalhadores no Amapá. *Amapá*. Nº 865, de 13 de setembro de 1957, p. 10; e Primeiro sindicato de trabalhadores do Amapá já vai construir sua sede. *Amapá*. Nº 870, de 06 de outubro de 1957, p. 4). Aparentemente, este rótulo servia para reforçar a ideia de que o governo era, então, o inaugurador exclusivo de uma nova fase da história dos trabalhadores do Amapá. Mas, em 1951 fora fundado em Macapá o Sindicato dos Empregados em Construções Cíveis e Cerâmica (Foi fundado em Macapá o Sindicato dos Empregados em Construções Cíveis e Cerâmica: aclamada sua diretoria provisória — em elaboração os estatutos. *Amapá*. Nº 330, de 07 de julho de 1951, p. 6).

⁶⁵² Entregue a carta sindical aos trabalhadores na indústria de minérios do Território do Amapá. *Amapá*. Nº 862, de 22 de agosto de 1957, p. 1.

⁶⁵³ Ver: Será organizado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cerâmica. *Amapá*. Nº 928, de 15 de maio de 1958, p. 1; e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Olaria do Território Federal do Amapá. *Amapá*. Nº 932, de 29 de maio de 1958, p. 2.

⁶⁵⁴ Hoje, a entrega da carta sindical aos trabalhadores marítimos. *Amapá*. Nº 933, de 01 de junho de 1958, p. 4.

pedido de melhorias nas referidas condições.⁶⁵⁵ Em julho de 1962, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil criou a Agência Sindical de Empregos para assistir “os interessados na obtenção de colocação”. Em geral, pedreiros, carpinteiros, ferreiros e outros obreiros trabalhavam com contratos temporários (por empreitada), recebendo como diaristas. Isto gerava neles uma grande sensação de insegurança em relação a ter trabalho remunerado por um longo período. Deste modo, a Agência Sindical de Empregos era mais necessária para os operários da construção civil do que para muitas outras categorias.⁶⁵⁶ Em outubro do mesmo ano, o Sindicato dos Empregados do Comércio obtinha uma importante conquista: a instituição da *semana inglesa* para os comerciários macapaense.⁶⁵⁷

Mas, as entidades que representavam a classe trabalhadora não atuavam apenas em torno de problemas adstritos ao mundo do trabalho. No final do Primeiro Congresso do Jovem Trabalhador, realizado pela JOC em setembro de 1961, foi produzido o Manifesto às Autoridades e ao Povo Amapaense. Neste documento, os congressistas apresentaram aquilo que consideravam ser o apanhado dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores amapaenses. Problemas como: a exploração do trabalho infantil, o tamanho abusivo da jornada de trabalho, a falta de mais escolas, o déficit habitacional, a falta de saneamento básico e assistência hospitalar “à classe pobre”, bem como a precariedade dos espaços de esporte e lazer. A JOC criou, portanto, uma agenda para as reivindicações dos trabalhadores.⁶⁵⁸ Tal agenda extrapolava as dificuldades vivenciadas no mundo do trabalho e reforçava nos trabalhadores a consciência de classe e o senso de cidadania.

Uma das questões que frequentemente suscitaram reivindicações dos sindicatos amapaenses era a disparidade entre custo de vida e poder de compra dos trabalhadores. Em janeiro de 1960, diante da rápida escalada da inflação, o governador Pauxy Gentil Nunes recebeu um memorial assinado por vários presidentes de sindicatos. Eram eles: Jorge Fernandes Ribeiro (representante dos panificadores), Israel Marques Sozinho (dos marítimos), Tito Amanajás (dos comerciários), Osmar Nascimento (dos marceneiros), Alcemir França (trabalhadores da construção civil), Raimundo Pereira Duarte (estivadores),

⁶⁵⁵ Notícias [da seção: Coluna Sindical]. *A voz católica*. Nº 76, de 09 de abril de 1976, p. 4.

⁶⁵⁶ Agência Sindical de Empregos. *Amapá*. Nº 1172, de 21 de julho de 1962, p. 5.

⁶⁵⁷ Comerciários de Macapá têm semana inglesa. *Amapá*. Nº 1183, de 06 de outubro de 1962, p. 1. Com a adoção da *semana inglesa*, aos sábados os comerciários passaram a trabalhar somente pela manhã (das 8 às 12 horas).

⁶⁵⁸ A Igreja Católica pretendia orientar (e, se possível, conduzir) os movimentos reivindicatórios de modo que os trabalhadores não aderissem ao comunismo. No Manifesto, a JOC sugeria a “*orientação dos Trabalhadores no estudo de seus problemas e reivindicações sociais, para não serem vítimas das falsas ideologias marxistas*” (Manifesto às Autoridades e ao Povo Amapaense da Juventude Operária Católica — Federação de Macapá. *A voz católica*. Nº 98, 10 de setembro de 1961, p. 3).

Raimundo Araujo (motoristas) e José Maria Mota (oleiros). O memorial propunha um aumento de preço diferenciado (menor) para a chamada carne de segunda, que — assim como as vísceras — era sobretudo consumida pelos trabalhadores.⁶⁵⁹ Em 07 de fevereiro daquele ano, o jornal *Amapá* noticiou que, em reunião com o governador do Amapá, o representante das Fazendas Uberaba S/A (empresa fornecedora contratada) comprometera-se a manter congelado, até o mês de junho, o preço da carne verde bovina. Prontificou-se também “a estudar, juntamente com a COAP, as reivindicações feitas por várias entidades de empregados e empregadores”. Este estudo visaria achar uma fórmula que permitisse “a baixa do preço da carne classificada como de segunda categoria para atender às classes mais necessitadas”.⁶⁶⁰

O que ocorreu no Amapá não coincide com a tese de Maria Celina D’Araújo, que afirma: “em toda sua trajetória, o PTB procurou com sucesso o suporte sindical para suas posições políticas. Mas essa sustentação só era forte porque os sindicatos estavam amparados pelo partido e pelo Estado, e não porque tivessem desenvolvido uma agenda própria”.⁶⁶¹ Constatamos que, em Macapá, os sindicatos tinham relativa autonomia e uma agenda própria. Vimos que muitas entidades surgiram com o franco apoio do governo pessedista. Mas, os sindicalistas eram tanto assediados pelos próceres do PSD quanto pelos do PTB. Não obstante ser este segundo um partido de oposição em quase todo o período aqui estudado, ele conseguiu forjar alianças com alguns dos mais fortes sindicatos amapaenses. Como ressaltamos antes, alinhar-se com a oposição tinha custos altos em face de um governo que concentrava muitos poderes. Foi a existência de uma agenda comum que permitiu a formação das referidas alianças. Através destas, o PTB dilatou bastante suas bases eleitorais. Por outro lado, unindo-se aos petebistas, os trabalhadores sindicalizados conseguiram dar maior visibilidade às suas reivindicações.

A imprensa petebista teve um papel fundamental na consolidação da agenda comum dos grupos de oposição ao janarismo. Através dela, trabalhadores e trabalhadoras podiam criar um debate ampliado em torno dos seus problemas cotidianos. Em março de 1959, os petebistas lançaram o primeiro número do jornal *O combatente*, que trazia como matéria de capa: “Clima de insegurança no Amapá”. Este texto denunciava as perseguições que o governador Pauxy Nunes vinha realizando contra a oposição — o que, segundo o

⁶⁵⁹ Os sindicatos pleiteiam reajustamento nos preços da carne verde. *Amapá*. Nº 1055, de 31 de janeiro de 1960, p. 1.

⁶⁶⁰ O governador trata do problema do abastecimento da carne verde. *Amapá*. Nº 1056, de 07 de fevereiro de 1960, p. 1.

⁶⁶¹ D’ARAÚJO, Maria Celina. Partidos Trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 6, 1990, p. 200.

artigo, incluía: demissões, incriminações e prisões.⁶⁶² O jornal definia, assim, a quem combateria. O *combatente* surgiu no momento em que o PTB se fortalecia nacionalmente, sob a liderança de João Goulart, então vice-presidente do Brasil. Era igualmente o momento do aparecimento no interior deste partido de uma vigorosa ala radical, encabeçada por Leonel Brizola. Nos primeiros anos de suas existências, PSD e PTB percebiam-se como potenciais aliados na defesa dos ideais varguistas, apesar de suas diferentes composições, como sugeria o ditado popular: “o PTB era o PSD de macacão e o PSD o PTB de casaca”. No final da década de 1950 e início da de 1960, o PTB aproximou-se do PCB (antigo adversário), com o qual passou a defender a reforma agrária. A esta se opôs o PSD, cuja origem oligárquica favoreceu seu alinhamento com a UDN.⁶⁶³

No Amapá, conforme evidenciamos acima, a relação entre PSD e PTB foi predominantemente conflituosa e as tentativas de entendimento mostraram-se insustentáveis. A ala ramista do PTB (aquela liderada por Mário Ramos), mais tendente a aquiescer diante dos movimentos conciliatórios dos janaristas, acabou transformando-se em dissidência (no ano de 1959). O grupo hegemônico dentro do partido entendia que a aliança com os adversários políticos somente poderia ocorrer se fossem garantidas condições amplamente vantajosas para os petebistas. Este grupo fez coro com a ala radical do partido em âmbito nacional, combatendo o *entreguismo* (abertura da economia brasileira ao grande capital estrangeiro), defendendo as reformas de base propostas por Jango e postulando a melhoria do poder aquisitivo dos empobrecidos. Por meio de seus jornais, a oposição passou a se solidarizar com as demandas dos trabalhadores e a standardizar que os interesses dos janaristas e das oligarquias amapaenses eram os mesmos. Intransigente, o governador Pauxy Nunes dava azo a inúmeras críticas. A intransigência governamental, a aliança com os sindicatos e o debate em torno de uma agenda popular são fatores que nos ajudam a entender o fortalecimento do PTB no final dos anos 50 do século passado. Alfredo Távora Gonsalves descreveu este momento nos seguintes termos:

as diabruras do governo de Pauxy Nunes foram o pavio para deslanchar o crescimento do movimento de resistência ao regime. Dalton Lima, advogado do Banco do Brasil, transformou-se em verdadeiro líder dos trabalhadores da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios), ao defender as questões trabalhistas contra a empresa, o que antes não acontecia, pois não havia quem tivesse coragem de fazê-lo para não desagradar o governo. E não somente as dos operários, mas as questões de todos aqueles que o procurassem.

⁶⁶² Clima de insegurança no Amapá. *O combatente*. Nº 1, de 06 de março de 1959, p. 1.

⁶⁶³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 139-150.

Essa foi uma importante adesão ao PTB. Outras valiosas adesões de antigos correligionários da oligarquia, injustiçados e cansados dos desmandos dos governantes, foram jogadas nos braços do PTB. Entre elas, a de Amaury Farias e sua esposa, professora Deusolina Sales Farias, líder incontestada do professorado amapaense. Com Deusolina vieram outras prestigiosas professoras, como Zaide Soledade, Leni Lima e professor Lima Neto. Aderiram também os médicos Orlando Saboia de Barros, Armênio Câmara Leão, e sua esposa Gisele Leão; o contador Raimundo Nonato Maia, o professor Mario Barata; José Aragarino Mont'Alverne; Lucimar Amoras Del Castilo; os presidentes de sindicatos Raimundo Duarte e Jorge Ribeiro; Francisco Leão e muitos outros.⁶⁶⁴

Portanto, o jornal *O combatente* apareceu num cenário político de ampliação das bases de apoio dos petebistas. A adesão trouxe um custo pessoal alto para várias dos citados acima. O oficial do gabinete governamental Amaury Farias, por exemplo, foi convidado em 1958 para compor a chapa que o PTB apresentaria na eleição para deputado federal, figurando como suplente de Dalton Lima. Pauxy Nunes, logo que tomou conhecimento de que seu assessor havia estado numa reunião com os trabalhistas, o demitiu sem aviso prévio. Nas palavras de Amaury: *“quando cheguei à minha repartição não tinha nem cadeira para sentar. Então o governador daquela época deveria ter me chamado para que confirmasse a decisão de aceitar o convite feito pelo PTB. Aí mostra o que era aquele sistema social”*.⁶⁶⁵ Naquela eleição, apesar de derrotados pela chapa pessedista, os petebistas viram na pequena margem de diferença de votos um claro sinal de seu fortalecimento. Neste atinente, afirmou Amaury Farias: *“sempre vinha a cobrança de nossos seguidores de como íamos fazer para sustentar a chama da oposição, acesa que foi, com as eleições de 1958, quando ficou demonstrado que o senhor feudal [Janary Nunes] não tinha mais aquele poder absoluto sobre grande parte da população, haja vista que o resultado eleitoral, apesar da nossa inferioridade financeira que enfrentamos contra a máquina avassaladora do Governo”*.⁶⁶⁶ Isto posto, pode-se afirmar que a criação d’*O combatente* foi uma estratégia para oxigenar o debate acerca dos problemas existente no Amapá e para *“sustentar a chama da oposição”*.

Um dos temas que mais ganharam destaque no jornal *O combatente* foi o movimento sindical. No primeiro número deste periódico, vemos a seção *Coluna sindicalista*, com artigo de Altino Naseaseno dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas e membro do PTB. Neste texto lemos: *“como é do conhecimento do nosso público, o movimento sindicalista em Macapá ganha dia a dia maiores proporções, se avultando no meio das classes trabalhadoras de nossa terra”*. E adiante: *“[...] divulgaremos, permanentemente, nesta página desta folha, qualquer nota que nos chegue às mãos, oriunda de dirigentes sindicais ou sindicalistas, com esclarecimento e instruções que possam orientar e avivar a memória dos trabalhadores”*. Assim, a aliança PTB-

⁶⁶⁴ GONSALVES, Alfredo Távora. *Folhas soltas do meu alfarrábio*. Op. Cit. P. 58-59.

⁶⁶⁵ Entrevista com Amaury Guimarães Farias, anteriormente citada.

⁶⁶⁶ FARIAS, Amaury. *Meus momentos políticos*. Macapá: [produção independente], s/d, p. 70.

sindicatos era reforçada nas páginas da imprensa oposicionista. Naseaseno dos Santos foi categórico ao afirmar que os sindicatos amapaenses não haviam sido cooptados pelo PTB, pois “os sindicatos não são instrumentos de política partidária nem [devem] servir a nenhum partidos [sic.]; os partidos é que devem servir aos sindicatos fazendo política de acordo com as reivindicações [sic.] e os anseios dos trabalhadores”.⁶⁶⁷ Para este presidente sindical, o alinhamento dos sindicatos com o PTB era sim o resultado da percepção de que ambos tinham interesses comuns. Interesses que se opunham aos do governo janarista, uma vez que este estava organicamente vinculado às classes proprietárias.

O *combatente* ocupou-se de várias questões que perturbavam tanto os petebistas quanto os sindicalistas, como a insegurança alimentar — algo vivido de forma mais dramática pela classe trabalhadora. Tal periódico, no entanto, teve uma curta duração: lançou apenas quatro números. Isto porque alguns dos redatores começaram a publicar artigos que comentavam aspectos escandalosos da vida pessoal de membros da situação.⁶⁶⁸ Comentários desairosos que desagradaram a vários petebistas, os quais, por fim, decidiram fechar o jornal.⁶⁶⁹ Ciosos em relação à reputação do seu grupo político, os petebistas resolveram criar um aparelho de imprensa próprio, para que tivessem maior controle sobre os meios de divulgação de suas ideias. Em 03 de junho de 1959, fundaram a Empresa Gráfica Amapaense S.A., cuja diretoria ficou assim composta: Alfredo Távora Gonsalves, diretor presidente; Raimundo Nonato Maia, tesoureiro; e Amaury Guimarães Farias, diretor comercial.⁶⁷⁰ Esta empresa passou a produzir o novo jornal da oposição: a *Folha do Povo*.⁶⁷¹

⁶⁶⁷ SANTOS, Altino Naseaseno dos. [seção:] Coluna sindicalista. *O combatente*. Nº 1, de 06 de março de 1959, p. 3.

⁶⁶⁸ Ver: O boi da cara preta. *O combatente*. Nº 2, de 12 de março de 1959, p. 2; e Reportagem de bolso [seção]. *O combatente*. Nº 2, de 12 de março de 1959, p. 4.

⁶⁶⁹ A respeito de *O combatente* Amaury Farias escreveu: “foi um sucesso seu lançamento. 500 exemplares, e nenhum sobrou. Foram esgotados imediatamente, mas o quarto número, Ah! O 4º número!?!... O Crispo [destacado petebista], apesar de ser irmão de Lula [jornalista e um dos idealizadores do jornal], não se tinha conhecimento de suas qualidades jornalísticas e nem o real motivo que o fizera sair do Acre — pois de lá, na verdade, veio corrido por atacar a integridade moral de seus adversários, com ofensas seríssimas contra suas famílias. E o 4º número nos surpreendeu com um artigo grotesco intitulado ‘Boi da Cara Preta’, cuja autoria não nos foi possível detectar por que a responsabilidade redacional era exclusiva do Lula. Isso não era e nem estava em nossos planos o ataque a qualquer família. Só havia uma solução: acabar com ‘O combatente’” (FARIAS, Amaury. *Meus momentos políticos*. Op. Cit. P. 72).

⁶⁷⁰ Empresa Gráfica Amapaense S. A. Brasil. *Livro de Atas*: Assembleias Gerais. Macapá: EGA, 1959s, p. 4-5.

⁶⁷¹ Este jornal sobreviveu às duas grandes rupturas da história do PTB amapaense. O alinhamento dos principais líderes locais do trabalhismo com a ala radical do partido em âmbito nacional e a recusa destes mesmos líderes de acompanhar a direção geral do partido nas alianças estratégicas com o PSD são fatores que ajudam a compreender tais rupturas. Outro fator importante para o entendimento destas crises é a absoluta falta de confiança entre petebistas e pessedistas, no Amapá. Em junho de 1959, Mário Ramos — pressionado por Pauxy, que para tanto usou um processo criminal no qual o líder petebista figurava como réu — passou a tentar forçar uma aproximação entre PTB e governo. Depois de seguidos insucessos (nos ataques a Dalton Lima e na tentativa de colocar o partido sob a intervenção do diretório nacional), Ramos retirou-se do PTB e passou a apoiar os janaristas. Na campanha presidencial de 1960, ele apoiou Henrique Teixeira Lott, candidato pela coligação PTB-PSD, enquanto seus antigos correligionários apoiaram Jânio Quadros (do Partido Democrata Cristão, PDC). A vitória de Jânio e Jango criou a possibilidade dos trabalhistas terem mais espaço na administração pública amapaense. No início de 1961, Pauxy deixou o governo. O pernambucano

O jornal *Folha do Povo* ajudou na consolidação e divulgação da agenda comum de sindicatos e petebistas. O tema da fome apareceu em muitos dos 221 números deste semanário, que foram publicados entre 1959 e 1964. A COAP foi alvo de muitas críticas ao longo destes anos.⁶⁷² As charges do líder petebista Mário Barata ridicularizavam o trabalho desta Comissão e indicavam haver um conluio entre ela e os comerciantes locais, em prol da escalada dos preços.⁶⁷³ A questão da insegurança alimentar era abordada à luz de

Imagem 18: Charge de Mário Barata, representando Pauxy Nunes montado numa vaca macérrima, com a face no formato do mapa do Amapá (1961).

dois problemas: a distância física e a distância social dos alimentos. A primeira distância dizia respeito às dificuldades enfrentadas para abastecer Macapá com os gêneros necessários à sobrevivência da população. A segunda chamava a atenção do leitor para os efeitos da carestia. Os preços altos faziam com que gêneros fisicamente próximos se tornassem socialmente distantes do trabalhador com baixa remuneração. Deste modo, enquanto as deficiências nos processos de abastecimento afetavam toda a sociedade macapaense, as altas dos preços atingiam crucialmente os empobrecidos.

Segundo os articulistas da *Folha do Povo*, as deficiências existentes no abastecimento do mercado macapaense eram resultantes, entre outros fatores, da falta de um efetivo fomento à produção agropecuária no Território Federal do Amapá. Em julho de 1959, um articulista comentou que, desde 1953 (ano da criação da SPVEA), o governo territorial já

José Francisco de Moura Cavalcante tornou-se o novo governador do Território. Moura Cavalcante trouxe consigo vários colaboradores, que foram abrigados no primeiro e no segundo escalão da gestão governamental. Mas, a renúncia de Jânio Quadros e a posse de Jango (em 07 de setembro do mesmo 1961) provocariam nova alteração no governo territorial. Fragilizado politicamente, Goulart buscou com muito afinho aliançar PTB e PSD. No final de outubro de 1961, Raul Montero Valdez — que havia sido secretário geral no governo de Janary Nunes — foi nomeado governador do Amapá. Aliado do deputado pessedista Amílcar Pereira, Montero Valdez manteve distância dos janaristas. Para tentar recuperar o poder de interferir no aparelho administrativo territorial, Janary Nunes buscou o apoio de seus adversários tradicionais para sua candidatura a deputado federal. Os petebistas se dividiram. Líderes de grande prestígio como Dalton Lima, Altino Naseaseno e Mário Barata aceitaram apoiar Janary em troca da promessa verbal de que um deles (Dalton) seria o próximo governador. O grupo liderado por Alfredo Gonsalves e Amaury Farias negou-se a aceitar o acordo, posto que o ex-governador recusara-se a assinar um protocolo de intenções. Assim, no início de 1962, o PTB foi cindido e oficialmente apoiou a reeleição de Amílcar Pereira. Janary venceu e indicou para o governo do Amapá o coronel Terêncio Porto.

⁶⁷² Por exemplo: A carne e o pobre. *Folha do povo*. Nº 26, de 10 de janeiro de 1960, p. 3; A COAP e a Semana Santa. *Folha do povo*. Nº 40, de 17 de abril de 1960, p. 8; Carne e COAP. *Folha do povo*. Nº 78, de 24 de novembro de 1960, p. 3; Canoeiros não obedecem COAP. *Folha do povo*. Nº 85, de 25 de dezembro de 1960, p. 4; Astronomia ao alcance de todos. *Folha do povo*. Nº 197, de 20 de outubro de 1963, p. 3.

⁶⁷³ Ver: COAP bambosilvando. *Folha do povo*. Nº 3, de 17 de junho de 1959, p. 1; e Guia de cego seca a bolsa do povo. *Folha do povo*. Nº 4, de 25 de junho de 1959, p. 1.

havia recebido “*uns bons milhões de cruzeiros*” para investir no estabelecimento das colônias e dos núcleos agrícolas do Amapá. E ressaltou: “*os COBRES foram recebidos e os estabelecimentos, na sua maioria, estão em completo abandono [...]*”.⁶⁷⁴ Outro entrave apontado era o problema da falta de eficientes meios de escoamento da produção dos núcleos produtores para os maiores centros de consumo (especialmente Macapá). Comentando uma viagem que o governador Pauxy Nunes fizera ao interior do Amapá, um articulista afirmou: “*em todos os lugares onde o sr. Governador parou para auscultar o povo, ouviu os brados angustiosos da população da margem da estrada que clama por uma linha regular de transporte*”. E mais: “*urge, sem falta, estabelecer uma linha de transporte semanal ou bimensal ligando Macapá e esses centros produtores e a Amapá [município]*”.⁶⁷⁵ No Editorial do número 78 deste jornal encontramos o seguinte balanço a respeito do abastecimento:

não passamos de importadores. Até mesmo a farinha de mandioca que poderia ser suprida pela nossa agricultura primitiva, vem de outras plagas cobrando tributo a um govêrno inerte e a um povo mal governado. As colônias agrícolas e núcleos coloniais são exclusivamente para constar dos programas de gabinete que são para os ministérios. Frutas, é material de luxo, só o caju e a banana, em certas épocas enriquecem a mesa do pobre com a colheita doméstica. Arroz, feijão ou outros cereais, são comprados a prêços exorbitantes sem quê seja dada uma solução para o seu barateamento.

O gado, êste nem se fala, a dezena e meia de Exposição de Animais feita para se conseguir a melhoria e produtividade do rebanho, de nada valeu a não ser os gastos demasiados com visitantes e manutenção dos expositores e alimentação dos animais trazidos para aquela finalidade. Nos mercados do Amapá só se vende gado vindo do vizinho Estado do Pará porque o nosso plantel está sendo desviado para Guiana Francesa inclusive gado de produção (neste inverno um fazendeiro do Amapá vai levar perto de quatrocentas rezes com cria) deixando o povo do Território sem seu principal produto básico de alimentação. E o Govêrno o que faz? Nada!⁶⁷⁶

Esta longa citação nos apresenta uma perfeita síntese da avaliação que os trabalhistas faziam da situação do abastecimento de víveres no Amapá. Em outras palavras: a negligência governamental em relação ao fomento da produção e a consequente dependência do Território em relação aos produtores externos eram os componentes básicos do diagnóstico em torno do problema do provimento de alimentos para os macapaenses.⁶⁷⁷ O texto citado também aponta para a condescendência governamental em relação ao escoamento da carne bovina para Caiena, em detrimento da praça macapaense. A *Folha do povo* noticiou que, em dezembro de 1960, Pauxy Nunes estivera reunido com

⁶⁷⁴ Bom dia Sr. Pauxy. *Folha do povo*. Nº 7, de 18 de julho de 1959, p. 1.

⁶⁷⁵ Regressou... *Folha do povo*. Nº 3, de 15 de novembro de 1959, p. 1.

⁶⁷⁶ Os dias se aproximam... *Folha do povo*. Nº 78, de 24 de novembro de 1960, p. 1.

⁶⁷⁷ Ver também: Alimentação, energia e transporte. *Folha do povo*. Nº 20, de 22 de novembro de 1959, p. 1; GONSALVES, Elfredo Távora. Tínhamos carradas de razão... *Folha do povo*. Nº 168, de 24 de fevereiro de 1963, p. 6; Fome: a vedete do momento. *Folha do povo*. Nº 178, de 19 de maio de 1963, p. 4; e Desfile da “faltura”. *Folha do povo*. Nº 193, de 22 de setembro de 1963, p. 4.

ricos fazendeiros do município de Amapá, ocasião em que o governador pediu a estes que o ajudassem a resolver o problema do tráfico de carne para Guiana Francesa. Pauxy teria feito isto — pedir aos próprios traficantes que resolvessem o problema — uma vez que “*não queria e nem podia tomar uma resolução drástica pois iria ferir de perto as forças políticas do PSD*”.⁶⁷⁸ Ao argumentar que parte do déficit de abastecimento era resultado da solidariedade existente entre governo e grandes proprietários rurais, os petebistas apontavam para a necessidade da formação de uma aliança dos grupos não hegemônicos.

A questão da carestia ocupava um lugar central na agenda de trabalhadores e trabalhistas. Os aumentos no preço da carne eram apresentados como medidas necessárias para solucionar o déficit no abastecimento deste produto. Os representantes da COAP argumentavam que os preços aumentados inibiriam o desvio da carne para o exterior, pois o mercado interno ficaria mais atraente. Contudo, em agosto de 1959, afirmava a *Folha do povo*: “*os fazendeiros enricam e o povo continua sem carne*”.⁶⁷⁹ Em janeiro de 1960, este jornal denunciava que o filé (consumido pelos mais endinheirados) tinha aumentado 14%, “*ao passo que para o operário, para o pobre, para aqueles que de sol a sol trabalham para o sustento do lar foram agraciados com 48% na carne de 2ª*”.⁶⁸⁰ Portanto, a avaliação dos dilemas alimentares era feita a partir do gradiente dos antagonismos entre as classes. Ao investir na polarização de exploradores e explorados, os petebistas pretendiam desmoralizar as propostas de conciliação de interesses feitas pelos grupos conservadores (classe dirigente, proprietários rurais, empresários, comerciantes e setores eclesiásticos).

Além de dar ênfase ao choque de interesses entre as classes sociais, a *Folha do Povo* destacava as contradições existentes entre governo e “*povo*” (como se referia aos mais pobres). Recorrentemente, o jornal contrastava a fome popular com as lutas festas que Pauxy costumava promover.⁶⁸¹ Em maio de 1960, este periódico denunciava: “*enquanto o senhor Pauxy Nunes gozava a delícia dos bons botéis no Rio, Brasília e Belém, o povo de Macapá apertava a cintura, para evitar que suas barrigas encham de ar*”.⁶⁸² Em agosto, a *Folha* chamava atenção para o salto no preço do quilo da carne de Cr\$ 70,00 para Cr\$ 100,00 e afirmava que acompanharia o governo, ou seja, votaria em Lott para presidente, “*só quem quiser morrer*

⁶⁷⁸ O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 93, de 12 de fevereiro de 1961, p. 2.

⁶⁷⁹ O povo morre de fome. *Folha do povo*. Nº 11, de 30 de agosto de 1959, p. 2. Ver também: Cadeia para os tubarões. *Folha do povo*. Nº 34, de 06 de março de 1960, p. 2; e Governo de fome. *Folha do povo*. Nº 56, de 31 de julho de 1960, p. 4.

⁶⁸⁰ A carne e o pobre. *Folha do povo*. Nº 26, de 10 de janeiro de 1960, p. 3.

⁶⁸¹ Em julho de 1960, este periódico apresentou os seguintes versos: “*o paraense, tem a fama/ de ser, o papa chibé/ ficaremos com esse título/ se o Pauxy não der no pé*”. E mais: “*ele, nos castiga, com fome/ nesta terra gloriosa/ esbanjou muito dinheiro/ na vacaria do Barboza*” (Vozes da rua. *Folha do povo*. Nº 51, de 03 de julho de 1960, p. 3). No mesmo número lemos o seguinte texto: A fome e a festa. *Folha do povo*. Nº 51, de 03 de julho de 1960, p. 4.

⁶⁸² Fome... *Folha do povo*. Nº 45, de 22 de maio de 1960, p. 3.

de fome”.⁶⁸³ Em fevereiro de 1964 — quando a carne de primeira custava Cr\$ 520,00 e a de segunda Cr\$ 460,00 — este semanário sentenciava: “o governo é único responsável pelo problema do abastecimento”.⁶⁸⁴ As suas páginas também abrigavam — especialmente na seção “O povo reclama” — as queixas dos leitores em relação ao constante aumento do custo de víveres e às vendas destes com preços abusivos (acima do valor tabelado).⁶⁸⁵

As queixas populares diziam igualmente respeito às estafantes filas existentes nos mercados de carne. O artigo “O povo morre de fome”, de agosto de 1959, denunciou certos abusos praticados na organização da venda deste alimento: “ao lado da fila regular fazem a fila dos doadores, e como dá doador de sangue meu Deus parece até que é verdade e no outro talhe — o talhe da carne gorda — tem escrito, em letras para cego lêr: ‘Esta carne é para ser vendida a prioridades determinadas’”.⁶⁸⁶ Havia uma grande polêmica acerca de quais seriam as “prioridades determinadas”.⁶⁸⁷ Outras práticas de comerciantes geravam reclamações... Tais como a cobrança de preços acima do que a COAP havia tabelado e a adulteração nas pesagens. Por exemplo, num número da *Folha* de novembro de 1962, lemos: “diversas pessoas estiveram em nossa redação formulando queixa contra certos açougueiros, que além de venderem a carne fora do preço nunca o peso é certo”.⁶⁸⁸

Em âmbito nacional, o galopante aumento do custo de vida fazia com que os sindicatos pressionassem governo e patrões. No ano de 1959, o sindicalista Jorge Fernandes Ribeiro afiançava: “as greves, as convenções, os congressos em que são aprovadas moções, planos, que são submetidos ao Governo, a fim de deter o alto custo de vida já se tornou uma realidade comprovada”. Segundo Ribeiro, os capitalistas afirmavam que a espiral da carestia era decorrente do aumento dos salários, o que ele refutava, asseverando que “se os patrões

⁶⁸³ Várias vezes... *Folha do povo*. Nº 57, de 07 de agosto de 1960, p. 2.

⁶⁸⁴ O governo aprova o assalto à bolsa do povo. *Folha do povo*. Nº 207, de 16 de fevereiro de 1964, p. 1.

⁶⁸⁵ Por exemplo: O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 109, de 20 de abril de 1961, p. 3; O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 160, de 21 de outubro de 1962, p. 2; e O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 202, de 12 de janeiro de 1964, p. 2.

⁶⁸⁶ O povo morre de fome. *Folha do povo*. Nº 11, de 30 de agosto de 1959, p. 2.

⁶⁸⁷ Em meado de 1960 um articulista escreveu: “ainda há poucos dias, um nosso repórter esteve em frente a um talho de carne, no Mercado, onde mais de 50 pessoas. Lá só tinham dez quilos de costelas e, o mais interessante, é que os ‘fura-fura’ pegavam a pesada por cima e diziam que tinham ‘prioridade’” (O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 50, de 26 de junho de 1960, p. 3). No início de 1964, a *Folha* denunciava que os mercados estavam abarrotados de pessoas, que por horas a fio aguardavam o aparecimento da carne. Assim que a carne aparecia, também começavam a se manifestar as “prioridades determinadas”. Nas palavras do articulista: “quando surge alguma [carne], escorrega por baixo do balcão ou passa por cima da cabeça do povo para as mãos dos senhores gordos e o pobrezinho, que ficou o dia todo em frente ao talho, volta para casa e tem que repetir o prato do dia anterior que é o açaí ou o mingau de farinha” (Escassez de carne em Macapá. *Folha do povo*. Nº 206, de 09 de fevereiro de 1964, p. 1. Ver também: Irregularidade na venda do pescado. *Folha do povo*. Nº 209, de 01 de março de 1964, p. 3).

⁶⁸⁸ O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 162, de 11 de novembro de 1962, p. 2. Ver também: O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 61, de 04 de setembro de 1960, p. 3; O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 149, de 20 de maio de 1962, p. 3; e O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 160, de 21 de outubro de 1962, p. 2.

aumentam o preço da mercadoria, lógico que o trabalhador solicita aumento de salário”.⁶⁸⁹ Como fora antes observado, no Amapá, os sindicatos também criaram linhas de ação para enfrentar este problema. A indiferença governamental diante dos vários apelos da classe trabalhadora foi um importante fator da aproximação entre sindicalistas e oposição.⁶⁹⁰

Outra questão que compunha a pauta comum de petebistas e sindicatos e que figurava nas páginas da *Folha do Povo* era a precariedade dos serviços urbanos nas áreas periféricas da capital do Amapá. Neste atinente, muitas reclamações povoavam as páginas deste periódico. Reclamações de pontes caindo nas baixadas, de lixo se avolumando nas beiras de rua, de água suja chegando às torneiras, de água que nem suja nem limpa chegava... Um rosário de queixas populares destinadas a chamar a atenção do governo para as necessidades prementes das áreas suburbanas de Macapá. Nos textos dos articulistas petebistas, as queixas transmutavam-se em denúncias:

o abastecimento de água de nossa capital, por exemplo é a prova mais eloquente e mais triste da incapacidade dum govêrno. Verbas e mais verbas foram concedidas e o que se vê é uma caixa de água sêca, uma tubulação insuficiente, ferruginosa e umas míseras gotas de água suja, insalubre e prejudicial à saúde da população.

Para citar outro exemplo, temos o problema da luz, que constitui o maior absurdo já verificado numa administração nas condições da nossa. Não se compreende que existindo uma Companhia de Eletricidade, com capital fabuloso, com dinheiro à vontade, pois recebe integralmente os produtos dos roialtes dos manganeses e subvenções anuais da SPEVEA e da União, esteja presa à construção duma hidro-elétrica que, da forma que vai não sairá dentro de 3 ou cinco anos, e não assuma logo a responsabilidade de fornecer energia à cidade, recebendo o acervo da atual usina e tomando providencias que forem necessárias. Com o emprego de alguns milhões de cruzeiros dos muitos que são desbratados à tôa, estaria resolvido o problema da energia em Macapá, por 5 ou 10 anos, enquanto a hidro-elétrica do Paredão não sai.

Com apenas esses dois exemplos, chegamos à dolorosa conclusão que o que está faltando ao govêrno do Amapá não é dinheiro, é outra coisa que os nossos leitores já devem saber o que é.

A denúncia da negligência governamental em relação ao fato de que populosas áreas suburbanas continuavam desassistidas no tocante aos serviços urbanos básicos reforçava o argumento de que os janaristas estavam mais preocupados com as necessidades dos seus apaniguados (as classes proprietárias e dirigentes) do que com o “*povo*”. Os problemas vivenciados pelos trabalhadores dentro do mundo do trabalho também encontravam abrigo nas páginas da *Folha do povo*. Das frentes de trabalho da ICOMI vinham várias reclamações. Em julho de 1960, trabalhadores da turma de conservação da Estrada de Ferro usaram a *Folha* para protestar contra maus tratos e perseguições que dois

⁶⁸⁹ Coluna sindical [seção]. *Folha do povo*. Nº 1, de 28 de maio de 1959, p. 2.

⁶⁹⁰ Na raiz da carestia. *Folha do povo*. Nº 4, de 25 de junho de 1959, p. 2.

de seus chefes vinham impondo-lhes. Em janeiro do mesmo ano já havia sido noticiado protesto idêntico, exceto por ser relativo aos trabalhadores da área do Porto de Santana.⁶⁹¹ Em março de 1961, este jornal relatava: “*vários trabalhadores de Terezinha [perímetro de extração do manganês] mandaram queixa contra o Jurandir. Dizem que é arbitrário e não reconhece a situação dos operários obrigando-os a trabalhar horas de serviço a fio sem remuneração e quando se recusam são postos sem direito para passear no tempo [ou seja: são demitidos]*”.⁶⁹² Por meio da *Folha do povo*, ganhou fama um chefe apelidado de “*Câmara de gás*”. Em fevereiro de 1961, ele era chamado de “*o celeberrimo Câmara de gás de Santana*” e de “*inimigo gratuito dos trabalhadores e dos funcionários*” da ICOMI.⁶⁹³ Em junho deste ano, o jornal parabenizou os operários icomianos de Santana porque o “*Câmara de gás*” — que tantos maus tratos praticara — estava deixando a companhia.⁶⁹⁴

Imagem 19: Fotografia dos construtores da Estrada de Ferro do Amapá (década de 1950).

Do Paredão também vinham reclamações dos construtores da usina hidrelétrica. Em 20 de abril de 1961, a *Folha* publicou que os trabalhadores da Techint — empresa responsável por esta obra — exigiam melhor transporte para suas baixadas (ida da área de trabalho para suas casas), pois, na última, “*chegaram em Macapá, sujos, lambuzados, como se tivessem saído dum poço de lama*”.⁶⁹⁵ E em 07 de janeiro de 1962, este jornal trouxe como matéria de capa a greve havida no Paredão, em decorrência dos maus tratos sofridos pelos trabalhadores. O pivô da truculência exercida contra estes operários era “*Cachorro magro*”, chefe de produção da Techint. O estopim da greve ocorreu quando “*Cachorro magro*” determinou a todos que largassem o trabalho somente dez minutos depois da hora regulamentada.⁶⁹⁶ Poucos meses depois, vinha outra notícia: “*em nossa redação compareceram*

⁶⁹¹ O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 55, de 24 de julho de 1960, p. 2.

⁶⁹² O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 05, de 24 de março de 1961, p. 2. Ver também: O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 129, de 27 de agosto de 1961, p. 3; O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 131, de 10 de setembro de 1961, p. 2; O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 132, de 17 de setembro de 1961, p. 3; O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 139, de 12 de novembro de 1961, p. 4; O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 145, de 18 de janeiro de 1962, p. 4.

⁶⁹³ Camara de gás novamente em ação. *Folha do povo*. Nº 93, de 12 de fevereiro de 1961, p. 3.

⁶⁹⁴ Ver: Parabéns. *Folha do povo*. Nº 120, de 25 de junho de 1961, p. 1; Ineditoriais. *Folha do povo*. Nº 120, de 25 de junho de 1961, p. 4; e Tribunal do Trabalho lava a honra de um operário — Dalton defendeu. *Folha do povo*. Nº 136, de 15 de outubro de 1961, p. 1.

⁶⁹⁵ O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 109, de 20 de abril de 1961, p. 3.

⁶⁹⁶ O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 144, de 07 de janeiro de 1962, p. 1.

vários empregados da Techint reclamando da administração providências no sentido de coibir os abusos que vem sendo cometidos pelo chefe de manutenção, um estrangeiro que maltrata os empregados xingando-os e ameaçando-os até de agressão”. E em seguida: “temem os empregados consequências desagradáveis, pois violência gera violência”.⁶⁹⁷

Ao dar ressonância às demandas dos grupos subalternos por meio das páginas da *Folha do povo*, o PTB do Amapá reforçava sua aliança com os sindicatos. Se, por um lado, quase todas estas entidades surgiram sob a tutela do governo; por outro, várias delas não ficaram aí por muito tempo. Percebendo tal afastamento, os janaristas fizeram diversos movimentos para trazê-las de volta à sua órbita. Em junho de 1960, a *Folha* noticiou que o governo vinha interferindo de diversos modos nos sindicatos, a fim de enfraquecer os grupos que simpatizavam com a oposição. No Sindicato de Indústrias Extrativas o governo havia expulsado 35 sindicalizados, dentre os quais vários membros do PTB. No Sindicato de Construção Civil, havia reconduziu “Chico Diabo” à presidência “para expulsar todos aqueles que fossem contrários a política governamental e que tivessem se levantado contra o abuso que o Chico Diabo estava fazendo”.⁶⁹⁸ O jornal, por seu lado, seguiu fazendo oposição a este líder sindical, denunciando várias irregularidades e crimes cometidos durante a sua gestão.⁶⁹⁹

Associações como a dos professores também se tornaram um campo de disputas entre situação e oposição. No início de 1964, o governador janarista Terêncio Porto e seus apoiadores fizeram uma série de movimentos com o objetivo de desmoralizar a presidente desta entidade, Deusolina Farias, que era membro do PTB e esposa de Amaury Farias. Primeiro, o governo negou-se a dar qualquer tipo de apoio para que o IV Congresso Nacional de Professores ocorresse em Macapá.⁷⁰⁰ Em seguida, simpatizantes de Porto tentaram persuadir os professores a desistir de ir ao Congresso, que ocorreria em Belém.⁷⁰¹ Por fim, “penetras” com prestígio e dinheiro empenharam-se no sentido de denegrir a imagem daquela presidente durante o Congresso. Mas, debalde foi este esforço, pois Deusolina Farias foi eleita, durante este evento, vice-presidente da Confederação Nacional dos Professores Primários.⁷⁰² Em março de 1964, a *Folha* denunciava a ação de “agitadores oficiais” no sentido sustar o escrutínio que certamente iria reeleger Deusolina como presidente da Associação dos Professores Primários do Amapá. O periódico denunciava

⁶⁹⁷ O povo reclama [seção]. *Folha do povo*. Nº 149, de 20 de maio de 1962, p. 3.

⁶⁹⁸ Lesado o sindicato. *Folha do povo*. Nº 49, de 19 de junho de 1960, p. 1.

⁶⁹⁹ Chico Diabo emite cheque sem fundos. *Folha do povo*. Nº 113, de 11 de maio de 1961, p. 1.

⁷⁰⁰ Sucesso absoluto o VI Congresso de Professores. *Folha do povo*. Nº 202, de 12 de janeiro de 1964, p. 4.

⁷⁰¹ Congresso toma vulto em Belém. *Folha do povo*. Nº 201, de 01 de janeiro de 1964, p. 3.

⁷⁰² Profa. Deusolina Farias eleita Vice Presidente da Confed. Nacional dos Professores Primários. *Folha do povo*. Nº 203, de 19 de janeiro de 1964, p. 1 e 4.

que alguns professores estavam sendo ameaçados e perseguidos, enquanto outros eram seduzidos com vantagens prometidas pelos referidos “agitadores oficiais”.⁷⁰³

Apesar das investidas dos janaristas, trabalhadores vinculados ao PTB mantiveram-se por médios e longos períodos na presidência de grandes sindicatos. Jorge Ribeiro foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria entre 1960 e 1962. Era também um dos articulistas do jornal *Folha do Povo*, onde mantinha seções ligadas ao movimento sindical local e nacional. Por exemplo, em novembro de 1960, denunciava que o fantasma da fome e da miséria dirigia-se aos lares, enquanto o governo “facilita[va] criminosamente o enriquecimento de comerciantes inescrupulosos”. E comentava que ferroviários, marítimos e portuários — assim como trabalhadores de outras categorias — reclamavam melhores salários, “não temendo as ameaças dos Juscelinos, dos Falcões e de tantos outros que possibilitam a crise econômica e o desgaste de um povo às portas do abismo”.⁷⁰⁴ Em seus artigos, aqui e ali Ribeiro esboçava uma simpatia em relação ao comunismo, que neste período era um tabu. A este respeito, Alfredo Távora Gonsalves relatou-nos em entrevista o seguinte: “nós tivemos nas nossas fileiras do PTB muitos dos presidentes desses sindicatos [...]. Esses presidentes de sindicatos tinham sempre certa tendência comunista (ideologia comunista). Mas, não havia movimento doutrinário... Eram tendências”. E lembrou: “teve um presidente do sindicato da ICOMI, Altino Naseaseno, que se proclamava comunista. Teve o sindicato dos padeiros, cujo presidente também se proclamava comunista”.⁷⁰⁵

Altino Naseaseno foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Minérios do Amapá. Naseaseno foi igualmente uma liderança dentro do PTB. Chegou a presidir a diretoria deste partido. Foi alvo de duras críticas escritas por Jorge Ribeiro e publicadas na *Folha do povo*. Tais críticas indicam que os opositores do janarismo nem sempre estavam coesos. Para Naseaseno, presidir o “sindicato da ICOMI” estava muito longe de ser algo simples. Primeiramente pelo grande número de operários que a entidade abrigava. E também porque, segundo Amaury Farias, Janary Nunes era “amigo de um dos donos da empresa”.⁷⁰⁶ Em entrevista, Farias disse-nos o seguinte: “a ICOMI, só empregava gente que o governo aprovava. A pessoa dizia: ‘não, vou trabalhar na ICOMI, porque lá é uma companhia particular e eu tenho minha vida livre’; mas, se o governo do Amapá não quisesse, ele não tinha emprego

⁷⁰³ Agitadores oficiais coagem professores. *Folha do povo*. Nº 211, de 15 de março de 1964, p. 4. Na seção “Croniqueta de Macapá”, o jornal *A voz católica* apresentou, também em março de 1964, o seguinte comentário: “há um movimento de caráter político, objetivando o afastamento da professora Deusolina Farias da posição de dirigente da Associação de Professores Primários do Amapá. Seria bom que a política partidária não afetasse a vida da entidade, nem influenciasse o comportamento dos líderes de classe. A política para os políticos deve ser a legenda” (Croniqueta de Macapá [seção]. *A voz católica*. Nº 228, de 08 de março de 1964, p. 4).

⁷⁰⁴ RIBEIRO, Jorge. Coluna sindical [seção]. *Folha do povo*. Nº 78, de 24 de novembro de 1960, p. 1 e 3.

⁷⁰⁵ Entrevista realizada com Alfredo Távora Gonsalves, anteriormente citada.

⁷⁰⁶ FARIAS, Amaury Guimarães. *Meus momentos políticos*. Op. Cit. P. 44.

lá”.⁷⁰⁷ Por outro lado, os petebistas assiduamente apresentavam nas páginas da *Folha* críticas mordazes à ICOMI. Tomavam esta empresa como uma testa de ferro da multinacional Bethlehem Steel e o contrato da exploração do manganês como uma prova do *entreguismo* janarista. Em maio de 1960, este periódico noticiava que a ICOMI havia declarado guerra ao PTB do Amapá, pois demitira abruptamente o operário Maud Mendes Monteiro porque este havia se tornado membro da diretoria daquele partido. E mais: o jornal denunciava que a empresa tinha feito isto para agradar Pauxy Nunes e que ela já vinha demitindo eleitores simpatizantes do PTB, desde a eleição de 1958.⁷⁰⁸

Amigo de Naseaseno, Raimundo Pereira Duarte também aliava liderança sindical com militância partidária. Ele presidiu o Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estivas de Minério e fundou o Sindicato dos Arrumadores. Era admirado e prestigiado entre seus camaradas. Parte deste prestígio vinha de sua valentia. Disto dera várias provas, como quando enfrentou o sub-administrador da Olaria Territorial, Manoel de Freitas (fato comentado no capítulo 2). Em entrevista, Raimundo Duarte disse-nos que era mesmo valente e por isso era apelidado de “*Travanca*”. E acrescentou: “*nunca bebi, nunca fumei, mas nunca levei desaforo para casa*”.⁷⁰⁹ Como outros estudos têm demonstrado, a valentia era algo especialmente estimado entre os estivadores.⁷¹⁰ A camaradagem, neste caso, revestia-se de um espírito aguerrido: “*não mexesse com o estivador, pois todo mundo era contra o cara que mexesse*”, relatou-nos Raimundo Duarte, que também era apelidado de “*Periquito*”.⁷¹¹ Ele lembrou que

⁷⁰⁷ Entrevista realizada com Amaury Guimarães Farias, anteriormente citada.

⁷⁰⁸ A ICOMI declara guerra ao PTB. *Folha do povo*. Nº 42, de 01 de maio de 1960, p. 1.

⁷⁰⁹ Ele também nos contou que tivera um desentendimento com o governador Terêncio Porto, por causa de um atraso de 48 horas no pagamento da estiva: “*com 24 hora tinha que receber para pagar a estiva. Recebia o total, mas a folha era separada no sindicato. Normal: não existia esse negócio de meter a mão no dinheiro do estivador. Então eu fui receber. Estava já com 48 horas. Cheguei lá e o chefe de gabinete era um rapaz chamado Aristeu. Eu cheguei lá com o governador e disse: “excelência, essa folha aqui está com 48 horas e a estiva está reclamando. Não pode passar de 24 horas para pagar”. Ele levantou, olhou para mim e disse: “sabe de uma coisa, os estivadores são um bocado de safados e você é o mais safado porque é o presidente deles”. Se fosse você o que é que você fazia? Não sabe? E eu disse: “o que você está falando?”. E ele: “você é o mais safado porque é o presidente deles” [...]. Dei-lhe um murro em cima da boca, e espoquei a boca dele [...]. E ele gritou para o Aristeu: “Aristeu pega esse homem!”. E o Aristeu disse: “eu não posso prender ele, ele tem imunidade, pois é presidente de um sindicato e eleito. Só quem pode mandar prender ele é a Justiça”. Ai, eu desci e fui embora para o sindicato. Cheguei à sede do sindicato (que era por aqui assim... [indicando ser perto de sua atual residência]) e convoquei uma assembleia geral e contei para os estivadores tudo o que havia acontecido e todo mundo me apoiou. Ai, vem aquela guerra contra o socialismo e o comunismo. Lembra? E sabe o que ele [o governador] fez? Naquele tempo quem falava no comunismo era preso imediatamente. Ele me taxou de comunista e mandou me prender [...]. Ele me prendeu e me mandou para [o Presídio] São José. Cheguei ao São José não me aceitaram porque eu tinha imunidade, pois eu era presidente de sindicato, e fui para a 5ª Companhia. Tudo em Belém. Quando eu cheguei na 5ª Companhia, acompanhado com um soldado com uma metralhadora, o tenente disse ao soldado: “se afasta e arria essa metralhadora!”. E então o major disse: “mas, ele é comunista”. E o tenente respondeu: “ele não tem nada de comunista. O senhor sabe major que eu sou 1º tenente e sou [agente] secreto do governo federal. Eu passei 30 dias trabalhando com ele na estiva, sem ele saber quem eu era, como suplente de estivador. E ele não tem nada de comunista. O que ele é [na verdade] é muito violento. Não bebe, não fuma, mas não leva desaforo para casa” (Entrevista com Raimundo Pereira Duarte, realizada no dia 29 de agosto de 2012).*

⁷¹⁰ SILVA, Fernando Teixeira da. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. *Op. Cit.* P. 205-248.

⁷¹¹ Na entrevista já citada, Raimundo Duarte explicou a origem deste apelido: “*eu sempre usei terno. Então eu chegava à Alfaiataria Pinto e mandava fazer muita roupa... Mandava fazer terno verde. Naquele tempo tinha tudo quanto era*

a relação dele com os governadores não era nada amistosa: “*eu fui muito perseguido rapaz... Muito. Muito perseguido pelos governos, no sindicato*”. Em 2010, a respeito dele, Elfredo Távora Gonsalves fez o seguinte comentário: “*há poucos dias completava 90 anos Raimundo Pereira Duarte. Foi ele o grande iniciador e incentivador do movimento sindical no Amapá*”. E prosseguiu: “*durante muito tempo presidiu o Sindicato dos Estivadores e dos Arrumadores, conseguindo conscientizar e mobilizar os trabalhadores da sua área e, por conseguinte, de outros setores, para garantir os seus direitos*”.⁷¹²

Em agosto de 1962, quando se aproximava a eleição para deputado federal na qual concorriam Janary Nunes e Amilcar Pereira, o jornal janarista *Mensagem do Amapá* publicou o artigo “Estivadores protestam contra presidente: perseguição”. O objetivo do texto era desmoralizar Raimundo Duarte e, assim, desmotivar os que pretendiam acompanhá-lo no voto a Amilcar. No dia 30 de setembro deste mesmo ano, 37 estivadores publicaram na *Folha do povo* um abaixo assinado para rebater as críticas publicadas no jornal *Mensagem* e para manifestar franco apoio àquele líder sindical. Escreveram os estivadores: “*nosso Presidente — Raimundo Pereira Duarte-Periquito merece de todos nós integral apoio e profundo respeito, merecedor que é da nossa confiança e tem se empenhado sempre na luta pela defesa dos nossos direitos e reivindicações*”.⁷¹³ Um ano depois, a *Mensagem do Amapá* novamente publicava acusações contra “Periquito”. Mas, desta vez foi o próprio sindicalista quem escreveu a réplica, que iniciava com o arrebatamento que lhe era peculiar: “*felizmente (para ele) o autor do comentário não possui coragem para publicar seu nome*”.⁷¹⁴ Malgrado toda a campanha difamatória dos janaristas, no dia 15 de setembro de 1963, pela terceira vez consecutiva, Raimundo Duarte era empossado presidente do Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estivas de Minério.⁷¹⁵

A Federação dos Trabalhadores na Indústria no Amapá (FTIA) era outro campo de disputas entre grupos políticos divergentes. Esta entidade congregava representantes dos sindicatos de trabalhadores que atuavam nos ramos industriais. No interior dela, as

tipo de fazenda [...]. E eu mandava fazer terno e tudo era de cor. Eu só nunca usei roupa preta. E eu mandei fazer um terno verde. Peguei um navio (o Três de Outubro) — no porto de Belém — que ia para Val de Cãs. Naquele tempo a gente não andava nu como anda todo mundo agora. Tinha um jaquetão e tinha paletó. Tinha o colete. O homem usava um colete, uma camiseta, usava uma camisa, usava o paletó ou o jaquetão. Então cheguei a bordo do navio e tirei o paletó, coloquei na cadeira e fiquei lá. Um cara veio, pegou o paletó e jogou no chão e sentou na cadeira. E eu fui lá. Naquele tempo, eu não levava desaforo para casa. Basta dizer que meu apelido era ‘Travanco’. Ai eu meti a mão na cara dele e ele me pegou, me jogou, por cima do corrimão, dentro d’água. Eu meti o pé dele aqui e caímos os dois n’água. E eu saí. Um rapaz correu, me puxou e me botou no navio de novo. Então fiquei em pé, quando veio uma mocinha e disse: ‘ah! De verde está agora parece[ndo] um periquito molhado’. O periquito é verde. Cheguei até hoje. Todo mundo, no navio mesmo: ei ‘Periquito’, ei ‘Periquito’... E quando chegou lá [em Val de Cãs], a mesma coisa”.

⁷¹² GONSALVES, Elfredo Távora. *Folhas soltas do meu alfarrábio*. Op. Cit. P. 101.

⁷¹³ Estivadores protestam. *Folha do povo*. Nº 158, de 30 de setembro de 1962, p. 3.

⁷¹⁴ Esclarecimento. *Folha do povo*. Nº 191, de 10 de setembro de 1963, p. 2.

⁷¹⁵ Estivadores: posse da nova diretoria sindical. *Folha do povo*. Nº 194, de 29 de setembro de 1963, p. 1.

lideranças sindicais disputavam posições de comando. Isto fica patente já no tortuoso processo de eleição da primeira diretoria da Federação, ocorrido em 1960. Jorge Ribeiro, presidente do sindicato dos padeiros denunciou, em outubro deste ano, manobras que supostamente Altino Naseaseno estaria fazendo para vencer tal eleição.⁷¹⁶ Naseaseno elegeu-se presidente e permaneceu neste cargo até o início de 1963. Atravessou sem grandes dificuldades o período em que os janaristas tiveram seu poder político fragilizado.⁷¹⁷ Tal hiato na hegemonia deste grupo ocorreu entre o início de 1961 — quando Pauxy Nunes foi substituído no governo pelo petebista José Francisco de Moura Cavalcante, que, poucos meses depois, teve que ceder o cargo a Raul Montero Valdez (que, então, negou-se a assumir compromissos políticos com Janary Nunes) — e começo de 1963, quando o ferrenho janarista Terêncio Porto tornou-se governador.

O coronel Terêncio Porto esforçou-se muito para colocar os movimentos sociais sob o seu controle. Nesta empreitada, utilizou fundamentalmente duas táticas: 1) a intimidação de grupos não alinhados com o governo (PTB, movimentos grevistas, parte da imprensa, UESCA, etc.) por meio de inquéritos policiais, processos administrativos e judiciais; 2) e o apoio a aliados que tentavam obter posições de mando nas entidades classistas. No tocante à primeira tática, vários exemplos poderiam ser tomados das páginas da *Folha do povo*.⁷¹⁸ Quanto à segunda, além do comentado caso da Associação dos Professores Primários do Amapá, podem ser destacadas as investidas do governador em relação à presidência da FTIA. Porto fez uma série de movimentos para remover Naseaseno da presidência desta Federação. A permanência deste líder em tal posição significava para o governador uma pernóstica supremacia dos petebistas dentro do movimento sindical amapaense. Em maio de 1963, numa carta enviada ao Ministro do Trabalho, Altino Naseaseno denunciava: “os políticos dominantes no Amapá, irmanado ao poderio econômico [referia-se à ICOMI], tudo fazem para dividir os sindicatos do Amapá, fomentando brigas

⁷¹⁶ Coluna sindical [seção]: As eleições sindicais e marmeladas a vista. *Folha do povo*. Nº 73, de 27 de outubro de 1960, p. 4.

⁷¹⁷ Neste período, ocupou também o cargo de presidente da COAP.

⁷¹⁸ Tais como: O Governador Cel. Terêncio Pôrto... *Folha do povo*. Nº 175, de 14 de abril de 1963, p. 1; Minha prisão: um autêntico atribulário ato do governo. *Folha do povo*. Nº 190, de 01 de setembro de 1963, p. 1; Sala de imprensa inaugurada no Palácio. *Folha do povo*. Nº 194, de 29 de setembro de 1963, p. 3; Violência: preso incomunicável o ex-secretário geral do Território, Clóvis Teixeira. *Folha do povo*. Nº 196, de 13 de outubro de 1963, p. 1; GONSALVES, Alfredo Távora. Ao apagar das luzes... *Folha do povo*. Nº 196, de 10 de outubro de 1963, p. 4; GONSALVES, Alfredo Távora. “Folha do povo”. *Folha do povo*. Nº 198, de 27 de outubro de 1963, p. 4; Juiz de Macapá concede mandado de segurança contra ato do gov. Terêncio. *Folha do povo*. Nº 200, de 25 de dezembro de 1963, p. 1.

entre os seus dirigentes, com o firme propósito de extinguir as prerrogativas que os trabalhadores conquistaram para defesa de seus interesses profissionais”.⁷¹⁹

Nesta mesma carta, Altino desmente que tivesse produzido um pedido de renúncia da presidência da FTIA. O documento apócrifo tinha o objetivo de gerar um mote para os líderes sindicais alinhados com o governo realizarem a substituição de Naseaseno. O golpe somente pode ser bem sucedido porque a maioria dos líderes dos sindicatos-membros desta Federação aquiesceu.⁷²⁰ O secretário Ildomar Peres Nunes⁷²¹ assumiu interinamente a presidência e colocou em discussão a cassação do presidente da FTIA “*pela maioria da Diretoria*” e a verificação do vínculo empregatício do mesmo.⁷²² Este segundo movimento objetivava pôr Naseaseno fora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas e, consequentemente, no definitivo ostracismo.⁷²³ De sua parte, este presidente pedia que o Ministério do Trabalho abrisse sindicância para “*apurar a procedência do documento forjado que solicita[va] uma renúncia jamais pedida*”. Porém, enquanto os dirigentes da ICOMI viam aumentar a pressão dos seus operários por melhores salários (inclusive com ameaça de greve), o representante destes na Federação dos Trabalhadores na Indústria ficava aí mais e mais isolado.

O Sindicato dos Arrumadores e o Sindicato dos Estivadores eram aliados dos petebistas e de Naseaseno. Todavia, eles não faziam parte da Federação, pois procuravam manter uma posição independente em relação às outras entidades sindicais. Quase todos os demais sindicatos assumiram em relação ao governo uma atitude colaboracionista. A articulação entre líderes sindicais e cúpula governamental para a derrubada de Naseaseno foi tecida pelo sindicalista Raimundo Araújo de Oliveira, conhecido como Raimundo Araújo, que era nisto orientado por Osvaldo Colares e Ubiracy Gentil Nunes, irmão do então deputado federal Janary Nunes. Em maio de 1964, num depoimento dado durante inquérito policial, Raimundo Oliveira lembrou que no início do ano anterior vários presidentes de sindicatos recebiam de Ubiracy Nunes auxílios na forma de serviços. Lembrou também que diversas vezes o governador Terêncio Porto “*utilizou os Presidentes de*

⁷¹⁹ Altino: não renunciei — Ministro do Trabalho manda abrir sindicância. *Folha do povo*. Nº 177, de 12 de maio de 1963, p. 4.

⁷²⁰ Nova diretoria da Federação dos Trabalhadores em Indústria do Território. *Amapá*. Nº 1217, de 08 de maio de 1963, p. 1.

⁷²¹ Trabalhava no almoxarifado da CEA e era membro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil.

⁷²² Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Território Federal do Amapá. *Amapá*. Nº 1207, de 09 de março de 1963, p. 5.

⁷²³ Para fazer pressão em prol do definitivo afastamento de Altino da presidência, vários presidentes propuseram que seus sindicatos se desligassem da FTIA.

Sindicatos para prestarem declarações na Polícia em sua defesa, sempre que era denunciado por desmandos às altas autoridades do País”.⁷²⁴

A intenção última deste movimento era dissolver a FTIA, por meio do desligamento dos sindicatos-membros. O passo seguinte seria a reunião destas mesmas entidades numa nova organização intersindical, sob o comando de Raimundo Oliveira. Esta organização era o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Enquanto as federações e confederações possuíam uma estrutura vertical (que apenas admitia sindicatos de um mesmo ramo), o CGT congregava trabalhadores das mais diversas categorias e sua cúpula contava com radicais de esquerda. Na Confederação Nacional dos Trabalhadores, o Comando era aliado do conselheiro Clodomist Riani, que, no Amapá, tinha em Ubiracy Gentil Nunes um apoiador. Em janeiro de 1964, Riani foi eleito presidente da Confederação. Em âmbito nacional, o Comando Geral dos Trabalhadores era um instrumento de aproximação entre sindicatos e o governo de Jango. Ao perceberem as grandes ambições de Raimundo Oliveira e se depararem com a proposta de fundação de uma seccional do CGT no Amapá, os membros da FTIA recuaram. Oliveira passou então a propor uma reestruturação da Federação com o claro intuito de passar a presidi-la. Este foi o momento em que o presidente Ildomar Peres Nunes pôs fim na amizade que tinha com Raimundo e prometeu devolver seu apoio a Naseseno. O avanço do controle governamental sobre o movimento sindical amapaense encontrava seus limites.⁷²⁵

Para tentar demonstrar que não estivera contra o movimento civil-militar que resultara no Golpe de 1964, o coronel Terêncio Porto ordenou que fossem presos todos os suspeitos de práticas subversivas (propagação do comunismo). Líderes petebistas e presidentes de sindicatos — mesmo aqueles que haviam apoiado o governador em momentos adversos — foram presos. Porém, telegramas trocados no final de março deste ano entre Porto e Janary Nunes, com claro conteúdo pró-Jango, tinham sido interceptados por militares pró-golpe. Além disto, os inquéritos instaurados depois do Golpe apontaram que aquele governante havia avalizado várias manifestações públicas de apoio a Goulart. Por causa disto, o general Luiz Mendes da Silva assumiu o governo territorial percebendo os janaristas como adversários do novo regime. Mendes da Silva realizou uma viradeira,

⁷²⁴ AFCM. Caixa 279, processo nº 1588, de 03 de novembro de 1964, fl. 25. Eram estes presidentes: Eurico Alves de Souza, que no ano 1962, substituindo o petebista Jorge Ribeiro, assumiu a frente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria; Calixto de Moraes Acácio, que desde 1960 presidia o Sindicato dos Marceneiros e Trabalhadores de Serrarias e Móveis de Madeira; Antonio Alexandre Gomes, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil; Antonio Lameira Pontes, do Sindicato das Indústrias Urbanas; Marcelino Ribeiro da Silva, do Sindicato dos Mecânicos e Metalúrgicos e Materiais Elétricos.

⁷²⁵ *Ibidem*, fls. 17-27. Ver também: Desfazendo uma calúnia insidiosa contra o governo. *Amapá*. Nº 1233, de 21 de agosto de 1963, p. 1.

com a instauração de várias comissões sumárias, que se desdobraram em exonerações e prisões de membros do *staff* governamental. Os antijanaristas foram chamados para serem auxiliares diretos do novo governador. O PTB, como os demais partidos, deixou de existir. Os sindicatos sofreram intervenções e, assim, perderam a relativa autonomia que tinham. Neles e na FTIA foram empossadas juntas governativas. Em meado de 1964 deixou de também existir a *Folha do povo*. Surgiu no Amapá uma nova correlação de forças sobre a qual pouco se escreveu. A partir de então, a luta contra a insegurança estrutural passou a buscar novos caminhos e brechas.

Considerações finais

Não faz pouco tempo que os pesquisadores que se preocupam com as questões relativas à luta de classes têm se voltado para a análise das implicações das vivências dos trabalhadores fora do ambiente de trabalho. Nas décadas de 1970 e 1980, antropólogos, sociólogos e historiadores passaram a estudar a sociabilidade própria das vilas e dos bairros operários.⁷²⁶ Estudos posteriores passaram a incorporar elementos deste novo enfoque.⁷²⁷ Neste movimento de ampliação do raio de visão dos estudos sobre a classe trabalhadora, foram admitidos novos objetos de análise e debate. Atividades até então “*invisíveis*” aos olhos da historiografia passaram a ganhar destaque. É o caso das táticas de sobrevivência dos trabalhadores para além (ou aquém) das formas capitalistas de produção e das estratégias de resistência à dominação urdidas fora dos mundos do trabalho. Disto decorreu um alargamento da concepção de *classe trabalhadora*.

Ademais, ao lado da identificação das experiências que, no âmbito ou não da produção, progressivamente dão coesão a esta classe, surgiu o cuidado de perceber a sua heterogeneidade interna — suas clivagens étnicas, religiosas, de gênero, etc... O impacto recente do instigante livro *A hidra de muitas cabeças*, de Peter Linebaugh e Marcus Rediker, fortaleceu na historiografia brasileira (e mesmo Ocidental) a insatisfação para com uma concepção restrita de classe trabalhadora.⁷²⁸ Marcel van der Linden, em um balanço historiográfico, afirma que: “*Peter Linebaugh e Marcus Rediker traçaram um quadro fragmentário de como um proletariado multiforme de ‘derrubadores de matas e viajantes das águas’ se desenvolveu, com*

⁷²⁶ Em 1979, foi lançada a coletânea *Mudança social no Nordeste*, que tinha como um de seus focos principais as formas de extensão da dominação capitalista para fora do “*chão da fábrica*”. Na introdução escrita para a referida coletânea, José Sérgio Leite Lopes e Luís Antonio Machado da Silva destacam: “*a administração por parte da fábrica dessa esfera de atividades exterior ao trabalho fabril e que penetra assim na própria maneira como se materializa a reprodução dos trabalhadores e suas famílias, através de formas como o roçado ou a feira de preços administrados, são assim elementos importantes na legitimidade da forma de dominação exercida pela fábrica no seu período de apogeu aos olhos dos trabalhadores*” (LOPES, José Sérgio Leite e SILVA, Luís Antonio Machado. Introdução: estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos. In: LOPES, José Sérgio et. al. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 18-19).

⁷²⁷ É o caso de *Estado-patrão e luta operária*, do cientista político José Ricardo Ramalho. Em sua análise sobre as vivências operárias no Rio de Janeiro, Ramalho aborda as diferentes modalidades de dominação adotadas pela empresa estatal Fundação Nacional de Motores (FNM), inclusive aquelas que extrapolavam o espaço fabril. José Ricardo Ramalho afirma: “*a construção das vilas operárias na FNM atendia à intenção da fábrica de manter, sob seu controle estrito, um grupo de operários essencial para o andamento do processo produtivo*” (RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 96).

⁷²⁸ LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças*: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 261. Algumas das reflexões presentes neste livro também podem ser encontradas em: LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, 1984, p. 7-46.

vários espaços de luta: ‘os campos comuns, a plantation, o navio e a fábrica’”.⁷²⁹ Fortaleceu-se, então, a percepção de que a autoconsciência dos espoliados e excluídos se forma em “vários espaços de luta” — agregando: forças territorializadas e errantes, vivências de dentro e de fora dos sistemas produtivos. Como *A formação da classe operária inglesa* está completando 50 anos de sua primeira publicação, é mais do que oportuno lembrar com E. P. Thompson que a *classe se forma na luta* e que esta luta não deve ser entendida como algo exclusivamente adstrito ao espaço do trabalho. Thompson destacou que a consciência de classe não era um mero reflexo da posição de classe. Era sim uma construção dos trabalhadores, que se moviam sob pressões multilaterais, avaliando os novos desafios à luz de suas velhas tradições.⁷³⁰

Os que pesquisam a formação da classe trabalhadora são desafiados a identificar os móveis deste processo na luta cotidiana (pela alimentação, pela moradia e pelo acesso aos serviços urbanos), na solidariedade que se estabelece a partir dos gestos prosaicos e das heranças culturais permanentemente redesenhadas.⁷³¹ Sinalizando nesta direção, Mike Savage argumenta que não se trata de substituir isto por aquilo, mas de dar visibilidade às múltiplas dimensões e redes sociais que concorrem para a formação da consciência de classe. Este sociólogo destaca que a identidade operária não se ancora unicamente no processo ou no mercado de trabalho. O traço distintivo da vida dos trabalhadores está no enfrentamento da *insegurança estrutural*, gerada pela expropriação dos meios de subsistência e pela consequente incerteza da vida diária. Ainda segundo Savage, “essa formulação [da identidade trabalhadora baseada na insegurança estrutural] nos possibilita reconhecer certas

⁷²⁹ LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*. Vol. 24, nº 2, São Paulo, p. 12.

⁷³⁰ E. P. Thompson afirma mais precisamente: “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 1, p. 10). Ver também: CAPELINE, Helena Maria de Andrade. Repensando a classe. In: SANTOS FILHO, José dos Reis (org.). *Movimentos Sociais*. Araraquara-SP: UNESP, 1993, p. 81-86.

⁷³¹ A coletânea *Culturas de classe* apresentou alguns dos esforços de pesquisadores que, nos últimos anos, tentaram dar conta de uma apresentação mais nuançada ou multifacetada da história da formação das classes trabalhadoras e de suas respectivas culturas. Segundo seus organizadores (Claudio H. M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes), “a ênfase nas relações de produção, no processo e mercado de trabalho, como elementos estruturantes da coesão política dos trabalhadores, fez com que, por muito tempo, o acento recaísse sobremaneira nas lutas, nas formas de organização e nos movimentos políticos” (BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; e FORTES, Alexandre. Apresentação. In: *Idem* (orgs.). *Culturas de classe* identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 12-13). Nesta coletânea, destacamos o estudo de Paulo Fontes, que analisa — além das experiências vividas na empresa (a Nitro Química, em São Paulo) — as redes sociais constituídas pelos migrantes e que se baseavam em laços de família, de amizade e comunitários (FONTES, Paulo. Migrações nordestinas e experiências operárias — São Miguel Paulista nos anos 1950. *Ibidem*, p. 363-402).

*pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas”.*⁷³²

As táticas que os trabalhadores utilizam na luta contra a insegurança alimentar, a insegurança do morar, do crer, do trabalhar e outras são criadas com base na tradição e nas possibilidades reais de improvisação. Isto nos reporta à importância da história local, dos processos de migração e do hibridismo. Etnografando as experiências cotidianas dos moradores de Macapá pudemos perceber a emergência de táticas cujo objetivo era a exclusiva garantia da reprodução da vida, a sobrevivência: a migração, os extrativismos, a pequena agricultura, a criação de xerimbabos, a incursão pela economia informal, a moradia compartilhada, a oração e a promessa ao santo... Percebemos também a invenção de táticas de oposição direta aos agentes da espoliação dos meios de vida e aos propugnadores das interdições moralizadoras: o recurso aos sistemas policial e judiciário, a luta político-partidária, a defesa de uma agenda sindical, a denúncia na imprensa oposicionista, o voto... A camaradagem dos trabalhadores e a solidariedade familiar e de vizinhança formavam a base de onde brotavam estas formas de enfrentamento da insegurança estrutural.

Do lado desta solidariedade familiar e de vizinhança formaram-se variadas redes de sociabilidade, tais como: irmandades religiosas, clubes esportivos, a boemia, as associações, as escolas de samba, os sindicatos, entre outros. Estas redes funcionavam dentro de territorialidades pertencentes à classe trabalhadora e, por isso, vivificavam a solidariedade horizontal. Ao descortinarmos a complexidade e a diversidade do *modus vivendi* desta classe, procuramos evidenciar as inconsistências de estereótipos cuja longevidade ainda nos desafia. Desafiador foi igualmente conseguir reunir informações necessárias para transpor essas insistentes imagens deformadoras que são projetadas sobre os subalternos. Ao percorrer milhares de páginas de diferentes tipos de documentos, nos deparamos com pessoas que, apesar de muitas privações, interdições e constrangimentos, foram sujeitos de sua própria história. Da história possível.

E nos deparamos ainda com o protagonismo dos trabalhadores no processo de reconfiguração ocupacional da Amazônia. Isto fica claro quando percebemos que o movimento dos migrantes no interior desta região frequentemente frustrava os planos governamentais... O fracasso da política de colonização atestou isto. Por outro lado, a migração de ribeirinhos das ilhas da foz do Amazonas — e de outros pontos interioranos do Pará — para Macapá demonstra que a Amazônia não é, na sua totalidade, uma fronteira (da sociedade em movimento, do capital e da urbanização). Esta planície teve espaços de

⁷³² SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; e FORTES, Alexandre (orgs.). *Ibidem*, p. 33.

êxodo rural e urbano. Ela é natural e socialmente heterogênea. Tal heterogeneidade pode ser mais bem compreendida através de estudos com enfoque local. Como este que aqui encerramos.

Lista de imagens

Imagem 1: Mapa do Território Federal do Amapá (1954). In: GUERRA, Antônio Teixeira. <i>Estudo geográfico do Território do Amapá</i> . Rio de Janeiro: IBGE, 1954, p. 345	30
Imagem 2: Fotografia da “Macapá moderna”, no início da década de 1950. Arquivo Pessoal de Sidney Lobato	38
Imagem 3: Planta da cidade de Macapá (1977). COLE, H. J. ASSOCIADOS S.A. Brasil. <i>Consultoria de planejamento urbano, arquitetura e turismo</i> . Documento síntese, Rio de Janeiro, 1979, p. 50	40
Imagem 4: Fotografia dos construtores do Porto de Santana. Acervo da ICOMI	55
Imagem 5: Fotografia do bairro do Lagunho, na década de 1960. Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá (caixa nº 7)	80
Imagem 6: Fotografia de moradias do Igarapé das Mulheres, na década de 1970. Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá (caixa nº 7)	88
Imagem 7: Fotografia da Doca da Fortaleza, na década de 1960. Arquivo Pessoal de Sidney Lobato	89
Imagem 8: Fotografia de homens trabalhando na construção do prédio da Prelazia de Macapá, na década de 1950. Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá (pasta “Construção do Colégio Diocesano”)	100
Imagem 9: Fotografia de construtores do prédio da Prelazia de Macapá, na década de 1950. Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá (pasta “Construção do Colégio Diocesano”)	101
Imagem 10: Fotografia de meninos de uma comunidade interiorana amapaense, brincando e trabalhando (década de 1960). Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá (pasta “Uma comunidade desconhecida”)	109
Imagem 11: Fotografia de uma das lavadeiras do Igarapé das Mulheres, na década de 1970. Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá (caixa nº 7)	115

- Imagem 12:** Fotografia de professora e alunas da Escola Doméstica de Macapá, na década de 1960. Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá (caixa nº 7)122
- Imagem 13:** Fotografia de carregadoras de água do Igarapé das Mulheres, na década de 1970. Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá (caixa nº 7)132
- Imagem 14:** Fotografia de meninos brincando de pelada na orla de Macapá (década de 1970). Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá (caixa nº 7)142
- Imagem 15:** Fotografia de devotos da comunidade de Mangabeira (interior do Amapá) com suas imagens de santos (década de 1960). Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá (pasta “Uma comunidade desconhecida”)160
- Imagem 16:** Fotografia de meninos brincando no campo da escola paroquial do bairro da Favela (em 1959). Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá (pasta “Fotos Paróquia Jesus de Nazaré e outros”)170
- Imagem 17:** Fotografia de operários da ICOMI fabricando tubos de cimento (década de 1950). Acervo da ICOMI185
- Imagem 18:** Charge de Mário Barata, representando Pauxy Nunes montado numa vaca macérrima, com a face no formato do mapa do Amapá (1961). [Jornal] *Folha do Povo*. Nº 88, de 22 de janeiro de 1961, p. 4192
- Imagem 19:** Fotografia dos construtores da Estrada de Ferro do Amapá (década de 1950). Acervo da ICOMI197

Fontes

Fontes impressas

● Livros:

ALCARDE, Henrique Gastão. *O caboclo “indolente” e as riquezas da Amazônia*. Belém: H. Barra, 1962.

ARAÚJO, Alcy. *Poemas do homem do cais*. Rio de Janeiro: MEC Editora, 1983.

BASTOS, A. de Miranda. *Uma excursão ao Amapá*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

BENEVIDES, José. *Progresso e progressismo*. Macapá: Artes Gráficas do Ginásio de Macapá, 1969.

BENEVIDES, Marijeso de Alencar. *Os novos territórios federais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BEZERRA, Amiraldo. *A margem esquerda do Amazonas*. Fortaleza: Premius, 2008.

BUBANI, Angelo. *Diocese de Macapá*. 2 ed. Macapá: Diocese de Macapá, 1983.

CAVALIERE, Ivan Fornazier. *Padre Júlio Maria Lombaerde na memória do povo de Macapá*. Juiz de Fora-MG: Gráfica Floresta, 1981.

CUNHA, Álvaro da et al. *Modernos poetas do Amapá*. Rio de Janeiro: Lux, 1960.

CUNHA, Álvaro da. *Amapacanto*. Macapá: Imprensa Oficial do Amapá, 1986.

CUNHA JÚNIOR, Alarico José da; e GENSCHOW, Fernando A. *Amapá: um estudo para a colonização*. Rio de Janeiro: INIC, 1958.

ESCOBAR, Idelfonso. *A marcha para o Oeste: Couto de Magalhães e Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: A Noite, 1941.

FAISSOL, Speridião. *Atlas do Amapá*. Rio de Janeiro: Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá e Conselho Nacional de Geografia (IBGE), 1966.

FARIAS, Amaury. *Meus momentos políticos*. Macapá: [produção independente], s/d.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

- GAMA, Alfredo. *Um rio a serviço de dois povos*. Belém: Revista da Veterinária, 1947.
- GHEDDO, Piero. *Missione Amazzonia: i 50 anni del Pime nel Nord Brasile (1948-1998)*. Bologna: EMI, 1998.
- GHEDDO, Piero. *PIME: 150 anni di missione (1850-2000)*. Bolonha: EMI, 2000.
- GONSALVES, Elfredo Távora. *Folhas soltas do meu alfarrábio: um livro para meus filhos*. Brasília: Gravo Papers, 2010.
- GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.
- IBGE. Brasil. *Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.
- IBGE. Brasil. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957.
- IBGE. Brasil. *Território Federal do Amapá: censos demográficos e econômicos*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1957.
- IBGE. Brasil. *Macapá: Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.
- IBGE. Brasil. *Recenciamento geral de 1960: Rondônia — Roraima — Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.
- LA ROQUE, Jorge Pereira de. *Viagem ao Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE e CNG, 1950.
- LOMBAERDE, Padre Júlio Maria. *Macapá: sua história desde a fundação até hoje*. (Mimeo), Macapá, 1987.
- LOMBAERDE, Júlio Maria. *Diário do Pe. Júlio Maria*. Belo Horizonte: O lutador, 1991.
- MEDEIROS, Océlio. *Territórios Federais*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1944.
- MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.
- NUNES, Janary Gentil. *Cultura de Seringais no Amapá*. Macapá: SIP, 1953.
- NUNES, Janary Gentil (org.). *Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1962.

NUNES, Osório. *Introdução ao Estudo da Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1950.

PEREIRA, Nunes. *O sabiré e o marabaixo: tradições da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ouvidor S. A., 1951.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SILVA, Luis Carneiro Rainho da. *Os solos do Território Federal do Amapá* (contribuição para o seu estudo). Belém: SPVEA, 1955.

SMITH, Herbert. *Brasil. The Amazon and the Coast*. New York: T. Lynn, 1879.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 3 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1978.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Vol. VIII, Rio de Janeiro: José Olímpio, s/d.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Editora Nacional, 1957.

- Leis e decretos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Brasil. *Nova Lei Orgânica do Ensino Secundário*. Rio de Janeiro: A. Delattre e Filho, 1942.

PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

- Relatórios governamentais:

BARATA, Joaquim de Magalhães Cardoso. *Relatório apresentado ao presidente da República em 1944*. Belém: Revista de Veterinária, 1944.

NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

- Planos e projetos urbanísticos:

COLE, H. J. ASSOCIADOS S.A. Brasil. *Consultoria de planejamento urbano, arquitetura e turismo*. Documento síntese, Rio de Janeiro, 1979.

GRUNBILF. Brasil. *Plano Urbanístico da Cidade de Macapá*. São Paulo: Grunbilm do Brasil, 1960.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Brasil. Macapá: Plano de Desenvolvimento Urbano. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1973.

● Revistas:

ICOMI notícias, números de 1964 a 1967.

Le missioni cattoliche, números de 1962 a 1964.

Revista Brasileira de Geografia, números de 1939 a 1960.

Revista do Amapá, números de 1947 a 1948.

● Jornais:

Amapá, números de 1945 a 1966.

A voz Católica, números de 1959 a 1965.

O combatente, números de 1959.

Folha do povo, números de 1959 a 1964.

● Textos mimeografados:

ICOMI. *O manganês do Amapá*. Rio de Janeiro: Indústria e Comércio de Minérios S. A., 1971.

ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*. Rio de Janeiro: Indústria e Comércio de Minérios S. A., 1983, vol. 1.

ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*. Rio de Janeiro: Indústria e Comércio de Minérios S. A., 1983, vol. 2.

MORTARA, Giorgio. *A população de fato do Território Federal do Amapá nas suas novas fronteiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

Depoimentos

● Depoentes:

Amaury Guimarães Farias (1927-2007). Entrevistado no dia 13 de outubro de 2006. Nos anos 40 e 50 trabalhou na Divisão de Obras do governo territorial e no gabinete do governador. Em 1958 ingressou no PTB e tornou-se um dos mais destacados líderes da oposição ao janarismo.

Arlindo Silva de Oliveira (nasceu em 1931). Entrevistado no dia 13 de outubro de 2006. Foi aluno da Escola de Iniciação Agrícola do Amapá (município) e foi um dos primeiros pilotos de avião do recém-criado Território Federal do Amapá.

Benedita Guilherma Ramos, ou “Tia Biló” (1925). Entrevistada no dia 06 de maio de 2008. É filha do muito conhecido organizador da festa do Marabaixo “mestre” Julião Ramos (já falecido). Como o pai, foi morar no Laguinho em meado da década de 1940. Hoje ela é reconhecida no Amapá como uma das mais importantes lideranças da festa do Marabaixo do Laguinho.

Carlos Emanuel de Azevedo Bezerra (1948) Entrevistado — pelas pesquisadoras Alcione Barros e Rosicleide Barbosa para o Projeto Banco de História Oral (PROBHO) da UNIFAP — no dia 24 de março de 2011. Nascido em Portel (no Pará), em 1959 transferiu-se para Macapá, onde se tornou primeiramente vendedor, e depois jornalista.

Elfredo Távora Gonsalves (1922). Entrevistado no dia 05 de setembro de 2011. Foi um dos fundadores do PTB no Amapá e foi um dos principais líderes da oposição ao janarismo.

Josefa Lina da Silva (1916). Entrevistada no dia 13 de fevereiro de 2008. Faz parte da comunidade negra que residia próximo do centro histórico de Macapá e que, com as reformas aí promovidas por Janary Nunes, foi transferida para o Laguinho.

José Pinto de Araújo (1926). Entrevistado — pelas pesquisadoras Maria Izeth Beltrão e Rafaela Soares para o Projeto Banco de História Oral (PROBHO) da UNIFAP — no dia 16 de março de 2011. Em 1946 chegou a Macapá, onde trabalhou como carpinteiro.

José Sebastião de Mont’Alverne (1945). Entrevistado no dia 18 de julho de 2007. É filho e ex-aluno da professora e poetisa Aracy Mont’Alverne.

Joaquim Theófilo de Souza (1919). Entrevistado no dia 8 de maio de 2008. Faz parte da comunidade negra do Laguinho. Trabalhou na agricultura, no extrativismo e na construção civil em Macapá. É hábil artesão (fabricador de caixas de Marabaixo).

Joaquim Ramos da Silva, ou “Munjoca” (1953). Entrevistado no dia 23 de maio de 2008. É filho da “Tia Biló” e foi criado por Julião Ramos. Hoje é um dos mais ativos organizadores do Marabaixo do Laguinho.

Miracy Martel Barbosa (1947). Entrevistada — pelas pesquisadoras Barbara Lorena Costa e Najayra Monte Verde para o Projeto Banco de História Oral (PROBHO) da UNIFAP — no dia 19 de março de 2011. Nasceu na região das ilhas do Pará e chegou a Macapá quando tinha cinco anos de idade.

Raimundo Lino Ramos, ou “Pavão” (1936). Entrevistado no dia 25 de março de 2008. Também faz parte da comunidade negra que residia próximo do centro histórico de Macapá.

Raimundo Pereira Duarte, ou “Periquito” (1922). Entrevistado no dia 29 de agosto de 2012. Foi o fundador e o primeiro presidente do Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estivas de Minério.

Raimundo Clementino Nascimento (1925). Entrevistado — pelos pesquisadores Kleison Alves e Thainara Angelim para o Projeto Banco de História Oral (PROBHO) da UNIFAP — no dia 01 de março de 2011. Trabalhou na Olaria Territorial quando tinha, aproximadamente, entre 20 e 22 anos de idade.

Processos judiciais● Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá (AFCM):Caixa 210:

Processo nº 111, de 19 de setembro de 1946.
Processo nº 382, de 28 de dezembro de 1949.
Processo nº 599, de 25 de fevereiro de 1952.
Processo nº 648, de 18 de junho de 1952.
Processo nº 675, de 25 de julho de 1952.
Processo nº 683, de 08 de agosto de 1952.
Processo sem número, de 23 de setembro de 1952.
Processo nº 716, de 04 de dezembro de 1952.
Processo nº 1191, de 17 de maio de 1957.
Processo nº 1208, de 15 de julho de 1957.
Processo nº 1180, de 19 de julho de 1957.
Processo nº 1241, de 26 de agosto de 1957.

Caixa 224:

Processo nº 1474SN, de 03 de março de 1943.
Processo nº 1472SN, de 03 de julho de 1943.
Processo nº 103, de 24 de agosto de 1946.
Processo nº 105A, de 24 de agosto de 1946.
Processo nº 110, de 06 de setembro de 1946.
Processo nº 1469SN, de 02 de outubro de 1946.
Processo nº 211, de 09 de outubro de 1948.
Processo nº 323, de 02 de julho de 1949.
Processo nº 346, de 20 de setembro de 1949.
Processo nº [?], de 14 de abril de 1952.
Processo nº 696, de 12 de setembro de 1952.
Processo nº 1473SN, de 15 de abril de 1957.

Caixa 227:

Processo nº 69, de 06 de janeiro de 1946.
Processo nº 1494SN, de 07 de janeiro de 1946.
Processo nº 071, de 03 de janeiro de 1946.
Processo nº 1490SN, de 06 de março de 1946.
Processo nº 1496SN, de 14 de abril de 1946.

Processo nº 1495SN, de 15 de abril de 1946.

Processo nº 79, de 16 de abril de 1946.

Processo nº 82, de 16 de abril de 1946.

Processo nº 78, de 22 de abril de 1946.

Processo nº 1489SN, de 24 de abril de 1946.

Processo nº 85, de 18 de maio de 1946.

Processo nº 96, de 03 de junho de 1946.

Processo nº 97, de 03 de junho de 1946.

Processo nº 1492SN, de 12 de junho de 1946.

Processo nº 79, 1491SN, de 01 de julho de 1946.

Processo nº 101, de 03 de julho de 1946.

Processo nº 100, de 04 de julho de 1946.

Processo nº 1469SN, de 02 de outubro de 1946.

Processo nº 116, de 02 de outubro de 1946.

Processo nº 493SN, de 11 de dezembro de 1946.

Processo nº 123, de 28 de janeiro de 1947.

Caixa 238:

Processo nº 126, de 10 de fevereiro de 1947.

Processo nº 173, de 24 de fevereiro de 1948.

Processo nº 712, de 22 de novembro de 1952.

Processo nº 1400, de 24 de agosto de 1960.

Caixa 240:

Processo nº 015, de 24 de fevereiro de 1944[3].

Processo nº 90, de 25 de maio de 1946.

Processo nº 533, de 07 de agosto de 1951.

Processo nº 482, de 03 de fevereiro de 1951.

Caixa 243:

Processo nº 172, de 24 de fevereiro de 1948.

Processo nº 125, de 22 de março de 1948.

Processo nº 222, de 16 de novembro de 1948.

Processo nº 235, de 07 de dezembro de 1948.

Processo nº 244, de 31 de dezembro de 1948.

Processo nº 258, de 12 de fevereiro de 1949.

Processo nº 724, de 03 de janeiro de 1953.

Processo nº 733, de 23 de janeiro de 1953.

Processo nº 1395, de 03 de novembro de 1959.

Caixa 255:

Processo nº 1173, de 18 de abril de 1957.

Processo nº 1206, de 29 de abril de 1957.

Processo nº 1187, de 16 de maio de 1957.

Processo nº 1188, de 16 de maio de 1957.

Processo nº 1196, de 18 de maio de 1957.

Processo nº 1200, de 24 de maio de 1957.

Processo nº 1202, de 31 de maio de 1957.

Processo nº 1205, de 03 de junho de 1957.

Processo nº 1322SN, de 17 de junho de 1957.

Processo nº 1319SN, de 19 de junho de 1957.

Processo nº 1211, de 19 de julho de 1957.

Processo nº 1323SN, de 26 de julho de 1957.

Processo nº 1247, de 10 de outubro de 1957.

Processo nº 1249, de 24 de outubro de 1957.

Processo nº 1219, de 21 de novembro de 1957.

Processo nº 1321SN, de 25 de novembro de 1957.

Processo nº 1220, de 28 de novembro de 1957.

Caixa 262:

Processo nº 340, de 02 de julho de 1949.

Processo nº 606, de 08 de março de 1952.

Processo nº 623, de 22 de abril de 1952.

Processo nº 626, de 05 de maio de 1952.

Processo nº 628, de 08 de maio de 1952.

Processo nº 695, de 11 de setembro de 1952.

Processo nº 719, de 23 de dezembro de 1952.

Processo nº 1124, de 03 de abril de 1956.

Processo nº 1139, de 31 de agosto de 1956.

Caixa 264:

Processo nº 137, de 07 de maio de 1947.

Processo nº 149, de 04 de agosto de 1947.

Processo nº 153, de 08 de agosto de 1947.

Processo nº 157, de 03 de outubro de 1947.

Processo nº 353, de 02 de setembro de 1949.

Processo nº 265, de 09 de julho de 1951.

Processo nº 550, de 06 de outubro de 1951.

Processo nº 603, de 21 de janeiro de 1952.

Processo nº 625, de 02 de maio de 1952.

Processo nº 1399SN, de 10 de maio de 1952.

Processo nº 1403SN, de 29 de maio de 1952.

Processo nº 652, de 18 de junho de 1952.

Processo nº 1400SN, de 03 de julho de 1952.

Caixa 270:

Processo s/n, de 1939.

Processo s/n, de 1940.

Processo nº 943SN, de 30 de julho de 1940.

Processo nº 969, de 05 de janeiro de 1952.

Processo nº 965, de 05 de janeiro de 1952.

Processo nº 972, de 22 de janeiro de 1952.

Processo nº 585, de 23 de janeiro de 1952.

Processo nº 970, de 28 de janeiro de 1952.

Processo nº 614, de 20 de fevereiro de 1952.

Processo nº 600, de 29 de fevereiro de 1952.

Processo nº 62, de 03 de março de 1952.

Processo nº 971, de 23 de março de 1952.

Processo nº 627, de 05 de maio 1952.

Processo nº 967, de 12 de maio de 1952.

Processo nº 973, de 21 de maio de 1952.

Processo nº 637, de 30 de maio de 1952.

Processo nº 647, de 17 de junho de 1952.

Processo 674, de 25 de junho de 1952.

Processo nº 661, de 05 de julho de 1952.

Processo nº 667, de 15 de julho de 1952.

Processo nº 668, de 18 de julho de 1952.

Processo nº 671, de 25 de julho 1952.

Processo nº 968, de 28 de julho de 1952.

Processo nº 686, de 18 de agosto de 1952.
Processo nº 735, de 27 de agosto de 1952.
Processo nº 692, de 05 de setembro de 1952.
Processo nº 693, de 12 de setembro de 1952.
Processo nº 978, de 14 de outubro de 1952.
Processo nº 976, de 20 de outubro de 1952.
Processo nº 708, de 30 de outubro de 1952.
Processo nº 974, de 07 de novembro de 1952.
Processo nº 966, de 25 de novembro de 1957.
Processo nº 589, de 17 de dezembro de 1952.
Processo nº 1504, de 10 de janeiro de 1963.
Processo nº 1499, de 25 de janeiro de 1963.
Processo nº 1501, de 29 de janeiro de 1963.
Processo nº 1509, de 29 de março de 1963.
Processo nº 1511, de 29 de março de 1963.
Processo nº 1516, de 05 de maio de 1963.
Processo nº 1523, de 20 de agosto de 1963.
Processo nº 1525, de 12 de novembro de 1963.
Processo nº 1533, de 07 de janeiro de 1964.
Processo nº 1502, de 04 de fevereiro de 1964.
Processo nº 1547, de 31 de março de 1964.
Processo nº 1553, de 26 de maio de 1964.
Processo nº 1568, de 30 de julho de 1964.
Processo nº 1574, de 27 de agosto de 1964.

Caixa 273:

Processo nº 337, de 31 de agosto de 1949.
Processo nº 1152, de 02 de março de 1950.
Processo nº 471, de 12 de dezembro de 1950.
Processo nº 1154, de 23 de junho 1951.
Processo nº 582, de 10 de janeiro de 1952.
Processo nº 608, de 13 de março de 1952.
Processo nº 992, de 29 de fevereiro de 1952.
Processo nº 985, de 03 de junho de 1952.
Processo nº 990, de 10 de junho de 1952.

Processo nº 662, de 05 de julho de 1952.

Processo nº 991, de 03 de setembro de 1952.

Processo nº 691, de 03 de setembro de 1952.

Processo nº 704, de 05 de setembro de 1952.

Processo nº 700, de 18 de setembro de 1952.

Processo nº 702, de 04 de outubro de 1952.

Processo nº 989, de 14 de outubro de 1952.

Processo nº 986, de 23 de outubro de 1952.

Processo nº 987, de 31 de outubro de 1952.

Processo nº 988, de 10 de agosto de 1957.

Processo nº 1597, de 25 de novembro de 1964.

Caixa 275:

Processo 310, de 15 de junho de 1949.

Processo nº 380, de 17 de dezembro de 1949.

Processo nº 981SN, de 19 de fevereiro de 1950.

Processo nº 413, de 30 de março de 1950.

Processo nº 980SN, de 18 de janeiro de 1951.

Processo nº 496, de 21 de maio de 1951.

Processo nº 982SN, de 11 de julho [junho] de 1951.

Processo nº 526, de 26 de julho de 1951.

Processo nº 514, de 12 de julho de 1951.

Processo nº 570, de 30 de novembro de 1951.

Processo nº 579, de 11 de dezembro de 1951.

Processo nº 574, [?] de 1951.

Processo nº 983SN, de 24 de janeiro de 1952.

Processo nº 641, de 02 de junho de 1952.

Processo nº 649, de 18 de junho de 1952.

Processo nº 699, de 18 de julho de 1952.

Processo nº 687 de 22 de agosto de 1952.

Processo nº 697, de 18 de setembro de 1952.

Processo nº 722, de 29 de dezembro de 1952.

Caixa 276:

Processo nº 763, de 04 de maio de 1953.

Processo nº 765, de 08 de maio de 1953.

Processo nº 778, de 20 de maio de 1953.

Processo nº 781, de 27 de maio de 1953.

Processo nº 1012SN, de 14 de junho de 1953.

Processo nº 793, de 04 de julho de 1953.

Processo nº 813, de 01 de agosto de 1953.

Processo nº 812, de 01 de agosto de 1953.

Processo nº 818, de 03 de agosto de 1953.

Processo nº 862, de 16 de dezembro de 1953.

Processo nº 1073, de 14 de setembro de 1955.

Processo nº 1367, de 18 de janeiro de 1960.

Processo nº 1351, de 08 de março de 1960.

Processo nº 362, de 21 de junho de 1960.

Processo nº 1027, de 24 de outubro de 1960.

Processo nº 1404, de 17 de dezembro de 1960.

Caixa 279:

Processo nº 1536, de 09 de janeiro de 1964.

Processo nº 1543, de 16 de janeiro de 1964.

Processo nº 1024, de 16 de março de 1964.

Processo nº 1546, de 18 de março de 1964.

Processo nº 1026, de 23 de março de 1964.

Processo nº 1559, de 01 de julho de 1964.

Processo nº 1556, de 01 de julho de 1964.

Processo nº 1562, de 20 de julho de 1964.

Processo nº 1564, de 20 de julho de 1964.

Processo nº 1576, de 12 de setembro de 1964.

Processo nº 1580, de 26 de setembro de 1964.

Processo nº 1588, de 03 de novembro de 1964.

Processo nº 1025, de 18 de novembro de 1964.

Processo nº 1592, de 23 de novembro de 1964.

Caixa 281:

Processo nº 1034SN, de 19 de março de 1945.

Processo nº 64, de 10 de outubro de 1945.

Processo nº 046, de 13 de abril de 1945.

Processo nº 752, de 31 de março de 1952.

Processo nº 832, de 02 de setembro de 1952.

Processo nº 1028, de 11 de fevereiro de 1953.

Processo nº 739, de 12 de fevereiro de 1953.

Processo nº 747, de 20 de março de 1953.

Processo nº 1032SN, de 04 de abril de 1953.

Processo nº 757, de 20 de abril de 1953.

Processo nº 1029SN, de 08 de junho de 1953.

Processo nº 1030SN, de 05 de julho de 1953.

Processo nº 806, de 27 de julho de 1953.

Processo nº 080, de 29 de julho de 1953.

Processo nº 820, de 07 de agosto de 1953.

Processo nº 853, de 10 de dezembro de 1953.

Processo nº 865, de 19 de dezembro de 1953.

Caixa 282:

Processo nº 1037, de 24 de agosto de 1943.

Caixa 286:

Processo nº 1159SN, de 06 de janeiro de 1946.

Processo nº 1156, de 04 de novembro de 1946.

Processo nº 133, de 19 de janeiro de 1947.

Processo nº 1157, de 07 de junho de 1947.

Processo nº 1155, de 10 de fevereiro de 1953.

Processo nº 1153, de 24 de janeiro de 1954.

Processo nº 1151, de 30 de abril de 1954.

Processo nº 1158, de 15 de fevereiro de 1955.

Processo nº 1015, de 26 de fevereiro de 1955.

Processo nº [?], de 22 de abril de 1955.

Processo nº 1310, de 01 de fevereiro de 1959.

Caixa 287:

Processo nº 1167SN, de 04 de maio de 1945.

Processo nº 487, de 11 de abril de 1951.

Processo nº 498, de 11 de março de 1951.

Processo nº 521, de 26 de julho de 1951.

Processo nº 522 de 26 de julho de 1951.

Caixa 295:

Processo nº 1239, de 16 de abril de 1958.

Processo nº 1272, de 24 de agosto de 1958.

Processo nº 1267SN, de 18 de setembro de 1958.

Processo nº 1255SN, de 05 de setembro de 1958.

Processo nº 1257SN, de 04 de novembro de 1958.

Processo nº 1284, de 17 de novembro de 1958.

Caixa 299:

Processo nº 246, de 06 de janeiro de 1949.

Processo nº 932SN, de 09 de janeiro de 1949.

Processo nº 257, de 02 de fevereiro de 1949.

Processo nº 259, de 11 de fevereiro de 1949.

Processo nº 933SN, de 20 de março de 1949.

Processo nº 924SN, de 21 de março de 1949.

Processo nº 269, de 28 de março de 1949.

Processo nº 278^a, de 02 de abril de 1949.

Processo nº 931SN, de 05 de abril de 1949.

Processo nº 294, de 10 de maio de 1949.

Processo nº 311, de 15 de junho de 1949.

Processo nº 928SN, de 07 de julho de 1949.

Processo nº 929SN, de 07 de julho de 49.

Processo nº 930SN, de 20 de agosto de 1949.

Processo nº 927SN, de 25 de agosto de 1949.

Processo nº 338, de 02 de setembro de 1949.

Processo nº 339, de 02 de setembro de 1949.

Processo nº 352, de 19 de setembro de 1949.

Processo nº 348, de 22 de setembro de 1949.

Processo nº 366, de 24 de outubro de 1949.

Processo nº 362, de 09 de novembro de 1949.

Processo nº 364, de 16 de novembro de 1949.

Processo nº 934SN, de 22 de novembro de 1949.

Processo nº 358, de 28 de novembro de 1949.

Caixa 304:

Processo nº 876SN, de 12 de janeiro de 1949.

Processo nº 282, de 21 de abril de 1949.

Processo nº 283, de 22 de abril de 1949.

Processo nº 347, de 02 de setembro de 1949.

Processo nº 877SN, de 05 de setembro 1949.

Processo nº 349, de 24 de setembro de 1949.

Processo nº 369, de 21 de novembro de 1949.

Processo nº 386, de 21 de novembro de 1949.

Processo nº 875SN, de 02 de fevereiro de 1951.

Processo nº 504, de 25 de maio de 1951.

Processo nº 513, de 04 de julho de 1951.

Processo nº 556, de 28 de julho de 1951.

Processo nº 541, de 20 de agosto de 1951.

Processo nº 555, de 20 de setembro de 1951.

Processo nº 866SN, de 15 de novembro 1951.

Processo nº 573, de 11 de dezembro de 1951.

Processo sem identificação [autos de inquérito policial acerca de crime de lesões corporais].

Caixa 306:

Processo nº 552, de 29 de setembro 1951.

Caixa 611:

Processo nº 384, de 22 de junho de 1953.

Bibliografia

- ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; e NEVES, Walter (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ALVARES, Maria Luzia Miranda. Educação e (in)submissão feminina no Pará. In: D'INCAO, Maria Ângela; e SILVEIRA, Isolda M. da (orgs). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 213-226.
- AMARAL, Márcio Douglas Brito. *Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental — Marabá e Macapá*. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 2010.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. 2 ed. Porto (Portugal): FAUP Publicações, 1998.
- ARAÚJO, Renata Malcher de; e MOREIRA, Rafael. A engenharia militar do século XVIII e a ocupação da Amazônia. In: COMISSÃO NACIONAL PARA OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Portugal. *Amazônia Felsínea*: António José Landi: itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 173-196.
- ARENZ, Karl Heinz. *São e salvo*: a pajelança da população ribeirinha do Baixo Amazonas como desafio para a evangelização. Quito (Equador): ABYA-YALA, 2003.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-80.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais. 6 ed. São Paulo: Hucitec; e Brasília: UNB, 2008.
- BARBOSA, Coaracy Sobreira. *Personagens ilustres do Amapá*. Macapá: Departamento de Imprensa Oficial, 1997.
- BARBOSA, Coaracy Sobreira. *História da Justiça do Amapá*. Macapá: Gráfica O Dia, 1999.

- BARRETO, Cassilda. *Pássaros máquinas no céu do Amapá*. Brasília: Da autora, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BECKER, Bertha. *Amazônia*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.
- BENCOSTTA, Marcus Levy. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 68-76.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou, o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONDUKI, Nabil. Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 113-146.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRITO, Edson Machado de. *Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e disputa política no debate da imprensa*. Dissertação de mestrado em História, defendida na PUC-SP, 2008.
- BROWDER, John O.; e GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira*. Manaus: UFAM, 2006.
- CABREIRA, Márcia Maria. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia brasileira — um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, defendida na USP, 1996.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.
- CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, defendido na UNICAMP, 1997.
- CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha*. Belém (1870-1920). Tese de doutorado em História Social defendida na USP, 2006.
- CANCELLI, Elizabeth. *Estratégias para o flagelo*. Dissertação de mestrado em História do Brasil defendida na UNICAMP, 1984.

- CANTO, Fernando. *Telas e quintais*. Macapá: Conselho de Cultura do Amapá, 1987.
- CANTO, Fernando. *A água benta e o diabo*. Macapá: FUNDECAP/ GEA, 1998.
- CAPELINE, Helena Maria de Andrade. Repensando a classe. In: SANTOS FILHO, José dos Reis (org.). *Movimentos Sociais*. Araraquara-SP: UNESP, 1993, p. 77-94.
- CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CASTRO, Edna (org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.
- CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas-SP: UNICAMP, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas-SP: UNICAMP, 2001.
- CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; e GALVÃO SOBRINHO, Carlos Roberto (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas-SP: UNICAMP, 2003.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CORREA, R. L. Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Ano 49, nº 3, 1987, p. 39-68.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. *Na ilharga da fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá (1945-1970)*. Belém: Açai, 2008.
- DA MATTA, Roberto. *Ensaio de antropologia estrutural*. 3 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1977.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Partidos Trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 6, 1990, p. 196-206.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 19, jun. de 1992, p. 40-55.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas — 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Boitempo, 2009.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 127-154.

DIAS, Edineia Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus — 1890-1920*. 2 ed. Manaus: Valer, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*. Nº 17, de novembro de 1998, p. 223-258.

DRUMMOND, José Augusto e PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico — 1943-200*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e a cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 417-456.

FONTES, Paulo. Migrações nordestinas e experiências operárias — São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; e FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 363-402.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

FRENCH, John D. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas-SP: UNICAMP, 2006, p. 379-416.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A fala dos lugares perdidos: a cidade do desejo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol. 15, nº 30, 1995, p. 157-170.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*. Vol. 29, nº 57, junho de 2009, p. 19-65.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Mariana de Araújo. *Enredos da memória: história e identidade no carnaval das escolas de samba de Macapá*. São Paulo: Ética do Brasil, 2011.

GRANDIN, Greg. *Fordlandia: the rise and fall of Henry Ford's forgotten jungle city*. New York: Metropolitan Books, 2009.

- GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, 119-140.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2 ed. [revista e ampliada], São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Belém: EMBRAPA, 2007.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese de doutorado em História Social, defendida na USP, 2006.
- LAMARÃO, Maria Luiza Nobre e MACIEL, Carlos Alberto Batista (org.). *Mulheres do Benguí: contando histórias de trabalho infantil doméstico*. Belém: Gráfica Alves, 2006.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 161-204.
- LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo — sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*. Vol 2, nº 2, dezembro de 1999, p. 5-32.
- LIMA, Solange Ferraz de e CARVALHO, Vânia Carneiro. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 29-61.
- LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*. Vol. 24, nº 2, São Paulo, p. 11-40.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, 1984, p. 7-46.

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOBATO, Sidney da Silva. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

LOBATO, Sidney da Silva. Estado, nação e região na obra de Arthur Cezar Ferreira Reis. *Diálogos*. Maringá: UEM/ DHI, vol. 13, nº 3, 2009, p. 625-642.

LOPES, José Sérgio *et. al.* *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LORENZO, Helena Carvalho de e COSTA, Wilma Peres (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

LOURENÇO, Elaine. *Americanos e caboclos: encontros e desencontros em Fordlândia e Belterra-PA*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana defendida na USP, 1999.

LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo Machado. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. Tese de doutorado em História Econômica, USP, 1985.

MARTINS, José de Souza. Vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.). *História da vida privada no Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 659-734.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico. Um estudo antropológico numa área no interior da Amazônia*. Belém: Cejup, 1995.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. In: VIEIRA, Ima *et al.* (orgs.). *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Goeldi, 2001, p. 257 e 266.

MELLO, João Manuel Cardoso de e NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-658.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. A construção da lei de sindicalização de 1931 e os parâmetros de uma tradição militante. In: NEDER, Gislene (org.). *História e direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 211-226.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A fotografia como documento — Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 14, de janeiro de 2003, p. 131-151.

MONTEIRO, Paula. *Da doença à desordem. A magia na umbanda*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Quando chega essa “visita”? In: D’INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda M. da (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 227-239.

MOTINHA, Katy Eliana Ferreira. *A Festa do Divino Espírito Santo: espelho de cultura e sociabilidade na Vila Nova de Mazagão*. Tese de doutorado em História, defendida na Universidade de São Paulo (USP), em 2003.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Humanitas, vol. 19, n. 37, 1999, p. 85-102.

NEGRI, Teodoro. *Dom Aristides: uma aventura humana e missionária*. São Paulo: Mundo e Missão, s/d.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. Vol. 21, nº 40, 2000, p. 107-131.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a civilização brasileira*. Nº 11, 1979, p. 101-140.

OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos. Religiosidade popular em comunidades estuarinas amazônicas: um estudo preliminar do Marabaixo no Amapá. *Scripta Nova — Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales da Universidad de Barcelona*. Nº 45 (49), 01 de agosto de 1999, p. 02-08.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. *A economia da borracha na Amazônia sob o impacto dos acordos de Washington e da criação do Banco de Crédito da Borracha (1942-1950)*. Dissertação de mestrado em História Econômica, USP, 2001.

PAIXÃO, Antonio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 11-44.

PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. *Introduction to the science of sociology*. Chicago: University of Chicago, 1921.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)* Dissertação de mestrado em História, UNICAMP, 2011.

PEREIRA, Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 19, nº 38, 1999, p. 165-198.

PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da Borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal*. São Paulo: Hucitec, 1984.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do próspero mundo novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. Tese de doutorado em História Social, defendida na USP, 2005.

RAMALHO, Elba Braga. *Luiç Gonzaga: síntese poética e musical do sertão*. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. Religião, rebelião e identidade afro-baiana. Entrevista de Martha Abreu e Ronaldo Vainfas com João José Reis. *Tempo*. Vol. 6, nº 12, Rio de Janeiro, 2001, p. 255-260.

ROLIM, Rivail Carvalho. Culpabilização da pobreza no pensamento jurídico-penal brasileiro em meados do século XX. In: KOERNER, Andrei (org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: IBCCRIM, 2006, p. 177-202.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais em Manaus, século XIX*. Manaus: EDUA, 1997.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo — 1943-1970*. 2 ed. Belém: Grafimorte, 2006.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. 2 ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; e FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 25-48.

SAVAGE, Mike; DEVINE, Fiona; e SCOTT, John (eds.). *Rethinking class: culture, identities and lifestyles*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Humanitas, vol. 19, n. 37, 1999, p. 59-84.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: UNB, s/d.

SECRETO, Maria Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 39-62.

SILVA, Cesar Mucio. *Processo-crime, escravidão e violência em Botucatu*. São Paulo: Alameda, 2004.

SILVA, Fernando Teixeira da. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas-SP: UNICAMP, 2004, p. 205-245.

SILVEIRA, Rose. *Histórias invisíveis do Teatro da Paz: da construção à primeira reforma*. Belém do Grão-Pará (1869-1890). Belém: Paka-Tatu, 2010.

SIMONIAN, Ligia T. L. *Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA/ NAEA, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOIHET, Rachel. Reflexões sobre o carnaval na historiografia — algumas abordagens. *Tempo*. Vol. 4, nº 7, Rio de Janeiro, 1999, p. 169-188.

SOUZA, Marina de Mello. Santo Antônio de nó-de-pinho e o catolicismo afro-brasileiro. *Tempo*. Nº 11, Rio de Janeiro, 2000, p. 171-188.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. *Crime e cidade: violência urbana e a Escola de Chicago*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Vol. 1, 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas-SP: UNICAMP, 2001.

TOSTES, José Alberto. *Planos diretores do Estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional*. Macapá: J. A. Tostes Editora, 2006.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOTA, Antonio Pedro. Cultura, política e modernidade em Noel Rosa. *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 15, n. 3, jul-set/ 2001, p. 45-49.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair e ROCHA, Gilberto de Miranda (orgs.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

VASCONCELLOS, Gilberto e SUZUKI JÚNIOR, Matinas. A malandragem e a formação da música popular brasileira. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III (O Brasil Republicano), vol. 4, São Paulo: DIFEL, 1984, p. 501-523.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta — Alto Juruá, Acre 1870-1945*. Tese de doutorado em História Social, defendida na USP, em 1998.